

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO
PROCEDIMENTO DE ABERTURA DE CONFLITO DE USO Nº 01/2019
VOLUME I

Aos onze dias do mês de setembro de 2019, por ordem do Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, lavrei o presente Termo de Abertura do procedimento em epígrafe, nesta fl. 02, a qual abre o volume I.

Maceió/AL, 11 de setembro de 2019




Manoel Vieira de Araujo Junior
Assessor Técnico da Agência Peixe Vivo

DESPACHO

Recebido em 26 de agosto de 2019, Ofício Circular nº 18/2019 do Presidente do CBH Grande, Sr. Demóstenes da Silva Nunes Júnior, e tendo conhecimento dos autos, encaminho para a Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL do CBHSF para análise e parecer de admissibilidade.

Maceió/AL, 26 de agosto de 2019



Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente CBHSF



Barreiras/BA, 19 de Agosto de 2019

Ofício Circular Nº018/2019
Excelentíssimo Senhor
Anivaldo Miranda
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Prezado presidente,

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, situada na região Oeste da Bahia, vem por meio deste encaminhar o Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, elaborado pelo grupo de trabalho criado para o devido fins.

Considerando os termos da deliberação do CBHSF nº82, de 20 de novembro de 2014, que institui e disciplina Procedimento Administrativo para Resolução de Conflitos pelo uso de Recursos Hídricos – PARH – no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, solicitamos desse colegiado a instauração de processo administrativo para a resolução dos conflitos de uso de recursos da referida bacia.

Certo do pronto atendimento, renovamos os votos de estima de distinta consideração.

*Encaminho para análise e
Consideração da CTR/CBHSF com
indicativo para instauração do
suscitado processo de resolução de
conflitos pelo uso de água.*

Atenciosamente, *26/08/2019*

Recebemos
Maceio, 22 de 08 20 19

ASSINATURA

[Assinatura]
Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE



Barreiras/BA, 19 de Agosto de 2019

Ofício Circular Nº018/2019

Excelentíssimo Senhor

Anivaldo Miranda

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Prezado presidente,

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, situada na região Oeste da Bahia, vem por meio deste encaminhar o Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, elaborado pelo grupo de trabalho criado para o devido fins.

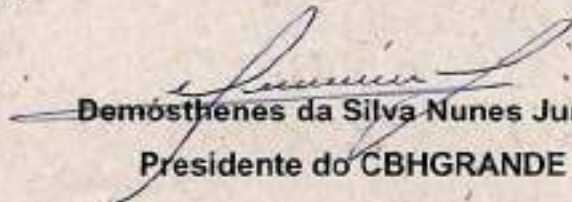
Considerando os termos da deliberação do CBHSF nº82, de 20 de novembro de 2014, que institui e disciplina Procedimento Administrativo para Resolução de Conflitos pelo uso de Recursos Hídricos – PARH – no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, solicitamos desse colegiado a instauração de processo administrativo para a resolução dos conflitos de uso de recursos da referida bacia.

Certo do pronto atendimento, renovamos os votos de estima de distinta consideração.

Recebemos
Maceio, 22 de 08 20 19

ASSINATURA

Atenciosamente,


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE

A própria Lei nº 9.433/97 permite a construção de barramentos para regularização de vazão nos cursos d'água. A gestão das águas com a regularização das vazões naturais é um procedimento que visa a melhor utilização dos recursos hídricos superficiais, garantindo água para todos os usuários e solucionando os conflitos de água numa bacia.

Conforme a legislação, a gestão das águas deverá ser realizada de forma que atenda todos os usuários da bacia com quantidade e qualidade. Aplicando as técnicas de medição de vazão para conhecer a realidade de quanto a bacia produz água e sabendo quantos usuários existem e quanto utilizam água, será uma grande ferramenta na gestão das águas na bacia do rio Boa Sorte e solução dos conflitos instalados na região, além de conhecer a real quantidade de água disponível para todos os usuários e a partir destes definir os usos prioritários com o objetivo de atender a todos os usuários.

Componentes do Grupo de Trabalho para resolução de Conflitos das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte.

Demósthene da Silva Nunes Junior

Sderlon de Lima Lopes

Elisa Zancanaro Zanella

Maurício Joel Gatto

Décio Alves Pereira

João Araújo Sá Teles

Marisa Rodrigues Costa



Foto 21 e 26 – Em 20 fotografia do corpo da barragem, em 21 comporta para descarga líquida.



Foto 22 e 23 – Em 22 vista da comporta para descarga líquida do barramento, em 23 orifício para a descarga líquida da barragem.



12. Considerações Finais

Diante dos aspectos expostos, percebe-se que essa região é fonte produtora de alimentos e gera renda para as famílias, com a exploração dos recursos naturais, principalmente o uso do solo, como pastagens destinadas à bovinocultura de corte e leite e para a agroindústria, produção de cara-de-açúcar e área de lavouras (horticultura e grãos). E tendo, a bacia com uma baixa densidade de drenagem e a crescente demanda de água para a irrigação, com uma média de 100 usuários ao longo rio, conforme a estação de monitoramento Brejo Novo a bacia tem uma precipitação média anual de 1065.71 mm e uma vazão média de 0,36 m³/s, isso, representa um total de 3,6 litros por segundo de água para cada usuário, sendo assim, a água produzida nesta bacia é insuficiente para o atendimento de todos os usuários ao longo do curso do rio. Com os dados obtidos na medição de vazão realizada pela equipe de monitoramento, como as vazões do rio é significativamente menor do que a retirada é insuficiente para atender a demanda dos usuários.



Somando a vazão média no canal da barragem retirada pelos usuários e a vazão média no curso do canal do Rio Boa Sorte a jusante da Barragem do Bezerro ($0.0125 \text{ m}^3/\text{s} + 0.0227 \text{ m}^3/\text{s} = 0.0352 \text{ m}^3/\text{s}$), portanto a descarga liquidada hoje na Barragem do Bezerro é $126,72 \text{ m}^3/\text{h}$ (126.720 litros por hora).

Sendo assim, a produção de água na bacia do Rio Boa Sorte para a Barragem do Bezerro é de $0.0551 \text{ m}^3/\text{s}$, já a descarga líquida da Barragem é de $0.0352 \text{ m}^3/\text{s}$. Com a vazão que está chegando no barramento e a descarga liquidada, tem um déficit de $0.0199 \text{ m}^3/\text{s}$, este déficit deve aos usos no entorno do lago do barramento e as perdas por evaporação.

11. Soluções Para a Escassez de Água na Bacia

Como soluções preventivas e imediatas, será realizada uma manutenção da comporta do vertedouro da Barragem do Bezerro para a descarga de fundo e permitir a passagem de mais água para a jusante da mesma, assim sendo, irá encher os lagos dos barramentos subsequentes na tentativa de regularizar a vazão do rio. Paralelo a estas será realizada pela equipe do inema medições de vazões em alguns pontos do rio, principalmente a montante da Barragem do Bezerro, com o objetivo de verificar qual a vazão que está chegando no barramento e outra a jusante para verificar qual a vazão de saída, desta forma, poderá verificar que a vazão que está chegando no barramento deverá ser a mesma que está chegando, e assim, poderemos realizar a gestão das águas do rio Boa Sorte.

Diante das observações de campo e os dados de monitoramento do rio, o Grupo de Trabalho para Resolução de Conflitos das Águas, sugere que a solução do conflito para atender a demanda de água na região e continuar a promover o desenvolvimento econômico dos produtores rurais, só poderá ser através da perenização do rio.

Para isso, deverá ser realizado o cadastro de todos os usuários ao longo do curso d'água, para determinar a real necessidade de água diária pelos usuários para os diversos usos.

Realizar a manutenção e construção dos barramentos ao longo do rio a montante da Barragem do Bezerro, com isso, poderá regularizar a vazão do rio por meio da construção do barramento (formação de reservatório) em seções determinadas ao longo do curso d'água. Sendo assim, durante os períodos de estiagem (vazão natural mínima), esses barramentos terá a função de manter a regularização da vazão, sendo esta a técnicas a mais utilizada na perenização dos rios.

Também foi realizada uma medição da vazão no canal da barragem, no ponto onde a água é retirada pelos usuários para a irrigação, realizada no dia 12 de agosto de 2019. Neste ponto a vazão média foi de 0.0125 m³/s, ou seja, 45 litros de água por segundo e totalizando uma vazão média de 45 m³/h (45.000 litros de água por hora).

Foto 17 e 18 - Vista da medição da vazão do curso do Rio Boa Sorte a Jusante da Barragem do Bezerro.



Fotos 19 e 20 - Em 19 vista do canal utilizado pelos usuários para a retirada de água da barragem, em 20 pode ser observado o canal do Rio Boa Sorte a Jusante da Barragem do Bezerro.



10. Resultado da Medição de Vazão

A medição da vazão obtida no curso do canal do Rio Boa Sorte montante da Barragem do Rio Boa Sorte foi de 0.0551 m³/s, fazendo os cálculos da vazão média por hora é de 198,36 m³/h.

A medição da vazão obtida no curso do canal do Rio Boa Sorte jusante da Barragem do Rio Boa Sorte foi de 0.0227 m³/s, fazendo os cálculos da vazão média por hora é de 81,72 m³/h.

A medição da vazão obtida no curso do canal do Rio Boa Sorte, ponto de retirada de água da Barragem pelos usuários para irrigação foi de 0.0125 m³/s, fazendo os cálculos da vazão média por hora é de 45 m³/h.



dados da quantidade de água está chegando na Barragem e partir disto propor uma solução do conflito instalado na bacia.

A medição da vazão obtida no curso do canal do Rio Boa Sorte, foi de 0.0551 m³/s, com isso, totalizando uma vazão média de 198 m³/h (198.000 litros de água por hora) que está chegando no lago.

Foto 13 e 14 - Na foto 13 vista a montante do ponto de medição e na foto 14, vista a jusante do curso do rio no ponto no ponto de medição.



Foto 15 e 16 - Vista da medição de vazão do Rio Boa Sorte, utilizando o equipamento de medição FlowTracker.



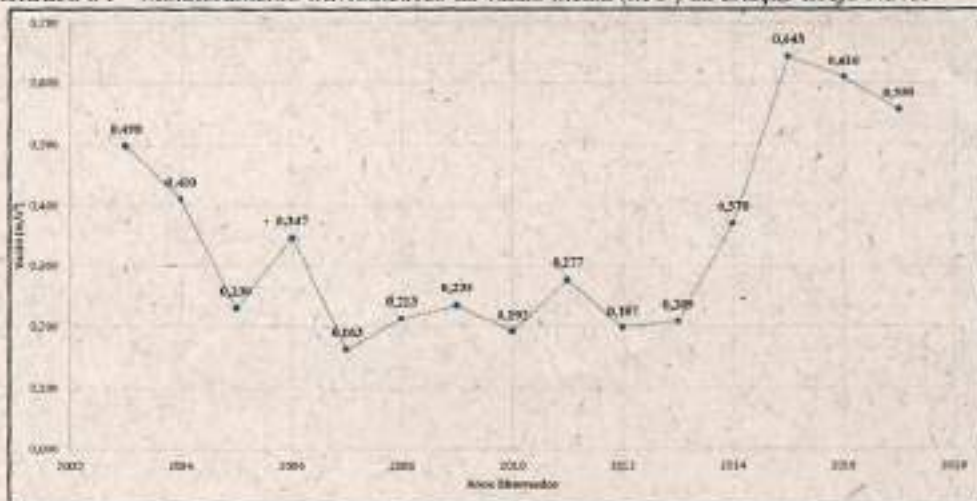
9.2 Medição de vazão no curso do Rio Boa Sorte a jusante da Barragem do Bezerro

No dia 12 de agosto de 2019 foi realizada uma visita técnica no curso do canal do Rio Boa Sorte a jusante da Barragem do Bezerro, com o objetivo de realizar a medição de vazão a jusante para levantar dados da quantidade de água está saindo da Barragem e partir disto propor uma solução do conflito instalado na bacia.

A medição da vazão obtida no curso do canal do Rio Boa Sorte a jusante da barragem, realizada no dia 12 de agosto de 2019 foi de 0.0227 m³/s totalizando uma vazão média de 81,72 m³/h (81.7200 litros de água por hora).

sendo que os maiores picos observados estão relacionados com fatores como a precipitação, meteorológicos e hidrológicos na bacia durante o período de inverno.

Gráfico 04 – Monitoramento fluviométrico da vazão média (m/s²) da estação Brejo Novo.



9. Medição de Vazão do Rio Boa Sorte

A medição de vazão nos rios é essencial para fornecer dados para subsidiar a gestão de recursos hídricos. Medição de vazão em hidrometria é todo método empírico utilizado para determinar a vazão do rio e pode ser feita utilizando diversos métodos.

Para medições de vazão do Rio Boa Sorte, foi utilizado o equipamento FlowTracker que combina dados de velocidade com local de estação, profundidade de água e outros dados para determinar a vazão total em temporeal. O método utilizado especifica como o FlowTracker determina a velocidade média em cada estação, envolvendo variações no número e local das medições de velocidade. O FlowTracker, fornece várias vantagens importantes de desempenho, pode medir velocidades de água de 2D ou 3D de 0.0001 a 4.0 m/s os dados de velocidade tem um nível de exatidão igual à 1% da velocidade real numa amostra de um segundo.

9.1 Medição de vazão no curso do Rio Boa Sorte a montante da Barragem do Bezerra

No dia 12 de agosto de 2019 foi realizada uma visita técnica no curso do canal do Rio Boa Sorte, com o objetivo de realizar a medição de vazão a montante para levantar

8.2 Monitoramento Fluviométrico

Foi realizada uma simulação fluviométrica da bacia para os anos de 2003 a 2018 de um período de 16 anos utilizando dados diários de precipitação da Estação Brejo Novo, instalada nas coordenadas de lat. -12.230000 e long. -44.932500, operada pela Agência Nacional de Águas – ANA e localizada no município de Barreiras/BA com o objetivo de acompanhar e monitorar o comportamento hídrico da bacia.

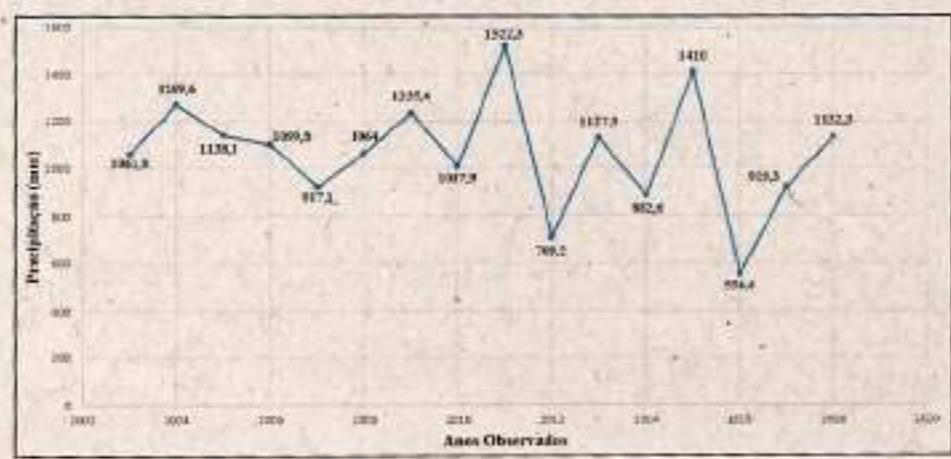
Analisando os últimos 16 anos do comportamento das vazões médias mensais do rio Boa Sorte, observado no gráfico 03 da estação de monitoramento pluviométrico Brejo Novo no período de 2003 a 2018, verificou-se, por meio da simulação, que a partir de junho a outubro são os meses de maior escassez hídrica na bacia, tendo o mês de setembro o mais crítico do ano com vazão chegando ao valor zero. Esses valores correspondem a vazão média mensal histórica do monitoramento da bacia desde 2003, sendo que os maiores picos observados estão relacionados com fatores como a precipitação, meteorológicos e hidrológicos na bacia durante o período de inverno.

Gráfico 03 – Monitoramento fluviométrico da vazão média (m³/s) na estação Brejo Novo.



Analisando os últimos 16 anos do comportamento das vazões médias mensais do rio Boa Sorte, observado no gráfico 03 da estação de monitoramento pluviométrico Brejo Novo no período de 2003 a 2018, verifica-se, por meio da simulação, que a partir de junho a outubro são os meses de maior escassez hídrica na bacia, tendo o mês de setembro o mais crítico do ano com vazão chegando ao valor zero. Esses valores correspondem a vazão média mensal histórica do monitoramento da bacia desde 2003.

Gráfico 01 – Monitoramento pluviométrico da estação Brejo Novo.



Também foi realizada uma simulação pluviométrica da bacia para os anos de 2006 a 2018 de um período de 13 anos utilizando dados diários de precipitação da Estação Cristópolis instalada nas coordenadas de lat. -12.232500 e long. -44.387222, operada Agência Nacional de Águas – ANA e localizada no município de Cristópolis/BA, com o objetivo de acompanhar e monitorar o comportamento hídrico da bacia. Analisando os últimos 13 anos no gráfico 02 da estação de monitoramento pluviométrico Cristópolis no período de 2006 a 2018, verificou-se, por meio da simulação, que a partir do ano de 2010 a precipitação na bacia vem diminuindo e com uma distribuição irregular ao longo dos anos. Os maiores picos observados estão relacionados com fatores meteorológicos das mudanças climáticas com os fenômenos El Niño e de La Niña mesmo com esses fenômenos a precipitação continua com uma linha decrescente.

Gráfico 02 – Monitoramento pluviométrico da estação Cristópolis.



7. Hidrogeologia da Bacia

Quanto a hidrogeologia, a porção que abrange a bacia é marcada por dois aquíferos distintos, o cárstico (Bambu) e o de meio intergranular (Urucuia) a sua recarga é feita diretamente pelas precipitações pluviométricas ou por contribuição sub vertical dos arenitos do Grupo Urucuia e estes aquíferos são importantes para a regulação da vazão do rio Boa Sorte e suas nascentes.

A recarga destes ocorrem por infiltração da água das chuvas nas áreas com relevo plano e elevado, onde ocorrem espessos latossolos de textura média e arenosa e altos índices pluviométricos. Destaca-se que nessa região está instalada grande parte das áreas agricultáveis da bacia, o que compromete o processo de recarga devido ao grande avanço do uso e ocupação do solo, a intensa atividade e a redução da pluviometria nos últimos anos na bacia, vem acelerando os processos de degradação da qualidade e redução dos volumes da água do manancial.

8. Balanço Hídrico da Bacia

A compreensão do regime hidrológico estabelecido pelos fluxos naturais de vazões de um rio, assim como sua variabilidade e as alterações ocorridas neste, é essencial para a avaliação dos aspectos da dinâmica fluvial dos mesmos em termos de quantidade e qualidade, e para se desenvolver um processo de racionalização, conservação e preservação dos recursos hídricos.

8.1 Monitoramento Pluviométrico

Foi realizada uma simulação pluviométrica da bacia para os anos de 2003 a 2018 de um período de 16 anos utilizando dados diários de precipitação da Estação Brejo Novo e instalada nas coordenadas de lat. -12,23222 e long. -44,934167, operada pela Agência Nacional de Águas – ANA e localizada no município de Barreiras/BA com o objetivo de acompanhar e monitorar o comportamento hídrico da bacia. Analisando os últimos 16 anos do gráfico 01 da estação de monitoramento pluviométrico Brejo Novo no período de 2003 a 2018, verificou-se, por meio da simulação, que a partir do ano de 2007 a precipitação na bacia vem diminuindo e com uma distribuição irregular ao longo dos anos. Os maiores picos observados estão relacionados com fatores meteorológicos das mudanças climáticas com os fenômenos El Niño e de La Niña, mesmo com esses fenômenos a precipitação continua com uma linha decrescente.



Na figura 03 abaixo pode ser observado uma diminuição da área de recarga da bacia influenciada pelos aspectos geográficos como as formações rochosas e solos, com um forte uso e ocupação do solo sem preocupação com a conservação das nascentes e a recarga do aquífero que mantem a vazão do rio Boa Sorte.

Figura 03 – vista da área de recarga da bacia do Rio Boa Sorte.



Área da bacia próximo sua foz, com forte influência topográfica e vários canais fluviais intermitentes com pouca contribuição na vazão do rio, sendo que o único curso d'água que contribui com perenidade é o riacho do Arapuã.

Figura 04 – Vista da área de recarga da bacia do Rio Boa Sorte.



A agricultura de subsistência são as unidades de produção desenvolvidas na região e a produção é destinada a atender as demandas de mercado e a maior parte da produção para o consumo familiar. O método de irrigação adotado na região é baseado em águas superficiais com irrigação por sulco, este é um sistema de irrigação ultrapassado e consomem muita água, devido as características hidrológicas da bacia, e isso contribui com a diminuição da vazão da água no rio, como a utilização do método consome muita água e a bacia tem uma precipitação média anual de 1065.71 mm e uma vazão média de 0.36 m³/s.

6. Áreas de Recarga da Bacia

Nesta região a precipitação tem grande influência na interação do aquífero com o rio e a dependência desses corpos hídricos com a água subterrânea para manutenção de vazão superficial. Dessa forma, a perenidade do rio se deve basicamente a recarga do aquífero, por este fato, é de extrema importância o levantamento de informações deste aquífero com o objetivo de resguardá-lo e garantir a manutenção da vazão do rio que é abastecido por ele e a contribuição ao escoamento de base do rio Boa Sorte.

Na figura 02 abaixo pode ser observado a área de recarga da bacia, com um forte uso e ocupação do solo sem preocupação com a conservação das nascentes e a recarga do aquífero que mantém a vazão do rio Boa Sorte. Nesta área é possível observar uma grande influência das formações arenosas, com grande capacidade de armazenamento de água, mas este processo está sendo modificado por fatores climáticos entre outros, que está diminuindo a infiltração e como consequência a diminuição da recarga do aquífero que regula a vazão do rio.

Figura 02 – vista da área de recarga da bacia do Rio Boa Sorte.



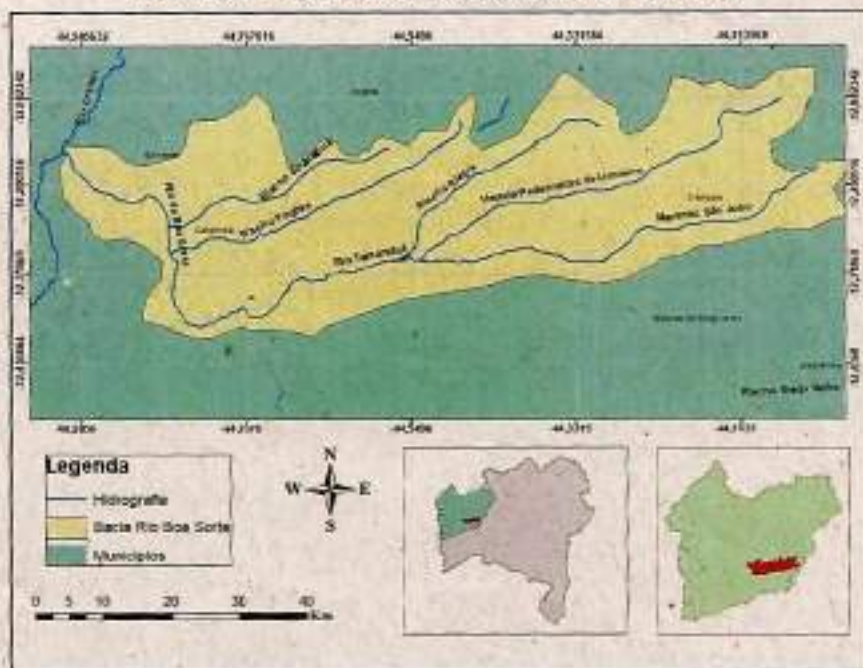
Fotos 11 e 12 - Vista da situação atual do curso do Rio Boa Sorte, na Barragem do Vино.



5. Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte

A bacia hidrográfica do rio Boa Sorte tem sua maior área nos municípios de Barreiras e Catolândia, devido a sua posição geográfica na bacia as temperaturas são elevadas boa parte do ano, em razão da forte radiação solar com temperaturas médias máximas entre 26°C e 20°C, com uma pluviosidade que varia de leste para oeste entre 800 mm a 1.600 mm e uma umidade relativa do ar de 70%.

Figura 01 – Mapa da bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte.



O rio Boa Sorte é uma sub-bacia hidrográfica do rio Grande e o principal afluente da margem direita, em razão da menor precipitação este possui uma menor disponibilidade hídrica e contribuição do aquífero.

Foto 07 e 08 - Em 07, vista do barramento vertendo e lago formado a jusante no canal do rio, em 08, canal lateral por onde a água passa para as propriedades para diversos usos.



4.5 Barragem do Vão

Barramento construído nas coordenadas S -12.220383 e W -44.887793 pelos usuários de forma rudimentar (foto), com finalidade de acumular e elevar o nível da água até o canal que drena para as propriedades e de forma permitir a irrigação dos usuários, também o tem objetivo de funcionar como estoques a serem utilizados em períodos de estiagem, além disso, regularizar a vazão da água no curso do rio a jusante. Esta barragem atende mais ou menos 30 famílias, mas devido à falta de água nos últimos anos muitos usuários não estão conseguindo irrigar, devido ao rebaixamento do nível da água no barramento, quando é possível o volume é insuficiente para todos irrigar e também manter a vazão do rio.

Foto 09 e 10 - Em 09, vista do barramento vertendo e lago formado a jusante no canal do rio, em 10, canal lateral por onde a água passa para as propriedades para diversos usos.



Durante a visita técnica de medição de vazão conforme as fotos abaixo, foi visitado o último barramento para verificar a vazão do canal neste ponto, como pode ser observado na visita realizada no dia 12 de agosto não existe mais vazão no canal.

4.3 Barragem do Messias

Barragem construída nas coordenadas S -12.219089 e W -44.901041 pela Prefeitura de Barreiras (foto 5 e 6), com finalidade de acumular água e funcionar como estoques a serem utilizados em períodos de estiagem, além disso, regularizar a vazão da água no curso do rio a jusante e de forma permitir a irrigação dos usuários. Esta barragem atende mais ou menos 30 famílias, mas devido à falta de água nos últimos anos muitos usuários não estão conseguindo irrigar, devido ao rebaixamento do nível da água no barramento, quando é possível o volume é insuficiente para todos irrigar e também manter a vazão do rio.

Fotos 05 e 06 - Em 05, barramento construído com a finalidade de regularizar a vazão do rio para diversos usos, em 06, pequeno lago do barramento formado a montante.



4.4 Barragem da Mantiqueira

Barragem construída nas coordenadas S -12.226674 e W -44.907199 pela CODEVASF na década de 80 (foto 07 e 08), com finalidade de acumular água e funcionar como estoques a serem utilizados em períodos de estiagem, além disso, regularizar a vazão da água no curso do rio a jusante e de forma permitir a irrigação dos usuários. Esta barragem atende mais ou menos 15 famílias, mas devido à falta de água nos últimos anos muitos usuários não estão conseguindo irrigar, devido ao rebaixamento do nível da água no barramento, quando é possível o volume é insuficiente para todos irrigar e também manter a vazão do rio.

Foto 01 e 02 - Em 01, lago formado a montante do barramento, em 02, corpo do barramento e vertedouro construído para regularizar a vazão do rio.



Foto 03 e 04 - Em 03, vista do barramento vertendo e lago formado a jusante no canal do rio, em 04, canal lateral por onde a água passa para as propriedades para diversos usos.



4.2 Barragem do Cicero

Barragem construída nas coordenadas S -12.220383 e W -44.887793 pelos usuários de forma rudimentar, com finalidade de acumular e elevar o nível da água até o canal que drena para as propriedades e de forma permitir a irrigação dos usuários, também o tem objetivo de funcionar como estoques a serem utilizados em períodos de estiagem, além disso, regularizar a vazão da água no curso do rio a jusante. Esta barragem atende mais ou menos 10 famílias, mas devido à falta de água nos últimos anos muitos usuários não estão conseguindo irrigar, devido ao rebaixamento do nível da água no barramento, quando é possível o volume é insuficiente para todos irrigar e também manter a vazão do rio.

do conflito, segundo os agricultores da região durante o período de seca e com a diminuição da vazão do rio, a água que passa pelo vertedouro é insuficiente para manter uma vazão (m^3/s) no canal do rio e esta vai diminuindo gradativamente até chegar no próximo barramento, isso, se repete ao longo do rio com um efeito em cascata, e assim, a água não consegue chegar até os outros barramentos a jusante e agravando a situação escassez hídrica no rio Boa Sorte.

4. Condições dos Barramentos Visitados

Durante a visita foram visitados 05 (cinco) barramentos, que segundo os usuários da região do conflito considerados os principais. Estes reservatórios para terem a função de armazenar água no curso do rio, foi uma construção de caráter público-social com o objetivo de beneficiar os usuários a jusante.

4.1 Barragem do Bezerra

Esta é a principal barragem do rio Boa Sorte e foi construída nas coordenadas S - 12.232810 e W -44.878560 pela CODEVASF na década de 80, com finalidade de acumular grande quantidade de água e funcionar como estoques a serem utilizados em períodos de estiagem, além disso, regularizar a vazão da água no curso do rio a jusante e de forma permitir a irrigação dos usuários. Esta barragem atende mais ou menos 40 famílias, mas devido à falta de água nos últimos anos muitos usuários não estão conseguindo irrigar, sendo que para utilizar a água, esta passa por canal (foto 01) mas durante o período de seca isto não é possível devido o rebaixamento do nível da água no barramento, quando é possível o volume é insuficiente para todos irrigar e também manter a vazão do rio.

Durante os anos sem gestão da água do barramento, sem manutenção e uso vertedor da barragem (foto 02) construído com a finalidade de regular a vazão do rio foi soterrado e enferrujado com o passar dos anos, hoje não possível realizar esse controle e para isso será necessário retirar o mesmo para manutenção e assim realizar o controle de vazão do rio a partir deste barramento, uma vez que o barramento tem a finalidade de armazenar água, sendo assim, o volume entra a montante deverá sair a jusante para a manutenção da vazão do rio.

Nesse sentido, foi instituída o Grupo de Trabalho para resolução de Conflitos das Águas Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, com o objetivo de realizar estudos e debates sobre os conflitos dos recursos hídricos na bacia (figura 01), propor soluções para os conflitos e promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, a sua proteção e conservação, e propor a atualização dos instrumentos legais sobre a gestão.

Com base no artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA encaminhou para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande o processo nº 2015-009548/TEC/DEN1308 para mediar o conflito dos usos dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, segundo o mesmo causado pelos barramentos construídos ao longo rio. A partir deste o Grupo de Trabalho para Resolução de Conflitos das Águas realizou uma visita no dia 09 de abril de 2019 aos barramentos construídos para averiguar as informações constantes no processo e conhecer o conflito *in loco* e ouvir os usuários como partes interessadas na solução do conflito, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, essenciais ao atendimento da legalidade dos processos administrativos.

Durante a visita da Grupo de Trabalho para Resolução de Conflitos das Águas em campo foram visitados 05 (cinco) barramentos, após estudo técnicos e considerando o monitoramento meteorológico, hidrológico, disponibilidade e a demanda hídrica, foi verificado que a bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte vem passando nos últimos anos com uma escassez hídrica e um aumento da demanda pelo uso das águas para os diversos fins.

2. Objetivos

Mediar o conflito de uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, conforme consta no processo nº 2015-009548/TEC/DEN1308 causado pelos barramentos construídos ao longo rio.

3. Ações do Comitê

Durante a visita do Grupo de Trabalho para Resolução de Conflitos das Águas, com base nas informações colhidas no local com os usuários para identificar a origem do conflito, foram visitados 05 (cinco) barramentos de montante para jusante com o objetivo de conhecer o foco de problema e a evolução do mesmo até o último barramento. A barragem do Bezerra, foi dita pelos usuários como a principal causadora



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE



Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte

1. Introdução

A gestão dos recursos hídricos vem se apresentando como um dos maiores desafios para a administração pública na atualidade, especialmente, diante do cenário de crise hídrica, reflexo do aumento da demanda, da poluição, da sua distribuição irregular na bacia, de variabilidades climáticas e das estratégias de gestão. O gerenciamento das águas exige, um conhecimento mais aprofundado da sua situação e dos impactos das mudanças climáticas, bem como o fortalecimento da gestão integrada, descentralizada e participativa.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, instituído pelo Decreto Estadual s/nº, de 05 de junho de 2001, no exercício da competência que lhe é outorgada.

Considerando a Deliberação do CBHSF nº 82, de 20 de novembro de 2014, que "Institui e disciplina Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH" - no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

CONSIDERANDO que a água é bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico;

CONSIDERANDO que a gestão de recursos hídricos deve sempre, no âmbito da bacia hidrográfica, proporcionar o uso múltiplo das águas;

CONSIDERANDO que o artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97 atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência para arbitrar em primeira instância administrativa conflitos relacionados ao uso de recursos hídricos;

Processo nº 001/2019

Interessado: CBH do Rio Grande

(Ref: Ofício nº 018/2019, de 19/08/2019)

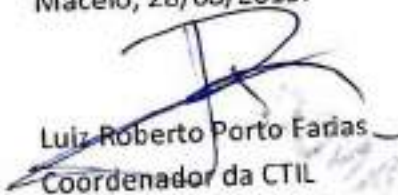
Assunto: Solicita Instauração de Procedimento Administrativo para Resolução de Conflito pelo uso de Recursos Hídricos na BH do Rio Boa Sorte.



Despacho

1. Recebido hoje.
2. Avoco a relatoria para análise da admissibilidade do pedido, nos termos do artigo 3º, da Deliberação nº 082/14.
3. Após, inclua-se na pauta da próxima reunião da CTIL.

Maceió, 28/08/2019.


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



§ 1º Uma vez considerado não se tratar de um conflito de uso de água, este será encaminhado à Diretoria Executiva - DIREX para arquivamento, dando-se ciência ao interessado.

§ 2º Dessa decisão caberá recurso a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias para apreciação em plenário.

Art. 4º Admitido o procedimento, o coordenador da CTIL notificará os demandados para apresentar sua resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º O coordenador da CTIL nomeará uma comissão de 03 (três) integrantes da Câmara para a condução do procedimento, podendo convidar membros de outras câmaras técnicas do CBHSF.

§ 2º Apresentada a resposta, o coordenador da CTIL convoca as partes para a audiência de conciliação.

§ 3º Havendo conciliação, a CTIL lavrará termo que conterà a matéria objeto da conciliação e será assinado pelas partes e membros da comissão, que encaminhará para a DIREX.

Art. 5º Findo o prazo de apresentação da resposta do demandado, a CTIL instruirá o feito com as informações pertinentes e encaminhará o procedimento para análise da(s) câmara(s) técnica(s) competente(s), caso necessário.

Art. 6º A(s) câmara(s) técnica(s) realizará(ão) as diligências que julgar necessárias, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, essenciais ao atendimento da legalidade dos processos administrativos.

Parágrafo único. A(s) câmara(s) técnica(s) deverá(o) apresentar à CTIL, seu parecer, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

Art. 7º Recebido(s) o(s) parecer(es) da(s) câmara(s) técnica(s), a CTIL analisará e emitirá parecer para ser encaminhado a DIREX, que deverá submeter à deliberação do Plenário.

Art. 8º Esta deliberação entrará em vigor a partir da aprovação pelo plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Maceió/AL, 20 de novembro de 2014.

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário do CBHSF

DELIBERAÇÃO CBHSF n° 82, de 20 de novembro de 2014



Institui e disciplina Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH - no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO, instituído pelo Decreto Presidencial s/n°, de 05 de junho de 2001, no exercício da competência que lhe é outorgada, e

CONSIDERANDO que a água é bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico;

CONSIDERANDO que a gestão de recursos hídricos deve sempre, no âmbito da bacia hidrográfica, proporcionar o uso múltiplo das águas;

CONSIDERANDO que o artigo 38, inciso II, da Lei n° 9.433/97 atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência para arbitrar em primeira instância administrativa conflitos relacionados ao uso de recursos hídricos;

CONSIDERANDO que o artigo 1°, inciso V, da Deliberação CBHSF n° 26, de 09 de dezembro de 2005, atribui competência à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do CBHSF para examinar os processos administrativos de conflito de uso de recursos hídricos e apresentar parecer ao plenário; e

CONSIDERANDO a necessidade de observar o artigo 37 da Constituição Federal que institui os princípios fundamentais da Administração Pública e a Lei n° 9.784/98 que estabelece os princípios e procedimentos do processo administrativo geral;

RESOLVE:

Art. 1° Instituir e disciplinar Procedimento Administrativo para a Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH - no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF.

Art. 2° O pedido de instauração de processo administrativo para instaurar possíveis conflitos de uso de recursos hídricos deverá ser encaminhado ao presidente do CBHSF, que posteriormente, o encaminhará à Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL para exame, na forma do artigo 1°, inciso V, da Deliberação CBHSF n° 26, de 09 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O pedido a que alude o *caput* deste artigo deverá ser encaminhado por escrito e devidamente assinado, bem como conter o relato dos fatos acompanhado dos documentos pertinentes.

Art. 3° Recebido o processo, a CTIL fará, em até 15 (quinze) dias, o juízo de admissibilidade da demanda, emitindo por meio de parecer quanto a continuidade ou não do procedimento.

através de mão-de-obra, maquinários (caçamba e retroescavadeira, por exemplo) e depósito para equipamentos apreendidos e/ou local para disposição de resíduos de demolição. O objetivo da operação seria de obstruir todos os canais irregulares que derivam água do Ribeiro Boa Sorte, bem como demolir todos os barramentos construídos artesanalmente. Os demais barramentos deverão ser regularizados pelos órgãos envolvidos na sua construção.



6. CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS

Diante do exposto, sugere-se a realização de uma operação planejada para que o INEMA possa auxiliar na resolução do conflito, no que tange ao passivo ambiental, dentro de suas competências. Sugere-se também o encaminhamento deste RFA para o Ministério Público Estadual e para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, para acompanharem o desfecho do caso. Foram emitidas a Notificação nº 2016-004754/TEC/NOT-1060 e Notificação nº 2016-004755/TEC/NOT-1061, solicitando a manutenção e regularização de alguns dos barramentos construídos.



7. CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO

Não se aplica.

7.1 DISPOSITIVO NORMATIVO INFRINGIDO

Não se aplica.

7.2 PRAZO PARA CORREÇÃO DA IRREGULARIDADE

Considerou-se o prazo de 90 dias por se tratarem de órgãos públicos.

8. Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

Não se aplica.

9. ANEXOS

- Notificação de Campo nº 068/2015 e Notificação nº 2016-004602/TEC/NOT-1025;
 - Notificação de Campo nº 069/2015 e Notificação nº 2016-004599/TEC/NOT-1023;
 - Notificação de Campo nº 070/2015 e Notificação nº 2016-004601/TEC/NOT-1024;
 - Notificação de Campo nº 071/2015 e Notificação nº 2016-004606/TEC/NOT-1027;
 - Notificação de Campo nº 072/2015 e Notificação nº 2016-004609/TEC/NOT-1028;
 - Notificação nº 2016-004755/TEC/NOT-1061;
 - Notificação nº 2016-004754/TEC/NOT-1060.
- Lista de presença de reuniões.

10. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DATA: 26/04/2016

Técnico(s)	Assinatura (s) / Carimbo(s)
Michael Pereira da Silva Engº Sanitarista e Ambiental	
Coordenador (a) / Diretor (a)	Assinatura (s) / Carimbo(s)

5.4 – Considerações

Considerando que o conflito de água no Ribeirão da Boa Sorte já se estende a várias décadas.

Considerando que o conflito foi exclusivamente gerado pela necessidade de água para agricultura, horticultura e dessedentação animal, pois há o abastecimento de água potável para o suprimento humano.

Considerando que os agentes construtores e/ou financiadores (das construções) tem responsabilidades, pela obra e sua operação e manutenção.

Considerando que todos têm direito ao uso da água, mas no seu leito natural e não desviá-la, de maneira ineficiente e sem autorização, apenas para sua comodidade (ou seja, no caso de dessedentação, os animais devem ser levados a ela e não o contrário), contribuindo para a degradação do manancial.

Considerando que existem barramentos feitos de forma precária, sem caráter técnico, sem obediência a técnicas de engenharia, nem as normas de segurança, quanto menos estudo técnico de viabilidade.

Considerando que todas as barragens foram construídas sem devidas autorizações e licenças dos órgãos competentes, estando, portanto, irregulares.

Considerando que todos os usuários derivam e/ou utilizam água sem as devidas outorgas ou sua dispensa.

Considerando que apesar dos barramentos estarem instalados em alguns imóveis rurais, não se pode responsabilizar integralmente o proprietário ou possuidor deles, uma vez que foram construídos por terceiros, assim como há várias pessoas beneficiadas por elas.

Considerando que se trata de uma região de comunidades de pequenos produtores rurais, já instalados há mais de cinco décadas, com a cultura de utilização de água enraizada da forma como ela se dá atualmente.

Considerando que as vistorias e reuniões não foram suficientes para promover o uso múltiplo das águas, conforme prevê a legislação em vigor.

Considerando o histórico e que os debates, palestras e acordos ocorridos até o momento não foram suficientes para a resolução do problema, indicando que esta não é a melhor solução.

Considerando que após o sistema de barragem não há água a jusante, causando efetiva degradação ambiental de natureza gravíssima.

Considerando que há uma "redução natural" da vazão do ribeiro, com tendência a diminuir a disponibilidade de água futuramente, o que traduz na necessidade de medidas drásticas desde já.

Considerando que qualquer intervenção no local gerará impactos positivos e negativos nos âmbitos ambiental, econômico, social e político e por isso a solução deve ser realizada com a intervenção de vários órgãos.

Considerando que o INEMA tem atribuição apenas na esfera administrativa.

Considerando que, da avaliação do conflito, apenas com a obstrução de todos os canais e com a revitalização da APP é que o Ribeirão Boa Sorte voltará a ser um recurso hídrico perene de sua nascente até a sua foz. Devido a sua capacidade de autodepuração, acredita-se que com o tempo o ribeiro tenderia a recuperar.

Considerando que idas à comunidade por parte do INEMA sem uma solução definitiva para o conflito apenas denigra a imagem do órgão, já que isto gera uma descrença para a comunidade da atuação efetiva deste Instituto.

Fazem-se as seguintes sugestões:

5.5 - Sugestões

1 - Encaminhamento do caso ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande para mediar a resolução do conflito, conforme prevê o Inciso I, Art. 7º, da Resolução Nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2- Encaminhar cópia do processo ao Ministério Público do Estado da Bahia para apurar as responsabilidades, já que a solução deve envolver uma série de órgãos de diversos seguimentos e esferas, de forma a acompanhar e promover, de forma planejada e organizada, a efetivação da resolução do conflito.

3 - O INEMA deverá realizar uma operação de fiscalização planejada para execução de intervenções, articulada com o Ministério Público Estadual (se possível), a Polícia Militar, o CREA e com apoio logístico



parcialmente a retirada indiscriminada de água do ribeiro. Apesar de nas notificações constarem prazos, elas foram apenas informativas, não sendo, portanto, esperadas respostas.

Essas medidas não surtiram o efeito esperado, uma vez que, segundo informado pelos "responsáveis" pelos barramentos, como são muitas as pessoas beneficiadas por eles, tanto foge ao controle intervir nas comportas laterais (dos canais), quanto na aceitação das informações transmitidas por eles por parte das comunidades. Assim, foi sugerida por eles uma reunião com os envolvidos.

5.3.2 Reuniões com as comunidades

Ao todo foram realizadas 04 (quatro) reuniões com as comunidades. A primeira ocorreu durante a Vistoria II, nas proximidades do Barramento do Bezerro, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro de 2015. A segunda ocorreu no aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro de 2015, na qual participaram as comunidades localizadas na parte norte do curso d'água (proximidades do Ponto 58 e montante). Já a terceira ocorreu aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2015, na qual participaram as comunidades localizadas na parte sul do curso d'água (proximidades do Ponto 136 e jusante). A quarta reunião ocorreu na sede da UR-Oeste do INEMA, aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro de 2015, com lideranças das comunidades e "responsáveis" pelos barramentos. As listas de presença das três últimas reuniões estão em anexo. As duas últimas contaram com a participação de uma representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Fernanda Henn Souza de Oliveira e de uma representante do Departamento de Meio Ambiente do Município de Catolândia, a Sra. Dary Almeida.

As três primeiras reuniões tiveram a mesma pauta, se tratando:

1 - Da Lei Federal 9.433/97 e Lei Estadual 11.612/09, que regulamenta que em caso de escassez a prioridade é o consumo humano e dessedentação animal. As comunidades já contam com sistema de abastecimento humano (água potável) fornecido pela EMBASA/CERB.

2 - Pelo Decreto Estadual 14.024/2012 e Lei Estadual 10.431/06, os barramentos em cursos d'água só poderão ser instalados e licenciados mediante o licenciamento ambiental e outorga para intervenção em curso d'água. Canais seguem a mesma linha (licença e outorga para derivação de água).

3 - Toda e qualquer retirada de água deverá ser precedida de outorga ou sua dispensa.

4 - Em vista da escassez é necessária uma diminuição da produção no período de estiagem, já que o manancial não suporta a irrigação feita no atual modelo (por inundação).

5 - O sistema de irrigação utilizado é ineficiente, tanto do ponto de vista técnico, pouco eficiente, quanto do ambiental, havendo muito desperdício de água no transporte pelos canais.

6 - A realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), bem como a recuperação das Áreas de Preservação Permanente do Ribeiro Boa Sorte, conforme preconiza a Lei Federal 12.651/2012.

7 - A solução para o problema, haja vista a situação encontrada, seria a organização das comunidades a fim de buscar recursos para a implantação de um sistema de captação de água por meio de conjunto motobomba e tubulação para a distribuição, mediante autorização prévia junto ao INEMA.

A quarta reunião teve a finalidade de orientação e conhecimento aos presentes quanto ao posicionamento deste INEMA em relação ao passivo ambiental, conforme descrito nos itens que se seguem.

5.3.3 Notificações aos responsáveis pela construção dos barramentos

Tendo em vista a segurança e a viabilidade técnica e econômica de alguns barramentos (os construídos a partir de técnicas de engenharia), foram emitidas duas notificações, sendo a primeira à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para que viabilize a manutenção dos barramentos construídos por ela, bem como promova a sua regularização ambiental junto ao órgão competente. A segunda à Prefeitura Municipal de Barreiras, a fim de viabilizar a manutenção dos barramentos construídos por ela, bem como promova a sua regularização ambiental deles junto ao órgão competente, além da retirada dos resíduos do barramento ruído.





Figura 41 - Detalhe do lago formado a montante do barramento.

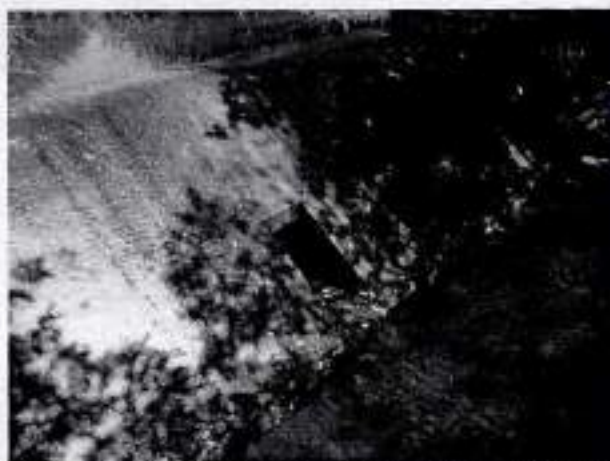


Figura 42 - Detalhe do barramento e de sua descarga de fundo.



Figura 43 - Comporta do canal de derivação da água do Ribeiro Boa Sorte.



Figura 44 - Canal de derivação da água do Ribeiro Boa Sorte.

Ao final das três vistorias pode-se entender que o conflito existente se dá pelo uso da água, seja para a agropecuária, seja para a irrigação de hortas. A impressão passada pelas pessoas ouvidas é de que, apesar das proporções tomadas pelo caso (com até matéria exibida na TV local), a preocupação dos ribeirinhos é em poder utilizar a água e não com o curso d'água em si. Quem está a montante não quer perdê-la, além de que há décadas a utilizam dessa maneira, o que é de difícil mudança de cultura nesse sentido, bem como quem está a jusante e não tem, quer ela para irrigação. Os desentendimentos recorrentes não são a favor da proteção do manancial e sim na divisão da água. A própria comunidade que mais reclama e a mais prejudicada (Ponto 136), também fez tentativas para reter a água e/ou desviá-la, para que de alguma forma utilizá-la.

5.3 - Medidas Adotadas

Ao longo das três vistorias e da apuração do processo em epígrafe, foram tomadas algumas medidas, a saber:

5.3.1 Notificações de Campo

Durante a Vistoria II foram procurados os "responsáveis" pelos barramentos, aos quais foi explicada a situação legal dos sistemas, bem como foram deixadas, com cinco deles, as notificações de campo informando sobre o uso prioritário da água durante todo o período de estiagem de chuvas. A atuação da equipe de fiscalização foi de orientar essas pessoas para que pudessem atuar como multiplicadores das informações, entendendo que elas tinham papel de destaque nas comunidades e assim solucionar



Figura 38 – Curso d'água Ribeiro Boa Sorte.



Figura 39 – Intervenção para desvio de água do ribeiro.



Figura 40 – Detalhe da intervenção.



5.2.3.2 Barramento do Barroão

O Barramento do Barroão (Figuras 41 e 42) também foi construído em concreto armado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e doado a população, segundo informado pela própria. Ao lado dele há um canal, munido de comporta em aço (Figuras 43 e 44), pelo qual há o desvio da água do ribeiro. Não foi possível obter informações a respeito da descarga de fundo.

Apesar de ter sido realizado pelo poder público, não foram identificadas a outorga e nem a licença ambiental para este empreendimento. Segundo informado, tanto as comportas (de fundo e do canal adjacente), quanto o barramento nunca passaram por manutenção. Por esse motivo entende-se que pode haver uma quantidade considerável de sedimentos acumulados a montante dele. O lago formado por esse barramento possui pequenas dimensões.

No momento da inspeção observou-se que parte da água fluía pelo seu vertedor para jusante do barramento. Esse barramento encontra-se instalado no Município de Catolândia.



Figura 34 - Vista da localização do Barramento Olhos D'água.



Figura 35 - Água escoando pelo vertedor do barramento.

Página
32
~~EM EFEITO~~
CIBH SÃO FRANCISCO
Páginas
32
AGÊNCIA PEIXE VIVO



Figura 36 - Vista do Ribeiro Boa Sorte a jusante do barramento.



Figura 37 - Lago formado pelo barramento.

5.2.3 Vistoria III

A terceira vistoria ocorreu aos 03 (três) dias do mês de novembro de 2015, nela foi inspecionado o trecho a jusante do barramento Brejo Novo do Ribeiro Boa Sorte, localizado nas proximidades da comunidade conhecida como Barreiras Sul, bem como o barramento do Barrocão, o mais a montante instalado.

5.2.3.1 Ribeiro Boa Sorte

A inspeção no trecho citado Ribeiro Boa Sorte (Figuras 38 a 40) resume o resultado de todo o impacto gerado pelas ações ao longo da bacia e do curso d'água em questão. A situação encontrada não permite diferir se trata-se de curso d'água ou de talvegue de drenagem natural de água pluvial. Foram identificadas várias motobombas instaladas para a captação da água na comunidade Canabrava, no momento inutilizadas pela falta de água. Os impactos ambientais abrangem a falta de água, a vegetação no entorno, a fauna direta (peixes, fito e zooplâncton) e indireta que utilizariam a água, entre outros.



Figura 31 - Vista do Ribeirão Boa Sorte a jusante do barramento.



Figura 32 - Lago formado pelo barramento.

Página
37
SEM EFEITO
SÃO FRANCISCO
páginas
33
AGÊNCIA PEIXE VIVO



Figura 33 - Canal de derivação de água do Ribeirão Boa Sorte.

5.2.2.7 Barramento Olhos D'água

O Barramento Olhos D'água (Figuras 34 a 36) também foi construída em concreto armado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e doada a população, segundo informado pela própria. Ao lado dele há um canal, munido de comporta em aço, pelo qual há o desvio da água do ribeirão. Não foi possível obter informações a respeito da descarga de fundo.

Apesar de ter sido realizado pelo poder público, não foram identificadas a outorga e nem a licença ambiental para este empreendimento. Segundo informado, tanto as comportas (de fundo e do canal adjacente), quanto o barramento nunca passaram por manutenção. Por esse motivo entende-se que pode haver uma quantidade considerável de sedimentos acumulados a montante dele. O lago formado por esse barramento possui pequenas dimensões (Figura 37).

No momento da inspeção observou-se que parte da água fluía pelo seu vertedor para jusante do barramento.



Figura 28 – Vista do Ribeirão Boa Sorte a jusante do barramento.



5.2.2.6 Barramento do Brejinho

O Barramento do Brejinho (Figuras 29 e 31) foi construído em concreto armado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (CODEVASF) e doada a população, segundo informado pela própria. Ao lado dele há um canal, munido de comporta em aço, pelo qual há o desvio da água do ribeirão. Não foi possível obter informações a respeito da descarga de fundo.

Apesar de ter sido realizado pelo poder público, não foram identificadas a outorga e nem a licença ambiental para este empreendimento. Segundo informado, tanto as comportas (de fundo e do canal adjacente), quanto o barramento nunca passaram por manutenção. Por esse motivo entende-se que pode haver uma quantidade considerável de sedimentos acumulados a montante dele. O lago formado por esse barramento possui pequenas dimensões (Figura 32).

No momento da inspeção observou-se que parte da água fluía pelo seu vertedor para jusante do barramento.



Figura 29 – Vista da localização do Barramento do Brejinho.



Figura 30 – Água escoando pelo vertedor do barramento.



Figura 22 - Barramento do Bezerra.



Figura 23 - Vista posterior do barramento.



Figura 24 - Comparação da altura do barramento com a de uma pessoa.



Figura 25 - Placa de inauguração do barramento.



Figura 26 - Lago formado pelo barramento.



Figura 27 - Descarga de fundo inutilizada.



Figura 18 - Barramento em concreto ruído.



Figura 19 - Detalhe do barramento ruído.



Figura 20 - Canal adjacente ao barramento ruído.



Figura 21 - Barramento do Bianco, vista frontal.

5.2.2.5 Barramento do Bezerra

O Barramento do Bezerra (Figuras 22 a 24) foi construído em concreto armado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, na década de 1980 (Figura 25), segundo uma placa instalada no local. Trata-se de um barramento de grandes dimensões, o maior dos instalados, com cerca de 5 metros de altura. Ao lado dele há um canal, de dimensões consideráveis, munido de comporta em aço, pelo qual há o desvio da água do ribeiro. A água que chegava ao barramento, no momento da inspeção, não era suficiente para vencê-lo, já que boa parte dela escoava pelo canal adjacente. A descarga de fundo não se encontrava em operação, tendo sido informado, inclusive, que já houve tentativas de abertura dela pela população (Figura 26).

Apesar de ter sido realizado pelo poder público, não foram identificadas a outorga e nem a licença ambiental para este empreendimento. Segundo informado, tanto as comportas (de fundo e do canal adjacente), quanto o barramento nunca passaram por manutenção. Por esse motivo entende-se que há um grande volume de sedimentos acumulados a montante dele. Resta saber se está ou não dentro do valor especificado no seu projeto. O lago formado por esse barramento possui dimensões consideráveis (Figura 27).

No momento da inspeção observou-se que praticamente não havia a passagem de água para jusante do barramento, apesar de todo o volume armazenado.



Figura 14 - Barramento Volta Grande, vista frontal.



Figura 15 - Vertedores do barramento.



Figura 16 - Detalhe do acúmulo de água a montante do barramento.



Figura 17 - Lago formado pelo barramento.

5.2.2.4 Barramento do Bianco

Neste local há dois tipos de barramento:

1 - Há um barramento ruído, construído em concreto pela Prefeitura Municipal de Barreiras, não cumprindo mais a sua finalidade. Todo o material oriundo dele ainda encontra-se no leito do Ribeiro Boa Sorte (Figuras 18 e 19). Apenas a estrutura de desvio da água por meio de canal ainda está operando (Figura 20).

2 - O barramento em operação é o Barramento do Bianco. Ele foi construído artesanalmente em sacos de areia e madeira, não possuindo descarga de fundo (Figura 21) ou comportas laterais para desvio de água. Toda a operação nesse sentido é realizada por meio de acréscimo ou decréscimo da cota do vertedor (com tábuas), instalado nas proximidades da faixa direita do barramento. Segundo informado, não há um único responsável pela intervenção do curso d'água, bem como os beneficiados por ela. Não há outorga nem licença ambiental para este empreendimento.

No momento da inspeção havia água passando, tanto pelos vertedores, quanto pelo canal adjacente a ele. O lago formado pelo barramento é de pequenas proporções.

uma maior vazão de água. A exemplo do barramento anterior foram instalados tubos "by-pass" para a passagem de água para jusante (Figura 12). A descarga de fundo não se encontrava em operação.

Apesar de ter sido realizado pelo poder público, não foram identificadas a outorga e nem a licença ambiental para este empreendimento. Segundo informado, tanto as comportas (de fundo e dos canais adjacentes) quanto o barramento nunca passaram por manutenção. Por esse motivo entende-se que há um grande volume de sedimentos acumulados a montante dele. Resta saber se está ou não dentro do valor especificado no seu projeto. O lago formado por esse barramento é pequeno, não alcançando mais que alguns metros (Figura 13).



Figura 10 - Vertedouro do Barramento da Mata.



Figura 11 - Comporta metálica de canal adjacente ao barramento.



Figura 12 - Ribeirão Boa Sorte a jusante do barramento.



Figura 13 - Lago formado pelo barramento.



5.2.2.3 Barramento Volta Grande

O Barramento Volta Grande (Figura 14) foi construída artesanalmente em sacos de areia e madeira, não possuindo descarga de fundo ou comportas laterais para desvio de água. Toda a operação nesse sentido é realizada por meio de acréscimo ou decréscimo da cota dos vertedores (com tábuas), instalados nas proximidades das faixas direita e esquerda do barramento (Figuras 15 e 16). Segundo informado, não há um único responsável pela intervenção do curso d'água, bem como os beneficiados por ela. Não há outorga nem licença ambiental para este empreendimento.

No momento da inspeção havia água passando, tanto pelos vertedores, quanto pelo canal adjacente a ele. O lago formado pelo barramento é de pequenas proporções (Figura 17).

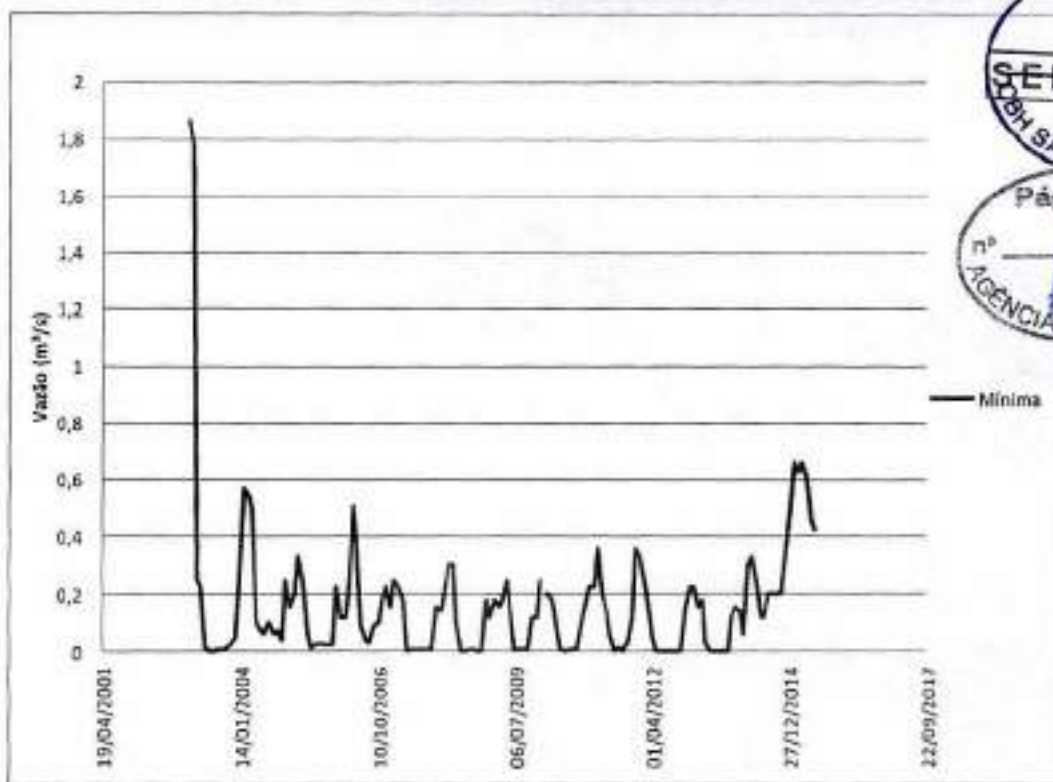


Figura 8 – Vazões mínimas da Estação Fluviométrica 46555000, localizada no Ribeiro Boa Sorte.

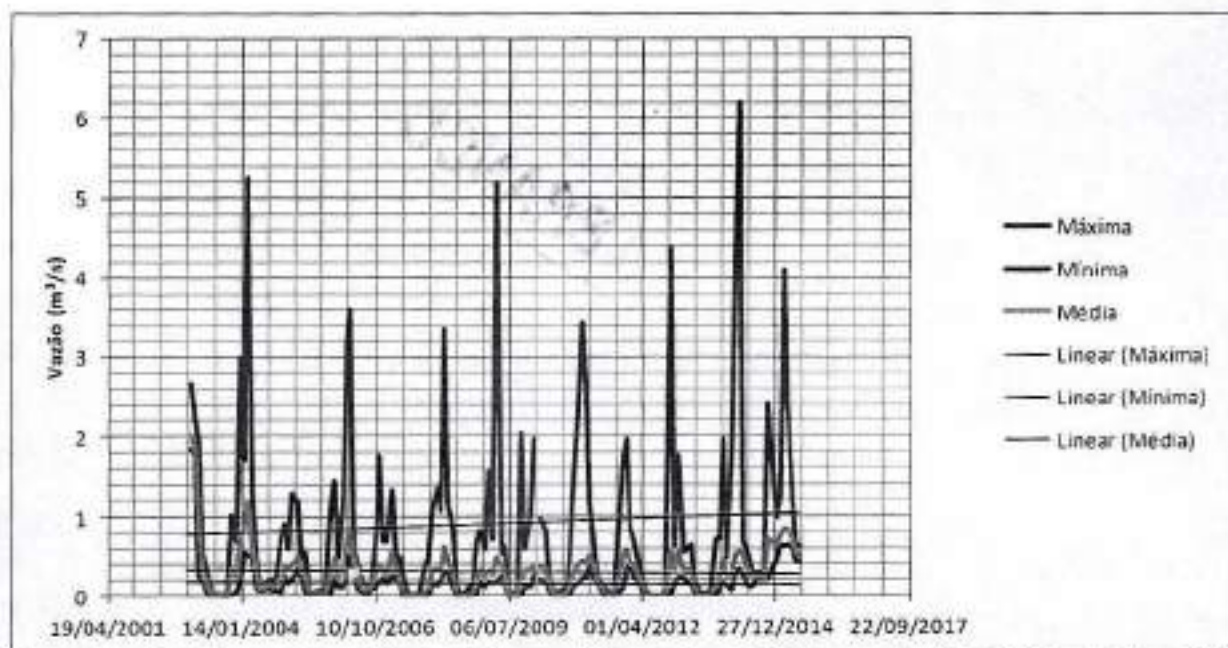


Figura 9 – Linhas de tendência das vazões máximas, médias e mínimas da Estação Fluviométrica 46555000, localizada no Ribeiro Boa Sorte.

5.2.2.2 Barramento da Mata

O Barramento da Mata (Figura 10) foi construído em concreto armado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, segundo informações obtidas no local. Ao lado dele há dois canais, munidos de comportas em aço (Figura 11), pelas quais há o desvio da água do ribeiro. A água que chegava ao barramento, no momento da inspeção, não era suficiente para vencê-lo, já que boa parte dela escoava pelos canais adjacentes. Foi informado inclusive que no passado houve um rebaixamento das cotas dos canais adjacentes a fim de derivar

partir desses dados é possível concluir, ao se analisar as linhas de tendência para as vazões máximas e mínimas (Figuras 8 e 9), que:

1 - Está ocorrendo uma interferência na sua bacia hidrográfica, tornando-a menos permeável, se reflete numa tendência de aumento do escoamento superficial ao longo dos anos.

2 - Em função do item 1 e do uso ineficiente da água, as vazões médias e mínimas vão diminuindo com o tempo, situação preocupante para a manutenção do curso d'água.

Páginas
nº 40
AGÊNCIA PEIXE VIVO



Figura 2 - Vista frontal do Barramento Brejo Novo.



Figura 3 - Vista da soleira do barramento.



Figura 4 - Ribeiro Boa Sorte a jusante do barramento.



Figura 5 - Ribeiro boa sorte após a Estação Fluviométrica 46555000.



Figura 6 - Lago formado pelo acúmulo de água devido ao Barramento Brejo Novo.



Figura 7 - "By-pass" a fim de propiciar a passagem da água para jusante do curso d'água em questão.

5.2.1 Vistoria I

A primeira vistoria ocorreu aos 10 (dez) dias do mês de setembro de 2015, um dia após a comunicação ao INEMA. Essa vistoria se ateve basicamente a tomar conhecimento do problema. Ela foi acompanhada pelo Sr. Joaquim. Inicialmente verificou-se o barramento denominado Represa Brejo Novo (Figura 2, Ponto 43), no qual observou-se que a partir desse ponto a água praticamente se extinguiu no Ribeiro Boa Sorte (Figura 3). Este barramento foi construído artesanalmente, sem obedecer a qualquer norma técnica. A água remanescente do barramento é a que o atravessava (algo inseguro para este tipo construção). No momento da vistoria o volume de água que chegava não era suficiente para proporcionar a elevação do seu nível a ponto de verter sobre o barramento. Essa situação indicava que o problema estava a montante.

Ao investigar o barramento a montante chegou-se à residência do Sr. Pedro Monteiro, o qual explicou que esse sistema de barramento existente no Ribeiro Boa Sorte é algo consolidado a mais de 50 anos. Havia um sistema de "noites d'água", estabelecido de forma a organizar o uso da água via canais ao longo do referido curso d'água, de forma a satisfazer a necessidade dos produtores, bem como não haver falta d'água em nenhum trecho do ribeiro.

Nesse sistema, em cada barramento haveria uma pessoa responsável pela operação do sistema de vertedouros, comportas, tanto a de fundo (quando existente), quanto as laterais, que controlam a água desviada do ribeiro para a agricultura. Dessa maneira, de montante para jusante, a cada noite, um responsável pelo barramento fecharia totalmente as comportas de desvio de água, de forma que toda ela vertesse para o ribeiro e assim, chegasse com facilidade na sua foz. O problema se agravou pelo fato de existirem muitas pessoas que "dependiam" do recurso hídrico e devido a isto, essa organização não se manteve, não sendo respeitado o acordo e fugindo do controle dos responsáveis pelos barramentos. Um dos indícios que confirmam este fato é que foram colocadas correntes e cadeados nas comportas, para fim de controle de operação e mesmo assim, pessoas não identificadas, perfuraram as comportas, para que, independentemente de estar aberta ou fechada a comporta, sempre haverá água desviada para os canais.

O Sr. Pedro Monteiro sugeriu uma nova inspeção, agendada para o dia 17/09/2015, na qual ele iria percorrer todos os 08 (oito) barramentos instalados ao longo do Ribeiro Boa Sorte.

5.2.2 Vistoria II

A segunda vistoria ocorreu aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro de 2015, com a presença do Sr. Pedro Monteiro. Nela foram percorridos 07 (sete) barramentos instalados ao longo do Ribeiro Boa Sorte. A seguir são apresentadas as informações referentes ao sistema de barramentos instalados, seguindo-se a ordem de jusante para montante, até o sétimo barramento. O oitavo foi identificado na Vistoria III.

5.2.2.1 Barramento Brejo Novo

O Ribeiro Boa Sorte, a jusante do barramento denominado Brejo Novo (Figuras 2 e 3), estava praticamente seco (Figuras 4 e 5), sendo que este ponto está a mais de 8 km de sua foz. A pouca água que chegava ao barramento não era suficiente para ultrapassá-lo, nem mesmo para seguir pelos canais adjacentes a ela. A alternativa encontrada por moradores foi a instalação de uma tubulação, formando uma espécie de "by-pass", para que menos uma parte da água seguisse para jusante do barramento. O lago formado por esse barramento é pequeno, não alcançando mais que alguns metros (Figura 6).

O barramento Brejo Novo foi construído artesanalmente em argila e madeira, não possuindo descarga de fundo (Figura 7) ou comportas laterais para desvio de água. Toda a operação nesse sentido é realizada por meio de sacos de areia. Segundo informado, não há um único responsável pela intervenção do curso d'água, bem como os beneficiados por ela. Não há outorga nem licença ambiental para este empreendimento.

Logo após a ponte está instalada uma estação fluviométrica, a Estação nº 46555000, da qual foi possível constatar, a partir dos dados disponibilizados pela Plataforma Hidroweb da Agência Nacional de Águas, que é recorrente em alguns períodos dos anos, a falta de água no ribeiro (Figuras 8 e 9). Também a

Além do impacto ambiental, a comunidade localizada a jusante, conhecida na cidade pela tradição em horticultura, está com sua produção comprometida, onde vários produtores abandonaram a atividade. Essa situação de escassez ocorre sempre no período de estiagem de chuvas, sendo de maio a outubro.

5.2 Vistorias Realizadas

Diante da complexidade do conflito e a extensão do curso d'água a ser averiguada, foram realizadas 03 (três) vistorias em campo. Ao longo delas foram registradas as fotografias e os pontos com o auxílio do GPS. A Figura 1 apresenta os pontos de interesse e o percurso percorrido. A Tabela 1 traz a descrição dos pontos.



- ▲ Pontos de Interesse
- Percurso Percorrido
- Limite Municipal
- Rio Permanente
- Rio Intermitente
- Terrano Sujeito à Inundação



Figura 1 – Imagem do percurso percorrido e pontos de interesse.

Tabela 1 – Descrição de pontos de interesse.

Ponto	Altitude	Latitude	Longitude	Descrição
136	577,59	-12,28514	-44,87063	Barramento denominado do Barroco.
60	562,72	-12,26912	-44,87094	Barramento denominado Olhos D'água.
59	558,28	-12,25548	-44,86867	Barramento denominado do Brejinho.
58	534,31	-12,23281	-44,87856	Barramento denominado do Bezerra.
57	522,38	-12,22038	-44,88765	Barramento denominado do Bisão.
46	522,23	-12,21896	-44,89661	Barramento denominado Volta Grande.
44	511,57	-12,22673	-44,90727	Barramento denominado da Mata.
43	497,13	-12,22739	-44,92887	Barramento denominado Brejo Novo.
62	459,22	-12,21072	-44,96871	Ribeiro Boa Sorte totalmente seco.

GEORBAHIA

N.º RFA-0857/2016-27108

INDEXADO AO(S) PROCESSO(S): 2015-009548/TEC/DEN-1308

1. ATENDIMENTOPERÍODO: 10/09/2015 a
19/11/2015

INÍCIO: 09:00

TÉRMINO: 16:00

Página

SEM EFEITO**2. IDENTIFICAÇÃO**Razão Social/Pessoa Física:
VáriosCNPJ/CPF:
Não se aplica.

Endereço para correspondência:

Não se aplica.

CEP: Não se aplica.

Participantes da Inspeção: Vários.

Função: Não se aplica.

Telefone:

Fax:

E-mail:

3. LOCAL DA INSPEÇÃO (Rua, n.º, bairro, localidade): Município: Barreiras

Comunidades rurais localizadas às margens do Riacho Boa Sorte, Barreiras/BA.

Ponto de referência:

Coordenadas Geográficas – Décimo de Grau
(5 casas decimais) Datum SIRGAS 2000

Recurso Hídrico: Riacho Boa Sorte

Latitude: Vários.

Longitude: Vários.

Bacia Hidrográfica: Rio Grande

Localizado em Unidade de Conservação – UC [] SIM [x] NÃO

Nome: Não se aplica.

Páginas

43

AGÊNCIA PEIXE VIVO

4. HISTÓRICO

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2015 foi formado o processo nº 2015-009548/TEC/DEN-1308, tendo como fator gerador que pessoas da Canabrava estão fazendo barramento na Barragem do Boqueirão prejudicando quem usa essa água para o consumo. Foi informado também que a fiscalização já esteve nesse local.

5. DESCRITIVO DA INSPEÇÃO**5.1 O Conflito**

Ao realizar a primeira vistoria para a averiguação do fato gerador do processo, percebeu-se que se tratava de um conflito de grandes dimensões, abrangendo um sistema de 08 (oito) barramentos construídos em série e várias famílias de pequenos produtores rurais (estimadas em mais de cem), tendo inclusive um histórico de denúncias e reuniões com o então CRA, atualmente INEMA, desde a década de 90.

Em resumo, pode-se caracterizar o problema como um conflito pelo uso da água que resultou na ocorrência de danos ambientais gravíssimos ao curso d'água Ribeiro Boa Sorte, transformando parte do seu leito do tipo perene para intermitente.

Cada barramento foi concebido com o objetivo duplo de armazenamento e de elevação do nível da água de forma que ela possa escoar por canais escavados (instalados adjacentes às barragens) até as lavouras dos beneficiados. Nesse sistema há dois pontos fundamentais: 1 – os canais foram construídos artesanalmente e devido à falta de sua impermeabilização, grande parte da água derivada se perde no caminho, seja por infiltração, seja por evaporação. Dessa maneira, é necessária uma derivação de uma vazão considerável no início do sistema, para que chegue água satisfatoriamente no fim dele. 2 – o somatório das derivações via canais ao longo do ribeiro resultou na completa falta de água no seu leito a partir de determinado trecho, causando efetiva degradação ambiental.

6. O artigo 38, II, da Lei n° 9.433/97, atribui aos "comitês de bacias hidrográficas a competência para arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso de recursos hídricos".

7. O Regimento Interno do CBHSF prevê no artigo 5°, II, que compete ao comitê "arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, no âmbito de sua área de atuação".

8. No âmbito do CBHSF, a competência para análise do pedido de conflito é da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), nos termos do artigo 2°, letra a, inciso II, da Deliberação n° 102, de 06 de dezembro de 2018, e do artigo 2° da Deliberação n° 82, de 20 de novembro de 2014.

9. No caso presente, constata-se que o autor do pedido é o CBH Rio Grande, comitê de bacia afluente do Rio São Francisco, e que o conflito relatado ocorre na bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte, integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.


10. Além do mais, o relato dos fatos constantes nos relatórios que acompanham a inicial (fls.04-23 e 26-43), comprovam a existência do conflito na bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte, bem como os prejuízos que vem sofrendo os usuários da região.

11. Desse modo, presentes os requisitos de admissibilidade, quais sejam, o seu cabimento, a legitimidade da parte, a inexistência de fato impeditivo e a existência de fatos que comprovam o conflito, impõe-se o conhecimento e admissibilidade do pedido.

III. Conclusão

12. Ante o exposto, opino pela admissibilidade do pedido para que seja processado nos termos da Deliberação n° 82, de 20 de novembro de 2014, que regula a matéria no âmbito do CBHSF. h

De Maceió para Recife, em 26 de setembro de 2019.


Luiz Roberto Porto Farias
Relator



Processo nº 001/2019

Interessado: CBH Rio Grande

Assunto: Instauração de Procedimento Administrativo para Resolução de Conflito pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte.

PARECER CTIL nº 005/2019

I. Relatório

1. Trata-se de pedido de abertura de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Boa Sorte, formulado pelo Presidente do CBH Rio Grande, localizado no oeste do estado da Bahia.

2. Em resumo, alega o CBH requerente que o conflito se encontra instaurado devido a construção irregular de vários barramentos ao longo do rio Boa Sorte, fato que vem comprometendo o abastecimento de água para os produtores rurais e famílias que vivem na localidade atingida.

3. Com a inicial veio relatório técnico elaborado pelo CBH Rio Grande (fls. 04-23). Posteriormente, foi anexado relatório de fiscalização ambiental elaborado pelo INEMA/BA (fls. 26-43).

4. É o breve relato. Nos termos do artigo 3º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, passo a análise da admissibilidade do pedido.

II. Da Admissibilidade

5. Inicialmente cumpre verificar se o pedido em questão deve ser ou não recebido e processado.

M



Barreiras/BA, 18 de Outubro de 2019

Ofício Circular nº 31/2019
Ilustríssimo Senhor
Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao Ofício circular nº 12/2019, com o intuito de prestar mais informações do procedimento em epígrafe, venho, respeitosamente à presença de vossa senhoria encaminhar os documentos sobre o Conflito pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Boa Sorte.

1. Relatório de Fiscalização Ambiental;
2. Apresentação sobre o Conflito pelo uso da água – Rio Boa Sorte, apresentada na XXXII Reunião Ordinária;
3. Ata da XXXII Reunião Ordinária;
4. Apresentação sobre o Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, apresentada na XXI Reunião Extraordinária;
5. Ata da XXI Reunião Extraordinária;
6. Deliberação CBHRG N°02/2019 de 16 de Agosto 2019, sobre o Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte;
7. Relatório Técnico do Conflito Rio Boa Sorte, após visita técnica;
8. Ofício Circular N° 01/2019 – Promotoria de Justiça;
9. Ofício Circular N° 18/2019, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco sobre Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte;

Atenciosamente,


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE

CBH Rio Grande - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande
Rua Anibal Alves Barbosa, 175 – Centro – CEP.: 47.803-090 – Barreiras/BA (77) 3613-1236



Assunto **Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para <antonio.carmo@codevasf.gov.br>
Cópia <laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>
Data 11/10/2019 17:32

- OFICIO CTIL nº 10.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE CODEVASF.pdf (~427 KB)

Prezado Antônio José do Carmo,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 10/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor

Antônio José do Carmo

Chefe do Escritório Regional de Barreiras

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



Assunto **Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para <gabinete@barreiras.ba.gov.br>
Cópia <laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>
Data 11/10/2019 17:34



- OFICIO CTIL nº 11.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE PREFEITURA DE BARREIRAS.pdf (~425 KB)

Prezado João Barbosa de Souza Sobrinho,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

11/10/2019

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 11/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor

João Barbosa de Souza Sobrinho

Chefe de gabinete do município de Barreiras
Prefeitura Municipal de Barreiras

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF
Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,


Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/10/3-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



Assunto **Fwd: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para <saul.cavalcante@inema.ba.gov.br>
Cópia <laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br>
Data 11/10/2019 17:36



- OFICIO CTIL nº 12.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE INEMA.pdf (~427 KB)

Prezado Saul de Souza Cavalcante Reis,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 12/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor

Saul de Souza Cavalcante Reis

Coordenador da Unidade Regional de Barreiras

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748





Assunto **Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para <athaydepimentel@hotmail.com>
Cópia <laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>
Data 11/10/2019 17:38

- OFICIO CTIL nº 13.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE PREFEITURA DE CATOLÂNDIA.pdf (~425 KB)

Prezado Gilvan Pimentel Atalde,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

[Faint, illegible stamp or signature]

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 13/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor
Gilvan Pimentel Ataíde
Prefeito Município de Catolândia

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF
Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,



Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL



Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748

Assunto **Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para <barreiras@mpba.mp.br>
Cópia <laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>
Data 11/10/2019 17:39



- OFICIO CTIL nº 14.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE MPBA.pdf (~425 KB)

Prezado Dr. Eduardo A. Bittencourt Filho,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

COMISSÃO

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 14/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor
Dr. Eduardo A. Bittencourt Filho
Promotor Ambiental
Ministério Público da Bahia

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF
Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da Instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



Assunto: **Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De: <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Para: <jr_nunes7@hotmail.com>
Cópia: <laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br>
Data: 11/10/2019 17:40



- OFICIO CTIL nº 15.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE CBH Rio Grande.pdf (~425 KB)

Ao CBH Rio Grande,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Além disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 15/2019

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2019

Ilmo Senhor

Demóstenes da Silva Nunes Júnior

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,


Nos termos do artigo 4º da Deliberação nº 82, de 20 de novembro de 2014, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria da Instauração, no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de procedimento administrativo para resolução de conflito pelo uso de recursos hídricos, suscitado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA), afluente do Rio São Francisco.

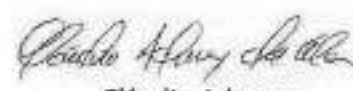
Sendo assim, solicitamos a essa Companhia que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do presente, preste as informações que julgar necessárias, acompanhadas dos documentos que entender cabíveis.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h as 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748

Assunto **RE: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF**
De Saul de Souza Cavalcante <saul.cavalcante@inema.ba.gov.br>
Para conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br
<conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Cópia laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br
<laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>
Data 25/10/2019 15:46



Boa Tarde a todos,

Em resposta ao Ofício CTIL CBHSF nº 12/2019.

Informamos que não sugerimos novos fatos referentes ao conflito do rio Boa Sorte. O material que dispomos está presente nos relatórios constante do processo.

Atenciosamente,

Saul de Souza Cavalcante Reis
Coord. Regional do INEMA/Barreiras

De: conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>

Enviado: sexta-feira, 11 de outubro de 2019 17:36

Para: Saul de Souza Cavalcante <saul.cavalcante@inema.ba.gov.br>

Cc: laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br <laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br>

Assunto: Fwd: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Saul de Souza Cavalcante Reis,

Segue em anexo o Ofício do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 a pedidos do representante da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA).

Em disso, o Ofício contém o link para acesso ao processo.
Qualquer dúvida estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº001/2019.



Rubia

De: Rubia <rubia.mansur@agbpeixe vivo.org.br>
Enviado em: quinta-feira, 17 de outubro de 2019 11:33
Para: 'claudioademar@yahoo.com.br'; 'Moisés Menezes'; 'Frederico Santos'; 'João Bastos Neto'
Cc: 'lrpfarias (lrpfarias@uol.com.br)'; 'francimara.pereira@agbpeixe vivo.org.br'; 'mauricio.oliveira@agenciapeixe vivo.org.br'; 'Laura Rainoni'
Assunto: CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE - CTIL/CBHSF
Prioridade: Alta

Prezados,
Bom Dia

Os membros da **Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019** estão convocados para reunião e visita técnica a se realizarem nos dias **04 e 05 de novembro de 2019 em Barreiras/BA.**

Favor confirmar recebimento e presença.

Atenciosamente,





Barreiras/BA, 18 de Outubro de 2019

Ofício Circular nº 31/2019
Ilustríssimo Senhor
Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

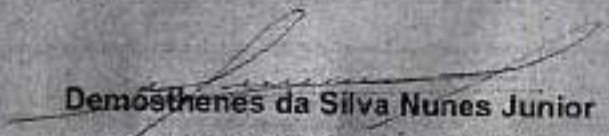
Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao Ofício circular nº 12/2019, com o intuito de prestar mais informações do procedimento em epigrafe, venho, respeitosamente à presença de vossa senhoria encaminhar os documentos sobre o Conflito pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Boa Sorte.

1. Relatório de Fiscalização Ambiental;
2. Apresentação sobre o Conflito pelo uso da água – Rio Boa Sorte, apresentada na XXXII Reunião Ordinária;
3. Ata da XXXII Reunião Ordinária;
4. Apresentação sobre o Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, apresentada na XXI Reunião Extraordinária;
5. Ata da XXI Reunião Extraordinária;
6. Deliberação CBHRG N°02/2019 de 16 de Agosto 2019, sobre o Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte;
7. Relatório Técnico do Conflito Rio Boa Sorte, após visita técnica;
8. Ofício Circular N° 01/2019 – Promotoria de Justiça;
9. Ofício Circular N°18/2019, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco sobre Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte;

Atenciosamente,


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE


CBH Rio Grande - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande
Rua Anibal Alves Barbosa, 175 – Centro – CEP.: 47.803-090 – Barreiras/BA (77) 3613-1236


190 problemas em várias obras. Na Consulta pública, serão apresentados o
191 diagnóstico e o prognóstico de cada obra. Não se pode falar em obras de infraestrutura
192 são de caráter técnico e deverão ser distribuídas em 100% da parte. Em
193 seguida o Sr. Bruno Jardim, agradeceu pela participação dos membros do CBHG
194 para incluir nos compromissos do plano e, em seguida, os trabalhos do Comitê de
195 Bacia. Com a palavra o Sr. Presidente sugeriu a formação de um grupo de
196 trabalho para fazer o planejamento para o período 2019-2022 sendo tomados por
197 dois membros da sala Câmara Técnica. A convocatória para o reunião com
198 grupo de trabalho deverá ser feita por e-mail para a primeira semana de
199 dezembro. **6. Licenciamento de Barragens:** em seguida o presidente iniciou a
200 tratativa do ofício recebido da prefeitura municipal de São Desidério para
201 deliberar sobre licenciamento de barramento. O Sr. Sderlon mencionou que é
202 necessário tratar na CTIL, o Sr. Bruno Jardim falou da necessidade de identificar
203 a função do barramento e o Sr. Saul destacou que não é a função definir sobre
204 a legislação de barramento, ficando definido que este caso será encaminhado
205 para ser tratado e discutido na CTIL. 7. O que ocorreu, o presidente mencionou
206 o ofício com solicitação de indicação para representar o CBHG no Fórum Balanc
207 dos Comitês de Bacias, o Sr. Sderlon pediu a palavra e solicitou esclarecimento
208 sobre a legitimidade, qual o instrumento que foi criado o FBCBH, para então
209 indicar os membros. O Sr. Bruno Jardim explicou que o meio do Fórum
210 Balanc dos Comitês é facilitar a interação entre os CBHs e que vai verificar qual
211 o instrumento foi criado, se foi no âmbito do CONERH ou outro será. Sderlon
212 ainda provocou que se o FBCBH foi criado sem consenso entre os comitês, que o
213 FBCBH é impositivo. O Sr. Arnaldo citou o exemplo da Secretaria de Segurança
214 Pública, em abrir sala para realizar videoconferência para tratar as denúncias e
215 indicar para então conduzir o Fórum. O Sr. Bruno ponderou que não sabe se
216 todos os CBHs tem suporte para realizar videoconferência. Foi indicado para
217 compor o Poder público: Saul Reis (titular - Poder Público), Demosthenes Junior
218 (suplente - Poder Público), Sderlon (titular - Sociedade Civil) Aurenilde (suplente
219 - Sociedade Civil), Maunio Gatto (titular - Usuário), Elisa Zanconaro Zanella
220 (suplente - Usuário). Retomando para o caso do aterro sanitário, o presidente
221 perguntou a plenária qual a sugestão; o Sr. Arnaldo sugeriu que o CBHG deverá

222 solicitar a PMLEM encaminhar uma minuta do projeto. Sr. Saul mencionou que o
223 conselho Gestor da APA foi convidado para apresentar o projeto e que é meta
224 do proponente apresentar o projeto a todas instituições públicas e sociedade. O
225 presidente se comprometeu em tentar agendar a reunião com a Prefeitura de
226 LEM para uma visita e conhecimento do fato, conforme sugerido pelo Sr.
227 Sderoni, ficando disponível para acompanhar o Sr. Maurício Gatto e outros a
228 depender da disponibilidade. A Sra. Amanda mencionou a necessidade de
229 monitoramento da participação dos membros às plenárias, para posterior
230 notificação dos membros. O Sr. Bruno Jardim ratificou a proposta da Sra.
231 Amanda, que foi contestada pelo Sr. Sderoni que esclareceu se começar a
232 cortar os membros pelas falhas, vai ocorrer um esvaziamento do comitê a ponto
233 de não ocorrer *quorum*. Após tratar os assuntos, o presidente declarou como
234 encerrada a XXXII Plenária do Comitê da Bacia do Rio Grande às 13:17h, da
235 qual eu, Glauciane Araújo, secretária do CBHGRANDE, lavrei a presente ata.

236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252

Ata aprovada no dia 08/08/2019


Sderoni
Presidente do CBHGRANDE
Rua...
71 3112-1248


Glauciane Araújo
Secretária do CBHGRANDE
glauciane@cbhgrande.br
71 3112-1248

126 de armazenamento de água. A Sra. Silvana mencionou que deverá analisar a
127 possibilidade de ser tratado em alguma câmara técnica. O Sr. Arnaldo
128 mencionou que as comunidades tem tradição de existir áreas que não devam
129 ser utilizadas para cultivo que é necessário implementar do modo comercial
130 nos municípios e investir na contratação de técnicos qualificados para assumir
131 tais funções, destacou que a gestão municipal com dificuldade por enfrentar
132 dificulta a resolução destes problemas, pois de modo geral os municípios por
133 outras mentalidade e outros objetivos. O Sr. José Arnaldo mencionou que o CBHG
134 deverá abranger todos os municípios e deverá trabalhar nos demais municípios,
135 alguns municípios não estão cientes destas problemáticas. É importante
136 trabalhar a revitalização das nascentes da maneira a evitar a proliferação de
137 conflitos. Em conformidade com as discussões, o Presidente procedeu a criação
138 de um grupo técnico de trabalho formado pelos membros dos municípios
139 representantes das Prefeituras de Barreiras, INEMA, Araguaia, TAIBA e UNEB e
140 providenciar o envolvimento da Prefeitura Municipal de Castanheta, ficando
141 assim formado o grupo para tratar a questão dos conflitos de uso de água na
142 Baía do Rio Grande. Com a palavra Siderlon solicitou encargo das câmaras
143 técnicas para serem atuantes e mais eficientes, citando a atuação dos membros
144 do CBHG se ausentarem das plenárias e saírem antes da conclusão das
145 discussões "é necessário que os membros tenham comprometimento com a
146 participação nas câmaras técnicas, especialmente órgãos públicos. Embasa e
147 Cerb e destacou ainda que é necessário avançar as discussões sobre outorgas,
148 se possível chamar a ANA, INEMA para identificar outorgas". Na pauta 4,
149 **Criação e composição de Câmaras Técnicas para o biênio 2019/2020:** o
150 presidente procedeu com a composição da Câmara Técnica de Educação
151 Ambiental que foi composta por: 1) Andréi Lopes Arruda, 2) Silvana Canario
152 (SEMA), 3) Maria Jacinta, 4) Enoc Lima do Rego (LINEB) e 5) Ronaldo Ursulino
153 (SEMA Barreiras); a composição da Câmara Técnica de Programas, Planos e
154 Projetos - CTPPP, ficou composta por: 1) Amanda Santos Silva
155 (desenvolvimento), 2) Aurenilde Aires dos Santos (Associação Produtora de
156 Formosa do Rio Preto), 3) Arnaldo José dos Santos (CABER), 4) Claudio Apio
157 (ACRIOESTE) e 5) José Arnaldo (Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto);

158 A Câmara técnica Institucional Legal foi composta por: 1)Mauricio Gatto
159 (Irigante), 2)Olegário Macedo (AiBA) e 3)Raiana Brandão (PMB), ficando para
160 completar a composição em outra plenária conforme indicação de membros: A
161 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança ficou composta por: 1)Carolina Zuttion
162 (Usuário), 2)Douglas Castro, 3)Sderlon Lopes (AMINA), 4)Antonio do Carmo
163 (Codevasf) e 5)Samara Silva (UFOB). **5. Criação de Grupo de Trabalho para**
164 **elaboração do planejamento para o Biênio 2019/2020;** O espaço foi cedido
165 para o Sr. Bruno Jardim para proferir uma apresentação e explicar sobre planos
166 de Bacia visando subsidiar o CBHG na elaboração da programação na
167 elaboração do planejamento para o próximo Biênio. O plano da Bacia contratado
168 em 2012, parte dos trabalhos não foram aprovados, por isso o plano que deveria
169 ser concluído em 2013, não foi concluído. 8 oito consórcios estão concorrendo e
170 tem uma comissão que estão analisando as propostas e o Inema fará o
171 acompanhamento. Acredita que ainda este ano terá a contratação do consórcio
172 para trata dos planos de Bacia. Estudos da Ana realizados sobre o Urucuia,
173 poderão ser incluídos nos planos de bacias, em especial na revisão do plano de
174 Bacia do São Francisco, mas precisa ver de que maneira poderão serem
175 incorporados, além disso poderão ser incorporados informações do ZEE. Será
176 importante a participação do CBHG em 6 (seis) Reuniões de andamento, 2
177 (duas) oficinas, 1 (um) consulta pública e 3 (três) reuniões plenárias. Estas 3
178 (três) reuniões plenárias deverão ter duração de 1 (um) dia, ser realizadas ao
179 longo dos 14 (quatorze) meses e conter a participação do CBH e respectivas
180 câmara técnicas. Nas 2 (duas) oficinas de percepção da sociedade, na verdade
181 são dois conjuntos de oficinas que envolvem diagnóstico e planejamento, por
182 isso são conjunto de oficinas. Nestas oficinas é necessário diagnosticar, a
183 percepção dos atores, os problemas, conflitos, como está a questão das
184 outorgas e cobrança, Bruno Jardim destacou a importância de um bom
185 diagnóstico e destacou o envolvimento do comitê nas discussões na resolução
186 de conflitos, "é importante investigar cada fato". Para evitar o volume excessivo
187 dos planos de Bacia, o Estado está utilizando uma metodologia que consiste na
188 emissão de notas técnicas sobre cada assunto. As oficinas serão itinerantes e
189 realizadas em pontos distintos de maneira descentralizada para diagnosticar os

AP

62 demonstrado interesse nas reuniões. Não havendo retorno das prefeituras da
63 Barreiras e Catolândia, município que anexo o relatório dos conflitos, supõe-se
64 a necessidade de levar a conhecimento do comitê a solicitação do CONG e
65 Ministério Público quanto as medidas a serem tomadas. Apresentaram as
66 seguintes propostas: Reuniões com diversas instituições locais de SDR,
67 Inema, Carta, Codevasf, Sema dos municípios (Catolândia, Barreiras),
68 Secretarias de agricultura e meio ambiente CBHG; providenciar a regularização
69 dos barramentos, fazer as adequações necessárias: manutenção e reparo dos
70 barramentos públicos e elaboração de projetos de irrigação. Foi mencionada a
71 existência de um fiscal da PMS manter um fiscal para controle da irrigação no
72 período noturno. Com a palavra a Sra. Fernanda, colocou que reconhece a
73 necessidade de deixar a água passar e chegar ao rio e em se tratando da
74 comunidade rurais "é importante evitar o êxodo rural, a água e de todos os não de
75 ninguém e deverá correr para o rio, é importante a atuação de todas instituições
76 assumir e resolver o problema para que se faça o uso dos recursos hídricos
77 corretamente", destacou a Sra. Fernanda. O Sr. Antonio do Carmo, pediu a
78 palavra para explicar a citação da Codevasf na problemática, primeiramente
79 esclareceu que é evidente que o consumo é maior que a disponibilidade, é
80 necessário consenso com as populações, os empreendimentos das Codevasf
81 são feitos com base em solicitação dos município e comunidade e faz o
82 empreendimento e não faz a gestão os empreendimentos são feitos em uma
83 época que eram necessários e suficiente para a demanda da época que foram
84 construídos, entretanto, como a Codevasf não é responsável pela manutenção,
85 obvio que os problemas surgirão em algum momentos que a demanda
86 ultrapassa a disponibilidade, a Codevasf implanta o empreendimento e através
87 de termo de cessão entrega a comunidade para uso comum e gestão pelos
88 usuários, ainda mencionou que em gestões anteriores, o comitê delibera e as
89 deliberações não são acatadas e se continuar desta maneira, não convém
90 continuar deliberando se não forem acatadas. Com a palavra o Sr. Cláudio falou
91 que este problema não é pontual e que existe a extração outros casos
92 semelhantes, que o uso da água é legal e deve se cumprir a lei que a água é um
93 bem público de uso comum e dotada de valor econômico, na lei está claro que o

94 uso da água tem prioridade e tem que ser obedecido por todos, e sugeriu que o
95 o CBHG emita documento para o CONERH deliberar para os municípios
96 fazerem a gestão destes rios para então os municípios tomarem decisões, pois o
97 Estado não irá resolver isso a curto prazo. O Sr. Antonio do Carmo falou que
98 resta saber se os municípios concordam em administrar estes rios. O Prefeito de
99 Barra, declarou que não há perspectiva das prefeituras assumir a
100 responsabilidade de gerir as águas no âmbito do município, porque assumir a
101 mais responsabilidades e não receber repasse de recursos para a atuação, não
102 tem como gerir. O Presidente, destacou que não adianta levar o assunto
103 imediatamente para o CONERH, antes é preciso tratar no CBHG. Com a palavra
104 Sderlon, mencionou a variação climática em função do El Niño e La Niña que
105 ocorrerá estas variações em vazões dos rios, concorda com ideia do presidente
106 tratar este assunto em nível de CBHG e depois submeter aos conselhos e
107 sugeriu o envolvimento das Prefeituras de Barreiras e Catolândia, Inema e
108 Comitê da Bacia, o Sr. Demonsthenes complementou que a sociedade civil
109 também deverá ser envolvida. O Sr. Sderlon solicitou para o CBHG deliberar e
110 sobre o acompanhamento do Aterro sanitário no município de Luis Eduardo
111 Magalhães e solicitou atuação do CBHG que acompanhe a licença e o
112 andamento deste caso. Com a palavra o Sr. Danilo Kumagai, destacou que o
113 município de Luis Eduardo Magalhães pretende instalar um aterro sanitário no
114 território da APA da Bacia do Rio de Janeiro, próximo as nascentes dos rios de
115 Janeiro, Entrudo e Balsa, o aterro fica a 300 m do rio Entrudo e mesmo com a
116 instalação de mantas impermeáveis, não deixa de ser um depósito de lixo que
117 põe em risco inclusive as cachoeiras do acaba vidas e redondo. O Sr. Saul Reis
118 mencionou que o CBHG deverá acompanhar o caso do aterro sanitário e que
119 não será fácil resolver essa problemática por envolver o planejamento ambiental.
120 Amanda ratificou a fala do Sr. Saul no que se refere o envolvimento do comitê
121 na resolução de conflitos e elencou a necessidade de formar um grupo para
122 atuação na mediação dos conflitos, para debater neste assunto e tentar uma
123 solução em todas as esferas, poder público, sociedade e outros, pois este
124 assunto não se resolverá em curto prazo pela complexidade que representa.
125 Cisino, destacou a finalidade do grupo deverá analisar também a possibilidade

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE
XXXII Reunião Ordinária | Biênio 2019/2020

22/11/2018

Casa do Meio Ambiente - Barreiras - BA


1 Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito,
2 reuniram-se na Casa do Meio Ambiente da Cidade de Barreiras - Bahia às
3 09:30 horas, os membros do Comitê da Bacia do Rio Grande e convidados para
4 realização da XXXII Reunião Ordinária do CBHGRANDE com a seguinte pauta:
5 1. Abertura e informes; 2. Aprovação da ata da XXXI Reunião Ordinária do
6 CBHGRANDE ocorrida em 21/09/2018; 3. Diálogo sobre mediação de
7 conflitos (Cinturão Verde e Comunidade Mangabaíra); 4. Criação e
8 composição de Câmaras Técnicas para o biênio 2019/2020; 5. Criação de
9 Grupo de Trabalho para elaboração do planejamento para o Biênio
10 2019/2020; 6. Licenciamento de Barragens; 7. O que ocorreu no item 1 -
11 Abertura e Informes: Após verificação de quórum com a presença de 20
12 membros do CBHG, o Presidente Sr. Demosthenes Junior iniciou a reunião
13 às 09:49 horas agradecendo aos membros pela confiança na nova diretoria,
14 sendo apresentada a pauta conforme a convocatória. Inicialmente foram
15 dados os seguintes informes: existência de conflitos e a necessidade de montar
16 um grupo de trabalho para mediar conflitos, também foi mencionado o
17 recebimento de ofícios da Prefeitura Municipal de São Desidério solicitando
18 posicionamento do CBHG quanto ao Licenciamento de Barragens e também
19 ofício com solicitação da indicação de membros do CBHG para o Fórum Baiano
20 de Comitês de Bacias Hidrográficas (FBCBH). 2. Aprovação da ata da XXXI
21 Reunião Ordinária do CBHGRANDE ocorrida em 21/09/2018; Após solicitação
22 de leitura da ata pelo fato de ter sido enviada nas vésperas desta plenária, eu fiz
23 a leitura da ata, em seguida o Sr. Sderlon solicitou a palavra e mencionou a
24 necessidade de agradecimento especialmente a diretoria anterior, a Sra.
25 Amanda solicitou que assunto de indeferimento da candidatura do Sr. Andrei na
26 composição da chapa 1 no processo de eleição da Diretoria ficou subentendido
27 e tratado de maneira simplória, transparecendo pouca importância ou pouca
28 atenção ao fato e solicitou melhoria no texto, a solicitação foi considerada,
29 necessitando a retificação da Ata da XXXI Reunião Ordinária. O Sr. Antonio do


30 Carmo também solicitou correção no trecho do texto que menciona os projetos
31 submetidos a CCRMSF, retificar que não foi inscrito nenhum projeto da Bacia do
32 Rio Grande, feita a correção o Sr. Claudionor com a palavra falou da importância
33 dos membros do CBHG visitar as comunidades, identificar conflitos de maneira a
34 identificar os problemas in loco. Em seguida prosseguiu se como tema 3.
35 **Diálogo sobre mediação de conflitos (Cinturão Verde e Comunidade**
36 **Mangabeira)**; o presidente mencionou a existência de conflitos na Bacia do Rio
37 Grande e passou a palavra para o técnico o Técnico do Inema Michael, que
38 proferiu a apresentação do caso do conflito instalado no Ribeirão Boa Sorte no
39 qual existem 8 barramentos, alguns instalados pelo poder público (Codevasf e
40 Prefeitura) e outros feitos pelos próprios moradores, o caso envolve cerca de
41 100 famílias, os barramentos tem finalidade de uso da água para irrigação
42 superficial. Diversas instituições tentaram resolver os conflitos Codevasf, EBDA,
43 Polícia Civil, Prefeituras de Barreiras e Catolandia, porém, diante das tentativas
44 ainda não foi solucionado por nenhuma das tentativas, há relatos de ameaça de
45 morte entre os usuários de água. As populações a montante não querem perder
46 a derivação da água dos canais para o uso para a irrigação e não querem liberar
47 a água dos moradores a jusante que também precisam utilizar a água, os
48 mesmos não tem condições para perfurar poços, além disso a qualidade da água
49 é inferior, o que não atende a necessidade daqueles usuários. Este conflito traz
50 como consequência, que o riacho era perene e passou a ser intermitente, alguns
51 usam e outros cadecado, outros sentindo a falta de água, outros perfuram a
52 comporta, a situação é que os usuários não possuem autorização para uso da
53 água todos são pequenos produtores rurais, há demanda, porém não tem
54 gestão pelo uso da água. Do ponto de vista ambiental, existe infrações grave a
55 gravíssima, além da falta de estrutura do sistema de canais e do barramento, o
56 que poderá ocasionar sérios problemas a jusante, no caso da ocorrência de
57 chuva forte a rompimento dos barramentos. O INEMA fez 4 fiscalizações, as
58 notificações não são atendidas e não se resolveu os conflitos, entre as várias
59 reuniões em vários barramentos (bezerro, barrosão de cima e Mantiqueira),
60 esclarecendo como deveria ser o funcionamento e uso, apesar dos usuários
61 demonstrar entendimento nas reuniões, na prática nada cumprido como

190 autorizações ambientais, são feitas diretamente entre a prefeitura locais e
191 órgão ambiental. A Associação representa apenas um de muitos dos produtores
192 rurais e irrigantes da região e não a totalidade e defende os interesses objetivos
193 do setor e contribui com a sociedade através dos serviços que presta e presta e
194 na medida do possível e dentro das suas atribuições. entendo, para abranger
195 uma maior área de atuação social, foi criado o Instituto Aiba, uma instituição de
196 utilidade pública que tem contribuído com a sociedade da região através
197 do apoio ao desenvolvimento dos estudos do Potencial Hídrico relacionado com
198 a construção de informação e conhecimento sobre o potencial hídrico da região
199 e buscado a articulação e envolvimento de diversas instituições no processo de
200 gestão, através de ações de governança. Atualmente, está em fase de
201 atualização das informações sobre o uso da água para irrigação na região.
202 Existe dificuldade em acompanhar as publicações das Portarias de concessão
203 de direito de uso dos recursos hídricos e monitorar a validade, pois, existe
204 inúmeras portarias, inclusive de renovação, transferência de titularidade,
205 alteração e exige muito tempo para compilar as informações, sem contar com as
206 dispensas e outorgas que não se sabe o quanto foram concedidas para toda a
207 região. Estamos trabalhando para apurar as informações com maior segurança,
208 haja vista, o grande volume de informações e necessidade de adequações de
209 planilhas de acordo com a necessidade. O Sr. Silvan agradeceu a
210 apresentação da Aiba e destacou que o comitê tem que reconhecer a
211 importância das Associações (AIBA e ABAPA), que desenvolvem um trabalho
212 sério na região e geram dados importantes que serão muito úteis ao Consórcio
213 Águas do Oeste para a elaboração do Plano de Bacia. Ressaltou que são
214 associações de grande porte e de referência no norte e nordeste e solicitou a
215 apuração dos dados de volume de água utilizado atualmente para irrigação, além
216 disso, solicitou informações sobre o andamento do Plano de Manejo da APA da
217 Bacia do Rio de Janeiro e que o CBHG precisa de apoio e precisa do apoio da
218 Tamires que muito tem contribuído com o Comitê. O Sr. Leib Carneiro, como
219 gestor da APA da Bacia do Rio de Janeiro, destacou que o plano de esta sendo
220 consolidado e que APA está sendo beneficiada também com a criação de mais
221 duas unidades de conservação municipais. 5. que ocorrer. O presidente falou

222 que o Comitê vai formalizar solicitação ao Inema Ofício ao estado para ver a
223 possibilidade de renovar a contratação da Srta. Tamires, colaboradora da UR
224 Barreiras que tem auxiliado o CBHG e que muito tem contribuído. Além disso,
225 formalizará solicitação da implementação da polícia ambiental na região oeste.
226 Tendo os assuntos encerrados o presidente declarou como encerrada a XXI
227 Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia do Rio Grande às 12:42h, na qual
228 eu, Glauciana Pereira de Araujo, Primeira Secretária do CBHGrande, lavrei a
229 presente ata.

230
231 Ata aprovada no dia 19/09/2019

232
233
234 
235 Depoimentos de Silvio Moraes Junior
236 Presidente do CBHGrande
237 silvio.moraes@cbhgr.com
238 (77) 9-9933-1209


Glauciana Pereira de Araujo
1ª Secretária do CBHGrande
glauca@aba.org.br
7739660-8114

126 demonstrou a necessidade envolvimento de mais membros a CTPP de maneira
127 a otimizar a participação e não cobrecarregar os 05 (cinco) membros na análise
128 do plano de bacia, pois o tempo é muito curto para análise e aprovação,
129 considerando o prazo de 14 meses que temos para entregar os produtos para
130 Elaboração do Plano de Bacia. Sugeriu a inclusão do Sr. Dercio do Inema,
131 Professora Maria Anália da Uneb, Sra. Leiriane representando a UFBA, a Sra.
132 Elisa ratificou a fala da Sra. Amanda, "é de grande importância do reforço da
133 CTPP neste momento para o acompanhamento da elaboração do Plano de
134 Bacia, sendo de grande importância, também, a inclusão de representantes dos
135 usuários, se colocando à disposição da CTPP, da mesma maneira a Sra.
136 Carolina Zurlon, representante dos usuários se disponibilizou para compor a
137 CTPP. A palavra foi passada a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA),
138 coordenada pelo Sr. Ronaldo Ursulino, servidor municipal e com experiência em
139 educação ambiental que apresentou o plano de atividades destacando a
140 prioridade em visitar as escolas municipal e estaduais no que se refere a
141 inclusão da educação ambiental nas escolas. Sendo, então a palavra a talou
142 que as câmaras técnicas deverão funcionar abertas, não fechar a nenhum do
143 comitê, que é um espaço público. Com a palavra o Sr. Dercio iniciou a
144 apresentação do grupo técnico de resolução do conflito caracterizando o Rio
145 Boa Sorte que é o principal afluente leste do Rio Grande. Apresentou dados da
146 estação pluviométrica (Brejo Novo) que demonstrou uma irregularidade de
147 precipitação ao longo dos anos, e uma redução da média. Em comparação com
148 outra estação em Cristópolis, também ocorre uma leve redução e irregularidade
149 da precipitação. Quando a estação de monitoramento fluviométrica Brejo novo
150 (ANA), próximo a Mantiqueira, no período de 2003 a 2018 apresentou média
151 histórica crítica de 0,127 m³/s. Já a vazão anual média em 2003, foi de 0,498
152 m³/s, oscilando para 0,163 em 2007 e 0,55 m³/s em 2018. Destacou que ocorre
153 a porção que abrange a bacia é marcada por dois aquíferos distintos, o cárstico
154 (Bambu) e o de meio intergranular (Urucuia) o aquífero Urucuia, e que estes
155 aquíferos são importantes para a regulação da vazão do rio Boa Sorte e suas
156 nascentes, portanto, sua recarga é feita diretamente pelas precipitações ou por
157 contribuição sub vertical dos arenitos do Grupo Urucuia. Entretanto a camada de

158 rocha porosa é pouco espessa ou não tem conexão com o rio boa sorte. Foi
159 realizada uma medição da vazão a montante da barragem do bezerro, no dia 12
160 de agosto de 2019, constatando uma vazão de $0.0551 \text{ m}^3/\text{s}$, totalizando uma
161 vazão média de $198.36 \text{ m}^3/\text{h}$ (198.360 litros de água por hora). No mesmo dia,
162 também foi feita medição de Vazão a Jusante da Barragem do Bezerra, com
163 objetivo de conhecer a vazão que está saindo da Barragem, constatando uma
164 vazão de $0.0227 \text{ m}^3/\text{s}$, correspondente a uma vazão média de $81,72 \text{ m}^3/\text{h}$
165 (81.7200 litros de água por hora). A medição da vazão no canal foi de 0.0125
166 m^3/s , totalizando uma vazão média de $45 \text{ m}^3/\text{h}$ (45.000 litros de água por hora).
167 As medições foram feitas com equipamento chamado Cotrek, que se adequa a
168 medição de vazão em pequenos cursos d'água. Em síntese a comunidade está
169 retirando apenas 20% da vazão do rio, portanto, o problema é que o rio é muito
170 pequeno e apresenta baixa vazão para atender a demanda e ainda manter a
171 vazão do seu leito. Dercio ponderou sobre a possibilidade de construir
172 barramento para acumular água para atender a demanda hídrica pelos usuários.
173 A Sra. Amanda parabenizou ao Dercio pela apresentação e destacou que é
174 preciso um processo de educação ambiental e estudar outras possibilidades de
175 armazenamento de água, como cisternas, cacimbas entre outros métodos a
176 exemplo do que é praticado no semiárido. O Presidente destacou que abrirá
177 uma demanda para resolução deste conflito ao comitê da Bacia do Rio São
178 Francisco. **4. Apresentação Aiba e Abapa sobre demanda hídrica pela**
179 **Irrigação;** eu Glauciana, em virtude do representante da Associação de
180 Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) está em outro compromisso
181 assumidos anteriormente, fiz uma apresentação institucional, demonstrando as
182 ações da instituição na região, incluindo, além dos programas, projetos e ações
183 voltadas para defesa dos interesses dos produtores rurais na região oeste,
184 também os programas voltados ao fomento as ações sociais, filantrópicas e
185 voltadas ao desenvolvimento social, econômico regional, bem como as ações e
186 projetos voltados ao cumprimento da legislação ambiental, trabalhista e social
187 que resultam em benefícios ambientais. Também apresentei a atualmente
188 irrigada na região e destaquei que a Associação não gerencia sobre as demandas
189 futuras, pois, as demandas, protocolos de interesse e solicitações de

62 elaboração do Plano da Bacia do Rio Grande e que os representantes do
63 consórcio faria a apresentação para a plenária. Com a presença de Sandro
64 Camargo, coordenador executivo, cumprimentou todos os presentes e
65 apresentou parte da equipe do consórcio presentes na plenária e destacou que o
66 consórcio terá 14 meses para concluir o plano, e destacou a importância da
67 participação e empenho do comitê e de toda sociedade no processo de
68 construção do Plano. Falou que fez a apresentação para a CTPP, ontem
69 (15/08/2019) e destacou satisfação na faixa da coordenação da CTPP quando
70 apresentou o consórcio que vai contribuir conosco na elaboração do plano. As
71 equipes trabalharão nos dois planos do corrente e do grande. O consórcio é
72 formado por duas empresas a Hydros (Bahia) e a Engeplus uma empresa do Rio
73 Grande do Sul, ambas com experiência na elaboração de planos e projetos na
74 área de recursos hídricos. O consórcio conta com diversos profissionais com
75 ampla experiência, principalmente na elaboração de planos de Bacia. Os últimos
76 4 planos elaborados no estado foram aprovados. No caso dos planos do
77 corrente e grande serão considerados, na medida do possível, as propostas de
78 planos anteriores e implementar melhorias necessárias, atualização das
79 informações. Embora a empresa elaborará os planos em duas bacias, estes
80 serão elaborados de maneira individualizada considerando as peculiaridades de
81 cada bacia. Será enviada a minuta do plano de trabalho e será submetida a
82 análise e aprovação da CTPP, logo após apreciação e retorno da CTPP, as
83 considerações serão analisadas e acatadas dentro das possibilidades. Uma
84 inovação neste trabalho será a emissão de notas técnicas, entretanto, toda
85 equipe, precisa aprender e entender o território, consolidar o conhecimento
86 técnico, das comunidades, da sociedade em geral para a elaboração do plano. A
87 elaboração do Plano será feita em 4 (quatro) fases: Fase A Preparatória; B
88 Diagnóstico Integrado, C Prognóstico, D Diretrizes, metas e programas; e
89 Implementação dos instrumentos. Antonio do Carmo, perguntou se serão
90 acompanhados pelo Inema e se os produtos serão apresentados pelo Inema à
91 CTPP? Sandro destacou que o Inema será o intermediador, através da diretoria
92 de águas. Maria do Carmo Inema Salvador, esclareceu em reunião ontem na
93 CTPP que imediatamente ao recebimento do produto, será compartilhado como

94 os respectivos CBHs para análise paralela, portanto, o consórcio apresenta os
95 produtos ao Inema, este que compartilhará imediatamente com a CTPP para
96 apreciação, considerações e posterior aprovação dos produtos. A resposta sobre
97 as considerações serão feitas mediante um caderno resposta com
98 esclarecimentos se foram acatadas ou não e com as devidas justificativas sobre
99 cada resposta. A plenária questionou se o consórcio manterá um escritório na
100 região. O Sr. Sandro respondeu que a empresa, não se instalará na região,
101 entretanto, para a mobilização serão contratados mobilizadores locais para a
102 execução destas atividades e que o processo de mobilização deverá ter
103 participação social. Sderlon expos a necessidade de considerar os estudos
104 existentes da Ana, UFV, UFRJ e Universidades Locais e Aiba. Sandro
105 esclareceu que serão considerados os estudos existentes, inclusive já está com
106 reunião marcada com a equipe de estudo do Urucua para intercâmbio de
107 informações e treinamento para interpretação dos dados e resultados do estudo.
108 A Sra. Roseane, responsável pela organização, mobilização social e educação
109 ambiental, apresentou maiores detalhes sobre as etapas para elaboração do
110 plano e ressaltou que é de grande importância considerar o conhecimento da
111 sociedade. Todas as oficinas terão que contar com a participação do Poder
112 público, sociedade civil e usuários. Serão seis mobilizadores, coordenados por
113 Bruna, Vania e Roseane. O CONERH aprovará o plano de enquadramento e o
114 plano quem aprovará será o comitê. Andrei ponderou que o CBHG não é tão
115 novo, apesar de ter reuniões itinerantes e a sociedade ainda não se inseriu
116 neste processo de gestão participativa, não tem esse sentimento de
117 pertencimento, neste sentido é importante a mobilização da sociedade e
118 destacou a necessidade do comitê ter um site para divulgação, destacou ainda,
119 que existia um programa de rádio onde facilitava a comunicação com a
120 população e que o membros desse comitê deverá repensar a possibilidade de
121 retomar este contato com a sociedade, principalmente os que moram em locais
122 distantes, sem acesso e outras tecnologias e que utiliza o rádio como principal
123 meio de comunicação. A Sra. Roseane destacou que precisa de ajuda do poder
124 executivo, principalmente no compartilhamento de informações dos planos de
125 saneamento, que é importante a criação do site e comunicação a Sra. Amanda,

[Handwritten signatures]

COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE

XXI Reunião Extraordinária | Biênio 2019/2020

16/08/2019

Casa do Meio Ambiente - Barreiras - BA



1 Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezanove reuniram-se, na
2 Casa do Meio Ambiente da Cidade de Barreiras – Bahia, às 09:xx horas, os
3 membros do Comitê da Bacia do Rio Grande e convidados para realização da
4 XXI Reunião Extraordinária do CBHGRANDE com a seguinte pauta: **1. Abertura
5 e informes; 2. Aprovação da Ata da XXXIV Reunião Ordinária do CBHG; 3.
6 Plano de trabalho das Câmaras Técnicas e Grupo de Trabalho; 4.
7 Apresentação Aiba e Abapa sobre demanda hídrica pela irrigação; 5. O que
8 ocorrer.** Após verificação de *quórum*, com a presença de 16 membros do
9 CBHG, o Presidente iniciou-se a reunião às 09:27 horas. O Presidente Sr.
10 Demosthenes Junior fez abertura cumprimentando todos os presentes, iniciando
11 **1. Abertura e informes;** O presidente informou que a Universidade Federal do
12 Oeste da Bahia (UFOP) nomeou a Sra. Leriane Silva Cardozo em substituição a
13 Sra. Samara Fernanda da Silva para representar a instituição como membro
14 suplente do segmento sociedade civil na categoria Instituições de ensino e/ou
15 pesquisa neste CBHG e a cumprimentou com boas vindas. Foi lido o ofício nº
16 060/2019 da Embasa em resposta ao ofício nº 12/2019 desta CBHG, com
17 esclarecimentos sobre as iniciativas para sanar os problemas de vazamento de
18 água potável no sistema de distribuição e abastecimento de água na cidade de
19 Barreiras. Segundo a Embasa os vazamentos frequente ocorrem em virtude do
20 aumento da pressão na rede de distribuição para atender a demanda da
21 população 24 horas por dia. Entretanto, em virtude a essas ocorrências a
22 companhia tem adotado ações para sanar os vazamentos e combater as perdas
23 e dispões de equipes específicas com equipamentos específicos que atuam na:
24 pesquisa de vazamentos aparente; geofonamento para detecção de vazamentos
25 não aparentes; instalação de macromedidores; instalação de equipamentos para
26 monitoramento da vazão noturna; monitoramento da pressão na rede de
27 distribuição; substituição de hidrômetros; pesquisas de irregularidades; retirada
28 de by pass. Além disso, foi transmitido a todos os presentes na Plenária o
29 convite para evento que homenageia as pessoas, grupos e organizações que

[Handwritten signatures]

30 defendem o Cerrado na Bacia do Rio Grande, denominado Pequi de Ouro,
31 organizado pela 10senvolvimento e será realizado na UFOB no dia 30 de agosto
32 de 2019 a partir das 20 horas. Andrei, destacou a importância do comitê auxiliar
33 no fomento aos projetos para a Bacia do Rio Grande, pois, os recursos oriundos
34 da cobrança pelo uso da água que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
35 Francisco administra não vem para a região. Sderlon, agradeceu a oportunidade
36 e a todos os presentes, em especial agradeceu ao Inema na pessoa do
37 coordenador regional do Inema Sr. Saul Reis pelo apoio ao Comitê e destacou
38 que a importância de deliberar nesta plenária sobre a manutenção da Tamires
39 Lopes estagiária que auxilia e atende as demandas do Comitê. O Sr. Claudionor
40 fez uma colocação sobre a ausência de assistência as comunidades, falta de
41 recursos para os pequenos produtores rurais, para as famílias ribeirinhas e falta
42 de preservação das margens do São Francisco que precisam de atenção e
43 recurso para recuperação das áreas degradadas e que os recursos do CBHSF
44 poderiam ser aplicados nesses locais. O Sr. Antônio do Carmo ponderou em
45 relação a colocação do Sr. Andrei, e destacou que em síntese, temos meia
46 culpa, pois no edital 01/2018 não foi inscrito nenhum projeto da região Oeste da
47 Bahia. Da mesma maneira os planos Municipais do Saneamento Básico, as
48 prefeituras da região oeste não mostraram interesse e não foram beneficiados.
49 O Sr. Leanderson ressaltou que a prefeitura de formosa do no preto manifestou
50 interesse, entretanto, o edital foi cancelado. A Sra. Amanda, destacou a
51 necessidade de maior atenção aos editais, que os editais foram publicados e
52 encaminhados as prefeituras, entretanto, há uma dificuldade em entender os
53 editais e atendê-los talvez por falta de suporte técnico. Encerrando os informes
54 o presidente passou para a pauta **2. Aprovação da Ata da XXXIV Reunião
55 Ordinária do CBHG**, foi informado que as sugestões feitas pela Sra. Amanda
56 foram acatadas. E não tendo nenhuma manifestação contrária, de acordo com a
57 plenária a Ata foi aprovada. O presidente informou aos presentes que no dia
58 anterior foi realizada uma reunião com a CTPP e passou para a pauta **3. Plano
59 de trabalho das Comissões Técnicas e Grupo de Trabalho**, com a palavra a
60 Sra. Amanda, cumprimentou todos os presentes e destacou que a novidade da
61 CTPP é a contratação do Consórcio Águas do Oeste que está na região para



COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO GRANDE

Barreiras - BA, 29 de março de 2019.

Ofício nº 001 2019.

Vossa Excelência
Dr. Eduardo Antônio Bittencout Filho
Promotor de Justiça Titular
PJR Ambiental

Ref.: Referente ao Inquérito Civil n. 593.9.30390/2019

Senhor Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, com intuito de atender ao quanto solicitado sobre informações do procedimento em epígrafe, por essa Promotoria de Justiça, venho, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, informar que a nova Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande-CBHRG, em atenção à presente demanda priorizou a referida matéria como ponto de pauta na primeira plenária ordinária dirigida pela nova direção que aconteceu em 22/11/2018, conforme Ata da XXXII Plenária Ordinária do CBHRG anexa a este instrumento, na qual proporcionou um diálogo sobre o conflito de águas na região do cinturão verde localizado na micro Bacia do Rio Boa Sorte, que na oportunidade foi apresentados relatórios de fiscalização por técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia-INEMA e da Secretaria de Meio ambiente de Barreiras-SEMATUR.

Nessa diapasão, foi deliberado na reunião da plenária do CBHRG a criação de um grupo de trabalho para tratar da resolução do conflito pelo uso da água na mencionada área (anexa a este instrumento), sendo em que a mesma em sua primeira reunião agendou visita técnica da área de conflito para o dia 09/04/2019, na qual se comprometemos enviar a posteriormente a essa promotoria o relatório produzido pelo o grupo.




COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO GRANDE

Com o objetivo de apoiar o grupo de trabalho e também aos demais membros do comitê nas tomadas de decisões, a diretoria do CBHRG solicitou junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-CBHRSF, através da Câmara Regional do Médio São Francisco-CCRMSF, um apoio no sentido de capacitar o colegiado sobre a condução da problemática, sendo que na ocasião da realização da XXXIII Plenária Ordinária do CBHRG no dia 26/03/2019 (convocação anexa), foi realizada uma palestra sobre o assunto, que foi ministrada pelo advogado e engenheiro agrônomo João Basto Neto, servidor da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Jacaré e membro Câmara Técnica Institucional Legal -CETIL do CBHSF.

Ademais, informamos que depois em posse dos produtos produzidos pelo o grupo de trabalho formado pelo o CBHRG, estaremos solicitando ao CBHSF em conformidade a Deliberação CBHSF nº 82, de 20 de novembro de 2014, no âmbito do daquele colegiado a instauração de um processo administrativo, para apuração dos possíveis conflitos pelo uso do recurso hídricos, para exame, na forma do art. 1º, inciso V, da Deliberação nº 26, de 09 dezembro de 2005.

Isto posto, nos colocando a disposição para quaisquer esclarecimentos, ao tempo em que renovamos os mais elevados votos de estima e consideração.

Cordialmente,


DEMOSTHENES DA SILVA NUNES JÚNIOR
Presidente do CBHRG



DELIBERAÇÃO CBHGRANDE Nº 02/2019 de 16 de agosto de 2019.

Dispõe sobre o encaminhamento do Relatório de Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte para instauração de procedimento administrativo junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.246 de 17 de outubro de 2008 e pelo seu Regimento Interno e

Considerando que o artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97 atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência para arbitrar em primeira instância administrativa conflitos relacionados ao uso de recursos hídricos.


Considerando os da Deliberação do CBHSF nº 82, de 20 de novembro de 2014, que institui e disciplina Procedimento Administrativo para Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos - PARH - no âmbito Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Considerando o quanto deliberado pela XXI Reunião Extraordinária do CBHGRANDE, realizada no dia 16 de agosto de 2019, no município de Barreiras - BA.

DELIBERA:

Art. 1º - Esta deliberação, dispõe sobre o encaminhamento do Relatório Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte ao Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, visando a abertura de procedimentos administrativo para resolução dos possíveis conflitos com base a Deliberação CBHSF nº 82, de 20 de novembro 2014.

Art. 2º - Essa deliberação entrará em vigor a partir dessa data.


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE



Conclusões

Com a regularização das vazões por meio da construção de reservatório pretende-se, ainda, alcançar vários outros objetivos, dentre eles: o atendimento às necessidades do abastecimento urbano ou rural (irrigação); o aproveitamento hidroelétrico (geração de energia); a atenuação de cheias (combate às inundações); o controle de estiagens; o controle de sedimentos; a recreação; e, também, permitir a navegação fluvial.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Dércio Alves Pereira
Téc. em Meio Ambiente e Rec.
Hídricos – INEMA-Barreiras
Hidrometrista - INEMA-Barreiras
Geólogo

dercio.pereira@inema.ba.gov.br

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Soluções Imediatas

- Realização de uma manutenção na comporta do vertedouro da Barragem do Bezerro, para a descarga de fundo;
- Permitir a passagem de uma vazão maior de água;
- Para manter os lagos dos barramentos a jusantes cheios na tentativa de regularizar a vazão do rio.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Considerações Finais

- A região é fonte produtora de alimentos e gera renda para as famílias, com a exploração dos recursos naturais, principalmente o uso do solo;
- Tendo, uma bacia com baixa densidade de drenagem e a crescente demanda de água para a irrigação, com uma média de 100 usuários ao longo rio;
- conforme a estação de monitoramento a bacia tem uma precipitação média anual de 1065.71 mm e uma vazão média de 0.36 m³/s.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Considerações Finais

- Isso, representa um total de 12.96 m³/h (12.960 litros água por hora) para cada usuário;
- Com base na medição realizada no dia 12/08/2019, cada usuário tem direito a 1.98 m³/h (1980 litros de água por hora);
- sendo assim, a água produzida nesta bacia é insuficiente para o atendimento de todos os usuários ao longo do curso do rio.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Sugestões Técnicas

- Cadastro de todos os usuários ao longo do curso d'água, para determinar a real quantidade de água diária necessária pelos usuários para os diversos usos;
- Realizar a manutenção e construção dos barramentos ao longo do rio;
- Construção de um grande barramento a montante, em seções bem determinadas para regularização das vazões do Rio Boa Sorte;

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Medição de Vazão



CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Medição de Vazão

- Medição de Vazão a Jusante da Barragem do Bezerro, com objetivo de conhecer a vazão que está saindo da Barragem.
- A medição da vazão a jusante da barragem realizada no dia 12 de agosto de 2019, foi de 0.0227 m/s³.
- Totalizando uma vazão média de 81,72 m/h³ (81.7200 litros de água por hora)
- A medição da vazão nocanal da barragem realizada no dia 12 de agosto de 2019, foi de 0.0125 m/s³.
- Totalizando uma vazão média de 45 m/h³ (45.000 litros de água por hora).

Medição de Vazão



CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-050 - 77 3612 4879

Resultado da Medição de Vazão

Vazão Média Total do Rio Boa Sorte: 98 m/h³ (198.000 litros de água por hora);

- Vazão Média Total a Jusante da Barragem: 81,72 m/h³ (81.7200 litros de água por hora);
- Vazão Média Canal da barragem: 45 m/h³ (45.000 litros de água por hora).
- Vazão Total de Água a Jusante da Barragem: 81,72 m/h³ + 45 m/h³ = 126,72 m/h³ (126.720 litros por hora).

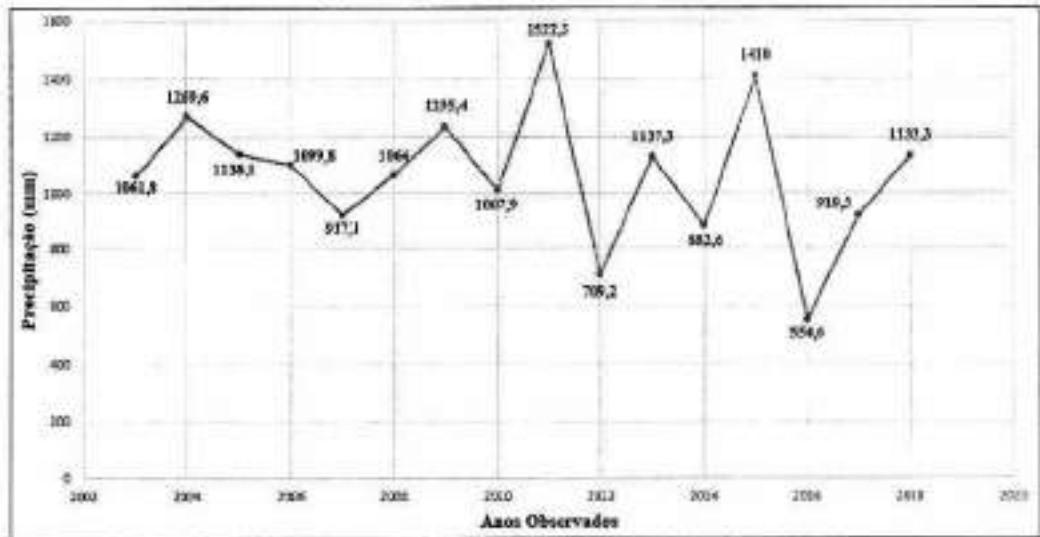
CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Balanço Hídrico da Bacia

• Precipitação

Analisando os dados da Estação Pluviométrica Brejo Novo (ANA), os últimos 16 anos no período de 2003 a 2018, pode ser observado que a partir do ano de 2007 a precipitação na bacia vem diminuindo e com uma distribuição irregular ao longo dos anos.

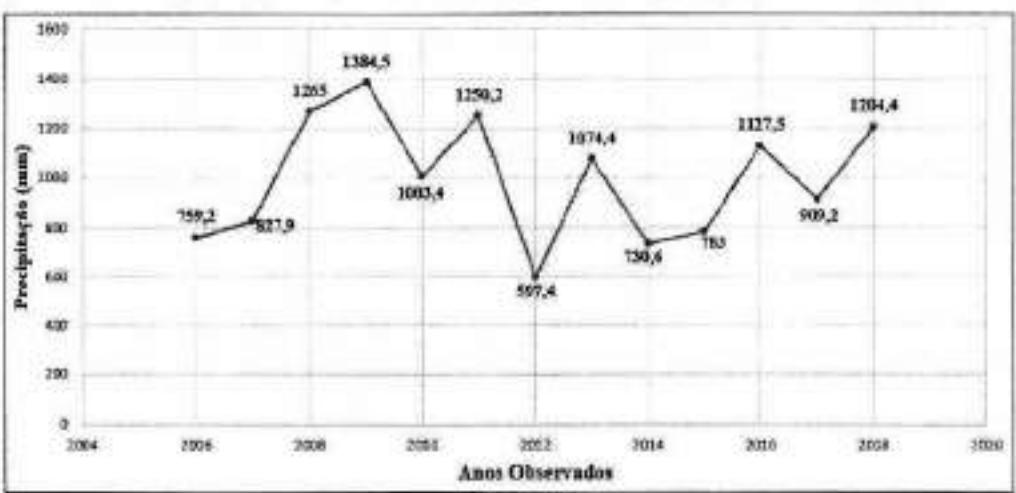


CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Balanço Hídrico da Bacia

Estação Pluviométrica Cristópolis (ANA)



CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Balanço Hídrico da Bacia

Estação de Monitoramento Fluviométrica Brejo Novo

Analisando os dados da Estação Fluviométrica Brejo Novo (ANA), nos últimos 16 anos no período de 2003 a 2018, o comportamento das vazões médias mensais, mostra que os meses de junho a outubro são os de maior escassez hídrica na bacia, tendo o mês de setembro o mais crítico do ano com vazão chegando ao valor zero.

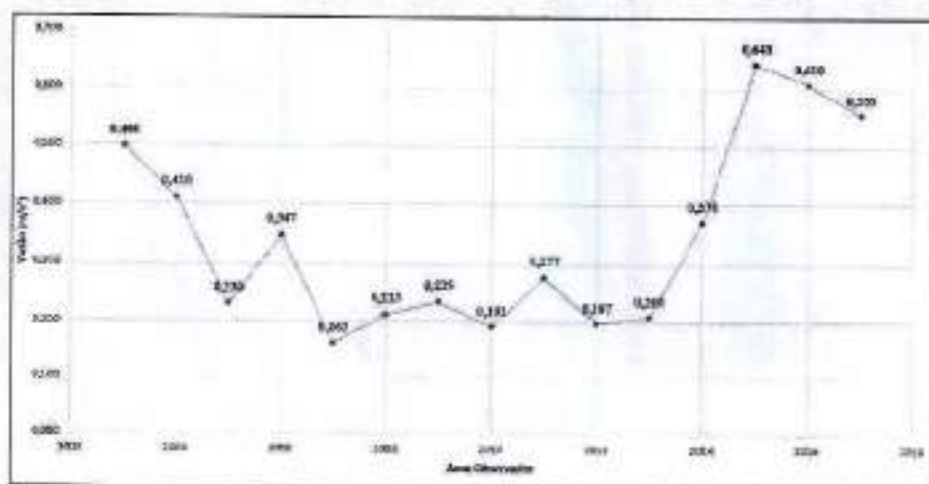


CASA DO MEIO AMBIENTE
 Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 – 77 3612 4879



Balanço Hídrico da Bacia

Monitoramento Fluviométrico da Vazão Média/Anual (m³/s) da Estação Brejo Novo.



A Bacia tem uma precipitação média anual de 1065,71 mm e uma vazão média anual de 0,36 m³/s.

CASA DO MEIO AMBIENTE
 Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 – 77 3612 4879



Área da Bacia

Área de Recarga



CASA DO MEIO AMBIENTE
 Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Área da Bacia

Área de Recarga



CASA DO MEIO AMBIENTE
 Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Área da Bacia

Área de Recarga



CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Medição de Vazão

- Medição de Vazão a Montante da Barragem do Bezerra, com objetivo de conhecer a vazão que está chegando na Barragem.
- A medição da vazão do Rio Boa Sorte, realizada no dia 12 de agosto de 2019, foi de 0.0551 m/s³).
- Totalizando uma vazão média de 198 m/h³ (198.000 litros de água por hora)

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Ações do Comitê

- Grupo de Trabalho para Resolução do Conflito de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte.
- Com o objetivo de realizar estudos e debates sobre o conflito na bacia, propor soluções para o conflito
- Promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos na Bacia.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Ações do Comitê

- Visita no dia 09 de abril de 2019 aos barramentos construídos para averiguar as informações constantes no processo e conhecer o conflito *in loco*;
- Ouvir os usuários como partes interessados na solução do conflito.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte

- O rio Boa Sorte é o principal afluente da margem direita do rio Grande e tem maior área nos municípios de Barreiras e Catolândia;
- Sua posição geográfica as temperaturas são elevadas boa parte do ano;
- Com forte radiação solar com temperaturas médias máximas entre 26°C e 20°C, pluviosidade varia de leste para oeste entre 800 mm a 1.600 mm e umidade relativa do ar de 70%.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Hidrogeologia da Bacia

- A porção que abrange a bacia é marcada por dois aquíferos distintos, o cárstico (Bambuí) e o de meio intergranular (Urucuia);
- Sua recarga é feita diretamente pelas precipitações ou por contribuição sub vertical dos arenitos do Grupo Urucuia;
- Estes aquíferos são importantes para a regulação da vazão do rio Boa Sorte e suas nascentes.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte Sub-bacia do Rio Grande, no Município de Barreiras e Catolândia.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



O Conflito

Com base no artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97, o INEMA encaminhou para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande o processo nº 2015-009548/TEC/DEN1308 para mediar o conflito dos usos dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte, segundo o mesmo causado pelos barramentos construídos ao longo rio.

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



O Conflito

- A gestão dos recursos hídricos apresenta como um dos maiores desafios para a administração pública, diante do cenário de crise hídrica, reflexo do aumento da demanda, poluição, distribuição irregular, variabilidades climáticas e das estratégias de gestão;

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879



O Conflito

- O artigo 38, inciso II, da Lei nº 9.433/97 atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência para arbitrar em primeira instância administrativa conflitos relacionados ao uso de recursos hídricos;

CASA DO MEIO AMBIENTE
Rua Aníbal Alves Barbosa, 175 - CEP: 47803-090 - 77 3612 4879

Da proposta INEMA/SEMATUR

- Reunir todos os órgãos abrangidos pelo problema e verificar como cada um pode apoiar na resolução do conflito.
 - SDR Bahia (apoio técnico/financeiro para as culturas)
 - INEMA (licenciamento de atividades)
 - CERB (recurso/ execução de projetos)
 - CODEVASF (recurso/ execução de projetos)
 - UNEB/UFOB/FASB (elaboração de projetos técnicos/irrigação)
 - SEMATUR / Barreiras (licenciamento de atividades)
 - SEAGRO / Barreiras (apoio técnico/financeiro para as culturas)
 - Prefeitura Municipal de Catolândia (apoio técnico/financeiro/ equioamentos para as culturas)
 - CBH Rio Grande (perspectiva de acesso a recurso junto ao CBSF)



Fiscalizações Realizadas

- Reuniões com as comunidades
 - As pautas das reuniões englobaram:
 - O sistema de irrigação utilizado é ineficiente, tanto do ponto de vista técnico, pouco eficiente, quanto do ambiental, havendo muito desperdício de água no transporte pelos canais.
 - A realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), bem como a recuperação das Áreas de Preservação Permanente do Ribeiro Boa Sorte, conforme preconiza a Lei Federal 12.651/2012.
 - A solução para o problema, haja vista a situação encontrada, seria a organização das comunidades a fim de buscar recursos para a implantação de um sistema de captação de água por meio de conjunto motobomba e tubulação para a distribuição, mediante autorização prévia junto ao INEMA.
 - Teve a finalidade de orientação e conhecimento aos presentes quanto ao posicionamento deste INEMA em relação ao passivo ambiental, conforme descrito nos itens que se seguem.

Fiscalizações Realizadas

- Notificações aos responsáveis pela construção dos barramentos
 - Tendo em vista a segurança e a viabilidade técnica e econômica de alguns barramentos (os construídos a partir de técnicas de engenharia), foram emitidas duas notificações, sendo a primeira à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para que viabilize a manutenção dos barramentos construídos por ela, bem como promova a sua regularização ambiental junto ao órgão competente. (Em resposta a CODEVASF se eximiu de responsabilidade informado que os barramentos foram doados à comunidade)
 - A segunda à Prefeitura Municipal de Barreiras, a fim de viabilizar a manutenção dos barramentos construídos por ela, bem como promova a sua regularização ambiental deles junto ao órgão competente, além da retirada dos resíduos do barramento ruído. (Até onde se tem conhecimento, não houve manifestação da Prefeitura Municipal).

Fiscalizações Realizadas

- Encaminhamentos ao CBH Rio Grande, MPE e Operação Planejada
 - 1 - Encaminhamento do caso ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande para mediar a resolução do conflito, conforme prevê o Inciso I, Art. 7º, da Resolução Nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
 - 2- Encaminhar cópia do processo ao Ministério Público do Estado da Bahia para apurar as responsabilidades, já que a solução deve envolver uma série de órgãos de diversos seguimentos e esferas, de forma a acompanhar e promover, de forma planejada e organizada, a efetivação da resolução do conflito.

Fiscalizações Realizadas

- Encaminhamentos ao CBH Rio Grande, MPE e Operação Planejada
 - 3 – O INEMA deverá realizar uma operação de fiscalização planejada para execução de intervenções, articulada com o Ministério Público Estadual (se possível), a Polícia Militar, o CREA e com apoio logístico através de mão-de-obra, maquinários (caçamba e retroescavadeira, por exemplo) e depósito para equipamentos apreendidos e/ou local para disposição de resíduos de demolição. O objetivo da operação seria de obstruir todos os canais irregulares que derivam água do Ribeiro Boa Sorte, bem como demolir todos os barramentos construídos artesanalmente. Os demais barramentos deverão ser regularizados pelos órgãos envolvidos na sua construção.

Fiscalizações Realizadas

- Foram realizadas 04 vistorias pela equipe de fiscalização do INEMA, das quais desdobraram na adoção de algumas medidas para sanar o problema.
- Entre as medidas tomadas estão:
 - Notificações de Campo
 - Reuniões com as comunidades
 - Notificação aos responsáveis pela construção dos barramentos
 - Encaminhamentos ao CBH Rio Grande, MPE e Operação Planejada

Fiscalizações Realizadas

- Notificações de Campo
 - Foram aplicadas cinco notificações de campo aos proprietários dos terrenos onde elas estão instaladas, informando sobre o uso prioritário da água nos barramentos durante todo o período de estiagem de chuvas.
 - O objetivo foi de orientar essas pessoas para que pudessem atuar como multiplicadores das informações, entendendo que elas tinham papel de destaque nas comunidades e assim solucionar parcialmente a retirada indiscriminada de água do ribeiro.
 - Essas medidas não surtiram o efeito esperado, uma vez que, segundo informado pelos "responsáveis" pelos barramentos, como são muitas as pessoas beneficiadas por eles, tanto foge ao controle intervir nas comportas laterais (dos canais), quanto na aceitação das informações transmitidas por eles por parte das comunidades. Assim, foi sugerida por eles uma reunião com os envolvidos.

Fiscalizações Realizadas

- Reuniões com as comunidades
 - Ao todo foram realizadas 04 (quatro) reuniões com as comunidades.
 - Reunião I – 24/09/2015
 - Reunião II – 26/10/2015
 - Reunião III - 10/11/2015
 - Reunião IV – 19/11/2015
 - As duas últimas contaram com a participação de uma representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Fernanda Henn Souza de Oliveira e de uma representante do Departamento de Meio Ambiente do Município de Catolândia, a Sra. Dary Almeida

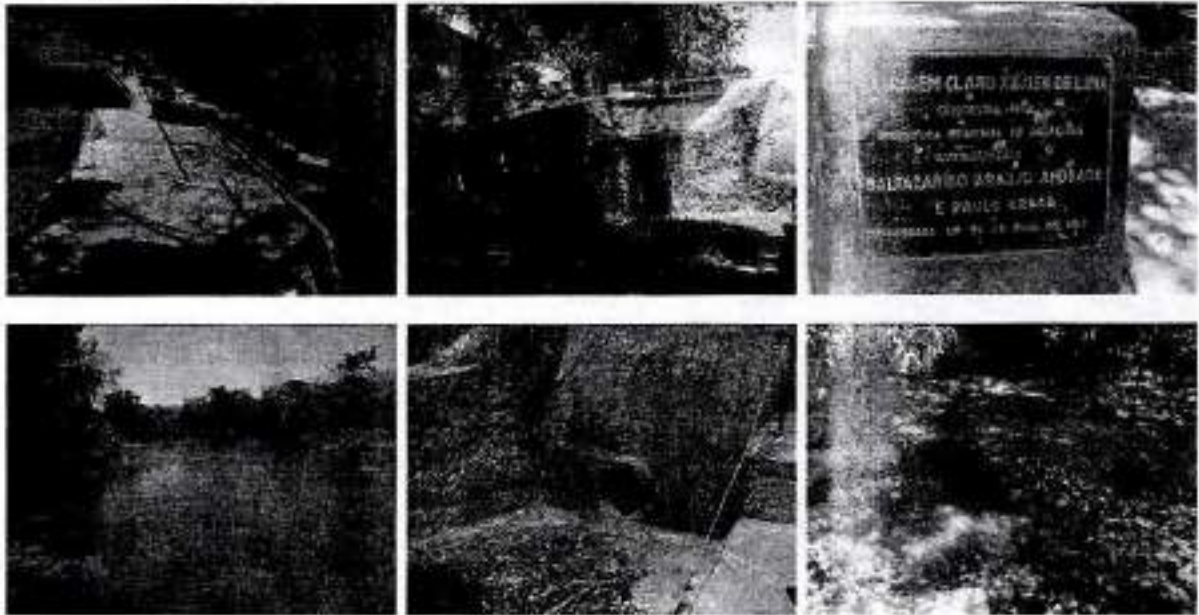


Fiscalizações Realizadas

- Reuniões com as comunidades
 - As pautas das reuniões englobaram:
 - Da Lei Federal 9.433/97 e Lei Estadual 11.612/09, que regulamenta que em caso de escassez a prioridade é o consumo humano e dessedentação animal. As comunidades já contam com sistema de abastecimento humano (água potável) fornecido pela EMBASA/CERB.
 - Pelo Decreto Estadual 14.024/2012 e Lei Estadual 10.431/06, os barramentos em cursos d'água só poderão ser instalados e licenciados mediante o licenciamento ambiental e outorga para intervenção em curso d'água. Canais seguem a mesma linha (licença e outorga para derivação de água).
 - Toda e qualquer retirada de água deverá ser precedida de outorga ou sua dispensa.
 - Em vista da escassez é necessária uma diminuição da produção no período de estiagem, já que o manancial não suporta a irrigação feita no atual modelo (por inundação).

Os Barramentos

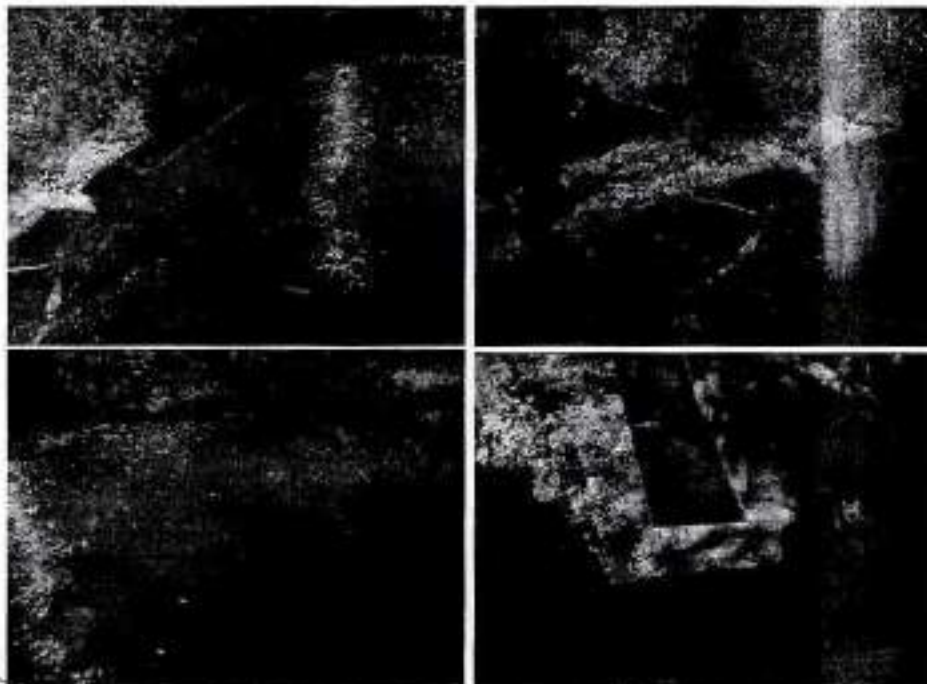
- Barramento do Bezerra



Construído em concreto armado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, na década de 1980.

Os Barramentos

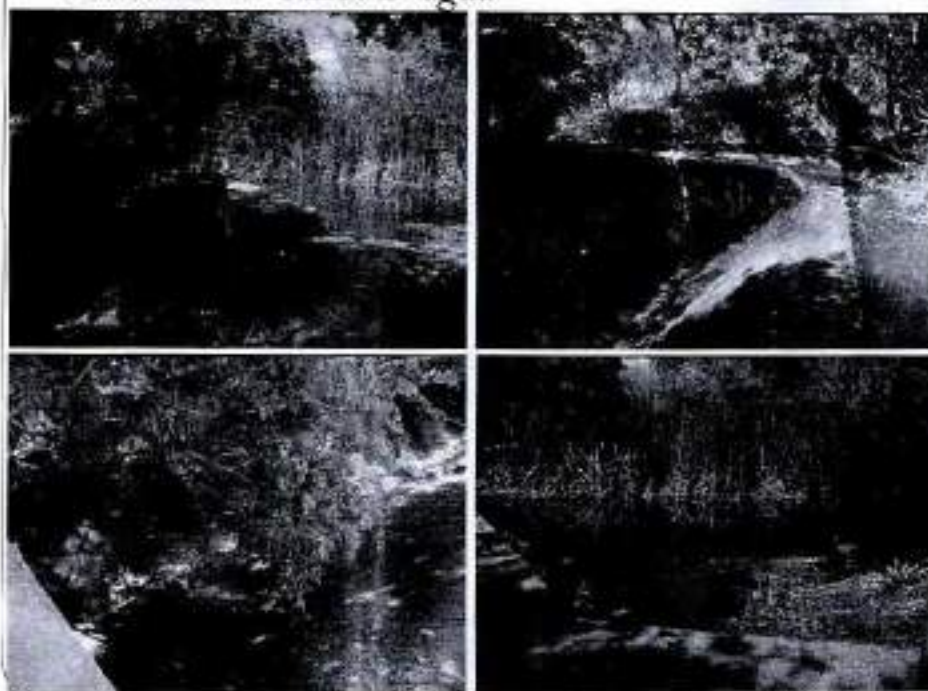
- Barramento do Brejinho



Construído em concreto armado pela CODEVASF e "doada a população".

Os Barramentos

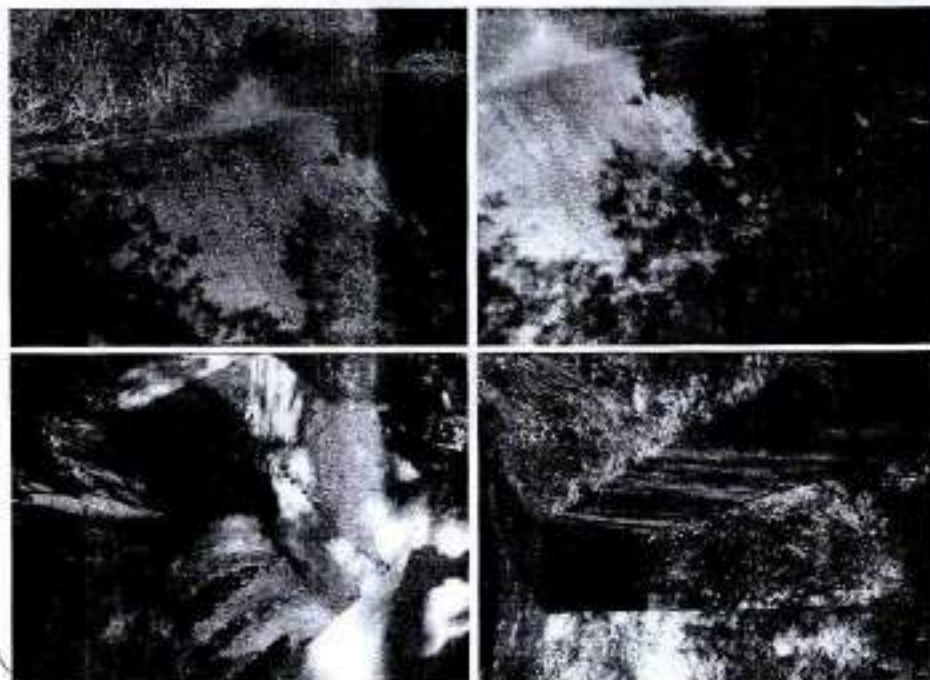
- Barramento Olhos D'água



Construído em concreto armado pela CODEVASF e "doada a população".

Os Barramentos

- Barramento do Barrocão



Construído em concreto armado pela CODEVASF e "doada a população".

Os Barramentos

- Barramento Brejo Novo



Os Barramentos

- Barramento da Mata



• Construído em concreto armado pela Prefeitura Municipal de Barreiras



Os Barramentos

- Barramento Volta Grande



- Construída artesanalmente em sacos de areia e madeira



Os Barramentos

- Barramento do Bianco



- Há um barramento ruído, construído em concreto pela Prefeitura Municipal de Barreiras, não cumprindo mais a sua finalidade.



- Diante disso foi refeita uma barragem artesanal.

Consequências ao Meio Ambiente

- Os canais foram construídos artesanalmente e devido à falta de sua impermeabilização, grande parte da água derivada se perde no caminho, seja por infiltração, seja por evaporação. Dessa maneira, é necessária uma derivação de uma vazão considerável no início do sistema, para que chegue água satisfatoriamente no fim dele.
- O somatório das derivações via canais ao longo do ribeiro resultou na completa falta de água no seu leito a partir de determinado trecho, causando efetiva degradação ambiental.

Consequências ao Meio Ambiente

- Essa situação resultou na ocorrência de danos ambientais gravíssimos ao curso d'água Ribeiro Boa Sorte, transformando parte do seu leito do tipo perene para intermitente.



Consequências ao Meio Ambiente

- Os barramentos não possuem outorga para intervenção no recurso hídrico, nem licença ambiental;
- Os canais não possuem outorga nem licença ambiental;
- As retiradas de água não possuem outorga ou sua dispensa;
- Os barramentos não tiveram manutenção desde a sua construção;
- Os responsáveis pela construção tentam se isentar da responsabilidade;
- Alguns barramentos foram construídos de forma artesanal, sem seguir critérios técnicos, o que apresenta um risco para o meio ambiente e ribeirinhos
- Essa situação configura infração ambiental formal e material de natureza grave a gravíssima.

Usos da água

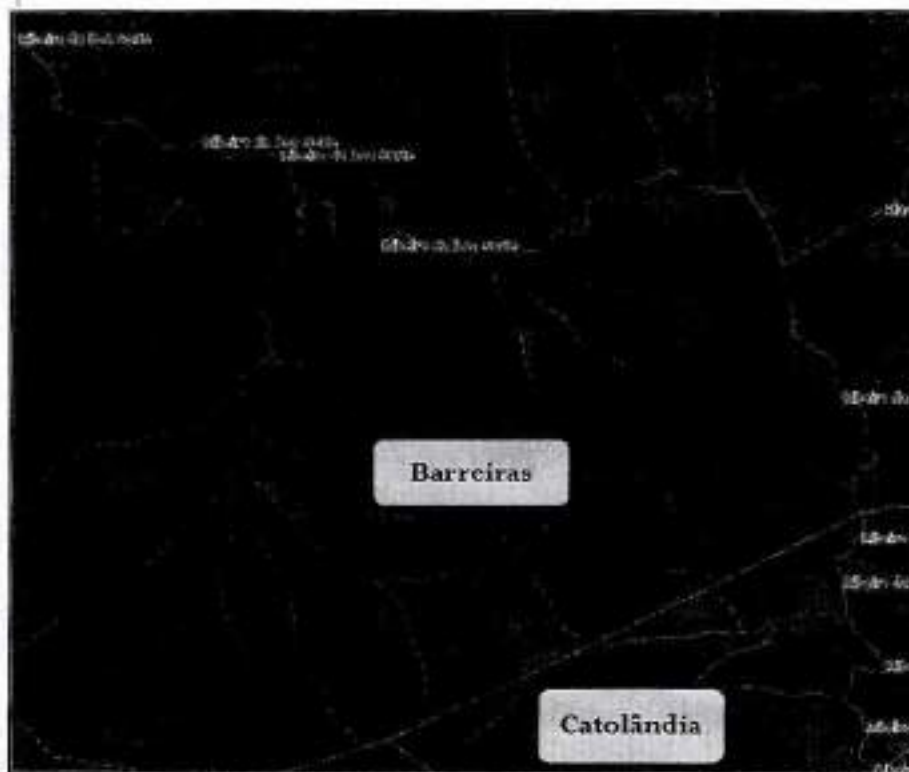
- A comunidade de montante utiliza a água para irrigação por inundação tanto de culturas como feijão e milho, quanto para manutenção de pastagem.
- A comunidade de jusante denominada Canabrava é conhecida na região por sua produção de hortaliças. Parte da água para irrigação das culturas era advinda do Ribeiro Boa Sorte.
- A impressão durante a fiscalização é de que a preocupação dos ribeirinhos é em poder utilizar a água e não com o curso d'água em si.



CONFLITO PELO USO DA ÁGUA – CASO DO RIBEIRO BOA SORTE

Proposta de solução

O problema



Pt	Descrição
33	Barramento denominado do Barroco.
34	Barramento denominado Olhos D'água.
40	Barramento denominado do Brejinho.
57	Barramento denominado do Bezerra.
58	Barramento denominado do Bino.
57	Barramento denominado Volta Grande.
46	Barramento denominado da Mata.
44	Barramento denominado Brejo Novo.
43	Ribeiro Boa Sorte totalmente seco.
62	

O problema

- Trata-se de um conflito de grandes dimensões, abrangendo um sistema de 08 (oito) barramentos construídos em série;
- Cada barramento foi concebido com o objetivo duplo de armazenamento e de elevação do nível da água de forma que ela possa escoar por canais escavados (instalados adjacentes às barragens) até as lavouras dos beneficiados.
- Várias famílias de pequenos produtores rurais (estimadas em mais de cem);
- Os barramentos foram construídos tanto pelo poder público (CODEVASF e Prefeitura Municipal de Barreiras), quanto por pessoas físicas.

Histórico

- Trata-se de um conflito que vem se arrastando desde a década de 90 (há documentos de 1996).
- Vários órgãos já atuaram na busca para uma solução do conflito:
 - CRA (atual INEMA)
 - SRH (atual INEMA)
 - EBDA (Atual SDR)
 - IBAMA
 - Polícia Civil
 - Prefeituras Municipais
 - CODEVASF

Ficando a cargo do poder público a articulação e mobilização para as reuniões com os produtores ribeirinhos.

- **Reunião entre Sociedade Civil e Poder Público envolvidos no conflito;**

Esta reunião prevê o entendimento do conflito sob diversos pontos de vistas que envolve os atores. E a partir de então, será importante para confrontarmos as informações obtidas, pontos de vistas e sugestões extraídas das escutas, visando a estabelecer, primeiro a possibilidade de resolução do conflito, segundo por qual meio e por último, se os atores estão dispostos a encontrar essa resolução. Neste momento todos os atores precisam de um lugar de fala, que pode ser assegurado pelo agente social que participou da escuta.

SOBRE OS SERVIÇOS E CUSTOS

Ressalto que os serviços a serem realizados compreendem a composição da equipe nas ações descritas.

Não haverá custos em honorários com consultoria.

Apenas será necessário o custeio da hospedagem, alimentação e deslocamento para a realização dos serviços.

Tatiane Neiva Barreto

Pedagoga

Especialista em Gestão de Organizações Educacionais

Membro do Comitê de Bacia dos Rios Verde e Jacaré

Servidora Municipal da Prefeitura de Ibipêba – Ba

PLANO DE AÇÃO

Conflito no Riacho Boa Sorte – Barreiras / Catolândia

Após leitura do relatório e atas disponibilizados pela comissão, vejo a necessidade de ouvir os produtores ribeirinhos (sem a presença do poder público) para entendermos melhor o problema que estamos tratando. Mas antes disso é necessário que haja uma reunião de alinhamento com a Comissão Administrativa para preparar a escuta. Após esta escuta faremos uma reunião com todos os envolvidos no conflito para sugestões de resolução trazidas pelos próprios atores.

Ações:

- **Reunião de alinhamento com os membros da comissão;**

Pretende-se com esta reunião sensibilizar os membros para a escuta. Este momento com os produtores é de suma importância para entendermos o problema já que ainda não temos os estudos necessários. Para isto, os membros precisam estar abertos a ouvir todas as colocações dos produtores sem prévia intervenção ou tentativa de resolução precoce. Por isto, é importante a sensibilização destes, para que os produtores entendam que estamos tentando fazer o melhor possível para todos os envolvidos no conflito.

- **Escuta social com os produtores ribeirinhos: Catolândia / Barreiras;**

O diálogo da escuta precisa ser claro, objetivo, humano e de fácil entendimento, de forma que os produtores se sintam à vontade para se expressar. O conflito é de todos aqueles que utilizam os recursos hídricos do Riacho Boa Sorte, porém, os produtores precisam ter conhecimento dos problemas atuais e necessitam de motivação para criar as suas próprias resoluções. Desta forma, teremos conteúdo para posteriores conclusões.

A escuta deve ser realizada visando a manter a identidade municipal de cada produtor, observando as diferenças de demanda e oferta de água de um município para outro, além de facilitar a logística de todos para a participação.

A escuta tem o objetivo de promover a participação social para que as partes envolvidas no conflito tenham a oportunidade de se reconhecer. Assim, solicito que o poder público que participou das reuniões anteriores não seja convocado, seguindo as premissas das primeiras reuniões que apenas ocorreu com o poder público. Esta seria apenas com os produtores, o CBH do Rio Grande e a Comissão Administrativa.

REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE CTIL/CBHSF
 PROCEDIMENTO DE CONFLITO DE USO Nº 01/2019
 BARREIRAS/BA, 04 DE NOVEMBRO DE 2019



PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. Frederico L. Sandoz	CTIL	FREDERICOLS@GMAIL.COM (31) 98647.2779	Frederico L. Sandoz
2. MAURICIO GATTO	CTIL/CBHSF	MAURICIO.GATTO@SISTEMATEC.COM.BR (11) 98941.7232	
3. CLAUDIO HUGENAR DA SILVA	CTIL	#-MAIL: CLAUDIOHUGENAR@PEIXEVIVO.COM.BR (75) 99167.7448	
4. Demotheres S. Nunes Junior	CBHSF	#-MAIL: demot@hotmaill.com (71) 39933-1209	
5. Maria Mercedes de Souza	CTIL	(24) 99910-5258	
6.			
7. Marcia Rodrigues Costa	SENATUR	(41) 2612.9600	
8.			
9. João Araújo de Jesus	CTIL	72997714549	
10. João Bastos Neto	CTIL	11 998492525	
11.		74 99978-5210	
12.			
13.			
14.			

Páginas 109
 AGENCIA PEIXE VIVO

Páginas
 SEM EFEITO
 AGENCIA PEIXE VIVO

REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE CTIL/CBHSF
 PROCEDIMENTO DE CONFLITO DE USO Nº 01/2019
 BARREIRAS/BA, 05 DE NOVEMBRO DE 2019



PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. CLÁUDIO ADENAR DA SILVA	CTIL	(75) 99164-7448	
2. Frederico L. Santos	CTIL	Federico.LS@GMAIL.COM (31) 98647-2779	
3. MEVNICIO GATTO	CTIL/CBHSF	MURICIO.GATTO@SEMTEC-ILF.MG.COM.BR (11) 99971.3232 fl-nunes@semtecmg.com	
4. Demotheus S. Nunes Junior	CBHSF	(77) 99933-1209	
5. MARINA MOURA DO SANTO	CTIL	(74) 99910-5258	
6. DECISSIO BRUNO DE MOURA	CTIL/SEMTEC	(71) 99960-366	
7. AGRIMA MOURA	SEMTEC	(71) 99960-366	
8. Rayana Neres Brandão	CTIL	77 99008-7111	
9. MARCELO RODRIGUES COSTA	SEMTEC	(41) 3612-9600	
10. JORDY ARAUJO DE SA FELIX		77 99971 4549	
11. SARA DE SA FELIX		77 999844 8525	
12. JOAO POTHOS RIBEIRO	CTIL	74 99978-5210	
13. EDUARDO A. BITTENCOURT	MPBA	77-3611-4806	
14.			

Páginas 110
 AGENCIA PEIXE VIVO

Páginas SEM EFEITO
 AGENCIA PEIXE VIVO

Eduardo Bittencourt ressaltou a importância do Município de Barreiras buscar gerir de forma adequada as barragens, principalmente diante do conflito. Apresentou que pode haver celebração de convênio, capacitando os usuários. Afirmou que o Município necessita rever a forma de gestão dos barramentos, não somente por conta do conflito, mas para o uso adequado deste recurso hídrico. O Sr. Frederico Santos ressaltou que o Município de Barreiras é precursor na busca de resolver o conflito do Ribeirão Boa Sorte. O Sr. Claudio Sailva questionou ao Dr. Eduardo Bittencourt se tem como oficial a CODEVASF da importância de participar deste grupo, uma vez que é inadmissível o silêncio desta autarquia quanto aos convites já realizados, bem como da informação do documento de transferência da barragem para o Município de Barreiras. O Dr. Eduardo Bittencourt ressaltou que acredita acerca ausência de documentação no Município quanto a estas barragens e a CODEVASF, mas acredita que esta autarquia deve possuir, se comprometendo a oficial-la. Por fim, o Sr. Claudio Silva destacou que são muitas variáveis a serem consideradas para resolver os problemas existentes na região Ribeirão Boa Sorte. O Sr. Moises Santos destacou que deve ser feito um encaminhamento para um próximo encontro, com a participação CODEVASF e a Prefeitura de Catolândia, para posteriormente ser realizada a reunião com a população. Sr. Claudio ressaltou a necessidade de uma visita técnica no Município de Catolândia. O Dr. Eduardo Bittencourt solicitou que o Comitê do São Francisco oficie o órgão ministerial, destacando a necessidade oficial a CODEVASF. O Sr Claudio Silva apresentou que oficializará a Prefeitura de Catolândia e o Ministério Público. Parabenizou o Município de Barreiras por provocar o Comitê do São Francisco, na busca de resolver os conflitos na região. Ressaltou que o primeiro passo foi dado, o qual é conhecer a realidade e que a solução somente se dará com a participação de todos. Nada mais havendo, encerro esta ata com assinatura de todos os presentes.

Handwritten signatures in blue ink, including names like Claudio Silva, Frederico Santos, Moises Santos, and Royane Brandão.

conhecimento do problema que envolve todos os autores, desde o uso para animal, até aqueles que usam para outro fim, que a equipe busca ouvir, inclusive pessoas que não se fazem presente. O Sr. Claudio da Silva parabenizou a Prefeitura de Barreiras que tem buscado interesse em resolver os problemas das barragens, que por se tratar de uma bacia, se faz necessário se reunir com o Município de Catolândia, para identificar os problemas como um todo da Bacia. O Sr. Moises Santos apresentou que de Município Catolândia tem três barragens e ressaltou a necessidade de conhecer a realidade de Catolândia. Afirmou que a cultura de irrigação precisa ser alterada, por encontra-se ultrapassada. Alegou ainda a necessidade de verificar como se encontra a nascente, para identificar o que ser feito. O Sr. Claudio da Silva questionou porque o Município de Catolândia não participou desta visita, tendo o Sr. Demosthenes Junior apresentado que enviou convite, mas que o referido Município não tem nem Secretaria de Meio Ambiente. O Sr. Demosthenes Junior se comprometeu em reunir com o Prefeito de Catolândia. O Dr. Eduardo Bitencourt ratificou a necessidade de participação do Município de Catolândia. O Sr. Saul Cavalcante ressaltou que o Município de Catolândia é a parte mais alta, que não sofreu os problemas de falta d'água, mas que, como bacia, se faz necessário visitar o referido Município. O Dr. Eduardo Bitencourt questionou acerca das barragens que estão no âmbito no Município de Barreiras, que foram executadas pela CODEVASF, acerca da deleção da operação destes barramentos, se foi formalmente transferido a alguma associação, visto que este deveria ser o procedimento. Buscou saber se houve capacitação para uso dos barramentos. O Sr. Aguinaldo Junior apresentou que na Comunidade do Bezerra a manutenção era feita pelos próprios usuários, que na comunidade era acordado entre os usuários como se dava o uso, a manutenção. Apresentou ainda que o líder da associação é quem se responsabilizava, mas que depois dos problemas, isso foi deixado de lado. O Dr. Eduardo Bittencourt apresentou que o impacto da má gestão dos barramentos pode ser uma possível causa da falta de água, que isso deixa mais evidente a responsabilidade do Município de Barreiras, que deveria buscar a regularização das barragens. A Sra. Marisa Costa apresentou que foi oficiado a CODEVAFS que não se manifestou, tendo o Sr. Frederico Santos ressaltado a necessidade de participação desta no grupo de estudo. Este apresentou a necessidade do plano de segurança das barragens, visto que estas são antigas. O Sr. Aguinaldo Junior ressaltou que a barragem do Boqueirão do Justino foi construída sem estudo, estando atualmente seca. O Dr. Eduardo Bittencourt apresentou que, apesar dessas barragens terem sido construídas há muito tempo e que a transferida da gestão foi feita de maneira até mesmo informal, atualmente se faz necessário uma gestão técnica do recurso hídrico, com a capacitação para uso e manutenção de maneira adequada. O Sr. Demosthenes Junior apresentou que será feito um cadastramento dos usuários juntos com a Secretaria de Agricultura do Município de Barreiras. A Sra. Marisa Costa ressaltou que o problema não é a falta de água potável, visto que todas as casas tinha hidrômetro da EMBASA. O Dr.

ATA DE REUNIÃO



Aos 05 dias do mês de novembro de 2019, na sala de reuniões do gabinete da Prefeitura Municipal de Barreiras/BA, reuniram-se os representantes da CTIL do São Francisco, o Sr. Cláudio Ademar da Silva, o Sr. Frederico L. Santos, o Sr. Moises Menezes dos Santos e o Sr. João Bastos Neto; os representantes da CTIL do Rio Grande, o Sr. Demosthenes S. Nunes Junior, o Sr. Mauricio Gatto, o Sr. Olegário Ribeiro Mâcedo Neto e a Sra. Rayana Alves Brandão; o Secretário de Infraestrutura, Sr. João Araujo de Sá Teles; o representante da Secretaria de Agricultura, o Sr. Aguinaldo Pereira Junior; o Coordenador do INEMA, o Sr. Saul de S. R. Cavalcante; a representante da Secretaria do Meio Ambiente, a Sra. Marisa Rodrigues Costa, e o Promotor de Justiça Ambiental e Regional Ambiental do Ministério Público, Dr. Eduardo A. Bittecount. Dadas as apresentações iniciais, o Sr. Cláudio da Silva apresentou que foram a campo ontem, para uma visita técnica. Ressaltou ainda que o objetivo da reunião é uma conversa com as instituições e posteriormente uma conversa com os usuários da área em conflito. O Sr. Demosthenes Junior apresentou a necessidade de solucionar o conflito da região do Ribeirão Boa Sorte, destacando a existência de barramentos ilegais e uso incorreto. Apresentou ainda que requisitou o apoio ao Comitê do São Francisco, o qual foi atendido, tendo seus representantes comparecido a este Município, realizando na data de ontem, 04 de novembro de 2019, uma visita na área, a fim de buscar a solução dos conflitos, verificando a existência de barramentos ilegais. O Sr. Saul Cavalcante apresentou que o conflito já tem um tempo, que em 2015 começou a faltar água para os usuários que plantam horta, na área da Canabrava. O Sr. Saul Cavalcante afirmou que foi feita uma visita no percurso do rio, onde identificou a existência de regos antigos, que funcionou por muito tempo. Destacou também que verificou a existência de vários impactos e que, diante disso, o INEMA tomou algumas medidas, como notificações a Prefeitura de Barreiras e a CODEVASF, reuniões. Apresentou que o INEMA requisitou ao Comitê para fazer as mediações em busca de soluções. O Sr. João Sá Teles apresentou que o elemento em escassez é água, devendo haver uma melhor distribuição aos usuários. Apresentou existência duas barragens, no Bezerro e na Mantiqueira, que deve buscar uma forma de retirar água, fazendo uma melhor destruição da água. O Sr. Claudio Silva ressaltou que a CODEVASF não está presente na reunião. O Sr. Aguinaldo Junior apresentou que em 1988 foi construída pelo então prefeito Baltazarino o barremento do Bezerro, que construiu com recursos do Município de Barreiras, e da Mantiqueira, no de Saulo Pedrosa. Alegou ainda que a CODEVASF foi a executora do projeto das barragens. Apresentou também que a do Bezerro encontra-se com defeito, haja vista o tempo de uso. O Sr. Demosthenes Junior apresentou que a Prefeitura de Barreiras vai executar o que for definido pelo Comitê para solucionar o conflito. O Sr. João Neto apresentou que no primeiro momento tem o foco voltado para o



ana.alves@agenciapeixevivo.org.br

De: conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br
Enviado em: terça-feira, 19 de novembro de 2019 14:32
Para: barreiras@mpba.mp.br; claudioademar@yahoo.com.br; lrpfarías@uol.com.br; menezesba@gmail.com; joao.neto@sema.ba.gov.br
Cc: rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br; laura.araujo@agbpeixevivo.org.br
Assunto: Ofício CTIL/CBHSF Nº 17/2019 - Processo de Conflito de Uso
Anexos: OFICIO CTIL nº 17.2019 - SOLICITAÇÃO AO MP.pdf

Ilmo Senhor Dr. Eduardo A. Bittencourt Filho

Promotor Ambiental

Ministério Público da Bahia

Segue em anexo Ofício da Câmara Técnica Institucional e Legal do CBHSF Nº 17/2019, que solicita informações sobre a gestão das barragens do Olho D'água e Barrocão, localizadas nos municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia.

Aguardamos retorno e posicionamento do Ministério Público.

Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019

Cláudio Ademar
João Bastos Neto
Moises Menezes



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 17/2019

Belo Horizonte/MG, 13 de novembro de 2019

Ilmo Senhor
Dr. Eduardo A. Bittencourt Filho
Promotor Ambiental
Ministério Público da Bahia

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF
Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

A Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita ao Ministério Público do Estado da Bahia que busque informações junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) sobre a transferência da gestão das barragens do Olho D'água e Barroão, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Informamos que a CODEVASF não participou da reunião. Ao mesmo tempo, solicitamos gestão do Ministério Público junto à CODEVASF para que a mesma se integre ao grupo.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agbpeixevivo.org.br e rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br de 08h às 17h.

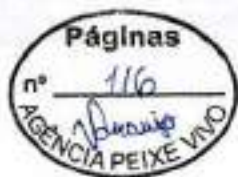
Cordialmente,



Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL



Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



CBHSF/CTIL, 23 de janeiro de 2020.

Cláudio Ademar da Silva
Relator da Comissão Processante

Frederico L. Santos
Membro

Moisés Menezes dos Santos
Membro

João Bastos Neto
Membro

A barragem apresentava-se vertendo água a jusante, com volume visivelmente menor que a anterior, não foi visualizado o indicador de presença de esgoto doméstico, conforme imagens.

O equipamento se encontrava em mal estado de conservação, obstruída e aparentemente abandonada. O equipamento, no momento da visita, estava exercendo o papel para o qual fora construído.

Não foi visualizado escassez hídrica ou algum indicador de uma possível demanda maior que a oferta hídrica. Apenas a diminuição visível de vazão defluente.

CONSIDERAÇÕES GLOBAIS FINAIS

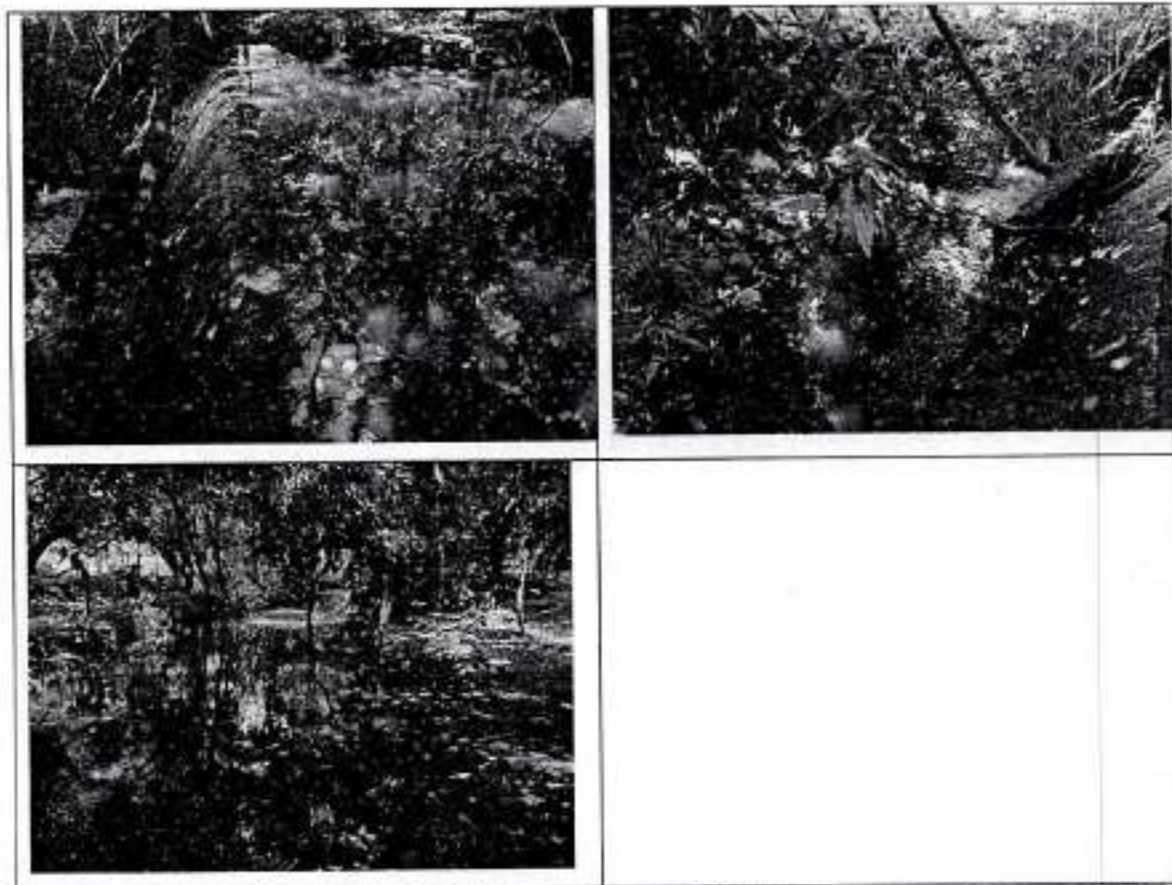
Observou-se que há claramente a existência do conflito em ebulição de base hídrica no município de Barreiras, possivelmente com delimitação do centro de ocorrência, muito provavelmente entre a penúltima e a última barragem visitada em Barreiras. Contudo, este fato não foi observado em Catolândia, estando aparentemente, pelo que se depreende das informações coletadas o conflito está latente, tendo um foco de possível ocorrência entre a primeira e a terceira barragem visitada devido a redução da quantidade e da qualidade da água produzida.

A confirmação da afirmação anterior, possivelmente ocorrerá na escuta dos proprietários ribeirinhos que vivem o dia a dia do recurso hídrico no local.

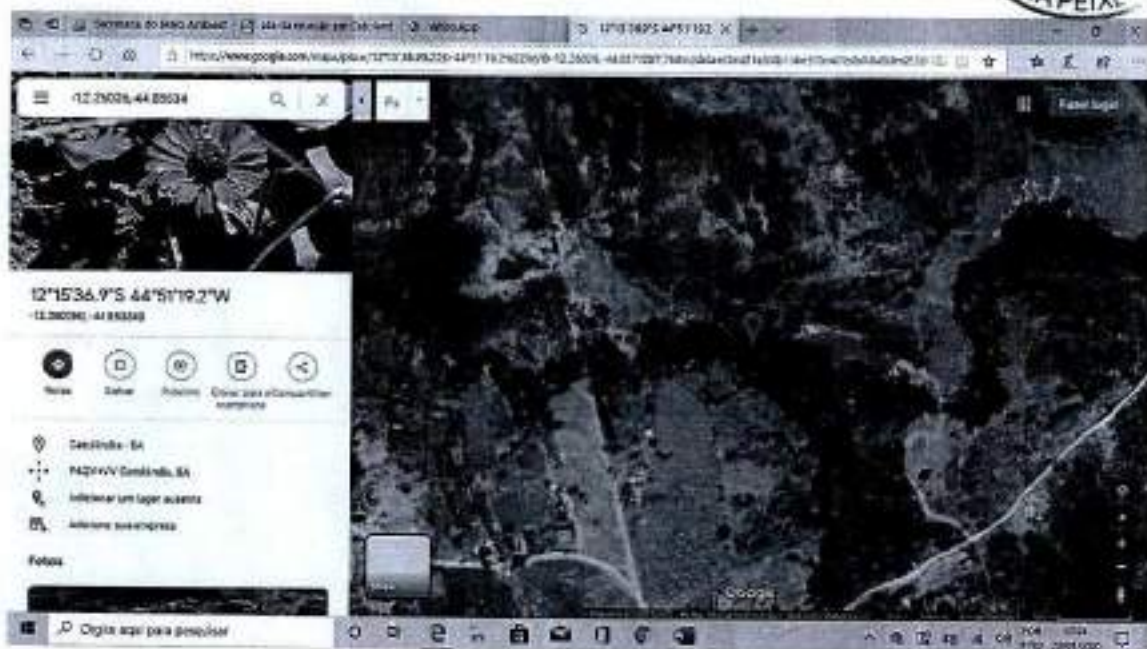
Por fim, conforme Ata do dia 10.12.2019, houve uma disposição da Prefeitura Municipal de Catolândia e Barreiras de ajudar mutuamente para a resolução do conflito, assim como preparar o cadastramento dos proprietários ribeirinhos para ajudar na convocação de todos para a próxima reunião e escuta dos ribeirinhos.

Em virtude do relatório acima mencionados sugerimos como próximo passo realizar a escuta dos usuários de água pertencentes a Sociedade Civil nos municípios de Catolândia e Barreiras-Ba.

A quarta barragem a ser visitada foi a Barragem Sítio da Barriguda II, conforme demonstra as fotos abaixo:



Acima a localização da Barragem visitada.



Acima a localização da Barragem visitada.

A barragem apresentava-se vertendo água a jusante, com volume visivelmente semelhante ao anterior, não foi visualizado o indicador de presença de esgoto doméstico, conforme imagens.

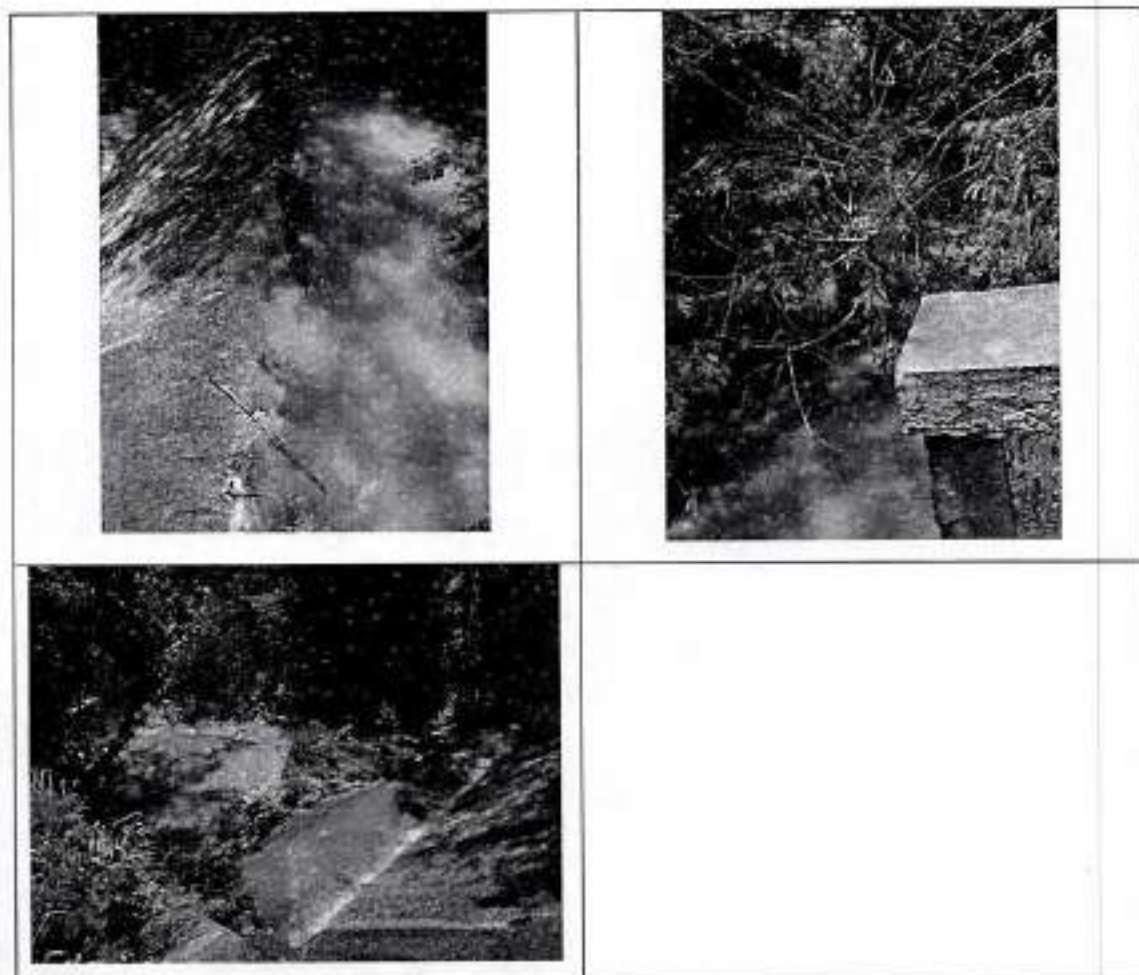
O equipamento se encontrava em mal estado de conservação, obstruída e aparentemente abandonada. O equipamento, no momento da visita, estava exercendo o papel para o qual fora construído.

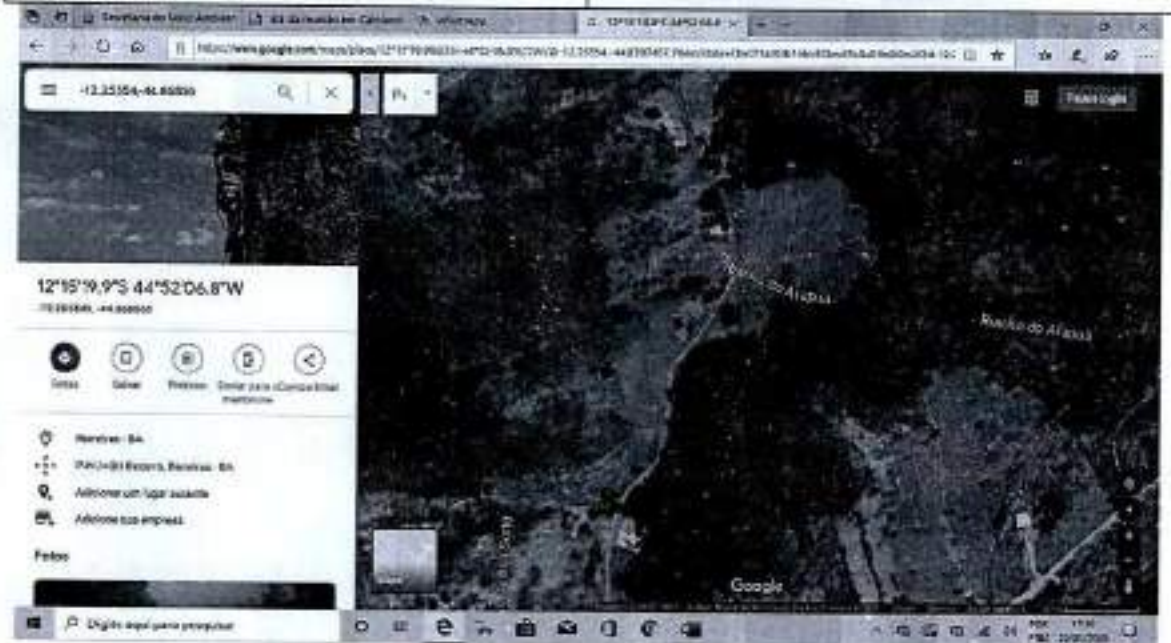
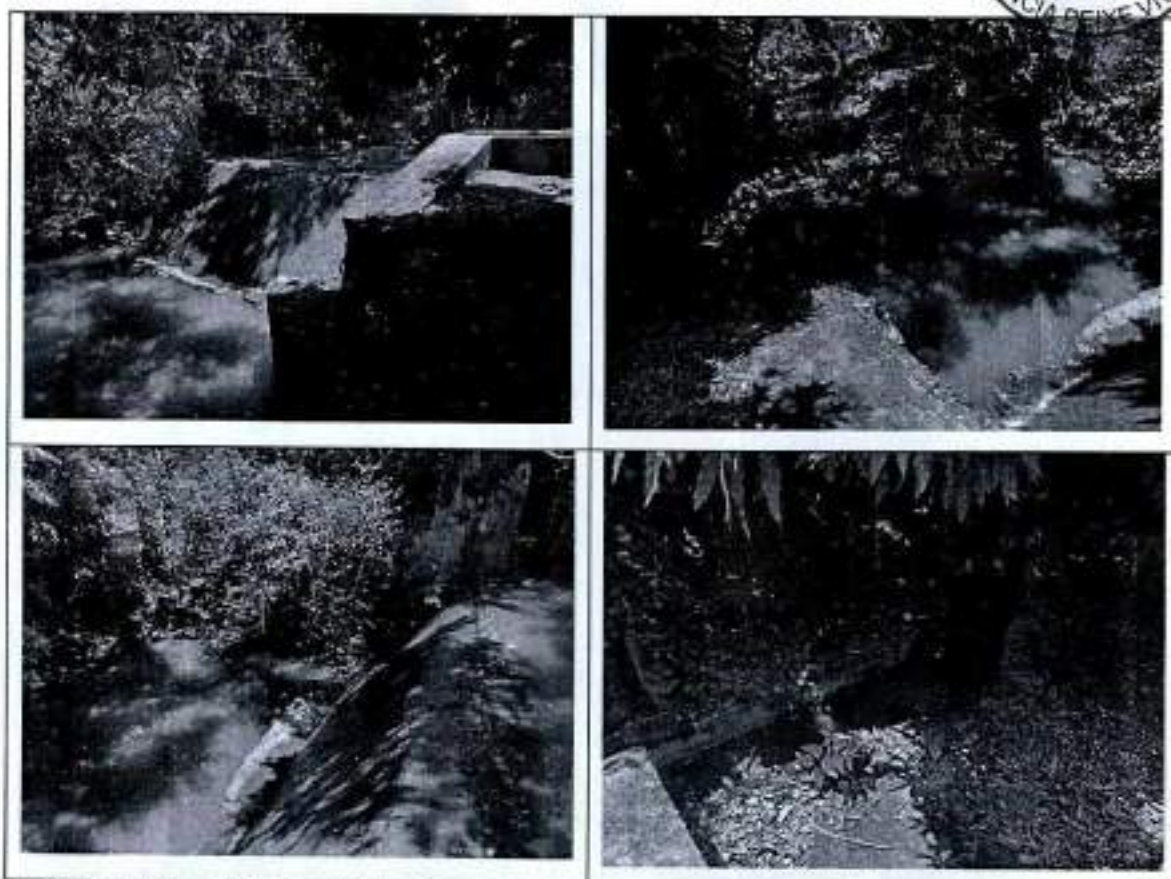
Não foi visualizado escassez hídrica ou algum indicador de uma possível demanda maior que a oferta hídrica. Apenas a manutenção visível de vazão defluente.

O equipamento se encontrava em mal estado de conservação, com rachaduras e desmoronamento de parte da sua crista. Observou-se a presença de canal escoadouro de água abastecido e funcionado. Não foi possível localizar o destino da água. Mesmo com a avaria do equipamento observada, no momento da visita, estava exercendo o papel para o qual fora construído.

Não foi visualizado escassez hídrica ou algum indicador de uma possível demanda maior que a oferta hídrica. Apenas a manutenção visível de vazão defluente.

A quarta barragem a ser visitada foi a do Sítio Barriguda, conforme demonstra as fotos abaixo:





Acima a localização da Barragem visitada.

A barragem apresentava-se vertendo água a jusante, com volume visivelmente semelhante ao anterior, não foi visualizado o indicador de presença de esgoto doméstico, conforme imagens.



Acima a localização da Barragem visitada.

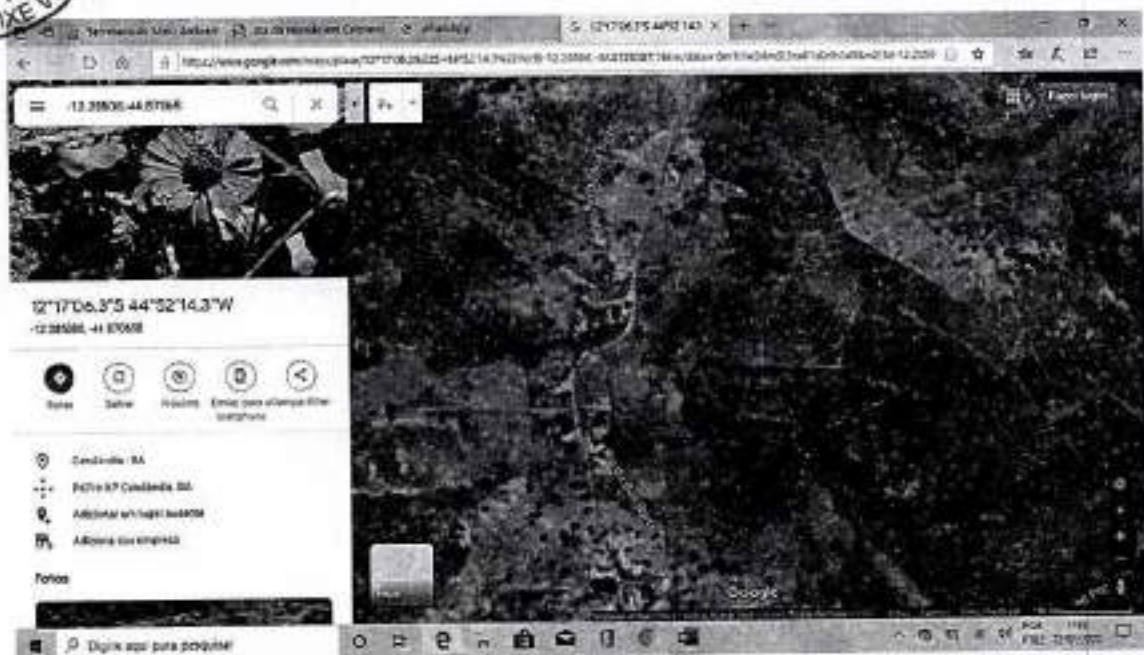
A barragem apresentava-se vertendo água a jusante, visivelmente menos que a anterior, mantendo o indicativo na água de presença de esgoto doméstico, devido a sua coloração visualizada nas imagens. Nesta barragem foi visualizada a presença significativa da planta aquática taboa, mais um indicador da presença de esgoto doméstico despejado na água.

O equipamento se encontrava em bom estado de conservação. O equipamento, no momento da visita estava exercendo o papel para o qual fora construído.

Não foi visualizado escassez hídrica ou algum indicador de uma possível demanda maior que a oferta hídrica. Apenas uma diminuição visível de vazão defluente.

A Terceira barragem a ser visitada foi a do Fazenda Brejinho, conforme demonstra as fotos abaixo:





Acima a localização da Barragem visitada.

A barragem apresentava-se vertendo água a jusante, com indicativo na água de presença de esgoto doméstico devido a sua coloração visualizada nas imagens.

O equipamento se encontrava mal conservado e com rachaduras na crista da estrutura. Não se pode afirmar que haja risco com aumento de volume, embora o equipamento estivesse exercendo o papel para o qual fora construído.

Não foi visualizado escassez hídrica ou algum indicador de uma possível demanda maior que a oferta hídrica.

A segunda barragem a ser visitada foi a do Povoado da Barriguda conforme demonstra as fotos abaixo:





Após a reunião com o Prefeito Municipal e demais diligenciou a visita organizada nos veículos já existentes e contando com o acompanhamento de "Zé Pequeno" para conduzir a equipe e os interessados às barragens que estão localizadas no Riacho Boa Sorte.

Iniciamos a visita pela Barragem chamada de "Fazenda Barrocão" nas imediações do Arapuá(Barragem do Arapuá), conforme demonstra imagens abaixo:

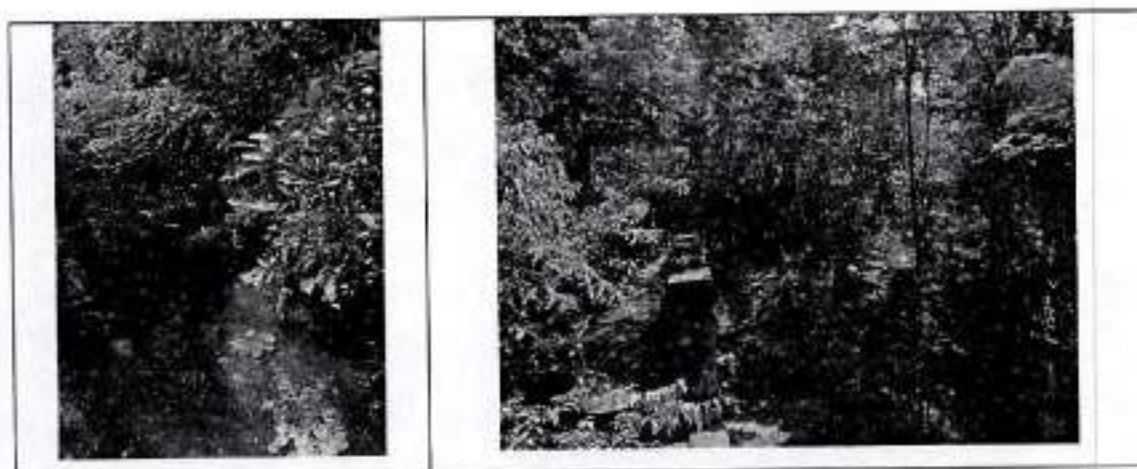




Foto 02

Seguindo o cronograma anteriormente definido, no dia 09 de dezembro de 2019, foi realizada a visita à Prefeitura municipal de Catolândia. O deslocamento foi realizado com o apoio de veículos particulares, da prefeitura municipal de Barreiras e do INEMA. Fomos recepcionados pelo Prefeito municipal e Secretários da Saúde e Agricultura, assim como a integrante do Jurídico do município.

Durante reunião com representantes da Prefeitura de Catolândia, membros do CBHGRANDE e CTILSF, foi perguntado se existia algum tipo de conflito pelo uso da água. Respondido de pronto pelo Prefeito "que não tem conflitos" que o problema é degradação e desmatamento. Contudo, o Secretário de Saúde diz que existe um conflito de água no município devido ao esgoto que é descarregado no Riacho Boa Sorte. Em sequência, foi dito pelo Prefeito que defende o uso das barragens como forma de reter a água. Que o município possui 3(três) barragens "oficiais". Por fim, o prefeito falou que seria melhor fazer um diagnóstico e depois discutir com os proprietários, usuários e consumidores da água do Rio Boa Sorte. O contexto envolvido está resumido e descrito na ATA da reunião do dia 09.12.2019, anexa a este relatório e registrado em fotos abaixo.

Demosthenes (nesse momento representando a prefeitura de Barreiras), disse que executará a medidas corretivas orientadas pela CBHSF. O Sr, Cláudio Silva esclareceu que o trabalho dos membros da Comissão Processante é de mediar o conflito, que as soluções devem surgir a parti da mediação, que não é papel da comissão processante indicar soluções de conflito e que faz-se necessário visita ao Município de Catolândia, pois à solução encontrada deve respeitar a Bacia Hidrográfica. O Sr. Membro da comissão João Bastos, lembrou a todos que a solução encontrada deve considerar todos os envolvidos, poder público, sociedade civil, animais e meio ambiente. O Promotor de Justiça Leonardo Bitencourt questionou a cerca das Barragens construídas pela Codevasf e Pela Prefeitura de Barreiras, questionou se houve a transferência legal das mesmas e se o poder público está fazendo a devida manutenção e se foi promovido cursos de capacitação para uso do Barramentos. O sr. Aginaldo Júnior informou que a manutenção era feita pela própria comunidade e a forma de utilização dos recursos definida pelos usuários, no entanto, após os problemas sofridos na barragem a comunidade parou de dar manutenção. O Sr. Leonardo Bitencourt esclarece que as empresas públicas Codevasf e Prefeitura de Barreiras têm responsabilidade técnica sobre a construção, manutenção e operacionalização das Barragens. O Sr. Demosthenes informou que a Prefeitura de Barreiras realizará cadastro dos usuários. Diante dos fatos expostos a comissão processante decidiu que seria necessário a realização de visita técnica no município de Catolândia, que a próxima visita seria realizada pelos membros João Bastos e Moisés Menezes considerando-se à distância dos outros membros.

Foto 01



Foto 01



Foto 02

Em 05 novembro de 2019, na sala de reunião do gabinete do prefeito de Barreiras, reuniram-se representantes da Prefeitura local, CBH do Rio Grande, CBHSF do São Francisco, Inema e Ministério Público da Bahia conforme demonstrado pela lista de presença e ATA logo abaixo. Em resumo foi dito pelo relator da comissão processante Sr. Cláudio Ademar que o objetivo a ser tratado nessa reunião seria de prévio conhecimento da situação atual da área de conflito pelos recursos hídricos a parti do olhar dos poderes públicos envolvidos, e que seria realizado em outra oportunidade visita e reunião com os envolvidos na área de conflito representantes da Sociedade Civil. Foi dito pelo presidente do CBH do Rio Grande que as barragens ilegais e o uso incorreto têm ocasionado escassez de água para o cultivo de lavouras principalmente na região de Cana Brava. O representante do Inema – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos informou que notificou a Prefeitura de Barreiras e a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e Parnaíba para realizarem manutenção nas devidas barragens. O sr. Cláudio Silva ressaltou que não estavam presentes na reunião e nem na visita representantes da Codevasf e da Prefeitura Municipal de Catolândia. O Sr.



Foto 02

O quarto local visitado foi a barragem Bom Jesus II que segundo informações colhidas no local foi construída pela Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Abaixo fotos do local. Observa-se que não há defluência de água neste ponto indicando uma escassez de água a jusante da barragem, já que não há passagem de água para seguir rio abaixo. A partir deste ponto está visível o conflito por falta d'água.

Ponto 04 – 12°13.6020'S 44°54.4340'W



O terceiro local visitado foi a Barragem do Moisés construída pelos moradores locais de forma artesanal conforme fotos abaixo.

Ponto 03 – 12°13.1690'S 44°53.8090'W



Foto 01

Foto 01

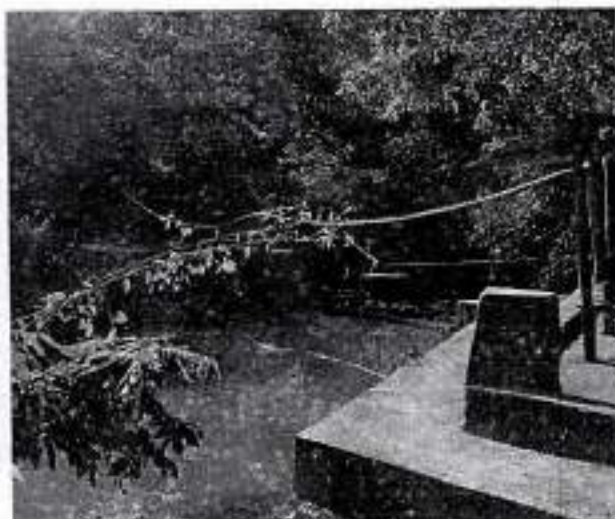


Foto 02

Foto 03

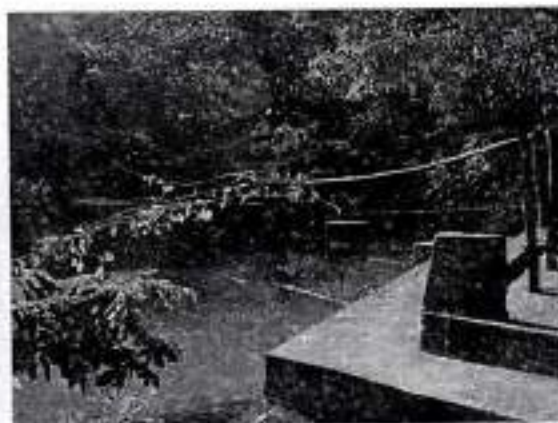


Foto 04



Foto 01



Foto 02



O segundo local visitado foi a BARRAGEM CLARO XAVIER DE LIMA, construída pela Prefeitura Municipal de Barreiras conforme demonstrado na foto abaixo da placa de inauguração. Identificamos claramente que a barragem sofre com falta de manutenção, seja pelo poder público, seja pelos usuários locais.

Ponto 02 - 12°13.9720'S 44°52.7020'W



Após a realização das apresentações, os presentes seguiram em caravana para as barragens que estão na área de abrangência do conflito, localizada no município de Barreiras, único município visitado nesta data, considerando-se que estava ausente os representantes do município de Catolândia.

O primeiro local a ser visitado consideramos ponto 01, conforme foto de satélite abaixo. Observamos que o método utilizado para irrigação nesse local consiste na distribuição de água através de pequenos canais (sulcos), método em desuso na irrigação moderna por conta da baixa eficiência.

Ponto 01 – 12°13.1910"S e 44°54.1690"W



CTIL / CBHSF

RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE USO DE RECURSOS
HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS-BA E
CATOLÂNDIA-BA NA BACIA DO RIO GRANDE.

Ao quarto dia do mês de novembro de 2019, os membros da Comissão Administrativa Para Solução de Conflitos de Uso de Recursos Hídricos N° 001/2019, os senhores Cláudio Ademar da Silva, Frederico L. Santos, Moisés Meneses dos Santos e João Bastos Neto se reuniram com membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande, os senhores Maurício Gatto, Demosthenes S. Nunes Junior e técnicos do INEMA (Bahia) e Prefeitura Municipal de Barreiras às 14:00 horas para apresentação prévia dos representantes das Instituições e realização de visita de campo. Na apresentação se fizeram presentes 10 pessoas conforme lista abaixo na figura 1.

REUNIÃO COMISSÃO PROCESSANTE CTIL/CBHSF
PROCEDIMENTO DE CONFLITO DE USO Nº 01/2019
BARREIRAS/BA, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

PRINX
VIVO

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Frederico L. Santos	CTIL	(31) 36691.2775	Frederico L. Santos
2. MAURICIO GATTO	CTIL/CBHSF	(75) 99167.1148	Maurício Gatto
3. CLÁUDIO ADEMAR DA SILVA	CTIL	(75) 99167.1148	Cláudio Ademar da Silva
4. Moisés Meneses dos Santos	CTIL	(75) 99167.1148	Moisés Meneses dos Santos
5. João Bastos Neto	CTIL	(75) 99167.1148	João Bastos Neto
6. Demosthenes S. Nunes Junior	CTIL	(75) 99167.1148	Demosthenes S. Nunes Junior
7. Maurício Gatto	CTIL	(75) 99167.1148	Maurício Gatto
8. Inês Regina Costa	CTIL	(75) 99167.1148	Inês Regina Costa
9. João Bastos Neto	CTIL	(75) 99167.1148	João Bastos Neto
10. João Bastos Neto	CTIL	(75) 99167.1148	João Bastos Neto
11.			
12.			
13.			
14.			



ana.alves@agenciapeixevivo.org.br

De: conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br
Enviado em: quarta-feira, 19 de fevereiro de 2020 14:23
Para: francisco.andrade@embasa.ba.gov.br
Cc: claudioademar@yahoo.com.br; joao.neto@sema.ba.gov.br;
joao.neto@sema.ba.gov.br
Assunto: Ofício CTIL-CBHSF nº 02/2020 - Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19
CBHSF.
Anexos: OFICIO CTIL nº 02.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE EMBASA -
MONITORAMENTO.pdf

Prezado Francisco José Araújo Andrade, boa tarde!

Segue em anexo o Ofício CTIL-CBHSF nº 02/2020, que solicita os dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF.

Qualquer esclarecimentos estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019

Cláudio Ademar

João Bastos Neto

Moises Menezes



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 02/2020

Belo Horizonte/MG, 19 de fevereiro de 2020

Ilmo Senhor
Francisco José Araújo Andrade
Gerente da Unidade Regional de Barreiras
Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA

Assunto: Solicitação dos dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), solicita à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) os dados de monitoramentos das barragens do Olho D'água e Barrocão, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



cbhsaofrancisco.org.br
 #cbhsaofrancisco

Secretaria do Comitê: Rua Carijós, 166, 5º andar, Centro
Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-060
(31) 3207-8500 - secretaria@cbhsaofrancisco.org.br



ana.alves@agenciapeixevivo.org.br

De: conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br
Enviado em: quarta-feira, 19 de fevereiro de 2020 16:59
Para: saul.cavalcante@inema.ba.gov.br
Cc: claudioademar@yahoo.com.br; joao.neto@sema.ba.gov.br; menezesba@gmail.com
Assunto: Ofício CTIL-CBHSF n° 02/2020 - Procedimento de Conflito de Uso n° 001/19 CBHSF.1
Anexos: OFICIO CTIL n° 01.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE INEMA - DADOS QUALIDADE DA AGUA.pdf

Prezado Saul de Souza Cavalcante Reis, boa tarde!

Segue em anexo o Ofício CTIL-CBHSF n° 02/2020, que solicita os dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso n° 001/19 CBHSF.

Qualquer esclarecimentos estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso n° 01/2019

Cláudio Ademar

João Bastos Neto

Moises Menezes



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 01/2020

Belo Horizonte/MG, 19 de fevereiro de 2020

Ilmo Senhor

Saul de Souza Cavalcante Reis

Coordenador da Unidade Regional de Barreiras

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA

Assunto: Solicitação dos dados de qualidade da água das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) os dados de qualidade da água das barragens do Olho D'água e Barroão, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



cbhsaofrancisco.org.br

 #cbhsaofrancisco

Secretaria do Comitê: Rua Carijós, 166, 5º andar, Centro
Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-060
(31) 3207-8500 - secretaria@cbhsaofrancisco.org.br

Foto 5 – Reunião Ordinária do CBH do Rio Grande



Foto 3 – Comunidade de Canabrava, município de Barreiras/BA



Foto 4 – Reunião com Ministério Público



ANEXO

Foto 1 – Comunidade Sítio da Barriguda, município de Catolândia/BA.



Foto 2 – Comunidade Mantiqueira, município de Barreiras/BA.



Diante das falas dos presentes nas escutas sociais, podemos observar que existe uma pré-disposição dos usuários de água e dos poderes públicos presentes para encontrar conjuntamente soluções para o conflito existente.

Ademar e Moisés Menezes foram para a sede do Ministério Público em Barreiras para se reunir com o Promotor Eduardo.

Em reunião com o promotor, os representantes da comissão processante relataram ao promotor os acontecimentos ocorridos até a data presente, e solicitaram ao mesmo empenho e participação da resolução dos conflitos. O promotor por sua vez se comprometeu em participar efetivamente das negociações e apontou como caminho a construção de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta. Após a reunião com o Ministério Público os dois membros da comissão processante foram participar da reunião do Comitê do Rio Grande. Na ocasião os membros da comissão processante, agradeceram pelo convite para participar da Reunião Ordinária, apresentaram o entendimento da comissão processante até a presente data e questionados sobre as intenções de solução de conflito por parte dos membros da comissão processante, foi esclarecido que toda e qualquer solução terá que surgir a partir do diálogo de todos os envolvidos, e que a comissão não tem solução pronta e que o papel por ela desenvolvido seria focado na tentativa de resolver o conflito.

Há que se observar que ficou acordado, nessa oportunidade, com os gestores municipais a preparação do cadastro de todos os proprietários-ribeirinhos-usuários de Barreiras e Catolândia dentro da sub-bacia do Riacho Boa Sorte. Até o momento não conseguimos as informações das prefeituras sobre o quantitativo de proprietários-ribeirinhos-usuários do trecho envolvido no conflito, o que de certa forma prejudica o resultado da escuta social, uma vez que não sabemos se a quantidade de pessoas ouvidas é representativa do todo, já que não possuímos a quantidade exata de proprietários-ribeirinhos-usuários.

Inclusive, caso a amostra ouvida não seja representativa, muito provavelmente, deveremos realizar um outro processo de oitiva dos locais do conflito, dessa vez com uma mobilização melhor, para reunir um número mínimo de proprietários-ribeirinhos-usuários do trecho do conflito, para que seja possível realizarmos a reunião que congregará todos os envolvidos para a tentativa de resolução do conflito.

**RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS E CATOLÂNDIA,
BAHIA, BACIA DO RIO GRANDE.**

Aos quinto dia do mês de março de 2020, reuniram-se na comunidade de Sítio da Barriguda, município de Catolândia-Ba, Mantiqueira e Canabrava, município de Barreiras, representantes da câmara técnica – CTIL do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Representantes do CBH do Rio Grande, do INEMA, da Comunidade Local, e das prefeituras de Catolândia e Barreiras, além do Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco. A reunião iniciou com apresentações pessoais dos presentes, e após considerações dos representantes da CTIL e de Ednaldo Campos, a Tatiane Barreto (Pedagoga - voluntária), conduziu o processo de escuta dos representantes das comunidades locais; que após manifestação oral dos presentes ficou evidenciado a utilização de irrigação por sulco, por meio de gravidade, que é uma forma arcaica. Os nativos presentes esclareceram que exploram pequenas áreas da propriedade e plantam para subsistência. Alguns dos agricultores apontam que o desmatamento das áreas de APP, contribuiu significativamente para diminuição da oferta de água. Outro fato apontado pelos moradores das comunidades é a instalação de sistema de irrigação por pivô central à 15 anos na cabeceira da vereda do Arapuá. Em ato contínuo denunciam que a água de dois poços artesianos já não serve para o consumo humano, pois a água encontra-se contaminada. Dando sequência a escuta social, os moradores ainda indicam como problema a morte de nascentes, e apontam como solução o controle e a fiscalização da utilização da água. O Sr. Pedro Monteiro diz que a comunidade necessita de Assistência Técnica, como forma de mudar o olhar e a maneira de cultivar a terra, com vistas a adotar novos procedimentos. Após escuta da comunidade, os membros da comissão processante, esclareceram que a solução do conflito, envolve a boa vontade dos órgãos públicos, dos usuários e de todos aqueles que de alguma forma façam parte da bacia e utilizam a água. No dia seguinte em seis de março de 2020, João Bastos e Tatiane se dirigiram para participar da reunião ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande e os Membros Cláudio

BRANCO



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 004/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

Diretora Presidente

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA

Assunto: Solicitação dos dados de qualidade da água das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezada Sra.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) os dados de qualidade da água das barragens do Olho D'água e Barroão, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



Qualquer esclarecimentos estamos à disposição.

Cordialmente,

Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019

Cláudio Ademar

João Bastos Neto

Moises Menezes





De: Conflito de Uso 01/2019 <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Enviado em: sexta-feira, 12 de junho de 2020 16:38
Para: 'marcia.telles@inema.ba.gov.br'
Cc: 'saul.cavalcante@inema.ba.gov.br'; 'claudioademar@yahoo.com.br'; 'joao.neto@sema.ba.gov.br'; 'menezesba@gmail.com'
Assunto: Ofício CTIL-CBHSF nº 02/2020 - Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF.1
Anexos: OFICIO CTIL nº 01.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE INEMA - DADOS QUALIDADE DA AGUA.pdf; OFICIO CTIL nº 04.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE INEMA - DADOS QUALIDADE DA AGUA.PDF

Prezada Diretora Presidente Sra. Márcia Cristina Telles de Araújo Lima,

No dia 11 de setembro de 2019 o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco assinou o procedimento de abertura do Conflito de Uso nº 01/2019 no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. No dia 19 de fevereiro de 2020 a Comissão Processante do Processo de Conflito de Uso nº 01/2019 encaminhou o Ofício nº 01/2020 para o Gerente Regional Sr. Saul de Souza Cavalcante Reis e ainda não obtivemos retorno. Sendo assim, segue em anexo o Ofício nº 04/2020 que reforça o solicitado no ofício nº 01/2020.

Aguardamos retorno.
Favor acusar recebimento.
Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,



Comissão Processante – Conflito de Uso nº 01/2019

*Cláudio Ademar
João Bastos Neto
Moises Menezes*

De: conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br [mailto:conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br]
Enviada em: quarta-feira, 19 de fevereiro de 2020 16:59
Para: saul.cavalcante@inema.ba.gov.br
Cc: claudioademar@yahoo.com.br; joao.neto@sema.ba.gov.br; menezesba@gmail.com
Assunto: Ofício CTIL-CBHSF nº 02/2020 - Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF.1

Prezado Saul de Souza Cavalcante Reis, boa tarde!

Segue em anexo o Ofício CTIL-CBHSF nº 02/2020, que solicita os dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF.



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 03/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor
Rogério Costa Cedraz
Presidente
Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA

Assunto: Solicitação dos dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), solicita à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) os dados de monitoramentos das barragens do Olho D'água e Barroirão, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/10/3-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



De: Conflito de Uso 01/2019 <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Enviado em: segunda-feira, 15 de junho de 2020 15:57
Para: athadeu.ferreira@codevasf.gov.br
Cc: 'claudioademar@yahoo.com.br'; joao.neto@sema.ba.gov.br;
menezesba@gmail.com; ednaldoccampos@outlook.com
Assunto: Ofício CTIL-CBHSF Nº 05/2020 - Informações sobre o Conflito de Uso nº
01/2019 CBH Grande
Anexos: OFICIO CTIL nº 05.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE CODEVASF.PDF; OFICIO
CTIL nº 10.2019 - COMISSÃO PROCESSANTE CODEVASF.PDF

Prezado Sr. Athadeu Ferreira,

O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no dia 11 de setembro de 2019, assinou o procedimento de abertura do Conflito de Uso nº 01/2019 no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. A Comissão Processante do Processo de Conflito de Uso nº 01/2019 encaminha o Ofício nº 05/2020 à Presidência da CODEVASF com o intuito de obter informações relevantes para o processo.

Foi encaminhado anteriormente, para o Sr. Antônio José do Carmo, Superintendente Regional da CODEVASF em Barreiras/BA, um ofício notificando a instauração do Procedimento de Conflito de Uso na região do CBH Grande em Barreiras/BA, porém não obteve-se retorno.

Sendo assim, segue em anexo o Ofício CTIL-CBHSF nº 05/2020 solicitando informações relevantes ao Processo de Conflito de Uso nº 01/2019, visto que a CODEVASF tem um papel importante na região.

Aguardamos retorno.

Favor acusar recebimento.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,



Comissão Processante – Conflito de Uso nº 01/2019

Cláudio Ademar
João Bastos Neto
Moises Menezes



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO

OFÍCIO CTIL CBHSF nº 05/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor

Athadeu Ferreira da Silva

Assessor da Presidência

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) informações relevantes ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias

Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar

Relator Comissão Processante

claudioademar@yahoo.com.br

(75) 99167.7748



cbhsaofrancisco.org.br

#cbhsaofrancisco

Secretaria do Comitê: Rua Carijós, 166, 5º andar, Centro
Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-060
(31) 3207-8500 - secretaria@cbhsaofrancisco.org.br



ana.alves@agenciapeixevivo.org.br

De: Conflito de Uso 01/2019 <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Enviado em: segunda-feira, 15 de junho de 2020 15:59
Para: 'eduardobittencourt@mpba.mp.br'; 'pjrabarreiras@mpba.mp.br'
Cc: 'claudioademar@yahoo.com.br'; joao.neto@sema.ba.gov.br; menezesba@gmail.com
Assunto: Ofícios Conflito de Uso CBH Grande
Anexos: OFICIO CTIL nº 05.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE CODEVASF.PDF; OFICIO CTIL nº 04.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE INEMA - DADOS QUALIDADE DA AGUA.PDF; OFICIO CTIL nº 03.2020 - COMISSÃO PROCESSANTE EMBASA - MONITORAMENTO.PDF

Vossa Excelência Sr. Eduardo Bittencourt,

A Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019, referente ao Conflito pelo Uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Grande/BA, encaminha os ofícios enviados aos órgãos EMBASA, INEMA e CODEVASF ao ministério Público da Bahia para conhecimento.

Segue em anexo os seguintes documentos:

- Ofício CTIL-CBHSF nº 03/2020 - Solicitação dos dados de monitoramento EMBASA
- Ofício CTIL-CBHSF nº 04/2020 - Solicitação dados de qualidade da água INEMA
- Ofício CTIL-CBHSF nº 05/2020 - Solicitação de dados relevantes CODEVASF

Qualquer dúvida estamos à disposição.
Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,



Comissão Processante – Conflito de Uso nº 01/2019

*Cláudio Ademar
João Bastos Neto
Moises Menezes*



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 004/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

Diretora Presidente

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA

Assunto: Solicitação dos dados de qualidade da água das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezada Sra.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) os dados de qualidade da água das barragens do Olho D'água e Barroço, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748





OFÍCIO CTIL CBHSF nº 03/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor
Rogério Costa Cedraz
Presidente
Empresa Baiana de Aguas e Saneamento – EMBASA

Assunto: Solicitação dos dados de monitoramento das barragens envolvidas no Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), solicita à Empresa Baiana de Aguas e Saneamento (EMBASA) os dados de monitoramentos das barragens do Olho D'água e Barroço, ambas no municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. Tais dados irão compor o Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,



Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL



Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 05/2020

Belo Horizonte/MG, 12 de junho de 2020

Ilmo Senhor

Athadeu Ferreira da Silva

Assessor da Presidência

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF

Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019, vinculada à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicita a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) informações relevantes ao Procedimento de Conflito de Uso nº 001/2019 CBHSF.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/10/3.-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixe vivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,

Luiz Roberto Porto Farias

Coordenador da CTIL

Cláudio Ademar

Relator Comissão Processante

claudioademar@yahoo.com.br

(75) 99167.7748



cbhsaofrancisco.org.br

#cbhsaofrancisco

Secretaria do Comitê: Rua Carijós, 166, 5º andar, Centro
Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-060
(31) 3207-8500 - secretaria@cbhsaofrancisco.org.br



OFÍCIO CTIL CBHSF nº 06/2020
Belo Horizonte/MG, 18 de junho de 2020

Ilmo Senhor
Dr. Eduardo A. Bittencourt Filho
Promotor Ambiental
Ministério Público da Bahia

Assunto: Procedimento de Conflito de Uso nº 001/19 CBHSF
Interessado: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BA)

Prezado Sr.,

A Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019 encaminhou dois ofícios à CODEVASF solicitando informações sobre a transferência da gestão das barragens do Olho D'água e Barroçã, ambas nos municípios de Barreiras e Catolândia, no Estado da Bahia. No entanto, apesar da relevância das informações para o processo de conflito em questão, não se obteve retorno esperado da CODEVASF, até a presente data.

Desse modo, a Comissão Processante do Conflito e a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) solicitam ao Ministério Público do Estado da Bahia apoio no sentido de cobrar à CODEVASF que forneça as informações solicitadas, devido à importância destas para a solução do conflito acima referenciado.

A íntegra do processo está disponível no portal do CBHSF, e pode ser acessado pelo link: <http://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/10/3-11.09.2019-Processo-Conflito-de-uso-n%C2%BA-01-2019-parte-1-1.pdf>

Contatos a respeito do processo poderão ser feitos com Laura Araújo por meio dos telefones (31) 3287-8500/3287-8525 e e-mails laura.araujo@agenciapeixevivo.org.br e rubia.mansur@agenciapeixevivo.org.br de 08h às 17h.

Cordialmente,


Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL


Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante
claudioademar@yahoo.com.br
(75) 99167.7748



ana.alves@agenciapeixevivo.org.br



De: Conflito de Uso 01/2019 <conflitodeuso01_2019@cbhsaofrancisco.org.br>
Enviado em: sexta-feira, 19 de junho de 2020 11:57
Para: 'eduardobittencourt@mpba.mp.br'
Cc: joao.neto@sema.ba.gov.br; 'Cláudio Ademar da Silva'; menezesba@gmail.com; ednaldoccampos@outlook.com; lrpfarías@uol.com.br
Assunto: Ofício CTIL nº 06/2020 - Conflito de Uso CBH Grande
Anexos: OFICIO CTIL nº 06.2020 - SOLICITAÇÃO MP.PDF



Vossa Excelência Sr. Eduardo Bittencourt,

A Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019, referente ao Conflito pelo Uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Grande/BA, encaminha o Ofício CTIL nº 06/2020 ao Ministério Público da Bahia, solicitando respostas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

Qualquer dúvida estamos à disposição.
Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,



Comissão Processante – Conflito de Uso nº 01/2019

*Cláudio Ademar
João Bastos Neto
Moises Menezes*

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1 Cobrar do INEMA o Relatório de Fiscalização Ambiental referente ao município de Catalândia.	Moisés Menezes	30/06/2020
2 Confirmar presença da profissional Tatiana para relatar sobre a oitiva	João Bastos	30/06/2020
3 Ofícios Cadastro em nome dos Usuários – Prefeitura de Barreiras e Catalândia	Laura APV	30/06/2020
4 Contato com as Prefeituras Barreiras e Catalândia	João Bastos	30/06/2020
5 Contato com o Promotor Eduardo Bittencourt	Claudio Ademar	30/06/2020





separadamente e todos disseram que o conflito já existe há décadas e que a busca de solução para esse conflito também existe. E ainda, Ednaldo comenta que a oitiva foi necessária, que os usuários que estavam presentes responderam o questionário elaborado pela Tatiane, mas que seria necessário um tempo maior para que ela pudesse analisar a real situação, além disso, ouvir os grandes usuários e os usuários que se localizam à montante do barramento. Em seguida, Cláudio Ademar solicita que Ednaldo Campos comente um pouco sobre a opinião do pessoal da região sobre o trabalho da Comissão Processante. Ednaldo Campos explica que ele possui um contato maior com o presidente do CBH Grande, Demóstenes Júnior, e alguns representantes da sociedade civil. E que para eles o único caminho existente para resolução do conflito era o CBHSF com todo o aparato legal da CTIL. Além disso, entende que os grandes usuários da região estão dispostos a resolver o conflito, pois eles também estão saindo prejudicados com a situação, e tentar envolver cada vez mais os órgãos da região como CODEVASF, INEMA, EMBASA e prefeituras será importante para concluir o processo.

3. Informes e encerramento

Com a palavra, Cláudio Ademar solicita que João Bastos entre em contato com Tatiane e repasse os encaminhamentos e participação dela na próxima reunião da CTIL no dia 30 de junho de 2020. Na sequência, Cláudio comenta que irá tentar contato com o promotor Eduardo para possível resposta sobre o processo de conflito de uso antes da próxima reunião da CTIL. João Bastos solicitou que as demandas sejam enviadas por e-mail e por WhatsApp pois a internet está sobrecarregada. Em seguida, Ednaldo Campos comenta que não poderá participar da reunião do dia 30 de junho, pois houve um conflito de agendas e ele terá que participar da reunião do Fórum Baiano de Comitês. Por fim, a comissão processante identifica a necessidade de agendar uma reunião na primeira quinzena de julho com os atores envolvidos no processo para apresentar as informações coletadas com as demandas pendentes. Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Cláudio Ademar agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às 10h00.

Videoconferência realizada em 19 de junho de 2020.

Cláudio Ademar
Relator Comissão Processante



posteriormente a APV faça a leitura e dê seu parecer técnico, para que seja possível a CTIL ter conhecimento do que solicitar à APV. Na sequência, Moisés Menezes comenta que o técnico do INEMA ficou de elaborar o Relatório de Fiscalização Ambiental - RFA referente ao trecho de Catolândia, e não foi feito. Segundo ele, falta um relatório técnico referente a esse trecho, já que o INEMA elaborou o RFA para o trecho de Barreiras e se comprometeu a elaborar um relatório no mesmo formato para a região de Catolândia. Cláudio Ademar comenta sobre a fala de Moisés e diz que se lembra dessa conversa, entretanto, afirma que nada foi formalizado com relação a essa demanda, cobrando ao INEMA o RFA do trecho de Catolândia para compor o processo de conflito de uso. Nesse sentido, Cláudio solicitou que Moisés entrasse em contato com o técnico do INEMA para solicitar o envio do RFA e procurar saber se o órgão está elaborando o relatório como combinado. Caso não tenha nada concreto, a Comissão Processante formalizará o pedido de elaboração do estudo Relatório de Fiscalização Ambiental para o trecho de Catolândia através de um ofício. Na sequência, Moisés Menezes comenta que tinha ficado muito claro que o INEMA iria elaborar o estudo, em conversa com o coordenador regional do INEMA de Barreiras, Saul de Souza Cavalcante Reis. Entretanto, Moisés se dispõe a entrar em contato com o INEMA e solicitar o RFA e em seguida dará um retorno à Comissão. João Bastos comenta e diz lembrar-se do ocorrido, entretanto é bom averiguar para não se perder na conversa. Pois os profissionais do INEMA trabalham naquela região há algum tempo e provavelmente possuem os dados necessários para elaboração do relatório, como dados hidrológicos de vazão, deflúvio, captação e recarga que depois de identificados serão de suma importância para compor o processo. Em seguida, Ednaldo Campos questiona sobre a reunião com a presença da pedagoga Tatiane e reforça a importância da visão da profissional sobre a oitiva na última visita. Na sequência, João Bastos explica que a presença da profissional será na próxima reunião da CTIL no dia 30 de junho de 2020. E ainda, João Bastos comenta sobre os acertos que a Comissão Processante teve nas últimas reuniões, um deles foi a resposta do Cadastramento de todos os Usuários pela Prefeitura de Barreiras, que provavelmente já está finalizado; outro acerto foi em reunião com o prefeito de Catolândia e sua advogada onde ele se comprometeu a elaborar um relatório sobre o Cadastramento dos usuários do município de Catolândia. E ainda, João Bastos comenta sobre a importância da resposta das prefeituras sobre o cadastramento para a conclusão do conflito, pois é necessário reunir a maioria dos usuários da região do conflito. Na sequência, João Bastos comenta sobre o reconhecimento do conflito por parte das prefeituras, o município de Barreiras reconheceu o conflito de imediato e o município de Catolândia não reconhecia o conflito, mas num segundo momento houve uma abertura e o município acabou reconhecendo o conflito, o que provavelmente facilita a negociação e resolução do conflito. Em seguida, Cláudio Ademar solicita que Laura da Agência Peixe Vivo entre em contato com as prefeituras de Barreiras e Catolândia e solicite um posicionamento sobre os cadastramentos de usuários através de ofícios. Na sequência, João Bastos pede a palavra e comenta sobre a importância do contato com as prefeituras, pois a oitiva reuniu uma pequena parcela de proprietários e usuários, e é necessário ter o resultado do cadastramento com as prefeituras para saber ao certo qual a porcentagem de usuários foi alcançada, se foi uma amostra representativa ou não. O que nos leva a outra reunião presencial com uma parcela significativa dos usuários assim que possível. Ednaldo Campos concorda com a fala de João e acrescenta sobre como é importante entender o motivo do uso indiscriminado da água por parte dos usuários à montante do barramento. Em seguida, Cláudio Ademar solicita que Ednaldo Campos comente sobre seu ponto de vista sobre a visita na região de conflito, a oitiva e o posicionamento dos órgãos. Com a palavra, Ednaldo Campos comenta que o conflito existe, conversou com pessoas

MINUTA MEMÓRIA DE REUNIÃO – COMISSÃO PROCESSANTE CTIL (Gestão 2016/2020)

Data: 19 de junho de 2020

Horários: 09h00 às 10h00

Local: Videoconferência via Google Meet

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Moisés Menezes dos Santos	Associação dos Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu/BA
2	Claudio Ademair da Silva	IRPAA
3	João Bastos Neto	AFAF
DEMAIS PARTICIPANTES		
4	Ednaldo Campos	Coordenador da CCR Médio SF/CBHSF
5	Laura Rainoni Araújo	Agência Peixe Vivo
6	Luiza Baggio	TANTO

1. Abertura e verificação de quórum

O Sr. Cláudio Ademair, Relator da Comissão Processante do Processo de Conflito de Uso nº 01/2019, abre a reunião às 09h10 após a constatação do quórum, agradece a presença de todos e inicia a reunião.

2. Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019 – CBH Grande

Cláudio Ademair comenta que após a reunião da CTIL, no dia 09 de junho, tivemos retorno do INEMA e da EMBASA, ambos retornaram afirmando que irão dar resposta aos ofícios encaminhados pela Comissão Processante. O INEMA pediu confirmação dos pontos de monitoramento da qualidade da água para envio dos dados. E ainda, Cláudio comenta que tentou contato por telefone com o promotor Eduardo Bittencourt e não obteve sucesso. Mas que em conversa com o promotor, na última visita à região, observa-se que ele tem a mesma percepção sobre o conflito, que os agricultores e órgão municipais estão dispostos a caminhar para uma solução do conflito. E até o presente momento, o único órgão que não demonstrou interesse e disposição na resolução do conflito é a CODEVASF. No início do processo, supomos que os agricultores poderiam dificultar o processo e criar barreiras para a resolução do conflito, entretanto, percebemos que eles entendem que a solução para o conflito de uso da água é necessária e será benéfica. Ainda temos muito trabalho a fazer, e assim que INEMA e EMBASA responderem as solicitações, será necessário algum profissional da área com expertise para fazer a leitura dos materiais. Cláudio Ademair afirma que não se sente confortável para fazer a análise dos documentos, caso algum membro da comissão processante seja capaz, faça a leitura e dê a opinião ao demais, caso contrário a APV pode assessorar nesse quesito. Na sequência, João Bastos afirma que inicialmente a primeira análise dos documentos deverá ser realizada pela CTIL, que ele possui experiência suficiente devido aos anos de experiência na Secretaria do Estado da Bahia, e é possível que ele analise os documentos a serem entregues pela EMBASA e pelo INEMA e

162
Cumprimentando Cordialmente, com intuito de externar a parceria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no tocante a resolução do conflito pelo uso da água, existente há décadas, na bacia do rio Boa Sorte, localizada na Região oeste da Bahia, contemplando os Municípios de Barreiras e Catolândia, que apresenta um contexto complexo e desafiador caracterizado pelo devido aos problemas hidroambientais da microbacia, na qual apontam para a necessidade urgente de reunir informações na tentativa de buscar alternativas sustentáveis de uso e gestão das águas, dessa maneira possibilitando a solução deste caso.

Em face disso, ao tempo em que, prontamente, exaltamos o avanço do processo de resolução da problemática com iniciativa da Prefeitura Municipal de Barreiras, IAIBA e CODEVASF, em desenvolver o "Diagnóstico Socioambiental", realizado no ano de 2020 nas comunidades ribeirinhas (Tabua da Água Vermelha, Bezerro, Correio, Brejinhos, Barra de Água Vermelha, Sítio da Barriguda, Mantiqueira, Bom Jesus, Fazenda Palmeira, Boqueirão do Justino, Boqueirão do Rodrigues, Canabrava e Brejo Novo) da região do Cinturão Verde no município de Barreiras/BA, necessitando urgentemente desenvolver o mesmo trabalho no município de Catolândia.

Considerando que a Prefeitura do município de Catolândia atualmente não possui suporte técnico para tal ação de elaboração de um diagnóstico socioambiental, o Comitê do Grande firmou uma parceria com o CONSID- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE DA BAHIA, elaborando um projeto com o objetivo de realizar o diagnóstico socioambiental e econômico da Bacia do Ribeirão Boa Sorte o município de Catolândia, formando uma equipe técnica multidisciplinar.

Todavia, o processo de gestão que está acontecendo na região se deve ao fato do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) vem apoiando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande na resolução do conflito pelo uso da água desde agosto de 2019, sendo admitido, pela Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBHSF, no mês de novembro de 2019, na qual manifestamos nossos agradecimentos.

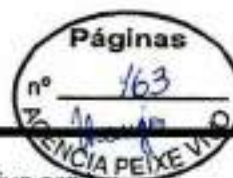
Destemodo, venho externar nosso interesse na continuidade da parceria desses 02 colegiados, na qual encaminhamos anexo o Projeto para elaboração do referido diagnóstico, ao mesmo tempo solicitar apoio financeiro para custear a execução dos trabalhos.

Atenciosamente

Demóstenes da Silva Nunes Júnior

Presidente do CBHRG

ana.alves@agenciapeixe vivo.org.br



De: Rubia Mansur <rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br>
Enviado em: segunda-feira, 15 de março de 2021 11:03
Para: Ana Alaves
Assunto: ENC: Conflito pelo uso da Água na Bacia do Rio Grande

Ana,
Gentileza imprimir o email e o anexo e anexar no processo (pasta física) do processo.

RÚBIA MANSUR

Gerente

Gerência Integração



(31) 3207-8524



rubia.mansur@agenciapeixe vivo.org.br



AGÊNCIA
peixe vivo

www.agenciapeixe vivo.org.br



De: claudio ademar [<mailto:claudioademar@yahoo.com.br>]
Enviada em: segunda-feira, 15 de março de 2021 09:32
Para: Laura Araujo; Rubia Mansur
Cc: Moisés Menezes dos Santos; João Bastos; irpfarias@uol.com.br; irpfarias@uol.com.br
Assunto: Fw: Conflito pelo uso da Água na Bacia do Rio Grande

Bom da !! segue e-mail abaixo da CBH do Rio Grande em resposta sobre questionamento da continuidade do conflito ou não. Anexo eles apresentam projeto para realização do diagnóstico de Catolândia,

Laura, solicito incluir resposta e projeto anexo no material do conflito.

Claudio Ademar da Silva
Relator da Comissão Processante

Administrador
CRA/BA 14278
Especialista em Gestão Ambiental

----- Mensagem encaminhada -----

De: Comitê de Bacia Rio Grande <cbhgrande@yahoo.com.br>
Para: claudioademar@yahoo.com.br <claudioademar@yahoo.com.br>
Enviado: sexta-feira, 12 de março de 2021 18:23:17 GMT-3
Assunto: Conflito pelo uso da Água na Bacia do Rio Grande

Prezado Claudio,



**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO – RIBEIRÃO BOA SORTE –
CATOLÂNDIA-BA**

Instituição Proponente:

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BACIA DO RIO GRANDE - CBHG

Diretoria:

Presidente: DEMOSTHENES JUNIOR

Vice-Presidente: MAURICIO JOEL GATTO

1ª Secretária: GLAUCIANA ARAUJO

2ª Secretário: ENOC LIMA DO RÊGO

BARREIRAS - BA

MARÇO DE 2021



SUMÁRIO DO PROJETO

1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO	03
1.1 TÍTULO DO PROJETO	03
1.2 PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO	03
1.3 DESCRIÇÃO DO PROJETO	03
1.3.1 ENQUADRAMENTO DO PROJETO	03
1.4 DEMANDA ESPECÍFICA.....	03
1.5 OBJETIVO GERAL	03
1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	03
1.7 INSTITUIÇÃO PROPONENTE.....	03
1.8 INSTITUIÇÃO EXECUTORA.....	03
1.9 EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO.....	04
1.10 EQUIPE A CONTRATAR.....	04
1.10.1 EQUIPE DE TRABALHO	04
1.10.2 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS	05
2.0 CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA	05
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	05
2.2 JUSTIFICATIVA DO PROJETO.....	05
2.3 METODOLOGIA DE TRABALHO	06
3.0 BENEFICIADOS.....	07
3.1 PÚBLICO ALVO	07
3.2 PARCERIAS E APOIADORES	07
4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	09
5 RISCOS.....	10
5.1 RISCOS IDENTIFICADOS.....	10
5.2 ALTERNATIVAS DE MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS.....	10

1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO		
1.1 TÍTULO DO PROJETO		
Diagnóstico Socioambiental e econômico na Bacia do Ribeirão Boa Sorte – Município de Catolândia - BA		
1.2 PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO	Início	Término
	Março/2021	Abril/2021
1.3 DESCRIÇÃO DO PROJETO		
1.3.1 ENQUADRAMENTO DO PROJETO		
Diagnóstico Socioambiental e econômico		
1.4 DEMANDA ESPECÍFICA		
Recursos financeiros para a realização do diagnóstico socioambiental e econômico na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Boa Sorte no município de Catolândia, região oeste da Bahia.		
1.5 Objetivo Geral		
Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico da Bacia do Ribeirão Boa Sorte o município de Catolândia.		
1.6 Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> a) Formar equipe b) Mobilizar os moradores das comunidades ribeirinhas c) Coletar dados socioeconômico d) Processar e analisar os dados e) Elaborar relatórios parciais e final (Diagnóstico) 		
1.7 INSTITUIÇÃO PROPONENTE		
Órgão/entidade programas: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHGRANDE		
Endereço: Rua Anibal Alves Barbosa, 175		Bairro: Centro
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA
		CEP: 47803-090
Nome do Responsável: Demóstenes da Silva Nunes Junior		Telefone: (77) 99933-1209
E-mail: cbhgrande@yahoo.com.br		
1.8 INSTITUIÇÃO EXECUTORA		
Órgão/entidade programas: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHGRANDE		
Endereço: Rua Anibal Alves Barbosa, 175		Bairro: Centro
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA
		CEP: 47803-090
Nome do Responsável: Demóstenes da Silva Nunes Junior		Telefone: (77) 99933-1209

E-mail: cbhgrande@yahoo.com.br**1.9 – EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO****1**

Nome do Responsável: Demóstenes da Silva Nunes Junior	Formação:	Maior Titulação: Especialização
DDD/Tel. Celular: (77) 99933-1209	E-mail: cbhgrande@yahoo.com.br	

2

Nome do Responsável: Glauciana Pereira de Araújo	Formação: Engenheira Agrônoma	Maior Titulação: Especialização
DDD/Tel. Celular: (77) 999106806	E-mail: glaucia.agr@outlook.com	

3

Nome do Responsável: Katharyna Motta Medrado Faria	Formação: Engenheira Sanitarista e Ambiental	Maior Titulação: Graduação
DDD/Tel. Celular: (77) 998098989	E-mail: Katharyna.faria@ufob.edu.br	

1.10 – EQUIPE A CONTRATAR

Para a execução do projeto será contratada a seguinte equipe técnica:

1.10.1 EQUIPE DE TRABALHO

Nome dos Profissionais	Quantificação			
	Formação	Cargo/ Função Projeto	Remuneração pelo Projeto	Sistema de Remuneração
Glauciana Araújo	Engª Agrônoma	Coordenação	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Katharyna Motta	Engª Sanitarista e Ambiental	Coordenação	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Bruno Ricardo de Souza Laurindo	Bacharel em Direito	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Berenice Lima Peres	Tecnóloga em Gestão de Marketing	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Elizabete Moura dos Santos	Acadêmica de Geografia	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Fernanda Cristina Satelis Souza	Geóloga	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Indira Tibola Alexandre de Souza	Bióloga	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Ramon Pessoa Souza	Acadêmico de Geografia	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS
Natalie Maria Silveira Ribeiro	Engª Agrônoma	Técnico campo	Não	AUXÍLIO DE CUSTOS

Total de Profissionais	9		
1.10.2 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS			
Serão necessários 02 veículos alugados por 15 dias e se necessário mais 15, com combustível incluso. Sendo assim, serão necessárias 15 diárias (sem hospedagem), prorrogáveis se necessário, para os 9 Técnicos de campo descritos acima.			
2.0 – CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA.			
2.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA			
<p>A Bacia Hidrográfica do Rio Grande abrange 18 municípios do oeste da Bahia, Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Muquém de São Francisco, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley, contemplando uma população de 480 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o ano de 2009 (IBGE, 2009). E mesmo sendo a segunda bacia em importância para formação das vazões do Rio São Francisco tem registrado conflitos pelo uso da água, devido as demandas hídricas não estar distribuídas geograficamente em conformidade com a disponibilidade hídrica. Os principais rios desta bacia são Rio Branco, Rio Boa Sorte e Tamanduá, Rio Grande, Rio de Ondas, Rio das Fêmeas, Rio São Desidério, Rio de Janeiro e Rio Preto.</p> <p>A Sub-bacia do Rio Boa Sorte, apresenta conflito pelo uso da água há décadas e através do processo nº 2015- 009548/TEC/DEN1308 o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA encaminhou o caso para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBHGRANDE), para mediar o conflito na sub-bacia. Trata-se de um conflito complexo que envolve mais de 800 pessoas que utilizam a água do Rio Boa Sorte para as atividades agrícolas e pecuária, principal atividade que sustenta as famílias. O Rio possui 07 Barramentos que apresentam problemas estruturais e de funcionalidade. Além disso, a bacia se encontra com diversos problemas hidroambientais, tais como: assoreamento do corpo hídrico, desmatamento das matas ciliares e encostas dos morros e uso inadequado da água através de sistemas de irrigação ineficiente (sulcos). Através de parceria entre o CBHG e a Prefeitura Municipal de Barreiras, foi realizado o diagnóstico socioambiental e econômico da população que ocupa a margem do rio no território do município de Barreiras, entretanto, falta informações da montante desta área que é a porção do Ribeirão Boa Sorte que pertence ao município de Catolândia. Devido a prefeitura municipal de Catolândia não dispor de estrutura e equipe técnica que possa realizar o diagnóstico, tendo em vista a importância das informações para se propor ações para resolver o conflito, propõe-se este projeto, com o objetivo de estruturar uma equipe, formalizar parcerias e conduzir o diagnóstico da população que usufrui do Ribeirão de maneira a fornecer informações que subsidie a tomada de decisão para resolver o conflito, principalmente facilitar e possibilitar a continuidade das comunidades ribeirinhas.</p>			
2.2 – JUSTIFICATIVA DO PROJETO			
A baixa precipitação registrada nos últimos anos na região oeste da Bahia foi insuficiente para recarga dos mananciais hídricos o que resultou em redução das vazões nos principais rios no período de seca e, associado ao uso intensivo do recurso água, a falta de informações sobre demanda e disponibilidade hídrica e a deficiência no sistema de monitoramento, tem contribuído para o surgimento de conflitos pelo uso da água.			

Relatos informais da população ribeirinha, afirmam que a Bacia do Ribeirão Boa Sorte apresenta conflito pelo uso da água há décadas, entretanto só em 2015 foi levado ao o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBHGRANDE) através do processo nº 2015- 009548/TEC/DEN1308 pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA. Ao longo dos últimos cinco anos o CBHG tem buscado entendimento do conflito e buscado alternativas para resolvê-lo, porém falta informações que subsidie a tomada de decisões. Trata-se de um conflito complexo que envolve mais de 800 pessoas que utilizam a água do Rio Boa Sorte para as atividades agrícola e pecuária, principal fonte de sustento das famílias. O ribeirão possui 07 Barramentos que apresentam problemas estruturais e de funcionalidade. Além disso, a bacia se encontra com diversos problemas hidroambientais, tais como: assoreamento do corpo hídrico, desmatamento das matas ciliares e encostas dos morros e uso inadequado da água através de sistemas de irrigação ineficiente (sulcos).

Através dos relatos da população o curso d'água não tem disponibilidade hídrica para atender todos os usuários. A complexidade dessa questão, bem como a importância da resolução do problema de conflito identificado, requer a implementação de projetos, de forma a permitir a melhoria da qualidade ambiental e das condições socioeconômicas das comunidades.

A falta de informações socioambiental e econômica na Bacia do Ribeirão Boa Sorte limita o conhecimento, planejamento, desenvolvimento e dificulta a captação de recursos para a aplicação em diversas áreas para finalidades específicas. A realização de um diagnóstico socioambiental e econômico da bacia hidrográfica fornecerá informações importantes para a tomada de decisões, captação e aplicação de recursos nas áreas ambiental, social e econômica com maior precisão. A Bacia do Ribeirão Sorte envolve território de vários municípios, entres os quais os municípios de Catolândia e Barreiras que mais utiliza da água e mais sofre com a escassez hídrica. Foi realizado diagnóstico na Bacia no território pertencente ao município de Barreiras, porém, no município de Catolândia ainda não foi realizado devido a falta de estrutura do município para tal. Desta maneira, considerando a importância das informações para a tomada de decisões que visam a resolução do conflito, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande propõe este projeto para captação de recursos para realização do diagnóstico no território do município de Catolândia.

2.3 METODOLOGIA DE TRABALHO

O projeto possuirá quatro etapas de execução operacional:

1) Formação da equipe:

A primeira etapa consiste na formação da equipe, seleção de pessoas com perfil e aptidão para coleta de dados.

Nesta etapa será realizada uma reunião para apresentação da equipe e da proposta de trabalho.

2) Treinamento e Planejamento:

Nesta etapa serão realizadas três reuniões, sendo uma com a equipe de trabalho para treinamento da equipe, com abordagem dos principais aspectos do trabalho, desde a revisão do questionário, levantamento, tabulação e interpretação dos dados.

A equipe será dividida em dois grupos para realizar o levantamento dos dados em campo e será realizado o planejamento e feito os ajustes necessários no cronograma de execução. A segunda reunião será realizada com todos os partícipes do projeto e de representante da prefeitura municipal de Catolândia e toda equipe, onde será apresentado o plano de trabalho, roteiro e com

apoio de pessoas locais que conheçam a região coletar informações sobre possíveis ajustes no roteiro de campo. A terceira reunião será realizada para distribuição do material de apoio, mapa com roteiro, fazer ajustes finais se necessário.

3) Coleta de dados:

Esta etapa envolverá o trabalho de campo propriamente dito onde os membros da equipe cumprirá o planejado através de abordagem direta e entrevista e aplicação do questionário aos moradores das comunidades. Na primeira semana todos os membros irão a campo coletar os dados e a partir da segunda semana dois membros concentrarão o trabalho em escritório para iniciar a tabulação dos dados.

4) Processamento dos dados e elaboração de relatório:

A partir da segunda semana de trabalho os dados serão sistematizados em planilha específica por dois membros da equipe, sendo um de cada grupo que se responsabilizará em checar os dados e em caso de inconsistência dar retorno para a equipe de campo checar a informação. Os dados poderão ser analisados periodicamente e passados relatório quinzenal para o CBHG e CBHSF.

Nos últimos dez dias de projeto, após conclusão do trabalho de campo o trabalho concentrará em interpretar os dados e compor o relatório final que deverá ser revisado e posteriormente encaminhado e apresentado ao CBHG e CBHSF.

3.0 – BENEFICIADOS

3.1 – PÚBLICO-ALVO

Serão beneficiados com o projeto em consideração:

- Comunidades:** localizadas às margens do Ribeirão Boa Sorte no município de Catolândia.
- População e a sociedade:** terão informações sobre demanda e disponibilidade hídrica o que possibilita o planejamento do uso da água.
- Meio ambiente:** a partir das informações e implementação de projetos para suprir as demandas o meio ambiente ganhará sustentabilidade dos recursos hídricos, associada a manutenção de todos os recursos naturais.

3.2 – PARCERIAS E APOIADORES

A - PARCEIRO/APOIADOR

Órgão/entidade parceira: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco			CNPJ:	
Endereço: Rua Carijós, 166, 5º andar			Bairro: Centro	
Cidade: Belo Horizonte	Estado: Minas Gerais	UF: MG	CEP:	DDD/Tel.: (31) 3207-8500
Nome do Responsável:			CPF:	
Tipo de Parceria: (X) Apoio Técnico; (X) Aporte Financeiro; (X) Ambos				
Instrumento Regulador: () Convênio de Mútua Cooperação Técnica;				

<input type="checkbox"/> Contrato de Prestação de Serviços; <input type="checkbox"/> Parceria Informal sem Convênio e/ou Contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Outro				
Contribuições do Parceiro na execução do Projeto: a) Apoio institucional; b) Comissão processante para resolução do conflito				
B - PARCEIRO/APOIADOR				
Órgão/entidade parceira: Prefeitura Municipal de Barreiras			CNPJ:	
Endereço: Rua Edigar de Deus Pitta, 914			Bairro: Lot. Aratu	
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA	CEP: 47.806-146	DDD/Tel.: (77) 3614-7100
Nome do Responsável:				CPF:
Tipo de Parceria: <input checked="" type="checkbox"/> Apoio Técnico; <input type="checkbox"/> Aporte Financeiro; <input type="checkbox"/> Ambos				
Instrumento Regulador: <input type="checkbox"/> Convênio de Mútua Cooperação Técnica; <input type="checkbox"/> Contrato de Prestação de Serviços; <input checked="" type="checkbox"/> Parceria Informal sem Convênio e/ou Contrato.				
Contribuições do Parceiro na execução do Projeto: c) Apoio institucional; d) Ceder um servidor para auxiliar o CBHG nas atividades demandadas e) Interlocutor entre a classe produtiva e federação.				
C- PARCEIRO/APOIADOR				
Órgão/entidade parceira: Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA			CNPJ:	
Endereço: Rua Aníbal Alves Barbosa, 175			Bairro: Centro	
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA		
Nome do Responsável:				CPF:
Tipo de Parceria: <input checked="" type="checkbox"/> Apoio Técnico; <input type="checkbox"/> Aporte Financeiro; <input type="checkbox"/> Ambos				
Instrumento Regulador: <input type="checkbox"/> Convênio de Mútua Cooperação Técnica; <input type="checkbox"/> Contrato de Prestação de Serviços; <input checked="" type="checkbox"/> Parceria Informal sem Convênio e/ou Contrato.				
Contribuições do Parceiro na execução do Projeto: f) Apoio institucional;				

g) Interlocutor entre a classe produtiva e o estado da Bahia;

D- PARCEIRO/APOIADOR

Órgão/entidade programas:

Prefeitura Municipal de Catolândia

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Centro

Cidade:

Catolândia

Estado:

Bahia

UF:

BA

Nome do Responsável:

CPF:

Tipo de Parceria:

 Apoio Técnico; Aporte Financeiro; Ambos

Instrumento Regulador:

 Convênio de Mútua Cooperação Técnica; Contrato de Prestação de Serviços; Parceria Informal sem Convênio e/ou Contrato.

Contribuições do Parceiro na execução do Projeto:

a) Apoio institucional;

b) Disponibilidade de servidor para auxiliar no roteiro

c) Comunicação e Mobilização das comunidades;

4.0 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES – MODELO SUGERIDO

Detalhamento das Ações e Atividades		2021		
		Abr	Ma	Jun
1	ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO			
1.1	SUPORTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	X	X	
2	EXECUÇÃO OPERACIONAL			
2.1	COLETA DOS DADOS		X	X
2.2	TABULAÇÃO, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS			
3	PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS			
3.1	RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL		X	X

5 – RISCOS**5.1 – RISCOS IDENTIFICADOS**

Dificuldades de acesso aos moradores relacionadas ao isolamento social em função da pandemia.

Falta de apoio das Prefeituras na mobilização.

5.2 – AÇÕES PARA MINIMIZAR RISCOS

Mobilizar os moradores e executar as ações em uma janela menos restritiva;

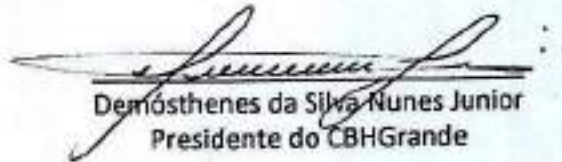
Intensificar a mobilização e aumentar o número de visitas às comunidades como maneira de aproximar e identificar todas as comunidades.



Recursos financeiros forem insuficientes para execução do projeto.

Elaboração e apresentação de justificativa técnica contemplando aporte aditivo de recursos para conclusão dos serviços.

Barreiras – BA, 12 de março de 2021


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGrande



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – SEMA
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA**

**CARACTERIZAÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO BOA SORTE**

**Décio Alves Pereira,
Técnico em Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Unidade Regional de Barreiras**

Barreiras – BA, dezembro de 2020.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS.....	3
3. CARCATERIZAÇÃO DA BACIA.....	3
4. CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA.....	5
4.1. Estações Pluviométricas e Fluviométricas.....	6
4.2. Disponibilidade Hídrica.....	6
4.3. Precipitação Média na Bacia.....	7
4.4. Balanço Hídrico.....	7
4.5. Vazões Médias.....	8
4.6. Coeficiente de Deságue.....	9
5. RESULTADOS.....	9
5.1. Precipitação Média na Bacia.....	9
5.2. Balanço Hídrico.....	12
5.3. Disponibilidade Hídrica Superficial.....	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica é uma área definida topograficamente, drenada por um curso d'água ou por um sistema conectado de cursos d'água, tal que toda a vazão efluente seja descarregada por uma simples saída. Com a Lei 9.433/97 passou a ser considerada a unidade de gestão estratégica para os recursos hídricos.

Os recursos hídricos são vitais para a subsistência humana e são igualmente importantes para o desenvolvimento social e econômico, sendo utilizados para abastecimento público, irrigação e utilização na indústria. Segundo projeções de Rijsberman (2006), a escassez de água será um fator limitante para a produção de alimentos em diversas partes do mundo, em um futuro próximo.

A região de bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte, com sua maior parte situada em um terreno cárstico, está sujeita a estresse hídrico devido à baixa abundância de águas superficiais e subterrâneas, intensificada pela recorrente seca na região. Em decorrência da escassez de estudos na Bacia do Rio Boa Sorte, inexistem subsídios técnicos para o planejamento e manejo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, persistindo incertezas quanto ao volume de água que pode ser explorada de maneira sustentável. Para apresentar um diagnóstico quantitativo do volume água que circula na bacia do Rio Boa Sorte, o presente trabalho empregou séries históricas disponíveis de precipitação e vazões do Rio Boa Sorte e seus tributários com vistas a estimar a disponibilidade hídrica e o balanço hídrico.

2. OBJETIVOS

Avaliar a disponibilidade hídrica superficial na bacia de captação, através da comparação dos métodos de regionalização de vazão com determinação da vazão de permanência presente em 95% do tempo (Q95) e determinar a disponibilidade hídrica superficial.

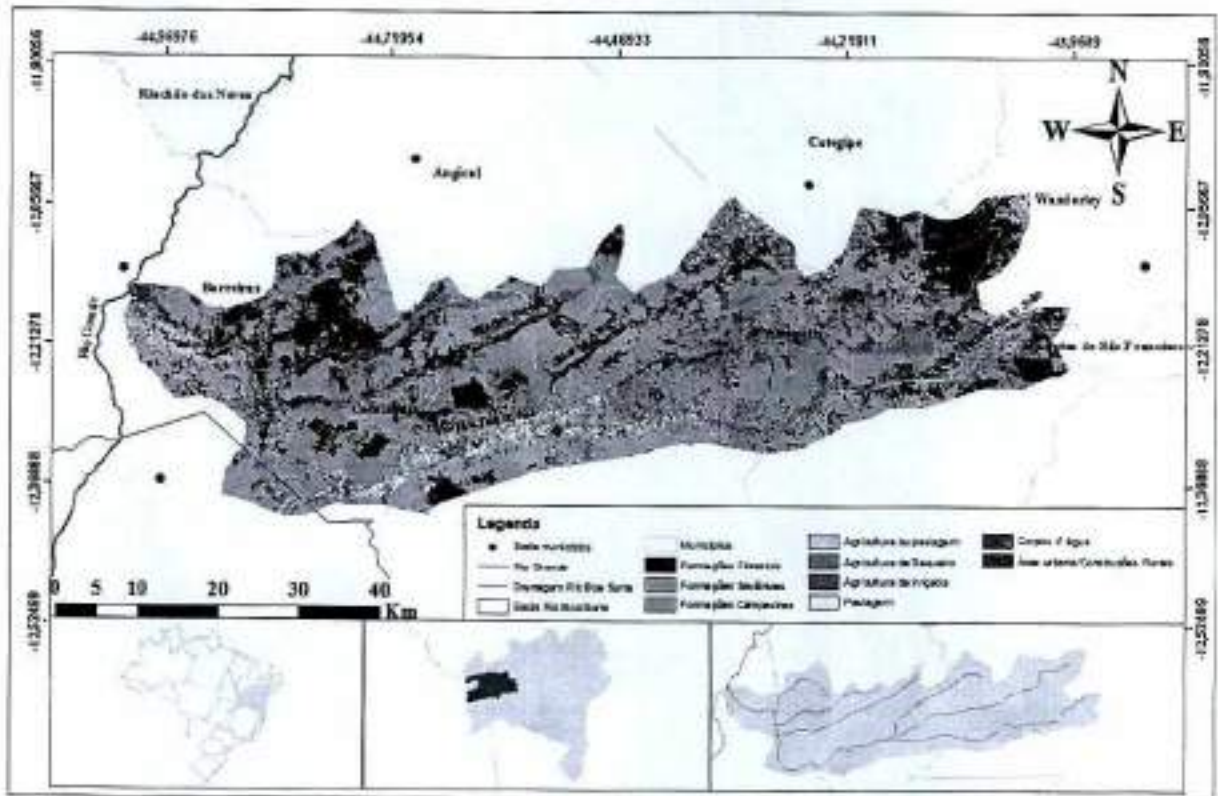
3. CARACTERIZAÇÃO DA BACIA

A bacia hidrográfica do rio Boa Sorte (figura 1), tem sua maior área nos municípios de Barreiras e Catolândia, devido a sua posição geográfica na bacia as

INEMA - Avenida Luis Viana Filho, 6ª Avenida, nº 600 - CAB - CEP 41.746-900 | CAB - Salvador - Bahia - Brasil - Fone: 71 3118 - 4267
E-mail: atendimento@inema.ba.gov.br Site: www.inema.ba.gov.br

temperaturas são elevadas boa parte do ano, em razão da forte radiação solar com temperaturas médias máximas entre 26°C e 20°C, com uma pluviosidade que varia de leste para oeste entre 800 mm a 1.600 mm e uma umidade relativa do ar de 70%.

Figura 1 – Mapa de localização e uso e ocupação do solo na bacia.



O Rio Boa Sorte é uma sub-bacia hidrográfica do rio Grande e o principal afluente da margem direita, em razão da menor precipitação este possui uma menor disponibilidade hídrica e contribuição do aquífero. Quanto a hidrogeologia (figura 2), a porção que abrange a bacia é marcada por dois aquíferos distintos, o cárstico (Bambu) e o de meio intergranular (Urucuia) a sua recarga é feita diretamente pelas precipitações pluviométricas ou por contribuição sub vertical dos arenitos do Grupo Urucuia e estes aquíferos são importantes para a regulação da vazão do rio Boa Sorte e suas nascentes.

A recarga destes ocorrem por infiltração da água das chuvas nas áreas com relevo plano e elevado, onde ocorrem espessos latossolos de textura média e arenosa e altos índices pluviométricos.

4.1. Estações Pluviométricas e Fluviométricas

Para os cálculos de estimativa da disponibilidade hídrica superficial e do balanço hídrico na bacia hidrográfica do rio Boa Sorte, foram selecionados um posto fluviométrico e oito estações pluviométricas (tabela 1). A série histórica dos dados foi obtida no aplicativo Hidroweb, mantido pela Agência Nacional de Águas (ANA). O tratamento das séries históricas e o cálculo das variáveis hidrológicas foram efetuados pelo aplicativo Hidro 1.4, desenvolvido pela ANA. A análise dos dados restringiu-se ao período de 2003 a 2019, período em que a estação fluviométrica avaliada apresenta dados consistentes, com poucos intervalos de falhas.

Tabela 1 – Lista de estações utilizadas para cálculo da precipitação média na bacia.

Nome Estação	Código Estação	Latitude	Longitude	Precipitação
Brejolândia	1243020	615184	8619032	828,5
Cristópolis	1244022	566348	8647938	961,2
Fazenda Coqueiro	1244019	507609	8630319	1033,9
Lagoa Clara	1244023	566239	8600386	848,4
Wanderley	1243028	621871	8658821	920,3
Brejo Novo	1244021	507614	8648012	1035,0

4.2. Disponibilidade Hídrica

A análise regional da disponibilidade hídrica na bacia do Rio Boa Sorte, foi pautada em parâmetros inertes aos efeitos sazonais e de curto-período, permitindo reconhecer padrões e tendências regionais de longa duração. As variáveis hidrológicas empregadas para avaliação da disponibilidade hídrica superficial correspondem aos valores da vazão média de referência (Q95) e à curva de permanência de vazão do rio. A curva de permanência relaciona a vazão com a porcentagem do tempo em que esta é superada ou igualada durante o período avaliado. A disponibilidade hídrica da bacia está associada a vazões com permanência em 90% (Q90) e 95% (Q95) da série histórica analisada (ANA, 2020).

Para o cálculo da disponibilidade hídrica superficial do Rio Boa Sorte, foram considerados os dados da estação Brejo Novo de código 46555000, exutório da bacia hidrográfica e as vazões de referência correspondentes a (Q95) e a curva de permanência.

4.3. Precipitação Média na Bacia

Para o cálculo da precipitação média na área de drenagem da Bacia do Rio Boa Sorte, foi utilizado o método do Polígono de Thiessen, segundo Euclýdes e Ferreira 2002. Este método considera a não uniformidade da distribuição espacial dos postos, mas não leva em conta o relevo da bacia. O método dá bons resultados em terrenos levemente acidentados, quando a localização e exposição dos pluviômetros são semelhantes e as distâncias entre eles não são muito grandes (TUCCI, 2004). O cálculo foi realizado pela média ponderada entre a precipitação de cada estação e o peso a ela atribuído, que é a área de influência da precipitação em cada estação (Equação5):

$$P_n = \frac{\sum_{j=1}^n (P_j A_j)}{\sum_{j=1}^n A_j}$$

Em que:

P_j = precipitação em cada estação, mm;

A_j = área de influência de P_j , km²; e

n = número de estações pluviométricas consideradas.

Com base na análise dos dados disponíveis, verificou-se que algumas estações apresentavam dados inexistentes ou considerados inconsistentes, a estes foram atribuídos falhas para posterior preenchimento. O método escolhido para realizar o preenchimento de falhas dos dados pluviométricos foi o método de ponderação regional, que consiste em utilizar os dados de três estações localizadas o mais próximo possível da estação que apresenta a falha nos dados.

4.4. Balanço Hídrico

Para a disponibilidade hídrica da bacia foi utilizado o método de estimativa do balanço hídrico climatológico (BHC) proposto por Thornthwaite e Mather (1955), que é uma ferramenta de monitoramento de armazenamento de água no solo, largamente utilizada como instrumento de planejamento estratégico agrícola no âmbito do gerenciamento dos recursos hídricos. Através da estimativa do BHC é possível determinar o período de ocorrência de deficiência e excedente hídrico, retirada e reposição de água do solo e da quantidade de água armazenada no mesmo, por meio dos elementos climáticos mensais, tidos como entrada do modelo, temperatura do ar e

precipitação pluvial (CARVALHO *et al.*, 2011). O sistema de classificação climática de Thornthwaite (1948) permite caracterizar, de forma eficaz, o clima de uma região, devido à metodologia ser sensível aos totais de chuva, e temperatura, somada a informações geradas do BHC (ROLIM, 2007).

A delimitação do clima permite estabelecer os indicadores do potencial do meio físico para a região em estudo e determinar áreas homogêneas sob a perspectiva socioeconômica (MEDEIROS *et al.*, 2015a). A metodologia de cálculo do BHC de Thornthwaite e Mather (1955) e classificação climática de Thornthwaite (1948) são bastante difundidas. Objetivou-se com este estudo desenvolver o balanço hídrico climatológico proposto por Thornthwaite e Mather (1955), para a bacia do Rio Boa Sorte, para uma capacidade de água disponível no solo (CAD) de 100 mm e a classificação climática segundo Thornthwaite (1948).

O cálculo do BHC foi efetuado adotando-se o valor de 100 mm para a capacidade de água disponível no solo (CAD). Os valores médios mensais de temperatura e precipitação pluvial foram calculados no período de 2003 a 2019. Os dados foram obtidos a partir da estação meteorológica Barreiras convencional do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), cujo código da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) é 83236. A evapotranspiração potencial (ETP) foi estimada pelo método de Thornthwaite (1948). Utilizando-se os valores de precipitação pluvial e ETP foi possível estimar a evapotranspiração real (ETR), o armazenamento de água do solo (ARM), a deficiência hídrica (DEF) e o excedente hídrico (EXC).

4.5. Vazões Médias

A quantificação das vazões representa uma das atividades de maior importância para tomadas de decisão adequadas no que diz respeito ao planejamento, aproveitamento e controle de recursos hídricos. Visa identificar áreas em que esse recurso encontra-se ou pode vir a se tornar escasso, prever uma quantificação dinâmica e uma precisa definição do quanto, quando, onde e como utilizar os recursos hídricos.

Para a obtenção das vazões médias foi utilizada a estação fluviométrica Brejo Novo de código 46555000, pertencentes à rede hidrometeorológica da ANA. Com os dados foi elaborado um diagrama de barras para a estação fluviométrica.

Por meio da análise dos dados da estação fluviométrica Brejo Novo selecionado, foram obtidas as vazões médias anuais e a vazão média anual de longa duração, sendo esta calculada utilizando a média das vazões médias anuais. A vazão específica média de longa duração foi obtida pela divisão dos dados de vazão média anual pela área de drenagem da estação fluviométrica considerada.

4.6. Coeficiente de Deságue

O coeficiente de deságue é caracterizado pela relação entre o volume que escoou pela seção de deságue considerada e o volume total precipitado, cujo crescimento está diretamente associado ao fato de que, com o aumento do total precipitado, menor parcela deste será convertida em evapotranspiração, acarretando maior proporção da precipitação convertida em escoamento no rio. A equação utilizada para esta determinação foi:

$$C = \frac{V_{te}}{V_{tp}}$$

Em que:

C = coeficiente de deságue, adimensional;

V_{te} = volume escoado na seção de deságue, m³;

V_{tp} = volume total precipitado, m³.

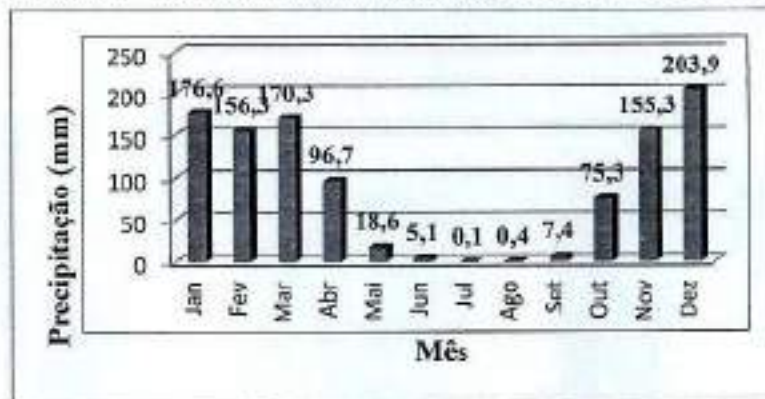
5. RESULTADOS

5.1. Precipitação Média na Bacia

O gráfico 1, apresenta a precipitação média mensal de longo período na bacia do rio Boa Sorte, com precipitações que varia de 203,9 mm a 0,1 mm num período de 16 anos.

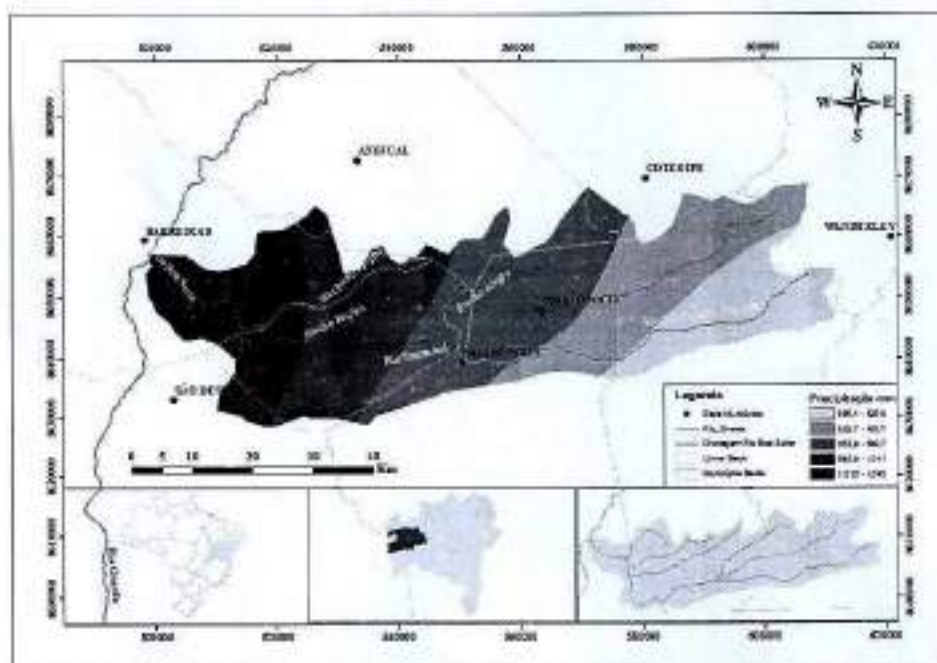
Analisando o período mais chuvoso, que varia de novembro a março, pode-se verificar que a precipitação foi superior a 203,9 mm (dezembro) ao longo da bacia, chegando a valores de 170,3 (março). Nos meses considerados mais secos, correspondente ao período de abril a setembro, a precipitação média variou de 18,6 mm (maio) a 7,4 mm (setembro), sendo os meses de junho a agosto os meses com precipitação mais críticos, abaixo de 0,1 mm ao longo da bacia.

Gráfico 1 – Precipitação média na bacia no período de 2003 a 2019.



Na figura 4, é apresentada para a bacia do rio Boa Sorte, a distribuição da precipitação média anual, considerando o período de 2003 a 2019. Observa-se que a precipitação na região de recarga apresenta valores de 825 mm a 925 mm e crescendo em direção a sua foz com valor de 1.012 mm a 1.042 mm.

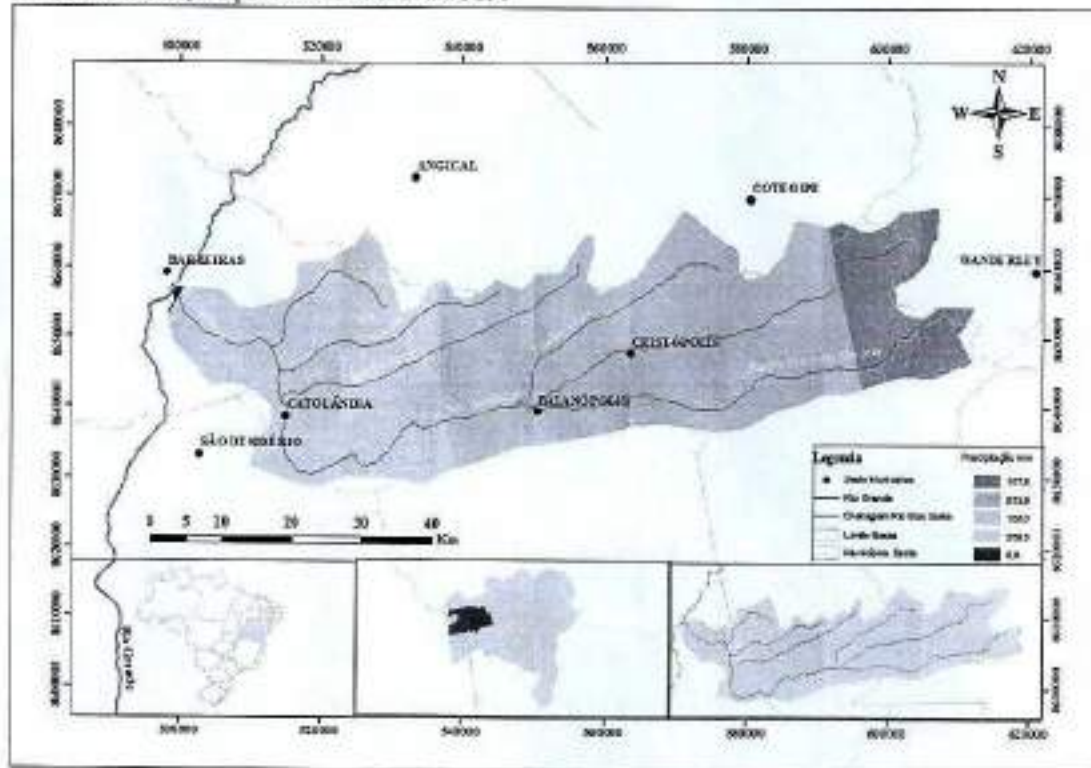
Figura 4 – Precipitação média anual na bacia do rio Bo Sorte, no período de 2003 a 2019.



Os resultados do cálculo da precipitação média na área de drenagem da Bacia do Rio Boa Sorte, utilizado o método do Polígono de Thiessen o cálculo foi realizado pela

média ponderada entre a precipitação de cada estação e o peso a ela atribuído, que é a área de influência da precipitação em cada estação (figura 5):

Figura 5 – Precipitação média anual pelo método do Polígono de Thiessen na bacia hidrográfica do rio Bo Sorte, no período de 2003 a 2019.



Utilizado o método do Polígono de Thiessen o cálculo da área de influência de cada posto e obtenção da precipitação média ponderada entre cada estação e o peso a ela atribuído, que é a área de influência da precipitação em cada estação e foram encontradas 05 (cinco) áreas de influência dentro da bacia e calculada a precipitação de cada uma das áreas (figura 5), com isso, obteve uma precipitação meda de 982,0 mm/ano na bacia do rio Boa Sorte.

A maior contribuição da precipitação para a bacia foi observado no posto pluviométrico de Cristópolis com 513,9mm/ano.

A precipitação média de 982,0 mm/ano na bacia do rio Boa Sorte, corresponde uma vazão de 81,2 m³/s.

5.2. Balanço Hídrico

Os resultados obtidos no balanço hídrico climatológico (BHC) são exibidos na tabela 2, onde verifica-se a variabilidade anual dos elementos climatológicos médios mensais de entrada, temperatura (T °C) e precipitação pluvial (P mm) e os demais componentes do BHC, evapotranspiração potencial (ETP mm), armazenamento de água no solo (ARM mm), evapotranspiração real (ETR mm), excedente hídrico (EXC mm) e deficiência hídrica (DEF mm).

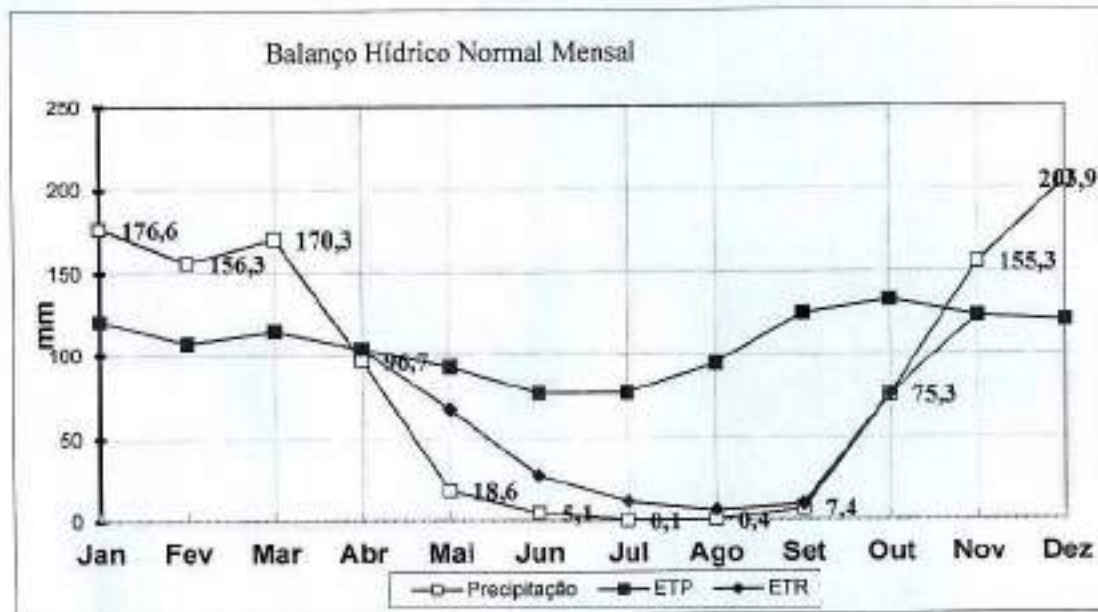
Tabela 2: Balanço hídrico climatológico pelo método de Thornthwaite e Mather (1955) no período de 2003 a 2019.

Mês	T °C	P mm	ETP Thornthwaite mm	P-ETP mm	NEG-AC mm	ARM mm	ALT mm	ETR mm	DEF mm	EXC mm
Jan	24,7	176,6	120,46	56,1	0	100	0	120,5	0	56,1
Fev	24,7	156,3	107,25	49,1	0	100	0	107,2	0	49,1
Mar	24,6	170,3	114,63	55,7	0	100	0	114,6	0	55,7
Abr	24,3	96,7	103,72	-7	-7	93,22	-6,78	103,5	0,2	0
Mai	23,4	18,6	92,86	-74,3	-81,3	44,36	-48,86	67,5	25,4	0
Jun	22,4	5,1	77,04	-71,9	-153,2	21,6	-22,76	27,9	49,2	0
Jul	22,2	0,1	77,2	-77,1	-230,3	9,99	-11,61	11,7	65,5	0
Ago	23,6	0,4	94,54	-94,1	-324,5	3,9	-6,09	6,5	88	0
Set	25,9	7,4	124,96	-117,6	-442	1,2	-2,7	10,1	114,9	0
Out	25,9	75,3	132,92	-57,6	-499,6	0,68	-0,53	75,8	57,1	0
Nov	25,3	155,3	123,01	32,3	-111	32,97	32,29	123	0	0
Dez	24,7	203,9	120,16	83,7	0	100	67,03	120,2	0	16,7
TOTAIS	291,7	1066	1288,75	-222,7		608	0	888,4	400,3	177,6
MÉDIAS	24,3	88,8	107,4	-18,6		50,7		74	33,4	14,8

Constata-se que taxas evapotranspirativas mensais bem expressivas bacia do rio Boa Sorte. A taxa anual média de ETP total foi de 1288,75 mm, com variações de 77,04 mm no mês de junho a 132,92 mm no mês de outubro. Assim, verifica-se o potencial de evapotranspiração maior do que as precipitações. É por esse motivo que os balanços hídricos das bacias hidrográficas de climas mais secos da região Nordeste apresentam deficiência hídrica, como o caso da bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte.

A precipitação pluvial varia de forma característica durante os meses, atingindo valores médios anuais de 1066 mm (figura 6).

Figura 6: Gráfico do balanço hídrico de Bacia do Rio Boa Sorte pelo método de Thornthwaite e Mather (1955), período de 2003 a 2019.

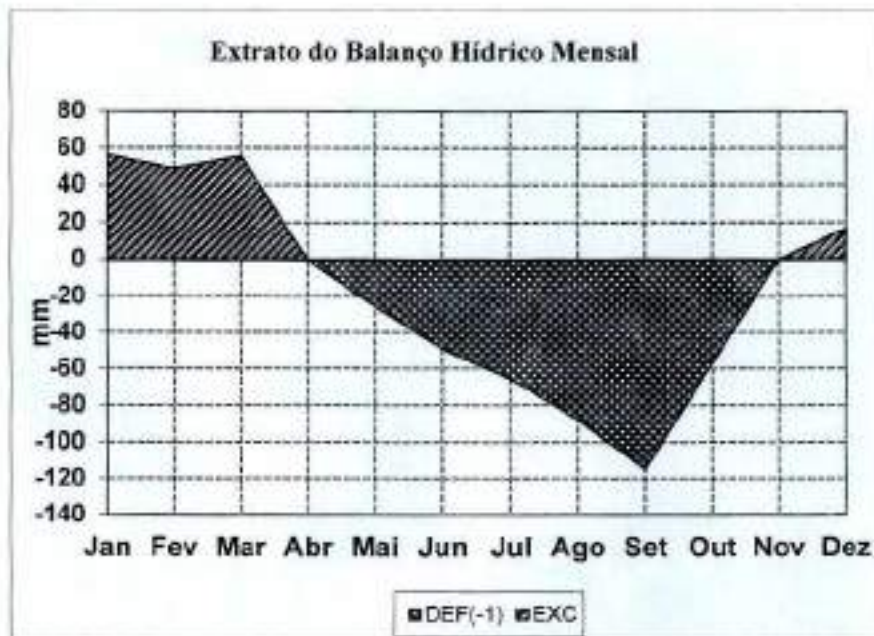


Verifica-se ainda que a lâmina precipitada é mais elevada ao longo dos meses de novembro a março, concentrando cerca de 81 % do total acumulado. Já entre os meses de maio e outubro concentra-se aproximadamente 19 % da precipitação pluvial anual. Foi obtido para o mês de dezembro o índice médio mais elevado (203,9 mm) e o mês de julho o menor (0,1 mm).

Em relação ao armazenamento de água no solo, observou-se que nos meses de dezembro a abril têm-se os maiores índices de armazenamento, variando entre 93,2 a 100 mm. Nos meses de maio a novembro a taxa de armazenamento flutua entre 44,3 a 0,68 mm, não sendo suficiente à contribuição para as atividades agrícolas.

Em abril, inicia-se o processo de retirada de água do solo que, por conseguinte, resulta na ocorrência de deficiência hídrica na região, compreendida entre os meses de abril e novembro (figura 7). A necessidade do uso de irrigação suplementar na Bacia do Rio Boa Sorte é evidente, pois a região passa por oito meses com deficiência hídrica. Nos meses de dezembro e março, em virtude das precipitações elevadas, observa-se a ocorrência de excedente hídrico. Nesse período, o solo teoricamente tem umidade apropriada ao crescimento e ao desenvolvimento das culturas agrícolas.

Figura 7: Deficiência hídrica e excedente hídrico de 2003 a 2019.



No início do período úmido, após as chuvas superarem a demanda de evapotranspiração, ou seja, a ETP, tornando essa, igual à evapotranspiração real, os saldos são empregados na reposição da água ao solo (figura 8) até que esse atinja sua capacidade máxima de armazenamento de água, quando então aparece excedente hídrico. A época de recarga do solo foi observada nos meses de novembro e dezembro.

Figura 8: Extrato do balanço hídrico normal mensal, para o período de 2003 a 2019.

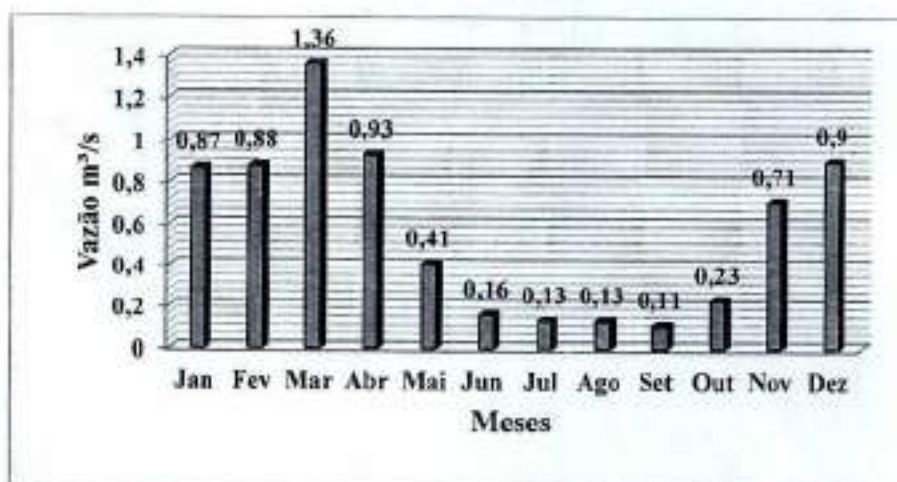


5.3. Disponibilidade Hídrica Superficial

As variáveis hidrológicas empregadas para avaliação da disponibilidade hídrica superficial correspondem aos valores da vazão média de referência (Q95) e à curva de permanência de vazão do rio, os dados calculados foram utilizados da estação fluviométrica Brejo Novo 46555000. A curva de permanência relaciona a vazão com a porcentagem do tempo em que esta é superada ou igualada durante o período avaliado. Usualmente, a disponibilidade hídrica da bacia está associada a vazões com permanência em 90% (Q90) e 95% (Q95) da série histórica analisada (ANA, 2005).

A Bacia do Rio Boa Sorte apresenta variações sazonais de escoamento dos rios provocadas pelo regime de chuvas diferenciado na região, com estiagem entre os meses de abril e outubro e o período chuvoso entre novembro e março. Durante a estiagem, a vazão média mensal no rio Boa Sorte permanece abaixo de 0,1 m³/s, enquanto no período chuvoso as vazões médias são superiores a 1,36 m³/s (gráfico 2).

Gráfico 2 – Vazões médias na bacia no período de 2003 a 2019.



A Figura 9 apresenta a curva de permanência calculada para a estação fluviométrica Brejo Novo 46555000, a tabela 3 apresenta os valores de referência da vazão de permanência em 95% (Q95), 90% (Q90), 85% (Q85), 80% (Q80) e 50% (Q50) do tempo analisado.

Figura 9 - Curva de permanência da estação fluviométrica Brejo Novo 46555000.

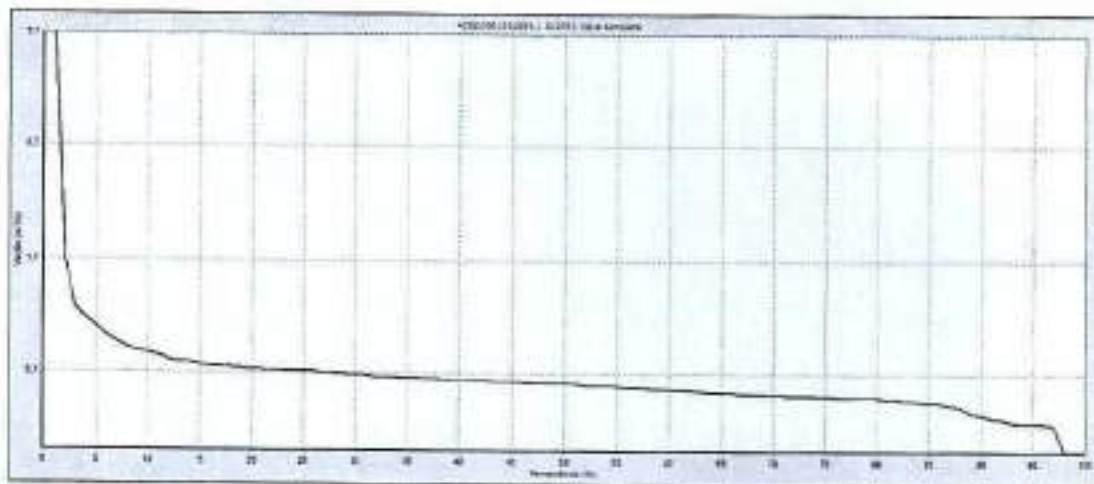


Tabela 3 - Vazão média da série histórica, vazões de permanência e vazões médias de referência da estação fluviométrica Brejo Novo 46555000, no período 2003 a 2019.

Q50	Q80	Q85	Q90	Q95
0,598	0,479	0,437	0,328	0,248

Vazões menores que 0,248 m³/s são características de Q95, Q90, Q85 e indicam pouca contribuição do aquífero na regularização da vazão natural da bacia hidrográfica, cujos picos de cheias representam grande parte do volume de água escoado na bacia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cálculo da disponibilidade hídrica na Bacia do Rio Boa Sorte, situada na oeste do estado da Bahia, foi estimado seu balanço hídrico para o período de 2003 a 2019. Os resultados revelam que a evapotranspiração anual média da bacia hidrográfica corresponde a cerca de 83% da precipitação, enquanto 17% desta é escoada pelos rios ou infiltrada em subsuperfície.

Verifica-se que a disponibilidade hídrica e a taxa de reposição por recarga são reduzidas, indicando que o volume de água disponível para captação sustentável, superficial e subterrânea, é bastante restrita. Tal cenário impõe a necessidade de um programa de gestão que contemple estratégias adequadas para o manejo de recursos hídricos superficiais e subsuperficiais.

A curva de permanência (figura 9) revela pouca contribuição do aquífero na regularização da vazão natural da bacia hidrográfica.

Os estudos realizados mostram que a vazão do rio Boa Sorte, apresenta variações ao longo do seu curso, isto, se deve as suas características geográficas e geológicas, sendo que a bacia está às rochas do Grupo Bambuí e estas apresentam um alto grau de faturamento, com isso, o preenchimento destas fraturas o rio perde grande quantidade de sua vazão para a recarga do aquífero Bambuí, provocando uma diminuição de sua vazão ao longo do seu curso até a sua foz.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANA, 2005. **Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil**. Relatório técnico, 134 p.
- BERTONI, J.C.; TUCCI, C.E.M, Precipitação. In: Tucci, C.E.M. (Org.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS: ABRH, 943p. 2002.
- CARVALHO, H. P.; DOURADO NETO, D.; TEODORO, R. E. F. MELO, B. **Balço hídrico climatológico, armazenamento efetivo da água no solo e transpiração na cultura de café**. *Biociência Jornal*, v.27, n.2, p.221-229, 2011.
- EUCLYDES, H.P.; FERREIRA, P.A. **Sub-Bacias do Alto e Médio São Francisco. Recursos Hídricos e Suporte Tecnológico a Projetos Hidroagrícolas**. Viçosa: UFV/RURALMINAS, 258 p. (Boletim Técnico, nº6). 2002.
- FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. **Relatório II – Disponibilidade Hídrica**. Cap. 3. Avaliação Quantitativa da Disponibilidade Hídrica Superficial. 76p. 2003. Disponível em: <http://eta.fepam.rs.gov.br:81/documentacoes/uruguai/relatorio02/Cap%203.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2009.
- MEDEIROS, R. M.; MATOS, R. M.; SIVA, P. F.; SABOYA, L. M. F.; FRANCISCO, P.R. M. **Classificação climática e zoneamento agroclimático de culturas para São João do cariri - PB**. *Enciclopédia Biosfera*, v.11, n.21, p.2984-2996, 2015a.
- ROLIM, G. S. **Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite e sua aplicabilidade na determinação de zonas agroclimáticas para o estado de São Paulo**. *Revista Bragantia*, v.66, n.4, p.711-720, 2007.
- TUCCI, C.E.M. (Org.). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; ABRH, 943p. 2004.
- THORTHWAITE, C.W.; MATHER, J.R. **The water balance**. Publications in Climatology. New Jersey: Drexel Institute of Technology; 1955, 104p.



THORTHWAITE, C. W. An approach towards a rational classification of climate. Geographical Review, London, v.38, p.55-94, 1948.



Profissionais	Quantificação			
	Formação	Cargo/ Função Projeto	Remuneração pelo Projeto	Conta Bancária
1. Indiría Tibola Alexandre de Souza RG: 4950471 SSP/GO CPF: 024.750.861-65	Mestre em Ciências Biológicas	Coordenação Geral	Não	BANCO BRASIL Ag: 0231-3 CC: 32248-2
2. Berenice Lima Peres RG: 11.112.229-59 CPF: 334.798.010-72	Especialista em Gestão Ambiental do Cerrado	Coordenação de Campo	Não	BANCO DO BRASIL Ag: 3338 3 Conta: 29309-1
3. Glauciana Pereira de Araújo RG: 11302124-08 SSP/BA CPF: 960.657.705-82	Eng ^a Agrônoma	Técnico	Não	BANCO DO BRASIL Ag: 3338-3 CC: 10.068-4
4. Katharyna Motta Medrado Faria RG: 14968901-24 SSP/BA CPF: 041.714.675-27	Eng ^a Sanitarista e Ambiental	Técnico	Não	BANCO DO BRASIL Ag: 4231-5 CC: 18.044-0
5. Fernanda Cristina Satelis Souza RG: 14.293.515-86 CPF: 031.427.715-30	Geóloga	Técnico	Não	BANCO BRASIL Ag: 2680-8 CC: 15867-4
6. Elizabete Moura dos Santos RG: 21.323.060-79 CPF: 862.352.335-07	Acadêmica de Bacharel em Geografia	Técnico	Não	CAIXA ECONOMICA Ag: 0783 Op: 023 Conta: 00030607-7
7. Ramon Pessoa Souza RG: 14.262.900-63 CPF: 052.844.895-19	Bacharel em Humanidades e Acadêmico em Geografia	Técnico	Não	BANCO BRASIL Ag: 5746-0 CC: 10364-
8. Bruno Ricardo de Souza Laurindo RG: 13.486.803-00 CPF: 036.018.515-04	Bacharel em Direito	Técnico	Não	BANCO BRASIL Ag: 1168-1 CC: 16175-6
9. Natalie Maria Silveira Ribeiro RG: 49.542.393-2 SSP/SP CPF: 334.779.898-80	Eng. Agrônoma	Técnico	Não	BANCO DO BRASIL Ag: 4231-5 CC: 53140-5
10. Vinicius Alcântara Rodrigues de Souza RG: 1463805845 SSP/BA CPF: 059.089.365-37	Eng. Agrônomo	Técnico	Não	BANCO BRASIL Ag: 3338-3 CC: 29312-1
Total de Profissionais	10			

3. Justificativa:



Diagnóstico Sócio Ambiental e Econômico da Sub Bacia do Rio Boa Sorte – Município de Catolândia

1.1 INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
Órgão/entidade programas: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande – CBHGrande			
Endereço: Rua Anibal Alves Barbosa, 175			Bairro: Centro
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA	CEP: 47803-090
Nome do Responsável: Demósthene da Silva Nunes Junior			Telefone: (77) 99933-1209
E-mail: cbhgrande@yahoo.com.br			
1.2 INSTITUIÇÃO EXECUTORA			
Órgão/entidade programas: Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia			
Endereço: Rua Professor José Seabra de Lemos, 420			Bairro: Centro
Cidade: Barreiras	Estado: Bahia	UF: BA	CEP: 47808021
Presidente: João Barbosa de Souza Sobrinho			Telefone: (77) 3613-3858
Secretaria executiva: Erika Ismerim Seixas			Telefone: (77) 3613-3858
E-mail: considsec@gmail.com			
1.3 – EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO			
Nome do Responsável: Demósthene da Silva Nunes Junior		Formação:	Maior Titulação: Especialização
DDD/Tel. Celular: (77) 99933-1209		E-mail: cbhgrande@yahoo.com.br	
Coordenação Geral: Índira Tibola Alexandre de Souza		Formação: Bióloga	Maior Titulação: Mestre
DDD/Tel. Celular: (77) 9943-9854		E-mail: yndyras@outlook.com	
Coordenação de campo: Berenice Lima Peres		Formação: Especialista em Gestão Ambiental do Cerrado	Maior Titulação: MBA/Especialização
DDD/Tel. Celular: (77) 98143-5808		E-mail: berebrazil@gmail.com	
1.4. EQUIPE DE TRABALHO			

Diante das observações do Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte e o conjunto de informações das ações de monitoramento do rio pelo INEMA, foi sugerido que a solução para atender a demanda de água na região e proporcionar o desenvolvimento econômico dos produtores rurais, seria através de uma perenização do rio Boa Sorte levando-se em conta que mesmo que as ações a serem indicadas possam proporcionar o reestabelecimento do fluxo normal no rio, não existe ainda possibilidade de afirmar que o curso d'água possuirá disponibilidade para os habitantes das comunidades do seu entorno a menos que o modelo de irrigação até agora identificado (canais, inundação e sulcos) seja substituído e outras ações já referenciados pelo Ministério Público e Inema sejam tomadas.

4. Caracterização da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte

A Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte tem uma área de 2.436 km² (Figura 1 e 2), e possui as seguintes características:

- O rio principal da sub-bacia nasce no município de Cristópolis com o nome de Vereda Pederneiras ou Limoeiro, nas coordenadas geográficas 12°05'S de latitude e 44°03'O de longitude, que passa a se chamar Rio Tamanduá no município de Catolândia. O nome Rio Boa Sorte se dá depois da junção do Riacho Poções, desaguando no Rio Grande, na cidade de Barreiras (BA), nas coordenadas geográficas 12°10'S de latitude e 45°01'O de longitude (de acordo mapa 1);
- O curso d'água principal tem 162 km de extensão;
- O rio é tributário do rio Grande por sua margem direita;
- Na Sub-Bacia tem a existência de 01 (uma) estação pluviométrica e 01 (uma) estação fluviométrica, dado disponível no sistema de informações hidrológicas (HidroWeb);
- A Vazão média da sub-bacia é de 0,36 m³s⁻¹, a precipitação média anual da Sub-Bacia é de 1.065,71 mm (Relatório do CBHGRANDE, 2019);
- A Sub-Bacia tem o clima subúmido e há predominância da vegetação de cerrado (Atlas Hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, 2010);
- A Sub-Bacia é formada por rochas calcárias no seu embasamento e sobreposta por sedimentos quartanários, abrangida pelos aquíferos Bambuí e Urucuia (Relatório do CBHGRANDE, 2019);
- Municípios contidos na Sub-Bacia: Baianópolis, Catolândia, Cristópolis, São Desiderio e Barreiras (conforme mapa 2);
- O rio corre em direção geral SE-NO, recebendo seus principais afluentes pela margem direita (Riacho Poções, Riacho Arapuã e Riacho da Água Vermelha);



O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHG, bem como o Relatório de Fiscalização Ambiental (RFA – Nº0857/2016-27108) do INEMA – Instituto de Meio Ambiente da Bahia afirmam que existe um conflito pelo uso da água de grandes dimensões na Sub Bacia do Rio Boa Sorte/Tamanduá, que se estende entre os municípios de Barreiras, Catolândia, Cristópolis, Baianópolis e fragmentos de São Desiderio e Muquém do São Francisco. O Boa Sorte é afluente da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, por sua vez afluente da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco na sua porção média.

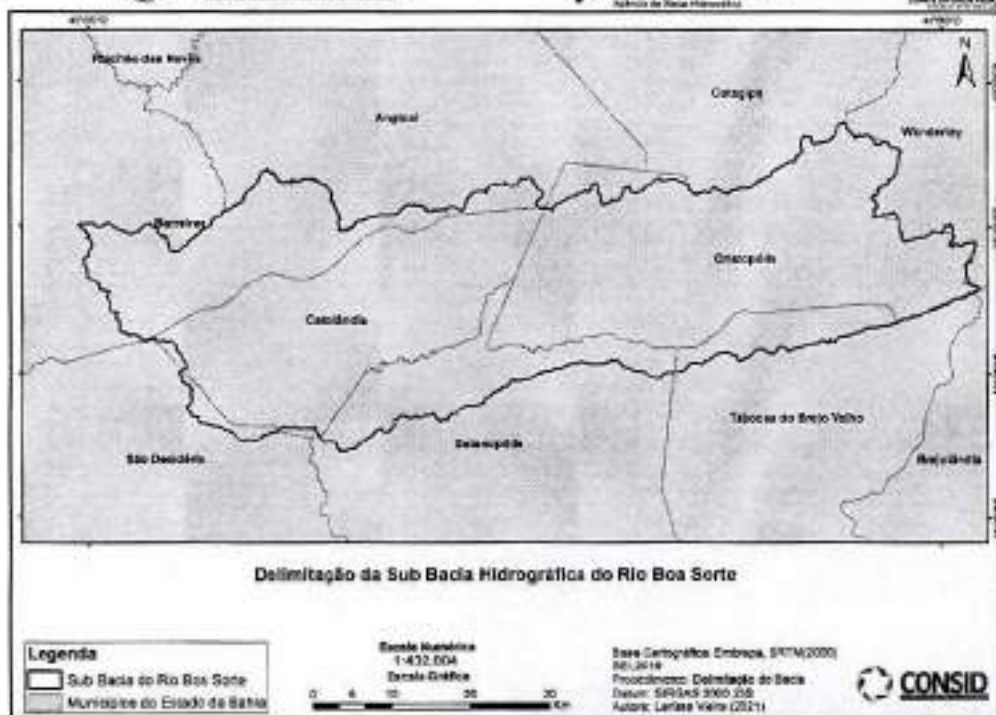
O relatório diagnóstico emitido pelo INEMA ao CBHG em 18/06/2016 relata um histórico de denúncias ao CRA, atual INEMA, desde a década de 90 refere-se ao "impacto ambiental gravíssimo" causado por um conjunto de 08 (oito) barramentos construídos em sequência que afetou de tal modo parte do leito do rio que nesses trechos transformou-se de perene em intermitente, embora a falta de água aconteça somente na estiagem das chuvas, de maio a outubro.

O relatório do Inema afirma:

As barragens da sub-bacia têm o propósito de armazenar e de elevar o nível da água do rio de modo que ela seja capaz de escoar por canais adjacentes às barragens, até as lavouras dos beneficiados. Nesse sistema há dois pontos a se considerar: 1 – os canais foram construídos artesanalmente com ausência de impermeabilização, dessa forma, grande parte da água derivada se perde no caminho, por infiltração ou por evaporação, sendo indispensável à derivação de uma enorme vazão, a fim de que chegue água de forma satisfatória no final do sistema; 2 – a soma das vazões retiradas pelos canais ao longo do rio resultou na completa ausência de água no seu leito a partir de um determinado trecho, sendo causa da degradação ambiental.

Além do impacto relativo ao meio ambiente, a comunidade de Canabrava localizada a jusante, conhecida na região pela horticultura, está com sua produção comprometida, e muitos produtores abandonaram a atividade. Apesar de um pequeno número de indivíduos da comunidade alegar ter necessidade da água do rio para se abastecer, toda a comunidade tem um sistema de água potável, instalado pela Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB) e operado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), conforme foi averiguado pelo INEMA (RFA 1827/2016-28460).

A Secretaria de Meio Ambiente de Barreiras – SEMATUR em parceria com o CBHG realizou em 15/08/2019 de modo proativo no território de seu município um diagnóstico socio ambiental e econômico junto as comunidades que margeiam o Rio Boa sorte/ Tamanduá e percebeu que a falta de informações da região à montante dessa área indicava a realização de semelhante trabalho junto ao município de Catolândia que não dispõe de estrutura e equipe técnica que possa realizar o referido diagnóstico em busca das informações necessárias para subsidiar as tomadas de decisão que possam resolver o conflito e garantir a vida e continuidade das comunidades ribeirinhas referidas.



Fonte: Elaborado pela autora com base cartográfica Embrapa, SEI.

5. Objetivos:

a. Geral:

Desenvolver um diagnóstico socioeconômico e ambiental para as comunidades ribeirinhas da Sub Bacia Hidrográfica do rio Boa Sorte/Tamanduá no município de Catolândia no estado da Bahia.

b. Específicos:

- I. Levantar as principais informações sobre a caracterização e situação da Sub-Bacia do rio Boa Sorte, utilizando dados primários obtidos em um questionário aplicado aos moradores da região.
- II. Apresentar uma estimativa da demanda hídrica, a partir dos dados obtidos e uma estimativa da disponibilidade hídrica, a partir de dados secundários já apresentados.
- III. Realizar um diagnóstico socioambiental e econômico da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte/Tamanduá a fim de retratar o cenário das comunidades, apresentando sugestões para a sustentabilidade da Sub-Bacia, a partir de uma análise do uso e ocupação do solo, da demanda e da disponibilidade hídrica já identificada pelo INEMA.

6. Metodologia:

	6.2.3 Definição de Instrumentos	Afinar instrumentos e ferramentas de captação de dados primários, questionários e equipamentos	Duas reunião presencial no CONSID para troca de experiencias e experimentos in door	Definição de instrumentos de pesquisa e métodos de utilização dos instrumentos	Lista de Presença e Fotografias	Realizada em 22 de abril de 2021
	6.2.4 Teste de Campo	Teste para aplicação de questionários e utilização de equipamento e ferramental.	Realizar entrevistas experenciais em regiões de difícil acesso	Saída com toda equipe de campo para um dia de trabalho em Catolândia	Fotografias, questionários, aferições na sede	Dia 03 de maio de 2021
	6.2.5 Avaliação e Correções	Reunião de avaliação e correção do instrumental	Reunião de 3 horas para redefinição de metodologia e ferramental	Questionários e Ferramentas de Aferição definidas e aprovadas pelo grupode trabalho	Fotografias, questionário e ferramentas	Entre 01 e 03 de maio de 2021
6.3. Captação de Dados Primários	6.3.1 Entrevistas em campo	Diárias, Alimentação e Combustível equipe técnica	Cumprimento de cronograma desenvolvido	Questionários e Aferições disponibilizados no ferramental definido	Relatório de viagem e Fotografias.	De 05 de maio à 03 de junho 2021
	6.3.2 Tabulação	Trabalho de Escritório	Cumprimento de cronograma desenvolvido	Questionários e Aferições disponibilizados lançados no programa definido	Planilhas compartilhadas	De 05 de maio à 03 de junho 2021
6.4. Relatório Parcial	6.4.1 Relatório Parcial	Discussão dos termos para elaboração do Relatório Parcial	Reunião presencial no CONSID	Elaboração do Relatório Parcial para CBHF	Relatório Parcial enviado para CBHG e CBHF	De 10 à 14 de maio de 2021
6.5. Elaboração do Diagnóstico Socio Ambiental Participativo	6.5.1 Avaliação do trabalho executado	Avaliação de dificuldades de aplicação dos métodos e resultados obtidos	Reunião presencial no CONSID	Cronograma de revisitação ou retrabalho se for necessário	Relatórios de viagem para obtenção de novos questionários e aferições solicitados por avaliação.	04 de junho de 2021



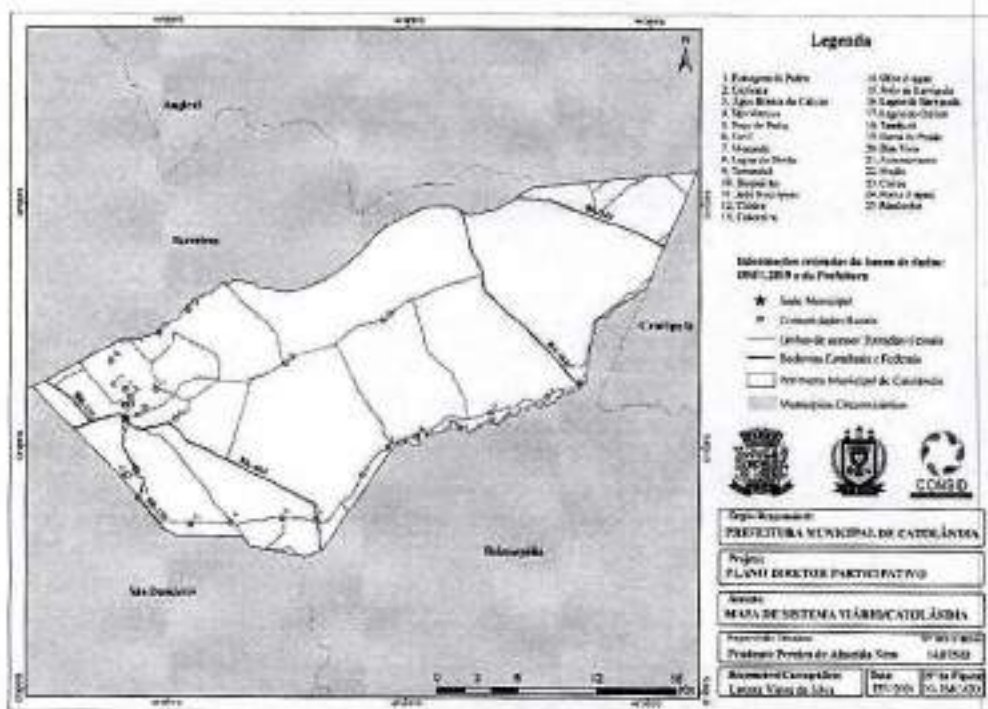
Agregaremos a metodologia de com a aplicação de questionários família a família ao longo do curso do rio Boa Sorte na zona rural na cidade de Catolândia, a utilização de aplicativos como Avenza Maps que nos permite fazer o *upload* de mapas georreferenciados em software Arcgis, dessa maneira o dispositivo nos possibilita uma navegação em tempo real e modo off-line, nos permitindo inserir anotações, fotos, pontos e trilha percorrida. Outro aplicativo será o C7 GPS Dados que viabiliza a coleta de pontos, poligonais e o cálculo da distância total percorrido em uma trilha que podem ser exportadas em formatos TXT e KML em sistemas de coordenadas geográficas e UTM. O emprego dessa metodologia contribuirá para a produtividade em campo quanto ao levantamento de questionários aplicados nas propriedades visitadas.

Etapa	Meta	Tipo de Atividade	Como será realizada	Indicadores	Meios de Verificação	Prazo
6.1. Ações preliminares	6.1.1 Reconhecimento das dificuldades e competências das parcerias	Reunião entre equipe técnica do CONSID e Sec de MA de Barreiras pertinentes de cada PREFEITURA.	Reunião de 3 horas para trocas de documentos e identificação de competências	Fotografia e Plano de Trabalho Iniciado	Listas de presença	Realizada em 06 de abril de 2021
	6.1.2 Reunião com Secretaria de Meio Ambiente de Catolândia	Definir apoio e identificar as comunidades usuárias do recurso hídrico	Apresentação do conflito e do passo a passo do projeto	Lista das comunidades a serem visitadas e identificação do apoio obtido	Listagem final de comunidades e lideranças para contato	Realizada em 13 de abril de 2021
6.2. Afinando Instrumentos e Pessoas	6.2.1 Análise Documental	Avaliação e compartilhamento de documentação secundária da admissibilidade do conflito e documentação secundária produzida.	Criação de grupo WhatsApp e discussão dos documentos em reunião presencial	Discussões em reunião na sede CONSID	Lista de Presença	Realizada em 07 de abril de 2021
	6.2.2 Definição de Cronograma de visitação	Reunião para definição do cronograma de trabalho	Reunião virtual via grupo de WhatsApp	Cronograma de visitas definido	Cronograma compartilhado	Realizada em 16 de abril de 2021 semana

quantidade de famílias de cada uma dessas comunidades foi oferecido de modo informal pela Prefeitura Municipal de Catolândia através da Diretoria de Meio Ambiente do Município e vai precisar de confirmação em campo (mapa 4).

O questionário a ser utilizado se encontra no anexo 9.

Mapa 3. Mapa do Sistema Viário do Município de Catolândia



Fonte: Dnit,2019 e Prefeitura Municipal de Catolândia

Mapa 4. Mapa de Localização das comunidades do município de Catolândia.



	6.5.2 Análise	Discussão avaliativa para definição dos termos e indicações para o diagnóstico	Reunião presencial no CONSID	Incorporação dos dados obtidos após retrabalho se for o caso	Lista de Presença e Fotografias	De 04 de junho à 09 de junho
	6.5.3 Redação	Redação final do Diagnóstico socio Ambiental Participativo	Redação final	Diagnóstico para avaliação dos CBHs	Power Point, Arquivo digital .doc e PDF	De 04 à 16 de junho de 2021
6.6. Apresentação do Diagnóstico socio ambiental participativo	6.6.1 Aprovação pelo CBH Grande	Apresentação pela equipe do CONSID em Plenária do CBHG	Inclusão das alterações propostas em Plenária	Diagnóstico Socio Ambiental Participativo - versão 1	Lista de Presença fotografias e ata da Plenária	Após 16 de junho 2021
	6.6.2 Aprovação pelo CBH São Francisco	Apresentação pela equipe do CONSID em Plenária do CBHF com diárias e deslocamento para 3 pessoas	Inclusão das alterações propostas em Plenária	Diagnóstico Socio Ambiental Participativo - versão final	Lista de Presença fotografias e ata da Plenária, comprovantes de despesas	Após 18 de junho de 2021

6.7 Observações:

- Para os cálculos da necessidade de dias de trabalho em campo foram considerados as saídas as 7:00 h e a lotação máxima de 4 pessoas por veículo e chegadas por volta das 18:00 h.
- Para aplicação do questionário e deslocamento de casa a casa consideramos o período de 1 hora.
- Também consideramos dois trajetos, em alguns casos indo por Catolândia e em outros por Baianópolis. Visando dessa forma, reduzir distâncias e otimizar a viagem considerando as condições das estradas.
- Como o número de pessoas em cada dia de campo varia e o número de famílias a ser entrevistada em cada comunidade não tem forte comprovada o cronograma de visitas deverá variar também necessitando ser ajustado ao longo do processo e constará do Relatório Parcial a solicitação de adequações ao planejamento apresentado (6ª semana).
- O material de expediente (canetas, papel, impressoras e tinta, pranchetas e outros) bem como a logística serão disponibilizados pela Prefeitura de Barreiras, Prefeitura de Catolândia e pelo Consid – Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia.

7. Planejamento da Viagem

A maioria absoluta das comunidades rurais do Rio Boa Sorte nas proximidades dos corpos hídricos que compõe a Sub-Bacia do Rio Boa Sorte foram identificadas a partir de dados levantados pelo PDDU – Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano elaborado em parceria pelo CONSID e pela UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia, bem como as rotas foram monitoradas através de medições já efetuadas pelo mesmo estudo (mapa 3). A



CONSID
CENTRO NACIONAL DE
INFORMAÇÃO DE
SISTEMAS DE AQUICULTURA



CABECEIRA	12°20'18.0"S 44°51'43.6"W	44	3,0 KM
-----------	---------------------------	----	--------

TRECHO II

	PONTO GEOGRÁFICO		DISTÂNCIA DA SEDE
OLHO D' AGUA	12°14'25.0"S 44°49'06.1"W	11	16,0 KM
SITIO DA BARRIGUDA	12°15'20.2"S 44°50'20.8"W	56	12,0 KM
BARRIGUDA	12°16'29.7"S 44°52'22.7"W	38	5,5 KM
LAGOA DO ODILON	12°17'28.0"S 44°52'15.0"W	9	3,5 KM
TAMBURIL	12°18'16.8"S 44°51'46.7"W	11	1,5 KM
BARRA DO POÇÃO	12°17'39.2"S 44°51'44.7"W	11	2,6 KM
BOA VISTA	12°17'56.7"S 44°51'32.8"W	4	1,9 KM

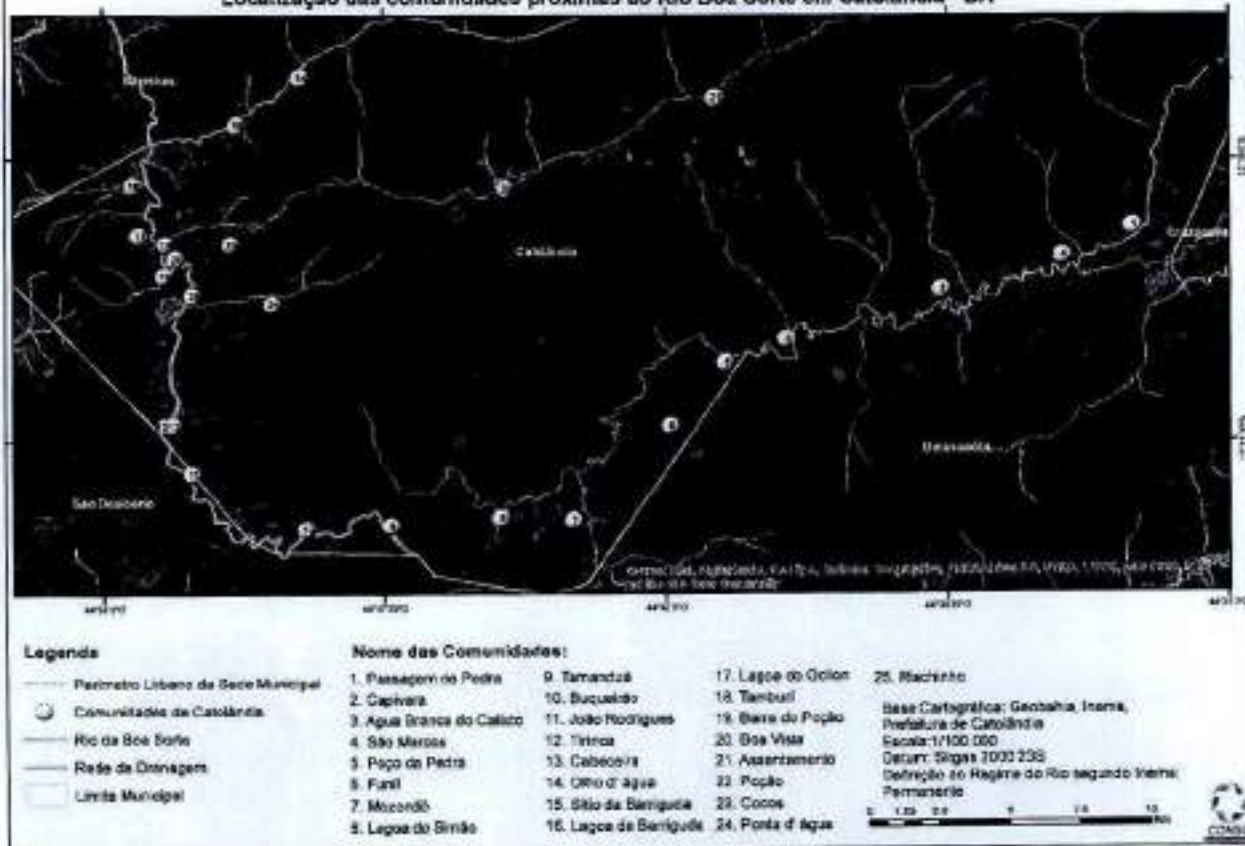
TRECHO III

	PONTO GEOGRÁFICO		DISTÂNCIA DA SEDE
FELIX PRETO	12°16'34.9"S 44°54'04.3"W	6	13,0 KM
VARGINHA	12°16'37.7"S 44°54'17.3"W	7	11,0 KM
BOM JESUS	12°16'09.9"S 44°53'15.7"W	4	7,7 KM

TRECHO IV

	PONTO GEOGRÁFICO		DISTÂNCIA DA SEDE
ASSENTAMENTO	12°14'48.5"S 44°40'59.9"W	92	23 KM
POÇÃO	12°16'33.0"S 44°45'03.4"W	52	13,6 KM
COCOS	12°17'39.0"S 44°50'28.0"W	7	5,5 KM
PONTA D'AGUA	12°18'50.4"S 44°49'39.2"W	3	4,8 KM
RIACHINHO	12°18'40.1"S 44°51'13.4"W	1	1,2 KM

Localização das comunidades próximas ao Rio Boa Sorte em Catolândia - BA



Fonte: Geobahia, Inema e Prefeitura Municipal de Catolândia.

7.1 Tabela com informativos sobre as localidades pertencentes ao município de Catolândia

LOCALIDADES PERTENCENTES A BACIA DO BOA SORTE	PONTO GEOGRAFICO	NÚMERO ESTIMADO DE FAMILIAS	DISTANCIA DA SEDE
SEDE	12°18'50.2"S 44°51'44.2"W		
PASSAGEM DE PEDRA	12°17'16.6"S 44°32'48.9"W	11	41,7 KM
CAPIVARA	12°18'32.6"S 44°36'33.8"W	140	36,2 KM
AGUA BRANCA DO CALIXTO	12°19'30.6"S 44°39'36.3"W	2	30,5 KM
SÃO MARCOS	12°17'52"S 44°34'11"W	2	41 KM
POÇO DA PEDRA	12°19'57.3"S 44°40'47.6"W	11	28,0 KM
FUNIL	12°21'09.2"S 44°41'51.2"W	25	24,9 KM
MOZONDO	12°22'47.9"S 44°43'25.7"W	126	20,3 KM
LAGOA DO SIMÃO	12°22'57.6"S 44°45'09.8"W	16	16,4 KM
TAMANDUÁ	12°23'07.3"S 44°47'18.9"W	16	12,1 KM
BUQUEIRÃO	12°23'11.1"S 44°48'59.3"W	11	13,9 KM
JOAO RODRIGUES	12°22'06.0"S 44°51'13.7"W	25	7,1 KM
TIRIRICA	12°21'10.4"S 44°51'43.8"W	12	4,7 KM
AREÃO	12°20'57.8"S 44°51'05.9"W	41	4,9 KM

TERÇA 11/05/ 2021	6ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		1 carro/3 pessoas	15 - Sítio da Barrig	37	12	49	1,5 hora	08:30	16:30:00*	18:00	21	11	
		1 carro/3 pessoas	15 - Sítio da Barrig	37	12	49	1,5 hora	08:30	17:30:00*	18:00	24		
											* 1 hora de almoço		
											Total	45	

QUARTA 12/05/ 2021	7ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		1 carro/4 pessoas	15 - Sítio da Barrig	37	12	49	1,5 hora	08:30	11:30	-	11	OK	
			14 - Olho d'água		4	53	10 min	12:30*	16:30	18:00	11	OK	
		1 carro/3 pessoas	2 - Capivara**	62	7	69	2 h	09:00	17:00*	18:00	21	62	
											* 1 hora de almoço		
											** Saída de Barreiras sentido Baiãoópolis, dormi em Baiãoópolis para dar		
											Total	43	

QUINTA 13/05/ 2021	8ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		1 carro/3 pessoas	13 - Cabeceira	37	3	40	50 min	08:00	17:00*	18:00	24	20	
		1 carro/3 pessoas	2 - Capivara**		9,5	9,5	30 min	07:30	17:30*	18:00	27	35	
											* 1 hora de almoço		
											** Saída de Baiãoópolis, dormi em Baiãoópolis para dar sequ		
											Total	51	

SEXTA 14/05/ 2021	9ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		1 carro/4 pessoas	13 - Cabeceira	37	3	40	50 min	08:00	13:00	-	30	OK	
			Areão		2	42	10 min	14:30*	17:30	18:00	12	29	
		1 carro/3 pessoas	2 - Capivara**		9,5	9,5	30 min	07:30	16:30*	18:00	24	11	
											* 1 hora de almoço		
											** Saída de Baiãoópolis, retorno para Barreiras no		
											Total	56	

SEGUNDA 17/05/ 2021	10ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		1 carro/3 pessoas	Areão	37	4,9	41,9	1 h	08:00	16:00*	18:00	21	8	
		1 carro/3 pessoas	12 - Tiririca	37	4,7	41,7	1 h	08:00	12:00	-	12	OK	
			Areão		0,3	41,7	10 min	13:00*	16:00	18:00	8	OK	
											* 1 hora de almoço		
											Total	41	

TERÇA 18/05/ 2021	11ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo	
		2 carros/5 pessoas	11 - João Rodrigue	37	7,1	44,1	1 h	08:00	12:00	-	25	OK	
			10 - Boqueirão		5,5	49,6	15 min	13:30*	15:30	18:00	11	OK	
											* 1 hora de almoço		
											Total	36	



PLANEJAMENTO DE CAMPO

REALIZADO

QUINTA 22/04/2021 Treinamento On line da equipe técnica para alinhamento sobre a aplicação
 QUINTA 29/04/2021 Treinamento on line da equipe sobre o aplicativo Avanço e coleta das co
 SEXTA 30/04/2021 Treinamento da equipe técnica em campo para a

TERÇA	19 dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
04/05/2021	1 carro/3 pessoas	18 - Tamburil	37	1,5	38,5	40 min	08:00	11:00	-	9	OK	
		17 - Lagoa do Odli	-	3,5	42	10 min	12:30*	16:30	18:00	12	26	
	1 carro/3 pessoas	20 - Boa Vista	37	1,9	38,9	45 min	08:00	09:30	-	4	OK	
		19 - Barra do Poço	-	1	39,9	10 min	10:00	15:00*	18:00	11	OK	
										Total	36	

* 1 hora de almoço

QUARTA	2º dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
05/05/2021	1 carro/4 pessoas	17 - Lagoa do Odli	37	1,5	40,5	50 min	08:00	16:00*	18:00	26	OK	
		1 - Passagem de Pi	62	0,3	62,3	2 h	09:00	15:00*	18:00	13	OK	
	1 carro/3 pessoas	2 - Capivara	-	7,7	62,3	20 min	15:30	17:30*	18:00	6	134	
										Total	39	

* 1 hora de almoço

** Indo pela BR 242 sentido Baianópolis, dormindo em Baianópolis para dar sequência na comunidade

QUINTA	3º dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
06/05/2021	1 carro/3 pessoas	16 - Barriguda	37	5,5	42,5	1 h	08:00	15:00*	18:00	18	13	
		2 - Capivara**	-	9,5	9,5	30 min	07:30	17:30*	18:00	27	107	
	1 carro/3 pessoas	2 - Capivara**	-	9,5	9,5	30 min	07:30	17:30*	18:00	24	83	
										Total	45	

* 1 hora de almoço

** Saída de Baianópolis, dormi novamente em Baianópolis para dar sequ

SEXTA	4º dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
07/05/2021	1 carro/4 pessoas	16 - Barriguda	37	5,5	42,5	1 h	08:00	12:00	-	13	OK	
		Bom Jesus	-	2,2	44,7	10 min	13:30*	14:30	18:00	4	OK	
	1 carro/3 pessoas	2 - Capivara**	-	9,5	9,5	30 min	07:30	16:30*	18:00	24	83	
										Total	41	

* 1 hora de almoço

** Saída de Baianópolis, retorno para Barreiras n

SEGUNDA	5º dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
10/05/2021	1 carro/3 pessoas	Verginha	37	1,1	48	1,5 h	08:30	12:30	-	11	OK	
		Félix Preto	-	0,5	48,5	10 min	14:00*	16:00	18:00	6	OK	
	1 carro/3 pessoas	28 - Riachinho	37	1,2	38,2	90 min	08:00	09:00	-	1	OK	
		24 - Cecos	-	4,4	42,6	10 min	09:30	12:30	-	7	OK	
		25 - Ponta d'água	-	4,8	4,8	15 min	14:00*	15:00	18:00	3	OK	
										Total	28	

* 1 hora de almoço

** Indo pela BR 242 sentido Balanópolis, retorna a Barreiras

QUINTA 27/05/ 2021	18ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 3 pessoas	7 - Mozandó	37	20,3	57,3	1,5 h	08:30	14:30*	18:00	13	OK
		1 carro/ 3 pessoas	22 - Assentamento	50	8	58	1,5 h	08:30	15:30*	18:00	17	OK
											Total	30

* 1 hora de almoço

** Indo pela BR 242 sentido Balanópolis, retorna a Barreiras

SEXTA 28/05/ 2021	19ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		2 carros/ 7 pessoas	23 - Poção	37	13,6	50,6	1,5 h	08:30	17:30*	18:00	52	OK
											Total	52

* 1 hora de almoço

SEGUNDA 31/05/ 2021	20ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		2 carros/ 6 pessoas	REPESCAJEM DAS									
											Total	0

TERÇA 01/06/ 2021	21ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		2 carros/ 6 pessoas	REPESCAJEM DAS									
											Total	0

		2 carros/ 6 pessoas	REPESCAJEM DAS									
											Total	0

QUARTA 02/06/ 2021	22ª dia	Transporte	Comunidade	Barreiras - Catiolândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		2 carros/ 7 pessoas	REPESCAJEM DAS									
											Total	0

8. PLANEJAMENTO DE DESPESAS:

8.1 ALUGUEL DE 02 CARROS 4X4: 23 dias

8.1.1 Despesa 2:

01 (uma) diária para cada carro para o dia 30 de abril 2021

8.1.2 Despesa 2:

21 (vinte e uma) diárias de aluguel para cada carro entre o dia 04 de maio e 02 de junho de 2021

8.2 Diárias:

Seguem os formulários de adiantamento de diárias de cada um dos membros da equipe técnica:



4 - 1 hora de almoço	22 - Assentamento	37,5	58,2	45 min	11:30	16:30*	18:00	12	80	
									Total	47

* 1 hora de almoço
 ** Saída de Balanópolis, retorno para Barrareis no

SEGUNDA 24/05/ 2021	159 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 3 pessoas	7 - Mozdô	37	20,3	57,3	1,5 h	08:30	16:10*	18:00	21	62
		1 carro/ 3 pessoas	22 - Assentamento	50	8	58	1,5 h	08:30	16:10*	18:00	21	59
											Total	42

* 1 hora de almoço
 ** Indo pela BR 242 sentido Balanópolis, retorna a Barrareis

TERÇA 25/05/ 2021	169 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 3 pessoas	7 - Mozdô	37	20,3	57,3	1,5 h	08:30	16:10*	18:00	21	41
		1 carro/ 3 pessoas	22 - Assentamento	50	8	58	1,5 h	08:30	16:10*	18:00	21	38
											Total	42

* 1 hora de almoço
 ** Indo pela BR 242 sentido Balanópolis, retorna a Barrareis

QUARTA 26/05/ 2021	179 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 4 pessoas	7 - Mozdô	37	20,3	57,3	1,5 h	08:30	16:30*	18:00	28	13
		1 carro/ 3 pessoas	22 - Assentamento	50	8	58	1,5 h	08:30	16:30*	18:00	21	17
											Total	49

* 1 hora de almoço

QUARTA 19/05/ 2021	129 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 4 pessoas	9 - Tamanduá	37	12,1	49,1	1,5 h	08:30	12:30	-	16	OK
			8 - Lagoa do Simão		4,2	53,3	30 min	14:00*	17:00	18:00	12	4
		1 carro/ 3 pessoas	2 - Capivara**	62	7	69	1 h	09:00	13:00	-	11	OK
			3 - Água Branca do	-	6,2	75,2	15 min	14:30*	15:30	-	2	OK
			5 - Poço de Pedra		2,5	77,7	30 min	16:00	18:00	18:00	6	5
											Total	47

* 1 hora de almoço
 ** Saída de Barrareis sentido Balanópolis, dormi em Balanópolis para dar

QUINTA 20/05/ 2021	139 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 3 pessoas	8 - Lagoa do Simão	37	16,4	53,4	1,5 h	08:30	10:00	-	4	OK
			7 - Mozdô		4	57,4	10 min	10:30	16:30*	18:00	15	111
		1 carro/ 3 pessoas	5 - Poço de Pedra		17,5	17,5	45 min	08:00	10:00	-	5	OK
			6 - Funil		3,2	20,7	10 min	10:30	17:30	18:00	18	7
											Total	42

* 1 hora de almoço
 ** Saída de Balanópolis, dormi em Balanópolis pa

SEXTA 21/05/ 2021	149 dia	Transporte	Comunidade	Barrareis - Catalândia (Km)	Sede - Com. /Com. a Com (Km)	Total Ida (Km)	Tempo (Ida)	Início	Término	Retorno	Nº famílias	Saldo
		1 carro/ 4 pessoas	7 - Mozdô	37	20,3	57,3	1,5 h	08:30	16:30*	18:00	28	83
		1 carro/ 3 pessoas	6 - Funil**		20,7	20,7	1 h	08:00	10:30	-	7	OK



SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS



03/06/2021	7:00	03/06/2021	18:00
------------	------	------------	-------

OBJETIVO DA VIAGEM:

Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades ribeirinhas do município de Catolândia na Sub Bacia do Rio Boa Sorte na Bacia Hidrográfica do Rio Grande - Bahia.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SOLICITADO (R\$)
Diárias de viagens	R\$
Combustível	R\$
Passagens	R\$
Outros	R\$
TOTAL	R\$

DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO

Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.

Berenice Lima Peres

AUTORIZADO POR:

BH ____/____/____

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIRETORIA GERAL

OBS: ANEXAR DOCUMENTO QUE COMPROVE NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (EX. CONVITE, PAUTA, ETC.)



SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS



Páginas
209
C. P. Nº 014/2010
Berenice Lima Peres

ENTIDADE: CONSID – CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA

CONTRATO DE GESTÃO: SF Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()

NOME DO REQUISITANTE: BERENICE LIMA PERES

RG: 111122295-9

CPF: 334798010-72

BANCO:

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA:

3338-3

Nº DA CONTA:

29309-1

DESTINO DA VIAGEM:
CATOLÂNDIA



MEIO DE TRANSPORTE:
CARRO 4X4

SAÍDA PREVISTA

RETORNO PREVISTO

SAÍDA PREVISTA		RETORNO PREVISTO	
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO
30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00
05/05/2021	7:00	05/05/2021	18:00
07/05/2021	7:00	07/05/2021	18:00
10/05/2021	7:00	10/05/2021	18:00
11/05/2021	7:00	11/05/2021	18:00
12/05/2021	7:00	12/05/2021	18:00
14/05/2021	7:00	14/05/2021	18:00
17/05/2021	7:00	17/05/2021	18:00
18/05/2021	7:00	18/05/2021	18:00
19/05/2021	7:00	19/05/2021	18:00
21/05/2021	7:00	21/05/2021	18:00
24/05/2021	7:00	24/05/2021	18:00
25/05/2021	7:00	25/05/2021	18:00
26/05/2021	7:00	26/05/2021	18:00
28/05/2021	7:00	28/05/2021	18:00
31/05/2021	7:00	31/05/2021	18:00



 ANA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS	 peixe vivo Agência de Base Integrada
---	---	--

ENTIDADE: CONSÓRCIO CONSÓRCIO MULTIMUNICIPAL DO GESTOR DA BAHIA - Bahia.	
CONTRATO DE GESTÃO: SE Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR SOLICITADO (R\$)
NOME DO REQUISITANTE: INDIRIA TIBOULA ALEXANDRE DE SOUZA	
Diárias de viagens	R\$
Combustível	R\$
Passagens	R\$
Outros	R\$
TOTAL	R\$

DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO

Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.

Berenice Lima Peres

AUTORIZADO POR:

BH ____/____/____

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIRETORIA GERAL

OBS: ANEXAR DOCUMENTO QUE COMPROVE NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (EX: CONVITE, PAUTA, ETC.)



ENTIDADE: CONSID – CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA			
CONTRATO DE GESTÃO: SF Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()			
NOME DO REQUISITANTE: FERNANDA CRISTINA SATELIS SOUZA			
RG: 14.293.515-86		CPF: 031.427.715-30	
BANCO: BANCO DO BRASIL	AGÊNCIA: 2680-8	Nº DA CONTA: 15867-4	
DESTINO DA VIAGEM: CATOLÂNDIA		MEIO DE TRANSPORTE: CARRO 4X4	
SAÍDA PREVISTA		RETORNO PREVISTO	
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO
30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00
04/05/2021	7:00	04/05/2021	18:00
05/05/2021	7:00	05/05/2021	18:00
06/05/2021	7:00	06/05/2021	18:00
11/05/2021	7:00	11/05/2021	18:00
12/05/2021	7:00	12/05/2021	18:00
13/05/2021	7:00	13/05/2021	18:00
18/05/2021	7:00	18/05/2021	18:00
19/05/2021	7:00	19/05/2021	18:00
20/05/2021	7:00	20/05/2021	18:00
25/05/2021	7:00	25/05/2021	18:00
26/05/2021	7:00	26/05/2021	18:00
27/05/2021	7:00	27/05/2021	18:00
01/06/2021	7:00	01/06/2021	18:00
02/06/2021	7:00	02/06/2021	18:00
04/06/2021	7:00	04/06/2021	18:00



**SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO
E/OU DIÁRIAS**



ENTIDADE: CONSÓRCIO - CONSÓRCIO MULTIFUNÇÃO DO CESTE DA BAHIA
Cidade: Bahia na Sub-Bacia do Rio Coa sobre na Bacia Hidrográfica do Rio Grande - Bahia.

CONTRATO DE GESTÃO: SE Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()

DISCRIMINAÇÃO VALOR SOLICITADO (R\$)

NOME DO REQUISITANTE: ELIZABETE MOURA DOS SANTOS

Diárias de viagens R\$

Combustível R\$

Passagens R\$

Outros R\$

TOTAL R\$

DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO

Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.

Berenice Lima Peres

AUTORIZADO POR:

BH ____/____/____

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIRETORIA GERAL

OBS: ANEXAR DOCUMENTO QUE COMPROVE NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (EX. CONVITE, PAUTA, ETC.)



RG: 4950471		CPF: 024.750.861-65	
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 0231-3	Nº DA CONTA: 32248-2
DESTINO DA VIAGEM: CATOLÂNDIA		MEIO DE TRANSPORTE: CARRO 4X4	
SAÍDA PREVISTA		RETORNO PREVISTO	
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO
30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00
03/05/2021	7:00	03/05/2021	18:00
04/05/2021	7:00	04/05/2021	18:00
06/05/2021	7:00	06/05/2021	18:00
07/05/2021	7:00	07/05/2021	18:00
10/05/2021	7:00	10/05/2021	18:00
11/05/2021	7:00	11/05/2021	18:00
13/05/2021	7:00	13/05/2021	18:00
14/05/2021	7:00	14/05/2021	18:00
17/05/2021	7:00	17/05/2021	18:00
18/05/2021	7:00	18/05/2021	18:00
20/05/2021	7:00	20/05/2021	18:00
21/05/2021	7:00	21/05/2021	18:00
24/05/2021	7:00	24/05/2021	18:00
25/05/2021	7:00	25/05/2021	18:00
27/05/2021	7:00	27/05/2021	18:00

 ANA <small>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS</small>		SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS		 peixe vivo <small>AGÊNCIA DE ÁGUA E SANEAMENTO</small>	
ENTIDADE: CONSID – CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA					
CONTRATO DE GESTÃO: SF Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()					
NOME DO REQUISITANTE: RAMON PESSOA SOUZA					
RG: 14.262.900-63 Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.			CPF: 052.844.895-19		
BANCO:		AGÊNCIA:		Nº DA CONTA:	
BANCO DO BRASIL		5746-0		10.364-6 ELIZABETE MOURA DOS SANTOS	
DESTINO DA VIAGEM: CATOLÂNDIA			AUTORIZADO POR:		MEIO DE TRANSPORTE:
					CARRO 4X4
SAÍDA PREVISTA			RETORNO PREVISTO		
DATA		HORÁRIO		DATA	
_____ GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			_____ DIRETORIA GERAL		
OBS: ANEXAR DOCUMENTO QUE COMPROVE NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (EX. CONVITE, PAUTA, ETC.)					



RG: 21.323.060-79 CPF: 862.352.335-07

BANCO: BANCO CAIXA	AGÊNCIA: 0783	Nº DA CONTA: 00030607-7
------------------------------	-------------------------	-----------------------------------

DESTINO DA VIAGEM: CATOLÂNDIA	MEIO DE TRANSPORTE: CARRO 4X4
---	---

SAÍDA PREVISTA		RETORNO PREVISTO	
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO
30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00
05/05/2021	7:00	05/05/2021	18:00
10/05/2021	7:00	10/05/2021	18:00
11/05/2021	7:00	11/05/2021	18:00
12/05/2021	7:00	12/05/2021	18:00
17/05/2021	7:00	17/05/2021	18:00
18/05/2021	7:00	18/05/2021	18:00
19/05/2021	7:00	19/05/2021	18:00
24/05/2021	7:00	24/05/2021	18:00
25/05/2021	7:00	25/05/2021	18:00
26/05/2021	7:00	26/05/2021	18:00
31/05/2021	7:00	31/05/2021	18:00
01/06/2021	7:00	01/06/2021	18:00
02/06/2021	7:00	02/06/2021	18:00

OBJETIVO DA VIAGEM:
Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades ribeirinhas do município de Catolândia na Sub Bacia do Rio Boa Sorte na Bacia Hidrográfica do Rio Grande – Bahia.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SOLICITADO (R\$)
Diárias de viagens	R\$
Combustível	R\$
Passagens	R\$



DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO

Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.

RAMON PESSOA SOUZA

AUTORIZADO POR:

BH ____/____/____

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIRETORIA GERAL

OBS: ANEXAR DOCUMENTO QUE COMPROVE NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (EX. CONVITE, PAUTA, ETC.)



30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00
05/05/2021	7:00	05/05/2021	18:00
07/05/2021	7:00	07/05/2021	18:00
10/05/2021	7:00	10/05/2021	18:00
12/05/2021	7:00	12/05/2021	18:00
14/05/2021	7:00	14/05/2021	18:00
17/05/2021	7:00	17/05/2021	18:00
19/05/2021	7:00	19/05/2021	18:00
21/05/2021	7:00	21/05/2021	18:00
24/05/2021	7:00	24/05/2021	18:00
26/05/2021	7:00	26/05/2021	18:00
28/05/2021	7:00	28/05/2021	18:00
31/05/2021	7:00	31/05/2021	18:00
02/06/2021	7:00	02/06/2021	18:00
03/06/2021	7:00	03/06/2021	18:00

OBJETIVO DA VIAGEM:

Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades ribeirinhas do município de Catolândia na Sub Bacia do Rio Boa Sorte na Bacia Hidrográfica do Rio Grande – Bahia.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SOLICITADO (R\$)
Diárias de viagens	R\$
Combustível	R\$
Passagens	R\$
Outros	R\$
TOTAL	R\$



ANA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO		SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS		AGÊNCIA PEIXE VIVO	
ENTIDADE: AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO					
CONTRATO DE GESTÃO: SF Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()					
NOME DO REQUISITANTE: KATHARYNA MOTTA MEDRADO FARIA					
RG: 14.968.901-24			CPF: 041.714.675-27		
BANCO: BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA: 4231-5		Nº DA CONTA: 18044-0	
DESTINO DA VIAGEM: CATOLÂNDIA E BAIANÓPOLIS			MEIO DE TRANSPORTE: VEÍCULO (CARRO ALUGADO)		
SAÍDA PREVISTA			RETORNO PREVISTO		
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO
30/04/2021	7:00	30/04/2021	18:00		
05/05/2021	7:00	07/05/2021	18:00		
12/05/2021	7:00	14/05/2021	18:00		
19/05/2021	7:00	21/05/2021	18:00		
OBJETIVO DA VIAGEM:					
Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades ribeirinhas do município de Catolândia/BA. Algumas comunidades das quais fiquei responsável são mais distantes e populosas, demandando vários dias de trabalho, exigindo a pernoite de maneira a otimizar o tempo de trabalho e reduzir as distâncias percorridas. Como o melhor acesso a essas comunidades se dá pelo município de Baianópolis, desta maneira, justifica-se o deslocamento e pernoite na sede de outro município, que além disso, possui também uma melhor estrutura para pernoitar.					
DESCRIBÇÃO		VALOR ESTIMADO (R\$)			
Diárias de viagens		R\$			
Combustível		R\$			
Passagens		R\$			
Outros		R\$			
TOTAL		R\$			
DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO					
Barreiras/BA, 23 de abril de 2021.			 Katharyna Motta Medrado Faria		
AUTORIZADO POR:					
DH ____/____/____					
_____ GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			_____ DIRETORIA GERAL		
[OBS: ANEXAR DOCUMENTOS QUE IMPROBEM NESTA SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO (VIA CORREIOS, PASSAGENS, PASSAGENS, ETC.)]					

9. ANEXO:

Questionário Diagnóstico SÓCIO AMBIENTAL da Sub-Bacia do Rio Boa Sorte no Município de Catolândia - Bahia

Identificação Geral

1 - Nome/Apelido:

_____ / _____

2 - CPF/RG/Data de nascimento:

3 - Telefone/ E-mail:

Acesso a WEB ? () Sim () Não

4 - Escolaridade:

5 - Estado Civil:

6 - Participa de alguma Associação?

7 - Quantidade de pessoas que vivem na propriedade:

8 - Menores de 12 anos:

9 - Renda Familiar total:

Quanto representa a atividade agrícola:

_____ / _____

Identificação da Propriedade/Produção

10 - Nome da Propriedade:

11 - Endereço completo/Coordenada de localização da propriedade:

Comunidade a que pertence/(Formato da coordenada: UTM)

12 - Possui Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) / Cadastro Ambiental Rural (CAR): () Sim () Não nº _____

13 - Possui Declaração de aptidão do PRONAF: () Sim () Não DAP nº _____

14 - Possui Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR): () Sim () Não nº _____

15 - Possui Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF): () Sim () Não nº _____



ANA AGÊNCIA NACIONAL DE DEFESA		SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO E/OU DIÁRIAS		AGÊNCIA peixe vivo	
ENTIDADE: Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo					
CONTRATO DE GESTÃO: SF Nº 014/2010 (X) VERDE GRANDE Nº 083/2017 ()					
NOME DO REQUISITANTE: Glauciana Pereira de Araujo		RG: 1130212408 ssp/BA		CPF: 96065770582	
BANCO: BRASIL		AGÊNCIA: 3338-3		Nº DA CONTA: 10.068-4	
DESTINO DA VIAGEM: MUNICIPIO DE CATOLANDIA E BAIANÓPOLIS			MEIO DE TRANSPORTE: VEÍCULO (X) ÔNIBUS () AÉREO () OUTROS ()		
SAÍDA PREVISTA			RETORNO PREVISTO		
DATA	HORÁRIO	DATA	HORÁRIO		
30/04/2021	07:00	30/04/2021	18:00		
04/05/2021	07:00	04/05/2021	18:00		
05/05/2021	07:00	07/05/2021	18:00		
10/05/2021	07:00	10/05/2021	18:00		
11/05/2021	07:00	11/05/2021	18:00		
12/05/2021	07:00	14/05/2021	18:00		
17/05/2021	07:00	17/05/2021	18:00		
18/05/2021	07:00	18/05/2021	18:00		
19/05/2021	07:00	21/05/2021	18:00		
OBJETIVO DA VIAGEM: Realizar o diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades ribeirinhas do município de Catolândia-BA. Algumas comunidades são mais populosas e demanda vários dias de trabalho exigindo pernoite de maneira a otimizar o tempo de trabalho e reduzir as distancias percorridas. Além disso o melhor acesso se dá pelo município de Baianópolis, desta maneira, justifica-se o deslocamento e pernoite na sede de outro município.					
DESCRIÇÃO		VALOR SOLICITADO (R\$)			
Diárias de viagens ()		R\$			
Combustível		R\$			
Passagens		R\$			
Táxi		R\$			
Outros ()		R\$			
TOTAL		R\$			
DECLARO QUE NÃO RESIDO NA(S) LOCALIDADE(S) DESTINO					
Barreiras/BA, 22 de abril de 2021.			 Glauciana Pereira de Araujo		

27 - Você faz adubação e/ou correção de solo? () Sim () Não

28 - Como é a sua avaliação da associação/cooperativa/sindicato ao qual participa:

- () Supera as expectativas. () Não atende.
() Atende as necessidades.

Observações: _____

Gestão de Resíduos Sólidos e saneamento

29 - Qual a forma de abastecimento de água?

- () Público: _____ Tem Interrupção? _____ Tempo? _____
() Individual: _____

30- Existe tratamento? () Não () Sim. Qual é a forma de tratamento? _____

31 - Existe anormalidade na água?

- () cor () cheiro
() gosto () Outros: _____

32 - Como funciona o sistema de reservatório (tipo, volume, material)? _____

33 - Sua residência tem sistema de coleta de lixo regular? () Sim () Não.

Periodicidade: _____

Destino? _____

34 - Utiliza agrotóxico? () Sim () Não. Quais? _____

Tem orientação para uso? () Sim () Não. De quem? _____

35 - Qual é a forma de destinação das embalagens? _____

36 - Suas edificações possuem banheiro com sistema de esgotamento sanitário? () Sim () Não. Qual

- () Fossa séptica - 02 poços interligados sendo um deles todo fechado (anaeróbico)
() Fossa Negra - 01 poço receptor
() Lançamento sobre o Solo
() Reuso - descreva: _____
() Misto - descreva: _____

37 - Quais são os tipos de casos de doenças mais comuns na região? _____

38 - Qual o local de atendimento à saúde mais próximo da propriedade?

39 - Sua comunidade apresenta problemas quando chove? Quais



16 - Área total da propriedade em hectares: _____

17 - Quais as culturas produzidas ou atividades desenvolvidas na propriedade e há quanto tempo:

Cultura/atividade	Área de produção	Área irrigada	Produtividade	Como comercializa	Tempo que produz?

18 - Possui captação/reservação de água? () não () sim: Qual tipo e tempo de irrigação?

19 - Possui outorga para uso da água? nº _____

20 - Quais os fatores limitantes da produção?

- | | |
|--------------------------------|--|
| () Mão de obra (qualificada) | () Dificuldade de acesso a água |
| () Falta de crédito | () Dificuldade de acesso à energia elétrica |
| () Acesso Assistência Técnica | () Dificuldade de comercialização |
| () Equipamentos e maquinários | () Outro: _____ |

21 - Há Potencial de Expansão? _____ Quantos Hectares? _____

22 - Benfeitorias / Infraestrutura: _____

23 - Possui Equipamentos: () próprio () associação () locado _____

- | | |
|--------------------------|------------------|
| () Trator | () Implementos: |
| () Fossageira | _____ |
| () Sistema de irrigação | () Outros _____ |
| () Nenhum | |

24 - Quantidade de pessoas envolvidas na Produção de _____:

	Pré Plantio	Plantio	Manejo	Colheita	Beneficiamento	Comercialização
Familiares						
Temporários						
Permanentes						
Outro Arranjo						

25 - Vende produtos e/ou derivados para a merenda escolar (PNAE): () Sim () Não

26 - Já realizou análise de solo da na área destinada? () Sim () Não Há quanto tempo? _____



() Outro: _____

44 – Possui área de Reserva Legal? () Sim () Não

45 – Possui Área de Preservação Permanente? () Sim () Não. Quantos metros em que situação?

46 – Possui edificações na Área de Preservação Permanente? () Sim () Não. Qual tipo?

47 – Existe ou existiu no passado alguma área utilizada como balneário ou atrativo (cachoeirinhas, etc) próximo a sua comunidade. Onde? Tem memória ou registro fotográfico?

48 – Que tipo de benefício, programa ou conhecimento gostaria que fosse ofertado a sua comunidade?

Entrevistador: _____

Data: ___/___/___



Gestão Ambiental

40 - Quais foram as mudanças mais significativas em relação a água nos últimos 5 anos na bacia?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Diminuição da vazão do rios | <input type="checkbox"/> Disposição inadequada de lixos no rios |
| <input type="checkbox"/> Aumento de sedimentos no rios | <input type="checkbox"/> Alteração no regime de chuvas |
| <input type="checkbox"/> Poluição por esgotos no rios | <input type="checkbox"/> Modificação do uso do solo |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |

41 - Os principais motivos da falta de água na bacia?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Aumento do consumo de água | <input type="checkbox"/> Falta de chuva |
| <input type="checkbox"/> Construção de barragens | <input type="checkbox"/> Falta de Planejamento |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |

42 - Conhece as atividades dos Comitês de Bacia Hidrográfica que atuam na sua região? Comente.

- Sim Não _____

43-Quais os setores que mais gastam água na bacia?

- Agricultura
- Pecuária
- Silvicultura (eucalipto)
- Piscicultura
- Consumo Humano
- Comercio/Lazer

RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS E CATOLÂNDIA,
BAHIA, BACIA DO RIO GRANDE.

Dia 12.05.2021

Deslocamento às 8:00h. para o Povoado de Capivara no Município de Catolândia na divisa com o Município de Baianópolis e Cristópolis, com Chegada às 10:15h.

No Povoado de Capivara foi realizado o acompanhamento da aplicação de três questionários: sendo o primeiro realizado pela Natali, segundo pela Katharina e por último da Glaucia.

Em todos os questionários acompanhados foi observado uma boa interação do entrevistador e entrevistado, tranquilidade e paciência na aplicação, e a liberdade com que o entrevistado falava sobre o assunto perguntado.

Apesar de relatado pelas aplicadoras dos questionários alguns moradores com uma certa hostilidade. No momento do acompanhamento não foi notado qualquer sinal nesse sentido. Pelo contrário, pude notar bastante hospitalidade de um senhor que estava sendo entrevistado pela Katharina, ele conversou bastante conosco, deu detalhes importantes para o levantamento, detalhes da bacia que perpassam além das perguntas do questionário. Este questionário demorou mais que o normal, tomando toda a manhã da entrevistadora, pois, foi muito rico em detalhes.

Finalizado o questionário, foi realizado um almoço no local junto com as entrevistadoras, momento em que foi possível saber mais sobre o trabalho realizado até aquele momento.

Após a conversa, retorno para Barreiras com chegada as 16:42h.

Dia 13.05.2021

Realizado o contato com o Consórcio do Oeste – CONSID, tratamos com a Secretária Executiva Érica Seixas, que nos passou algumas informações sobre o diagnóstico, inclusive informando, que o trabalho de campo tinha começado na segunda feira, dia 10.05.2021, devido a problemas de contaminação por COVID19 e Zica na equipe.

Foi informado também que o trabalho estava sendo realizado com sucesso, que havia tido problemas com algumas recusas para responder ao questionário. A equipe estava em campo naquele momento, e assim não daria para conversar com

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

VIAGEM A BARREIRAS/BAIANÓPOLIS/CATOLÂNDIA

Período: de 10/05/2021 a 15/05/2021

1. Atividades e Competências de Responsabilidade do Servidor:

Membro da Câmara Institucional e Legal – CTIL do Comitê do Rio São Francisco;
Integrante da Comissão Processante sobre o Conflito do Riacho Boa Sorte
(Barreiras/Catolândia);

2. Resumo de atividades realizadas:

Dia 10.05.2021

Deslocamento para Barreiras com saída às 9:30h. e chegada a Barreiras às 22:30h.

Dia 11.05.2021

Realizado o contato com o Presidente do CBHGrande.

Recebemos orientação do Presidente do CBHGrande para entrar em contato com Katharina e Glaucia para mais informações sobre o trabalho de campo do diagnóstico.

Em contato com Katharina, fui ao encontro dela, onde a mesma passou o resumo das atividades e resultados, momento no qual agendamos para acompanhar o trabalho de campo no dia seguinte no Povoado de Capivara, divisa dos municípios de Baianópolis, Cristópolis e Catolândia. Neste dia 11/05 Katharina não estava no campo, então fizemos o planejamento para o dia seguinte.

Tentado o contado com Glaucia durante o dia, mas sem sucesso em razão de ter mudado o número de celular após a sua saída da AIBA e do CBHGrande. O contato foi possível apenas após as 21 horas, tendo sido mantida a programação do dia seguinte para acompanhar o trabalho de campo.



RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS E CATOLÂNDIA,
BAHIA, BACIA DO RIO GRANDE.

Durante a reunião ouvimos as impressões de todos, nesse momento, inclusive, surgiu uma informação que demanda um esforço ainda maior de todos. Foi identificado pelas duas equipes de campo, durante os questionários, que muitos dos problemas vividos pelas comunidades abaixo do Riacho Boa Sorte, possivelmente, tem a sua causa ainda mais nas cabeceiras do rio e de seus contribuintes, especificamente, na porção que nasce na divisa dos municípios de Catolândia, Baianópolis e Cristópolis. Foi dito que os problemas que ocorrem lá, a degradação e barramentos foram a causa da extinção dessas nascentes. Neste caso, haverá a necessidade de se estender o trabalho de diagnóstico até esse ponto, não só pela falada existência de degradação, muito mais pelo conhecimento de quem está a jusante deste ponto, e já sabe que o problema também tem origem mais para cima de onde os entrevistados se encontram. Para além disso, é importante conhecer integralmente o problema e não apenas parte dele. Entendemos necessário a complementação do trabalho com a continuidade do diagnóstico até as cabeceiras próximo das divisas municipais de Baianópolis, Cristópolis e Catolândia. Ao final fizemos as nossas sugestões e observações conforme segue abaixo em resumo.

Dia 15.05.2021

Retorno para Irecê com chegada às 23:10h.

3. Impressões/sugestões ao trabalho de campo das equipes e Conclusões

Inicialmente, reforçamos a necessidade de tentar caracterizar no diagnóstico quem é efetivamente usuário da água superficial, quem é proprietário apenas, ou quem é ribeirinho. Deixando claro quem é usuário da água, quem apenas tem propriedade na bacia e não desenvolve atividade alguma(proprietário), ou quem não é usuário direto, mas desenvolve alguma atividade que não utiliza a água do riacho diretamente(ribeirinho). Entendemos importante essa caracterização para facilitar o entendimento do problema por parte de todos, podendo atribuir peso a cada um dentro do conflito.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS E CATOLÂNDIA,
BAHIA, BACIA DO RIO GRANDE.



o pessoal. Entretanto, conseguimos agendar para no dia seguinte cedo da manhã um bate papo com a equipe, e de acordo com o trabalho planejado iria acompanhar também a aplicação dos questionários.

Dia 14.05.2021

Realizado a conversa com a equipe de campo do CONSID, Elizabete, Berenice, Ramon e Indira.

Todos relataram que o trabalho estava tendo um bom resultado, que teve algumas ocorrências de recusa a responder, mas que isso não atrapalhará o resultado.

Após a conversa, por volta das 9:00h. foi realizado o deslocamento para Catolândia para o Povoado do Sr. João Rodrigues, chegando lá por volta de 11:00h., momento que se iniciou os trabalhos com a visita a uma casa fechada, vazia, onde a equipe não foi atendida.

Em seguida, a próxima casa, questionário começou a ser aplicado por Elizabete para o Sr. José Almeida. Este respondeu o questionário com tranquilidade e interação, contudo, a entrevista durou apenas 19 minutos. Muito pouco para a profundidade do conteúdo e a necessidade do entrevistado ficar à vontade para responder. Indico aqui uma desarmonia com a primeira equipe.

Em seguida, procuramos pelos demais entrevistadores da equipe, aplicando o questionário, mas não encontramos porque eles foram verificar uma nascente próximo e não ficou ninguém para orientar a gente como chegar até lá. Ficamos (Eu e Elizabete) esperando chegar o pessoal da equipe, mas devido ao horário do almoço e não ter local certo e próximo para almoçar, tive que deixar a equipe e retornar para Barreiras. Deixei combinado com Elizabete uma reunião no final da tarde para que pudessemos passar as impressões e sugestões para o trabalho, se fosse possível com as duas equipes.

Após o retorno a Barreiras com chegada as 14:30h. recebemos a confirmação da reunião que seria realizada às 16:30h. mas, ao encontrar a equipe do CONSID na sua sede foi solicitada a remarcação da reunião para às 18:00h., via videoconferência, pois, a sede passaria por uma dedetização naquele momento. E assim foi realizado concluindo a reunião on-line às 20h.

ANEXO FOTOGRÁFICO



Entrevista com Natali – Povoado Capivara



Entrevista com Glaucia – Povoado Capivara



Visita a casa vazia – Povoado João Rodrigues



Visita a casa vazia – Povoado João Rodrigues



Entrevista com Elizabete Povoado de João Rodrigues

RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS E CATOLÂNDIA,
BAHIA, BACIA DO RIO GRANDE.



Foi repassado para os técnicos das equipes que o questionário tem uma profundidade e densidade de conteúdo que precisa ser tratado de forma mais homogênea possível. É sabido que o questionário é igual para todos, contudo, o entrevistador deve tomar todo o cuidado para não inibir, interferir ou induzir o entrevistado ao ponto de colocar o trabalho abaixo do esperado, ou prejudicar sensivelmente o diagnóstico.

Entendemos que é necessária uma conversa entre as pessoas das equipes para que se equilibre as aplicações dos questionários, extraindo com o máximo de qualidade as respostas dos entrevistados, para que tenhamos tempo suficiente para que todos respondam com a sua verdade, acerca do que estamos querendo saber. Mas, principalmente, nós consigamos as informações que são necessárias para ajudar na resolução do conflito.

Foi dito a todos da importância do trabalho que está sendo realizado e que muito provavelmente, teremos muito mais informações para tratar após a finalização desse diagnóstico, porque o trabalho é naturalmente rico de informações para várias áreas sensíveis de governo.

Finalizamos, passando que o trabalho, apesar das sugestões de ajustes para melhorar, está sendo bem-feito.

João Bastos Neto

Assinatura

Rubia Mansur

claudio ademar <claudioademar@yahoo.com.br>
quinta-feira, 29 de julho de 2021 15:46
Comitê de Bacia Rio Grande
Rubia Mansur, Moisés Menezes dos Santos; João Bastos
Programação

Enviado em:

Para:

Assunto:

Boa Tarde !!

Prezado Demostenes Júnior !!

Comissão Processante sugere a data de 26 e 27 de agosto para realizarmos as reuniões técnicas e institucionais na cidade de Barreiras-Ba. O objetivo é concluir com sucesso o conflito existente.

Na ocasião, sugerimos que a reunião técnica seja realizada na data de 26/08 período vespertino e a reunião institucional ocorra dia 27 período matutino, com a meta de encerrar a programação pela manhã, no entanto, caso necessário poderemos continuar a tarde.

Conforme combinado por telefone, o CBH do Rio Grande responsabiliza-se pela emissão dos convites para ambas as reuniões e local a ser realizada as programações.

Claudio Ademar da Silva
Relator da Comissão Processante

Administrador
CRA/BA 14278
Especialista em Gestão Ambiental

CTIL / CBHSF

RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS-BA E CATOLÂNDIA-BA NA BACIA DO RIO GRANDE.

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2021, os membros da Comissão Administrativa Para Solução de Conflitos de Uso de Recursos Hídricos N° 001/2019, os senhores Cláudio Ademar da Silva, Moisés Meneses dos Santos e João Bastos Neto se reuniram com membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Demósthene da Silva Junior e técnicos do CONSID – Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia, Vinicius Alcântara R. de Souza, Berenice Lima, Katarina Mota Medrado Faria, Natalie M. S. Ribeiro Elizabete dos Santos, Glauciana, Ramon Souza, Érika Seixas e Indira de Souza, Glaucia Pereira participou voluntária, e Ednaldo de Castro como coordenador da CCR do Médio São Francisco. A reunião ocorreu na sede do Consid, em Barreiras-BA, iniciando as 14:30 com a apresentação individual de todos os presentes. Após as apresentações a senhora Berenice iniciou a apresentação do relatório produzido pela equipe do Consid sobre a realidade socioambiental da bacia do Rio Boa Sorte no trecho do município de Catolândia-BA.

A senhora Berenice iniciou relatando os fatos históricos de denúncias ocorridos no âmbito do Rio do Rio Boa sorte desde os tempos do CRA – Centro de Recursos Ambientais, chegando na atualidade ao INEMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Polícia Civil, Polícia Militar, chegando aos Comitês de Bacia do Grande e São Francisco. Segundo a senhora Berenice foram utilizados como base do estudo o relatório de fiscalização ambiental N° 0875/2016-27108 do Inema, relatório técnico do conflito de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Boa sorte e Diagnóstico Socioambiental da Bacia do Rio Boa Sorte, além de pesquisa de campo.

Em seguida foi franqueada a palavra a todos os presentes, que na oportunidade fizeram suas considerações e observações ao relatório.

Foi Apresentado como resultado do relatório a inexistência de possibilidade de afirmar que o curso d'água tenha disponibilidade hídrica para atender a demanda apresentada no seu entorno sem que seja realizado mais estudos no Rio Boa Sorte, precisamente em Cristópolis, Angical e Baianópolis.



DATA: 26/09/2021
LOCAL DA REALIZAÇÃO: SEDE
LISTA DE PRESEÇA: ENCONTRO ENTRE MEMBROS DO CONSÓCIO, COM NED GRANDE, IJUNA, PEIXE VIVO, PREFEITURA DE BARREIRAS, CBHSF.

Nome/Assinatura	Município	Orgão/Função	Telefone
Luiz Carlos R. de Souza	Barreiras	Secretaria	(71) 3222-4400
Edsonilson Lima Farias	Barreiras	Secretaria	(71) 3222-2200
Edsonilson de Oliveira Soares	Barreiras - BA	CBHSF	(71) 3222-2200
Wagner Henrique dos Santos	NECE - BA	CTM - CBHSF	(71) 9999-5558
Cláudio Teodoro dos Reis	BARREIRAS	CTM - CBHSF	(71) 3222-1500
Alan Carlos Costa	BARREIRAS	CTM - CBHSF	(71) 9999-5558
Katharyne Nóbis Machado Farias	Barreiras	Técnica Ambiental	(71) 3222-4400
Robson dos S. Soares	Barreiras	Técnico Ambiental	(71) 3222-4400
Edsonilson de Oliveira Soares	Barreiras	Sec. Meio Ambiente	(71) 3222-4400
Edsonilson de Oliveira Soares	Barreiras - BA	Técnico Ambiental	(71) 9999-5558

Folha 01 de 01

DATA: 26/09/2021
 LOCAL DA REALIZAÇÃO: SEDE
 LISTA DE PRESENÇA: ENCONTRO ENTRE MEMBROS DO COREID, CBH RIO GRANDE, INEMA, PEIXE VIVO, PREFEITURA DE NARRETRAS, CANSF.

Nome/Assinatura	Município	Cargo/Função	Telefone
Guilherme Pereira de Almeida	Narretas	Coordenador Geral	71/3625-8406
Renata Pereira Sousa	Esmeraldas	Técnicas Ambientais	11/3352-1110
Cláudia Honorato Sousa	Narretas	Coordenadora	69/3875-4338
Andréa Fátima A. de Sá	Narretas	Coordenadora	51/3446-9974

Foto: 17/03/2021





Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto de 2021 na sede do INEMA, município de Barreiras, reuniram-se além dos membros da Comissão Processante, Cláudio Ademar da Silva, Moisés Menezes dos Santos e João Bastos, do Coordenador da CCR do Médio do Rio São Francisco Ednaldo Castro e do presidente do CBH do Rio Grande Demosthenes Júnior, Elizabete dos Santos – Consid, Pedro Monteiro da Silva, Francisco Neto assessor técnico Semat, Miguel Oliveira, Dércio Alves técnico do Inema, Wander do Nascimento - Embasa, Vinicius Souza – Consid, Ramon Pessoa – Consid, Kennedy – Procurador de Catolândia, Cosme Alves – Diretor de Meio Ambiente de Catolândia, Eneas – AIBA, Maurício Gatto – CBH do Rio Grande.

Iniciando a reunião a senhora Berenice do Consid, apresentou o relatório elaborado pela equipe do Consid. Após à apresentação a palavra foi franqueada aos presentes. O debate ocorreu normalmente em torno do trabalho apresentado, em sequência do Coordenador da CCR o senhor Ednaldo sugeriu que as soluções apontadas no relatório deveriam ser implementadas imediatamente com os parceiros institucionais.

Dando continuidade, o Sr. Cláudio Ademar sugeriu que o Comitê do Rio Grande em conjunto com o Coordenador da CCR- do Médio do São Francisco assumissem a função de coordenarem as ações pontuais entre os envolvidos no conflito no sentido de mitigar as situações encontradas. O Relator explicou aos presentes que o mandato dos membros da Comissão Processante estaria encerrando-se no mês de setembro de 2021, no entanto, a Comissão poderia continuar com os mesmos membros, outros membros ou membros parciais, dependendo do processo de recondução dos indicados e formação dos membros da CTIL. Foi dito aos presentes que a Comissão Processante entende a necessidade de continuidade do diagnóstico do Rio Boa Sorte, e que será recomendado a CTIL, e dessa forma, portanto, o conflito continuará na fase de conhecimento do problema, sem poder, nesse primeiro momento, avançar para a fase final de tentativa de resolução do conflito. A recomendação será submetida a Câmara Técnica, e posteriormente, à DIREX.

O coordenador da CCR Ednaldo e coordenador do Comitê do Rio Grande fizeram suas considerações finais, agradeceram a participação de todos e encerraram a reunião.

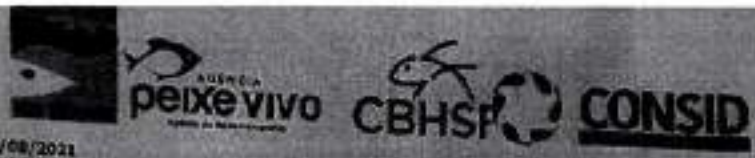
Diante do exposto a comissão processante, recomenda a continuidade da realização do diagnóstico do Riacho Boa Sorte, agora na porção que envolve o Município de Cristópolis, e indica a impossibilidade de avançar à próxima fase para a resolução do Conflito, permanecendo na fase de conhecimento do problema.

Este é o entendimento.



DATA: 27/08/2021
 LOCAL DA REALIZAÇÃO: INEMA
 LISTA DE PRESENCIA: ENCONTRO ENTRE MEMBROS DO CONSID, COM GRAVENS, INEMA, PEIXE VIVO, PREFEITURA DE BARREIRAS

Nome	Município	Cargo/Função	Telefone
Edson Henrique da S. Sousa	Barreiras	Sec. Meio Ambiente	33.33442-33
Elaine Maria de Sousa	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Adriana Maria de Sousa	Barreiras	Coord. Meio Ambiente	33.33442-33
Francisco José da Silva	Barreiras	Coord. Meio Ambiente	33.33442-33
Miguel Albuquerque de S. Souza	Barreiras	Coord. Meio Ambiente	33.33442-33
Daniel José de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Sidney Lourenço de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Antonio Carlos de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Wagner do Nascimento	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Luiz Henrique de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Luiz Carlos de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Renato de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33



DATA: 27/08/2021
 LOCAL DA REALIZAÇÃO: INEMA
 LISTA DE PRESENCIA: ENCONTRO ENTRE MEMBROS DO CONSID, COM GRAVENS, INEMA, PEIXE VIVO, PREFEITURA DE BARREIRAS

Nome/Affiliação	Município	Cargo/Função	Telefone
Wilson Alves de Souza	Barreiras	Coord. Meio Ambiente	33.33442-33
João Carlos de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Edson de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Wagner de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Luiz Carlos de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Luiz Henrique de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Luiz Carlos de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33
Renato de Souza	Barreiras	Téc. Ambiental	33.33442-33



Cláudio Ademar da Silva
Relator da Comissão Processante

João Bastos Neto
Membro

Moisés Menezes dos Santos
Membro

MEMÓRIA DE REUNIÃO - CTIL (Gestão 2016/2020 – prorrogada por um ano por meio de DN CBHSF nº 116/2020)

Data: 19 de março de 2021

Horários: 09h às 12:15h

Local: Videoconferência via Google Meet

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Luiz Roberto Porto Farias	CREA/AL
2	Marcelo Ribeiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Diamantina/BA
3	Cláudio Ademar	IRPAA
4	João Bastos Neto	AFAF
5	Deivid Lucas de Oliveira Denise Bernardes Couto	FIEMG
6	Renato Scalco	COMLAGO
7	Gildo Cravo	OAB/SE
8	Sonáli Cavalcanti Oliveira Douglas Falcão Wanderley	CHESF
9	Bárbara Aiala Silva	ABES/MG
DEMAIS PARTICIPANTES		
10	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
11	Manoel Vieira	Agência Peixe Vivo
12	Mateus Carvalho	Agência Peixe Vivo
13	Sâmela Bittencourt	Agência Peixe Vivo
14	Luiza Baggio	Comunicação SF

1. Abertura e verificação de quórum

O Sr. Roberto Farias, coordenador da CTIL, abriu a reunião às 09h00 após a constatação do quórum e agradeceu a presença de todos. Foi informado que a Sra. Maria Socorro e Sr. Wellington Santana justificaram ausência. Após isso, o Sr. Roberto Farias informou sobre a presença da Sra. Bárbara Aiala, representante da ABES/MG, em substituição do Sr. Rogério, que estava participando pela primeira vez de uma reunião e solicitou que a mesma se apresentasse aos presentes.

2. Aprovação das ajudas-memória das reuniões CTIL realizadas nos dias 21 de outubro de 2020 e 04 de novembro de 2020.

A Sra. Sonáli Cavalcanti solicitou alguns ajustes nas duas ajudas-memória e as alterações foram prontamente realizadas. O Sr. Deivid Oliveira solicitou a supressão de um trecho na ajuda-memória da reunião do dia 21 de outubro referente a sua ausência momentânea em uma parte da reunião, o que teria atrapalhado uma votação por falta de quórum. Após algumas discussões e como não houve consenso com relação a essa supressão, a mesma foi posta em votação, que resultou em 4 votos a

favor da supressão do trecho (Deivid Oliveira, Sonáli Cavalcanti, Marcelo Ribeiro e Gildo Cravo), 2 contra (Renato Scalco e João Bastos) e 2 abstenções (Cláudio Ademar e Bárbara Aiala). Dessa forma, o trecho em questão foi suprimido. O Sr. Renato Scalco também solicitou alguns ajustes nas ajudas-memória, porém, essas alterações ficaram de ser realizadas posteriormente e enviadas para os membros da Câmara. Após isso, as 2 ajudas-memória foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, o Sr. Roberto Farias informou que também participaria de uma reunião do CNRH às 10h00, mas disse que continuaria acompanhando a reunião da CTIL e o Sr. Deivid Oliveira também informou sobre a necessidade de se ausentar, porém que a FIEMG continuaria representada na reunião pela Sra. Denise Couto. Por fim, o Sr. Gildo Cravo também justificou a sua ausência na reunião do dia 21 de outubro de 2020 devido a atividades profissionais.

3. Status Procedimento Conflito de Uso nº 03/2015 - Piaçabuçu

Na sequência, o Sr. Marcelo Ribeiro fez um preâmbulo sobre a situação do Procedimento de Conflito, informando que o Ato Convocatório para a contratação de empresa para realizar a execução dos serviços referentes ao tanque pulmão estava em vias de ser publicado pela Agência Peixe Vivo. Após isso, informou sobre a evolução das tratativas para a perfuração do poço artesiano no povoado Resina, município de Brejo Grande/SE, que também foi contemplado com ações de reflorestamento e capacitação da comunidade no escopo do projeto Bosque Berçário das Águas. Após a fala do Sr. Marcelo Ribeiro, o Sr. Roberto Farias perguntou se existe algum encaminhamento ainda a ser dado sobre o Procedimento, em razão da finalização dos atuais mandatos das instâncias do CBHSF. O Sr. Marcelo Ribeiro disse que a expectativa era que pelo menos haja o início das obras do tanque pulmão ainda no mandato atual e que retornará as tratativas com o governo de Sergipe para tentar agilizar a perfuração do poço no povoado Resina. O Sr. Roberto Farias sugeriu como encaminhamento que a área técnica da Agência Peixe Vivo se manifeste com relação aos prazos para a execução do projeto do tanque pulmão e que o assunto seja pautado na próxima reunião da CTIL, objetivando-se definir sobre a suspensão ou finalização do Procedimento de conflito, deixando o assunto bem amadurecido para, caso haja necessidade, ser retomado na próxima gestão. O Sr. Marcelo Ribeiro diz que não é coerente deixar o Procedimento de Conflito pendente para ser retomado na próxima gestão e que o mesmo poderá ser encerrado com as obras já em andamento. O Sr. Renato Scalco sugeriu que a Comissão Processante deva finalizar o relatório descritivo dos trabalhos que foram realizados, o status em que se encontram, com a previsão do início das obras, e recomendar o encerramento do Procedimento de Conflito, visto que com a existência da definição do processo licitatório e a contratação de empresa para a execução das obras, em tese haverá a solução do problema e conseqüentemente o conflito estará sanado. Após isso, haveria a submissão do relatório para a CTIL, visando sua aprovação e as conseqüentes recomendações para a DIREC. O Sr. Marcelo Ribeiro concordou com as sugestões e apenas complementou falando sobre a importância do alinhamento das ações realizadas tanto em Piaçabuçu/AL quanto em Brejo Grande/SE. O Sr. Renato Scalco ainda sugeriu a realização de um desmembramento do processo, caso haja uma imprevisibilidade relativa as ações a serem realizadas em Brejo Grande, encerrando inicialmente o conflito em Piaçabuçu. Por fim, disse que essa seria uma solução para finalizar o conflito que teve início em 2015. O Sr. Gildo Cravo sugeriu que, caso necessário, haja a abertura de um novo conflito para dar continuidade aos trabalhos em Brejo Grande. A Sra. Sonáli Cavalcanti disse que seria desnecessário abrir um novo procedimento de conflito, uma vez que a questão já está com a sua solução em andamento. Todos estiveram de acordo com os encaminhamentos.

4. Status Procedimento Conflito de Uso nº 01/2019 – Grande

O Sr. Cláudio Ademar fez um breve histórico das ações realizadas até o momento e atualizou a todos informando que o município de Barreiras/BA havia finalizado as suas atividades, relacionadas a elaboração do Cadastro Socioambiental das famílias e que Catolândia determinou prazo para iniciar o seu cadastro, o que não ocorreu. Após as cobranças da Comissão Processante, o município de Catolândia se manifestou oficialmente no dia 12 de março informando sobre a impossibilidade de

realização das atividades. O Sr. Cláudio Ademar disse que o andamento das atividades em Catolândia tem sido prejudicado em razão das eleições de 2020, onde houve uma mudança na gestão do município e também em razão da pandemia. Somando-se a isso, o novo prefeito informou que não dispõe de equipe técnica para a realização do estudo. Também no dia 12 de março, o Presidente do Comitê do Rio Grande disse que estava fazendo uma parceria com o Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia – CONSID, onde através dele a prefeitura de Barreiras iria disponibilizar o corpo técnico para a realização das atividades. Disse ainda que, em razão de dificuldades financeiras por parte da prefeitura, houve a solicitação ao CBHSF de custeio para a equipe técnica (locação de 2 veículos por 15 dias, combustível e diárias). O Sr. João Bastos demonstrou preocupação com a continuidade das ações do processo de conflito em razão da finalização da atual gestão do CBHSF e de suas Câmaras Técnicas e também da pandemia. Disse que a CTIL e a Comissão Processante devem se preocupar em reunir, catalogar e arquivar todas as informações dessa gestão, com a devida conclusão ou manifestação da Câmara, para que essas informações fiquem alinhadas e não se percam, uma vez que a composição da CTIL irá ser alterada na próxima gestão, já que, por exemplo, o conflito do Rio Grande não deverá ser solucionado até lá. Sobre o custeio que irá ser solicitado ao CBHSF, o Sr. Renato Scalco perguntou se o município de Catolândia foi instado a arcar com esses custos e o Sr. Cláudio Ademar disse que sim, porém que o prefeito já afirmou que não teria recursos financeiros para isso. O Sr. Renato Scalco demonstrou preocupação sobre até onde vai a competência do CBHSF, principalmente quando é relacionada ao dispêndio de recursos, em um momento de dificuldades econômicas e alterações no Contrato de Gestão. Após mais alguns debates, o Sr. Renato Scalco pôs em votação o encaminhamento da solicitação de custeio para a DIREC, por parte da CTIL, para atendimento de ações relacionadas ao Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019. O envio da solicitação foi aprovado por unanimidade e a CTIL encaminhará ofício com a solicitação.

5. Apresentação Status do SIGA SF

Após entendimentos sobre uma inversão de pauta, o Sr. Mateus Carvalho fez uma apresentação sobre os módulos do SIGA SF. Após a apresentação, o Sr. Renato Scalco perguntou se o SIGA poderá ser alimentado com informações externas não relacionadas a projetos financiados pelo CBHSF. O Sr. Mateus Carvalho disse que o SIGA SF já possui seus módulos (ações contratadas, mapas, informações compartilhadas dos estados e informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos) e cada um deles já tem uma determinação bem clara, como por exemplo, o de acompanhamento de ações, relacionadas a ações do CBHSF já contratadas e em execução. A Sra. Rúbia Mansur complementou dizendo que a inserção de dados e documentos externos ainda está sendo avaliada, uma vez que esta já foi uma demanda do Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT, que está acompanhando a execução das ações relacionadas ao SIGA SF.

6. Status das DN's e documentos trabalhados pela CTIL 2º semestre/2020 (DN Pacto das Águas, DN PAP, DN POA, Resolução DIREC nº 110/2020)

A Sra. Rúbia Mansur disse que ao longo de 2020 a CTIL trabalhou com os documentos citados e todos foram aprovados em reuniões Plenárias ocorridas em Setembro e Dezembro de 2020, sendo posteriormente publicados no site do CBHSF. Sobre a Resolução DIREC nº 110/2020, a mesma disse que foi uma solicitação da DIREC à CTIL para a elaboração de um parecer em relação à questão de grandes empreendimentos na bacia. Em seguida, foi passada a palavra ao Sr. Marcelo Ribeiro que coordenou o grupo de trabalho que elaborou o parecer e, em resumo, como resultado dos trabalhos, disse que o CBHSF tem legitimidade para acompanhar e se manifestar em todos os processos de licenciamento ambiental que tenham como objeto a implantação de atividades e/ou empreendimentos com significativo impacto ambiental na bacia, porém que tudo está dentro de uma discricionariedade do órgão licenciador, podendo o mesmo ignorar a manifestação do CBHSF. Após a finalização da discussão, o Sr. Renato Scalco solicitou o envio do parecer a todos da CTIL e propôs que

a aprovação ou não do documento para encaminhamento a DIREC esteja pautada na próxima reunião, o que foi aprovado por unanimidade.

7. Planejamento CTIL 2021

O Sr. Renato Scalco falou sobre a importância do planejamento das ações da CTIL para o ano de 2021 e principalmente por esse ser o último ano do mandato dos seus membros e que é necessário que haja algumas atividades adicionais para fechar o ciclo do atual mandato de forma adequada. Disse que o mais importante é a elaboração do relatório de atividades desse ciclo da CTIL e que também é necessário deixar a situação dos conflitos bem encaminhada de forma que a próxima composição da Câmara possa dar continuidade aos trabalhos. Adicionalmente, o Sr. Renato Scalco solicitou a Sra. Rúbia Mansur o envio dos relatórios da CTIL elaborados para os anos anteriores. A Sra. Rúbia Mansur disse que irá propor a DIREC que na próxima reunião Plenária haja um espaço para apresentações dos Coordenadores das Câmaras Técnicas sobre as atividades desenvolvidas durante a gestão. Também informou que para o relatório de atividades do exercício de 2020 estaria pensando na elaboração de um relatório geral, uma vez que o CBHSF tem que encaminhar anualmente para o CNRH um relatório de atividades e agora, também existe a necessidade de encaminhar o mesmo relatório para a ANA visando o cumprimento de metas do Contrato de Gestão. O Sr. Renato Scalco colocou em discussão como será a forma de trabalho da CTIL para a elaboração desse relatório e se haverá a necessidade da criação de um grupo de trabalho. A Sra. Sonáli Cavalcanti disse que os relatórios elaborados pela Agência Peixe Vivo já são bem completos e, dessa forma, cada membro poderia fazer sua análise e compartilhar as sugestões para a chancela final da Câmara, não havendo a necessidade da criação de um grupo de trabalho. Após discussões, ficou definido que a Sra. Rúbia Mansur encaminhará os relatórios anuais para o Coordenador e Secretário da Câmara para que haja a consolidação das informações em um único, sendo o documento já consolidado enviado para que todos da Câmara façam as suas considerações, devendo o mesmo ser aprovado na última reunião CTIL da atual gestão, que será realizada nos dias 29 e 30 de julho de 2021. Ficou definido que o relatório consolidado deverá ser enviado a todos até o dia 15 de maio e as contribuições deverão ser enviadas até o dia 15 de junho, com a aprovação na última reunião da Câmara. Todos concordaram com o encaminhamento dado a questão.

8. Assuntos Gerais

A Sra. Rúbia Mansur informou que a Sra. Laura Araújo não faz mais parte do quadro de funcionários da Agência Peixe Vivo e apresentou a nova Analista contratada, a Sra. Sâmela Bittencourt que se apresentou a todos.

9. Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Roberto Farias agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Reunião realizada por meio de videoconferência em 19 de março de 2021.

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Renato Scalco Silveira
Secretário da CTIL





RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1 Envio das ajudas memoriais aprovadas após as consolidações das alterações sugeridas pelo Sr. Renato Scalco	Manoel Veira	IMEDIATO
2 Informações sobre os prazos para a execução do projeto do tanque pulmão de Piaçabuçu	Gerência de projetos	IMEDIATO
3 Aprovação de custeio para equipe técnica – Procedimento de Conflito nº 01/2019	Presidência CBHSF	IMEDIATO
4 Envio do parecer GT Empreendimentos (pautar na próxima reunião para aprovação)	Rúbia Mansur	IMEDIATO
5 Envio de relatórios de atividades da CTIL dos anos anteriores	Rúbia Mansur	IMEDIATO
6 Consolidação de relatório de atividades	Roberto Farias e Renato Scalco	15 de maio
7 Finalização de relatório de atividades da gestão (pautar na próxima reunião para aprovação)	CTIL	15 de junho

15/05/2019

MEMÓRIA DE REUNIÃO - CTIL (Gestão 2016/2020 – prorrogada por um ano por meio de DN CBHSF nº 116/2020)

Data: 26 de julho de 2021

Horários: 14h às 17:30h

Local: Videoconferência via Google Meet

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

NOME	INSTITUIÇÃO	
1	Luiz Roberto Porto Farias	CREA/AL
2	Marcelo Ribeiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Diamantina/BA
3	Cláudio Ademar	IRPAA
4	João Bastos Neto	AFAP
5	Denise Bernardes Couto	FIEMG
6	Renato Scalco	COMLAGO
7	Gildo Cravo	OAB/SE
8	Sonáli Cavalcanti Oliveira	CHESF
9	Maria Socorro Mendes	Ass. Comunitária Estiva II
10	Moisés Menezes	Ass. Consultores de Visitantes de Morro do Chapéu
11	Wellington de Santana	SEDURBS/SE
DEMAIS PARTICIPANTES		
12	Jean Carlos Santos	FIENPE
13	Melchior Nascimento	FIENPE
14	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
15	Márcia Coelho	Agência Peixe Vivo
16	Manoel Vieira	Agência Peixe Vivo
17	Sâmela Bitencourt	Agência Peixe Vivo
18	Luiza Baggio	Comunicação SF

1. Abertura e verificação de quórum

O Sr. Roberto Farias, coordenador da CTIL, abre a reunião às 14h15 após a constatação do quórum.

2. Aprovação da ajuda memória da reunião CTIL realizada no dia 19 de março de 2021.

Sr. Roberto Farias aborda o primeiro ponto de pauta a respeito da ajuda-memória da última reunião de 19 de março de 2021 e abre para eventuais observações. A Sra. Sonáli Cavalcanti elenca algumas observações e as envia por e-mail a Rúbia Mansur para inclusão em ata. O Sr. Wellington Santana também informa ter algumas ressalvas a serem incluídas, questiona a falta de justificativa sobre sua ausência na reunião e indica erro no número de participante que segundo ele foram nove e não onze. Rúbia Mansur atualiza a ajuda-memória e explica o motivo de abstenção de voto da Sra. Bárbara Aiala



sobre supressão de um trecho na ajuda-memória da reunião do dia 21 de outubro de 2020, que se deu em virtude de ser sua primeira participação em reunião da CTIL e inclui no documento a observação que sua participação foi em substituição ao Sr. Rogério Siqueira. Em seguida, após as atualizações, e sem demais contribuições, o Sr. Roberto Farias declara a ata como aprovada com as alterações propostas.

3. Informe: Demanda DIREC (Resolução nº 116/2021) sobre GT Resolução ANA nº 53/2020

Na sequência, Rúbia Mansur faz uma breve contextualização a respeito do GT Resolução ANA nº 53/2020 (*Regulamenta a modalidade Chamamento Público de Projetos, prevista no art. 7º da Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019, para financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas nos Planos de Recursos Hídricos.*) criado pela Resolução DIREC nº 116/2021. A pedido do Sr. Roberto Farias, as Resoluções são exibidas em tela para conhecimento de todos. Rúbia Mansur explica que, em reunião da Diretoria Colegiada do CBHSF, foi orientado formar um Grupo de Trabalho para análise da Resolução ANA nº 53/2020. O GT foi constituído com um membro da CTIL, membro do GACG CBHSF, representantes da Agência Peixe Vivo (Márcia Coelho, Diretora Célia Froes e Assessora Jurídica Tais Guimarães), além de representantes das demais Entidades Delegatárias. Em seguida, com a palavra, Sra. Márcia Coelho informa que a partir da criação do GT foi realizada uma primeira reunião com a ANA em que se debateram pontos importantes a respeito da Resolução ANA nº 53/2020. Esclarece que, segundo o documento, um manual operativo das Entidades Delegatárias - EDs deverá ser criado no prazo de 90 dias. Segundo ela, esse manual já está fora do prazo para elaboração das EDs e atualmente existe um Grupo de Trabalho criado entre as EDs (Peixe Vivo, ABHA, PCI e AGEVAP) que já realizou duas reuniões a fim de elaborar tal manual operativo. A representante informa, portanto, que os próximos passos são a discussão interna sobre o manual e a realização da próxima reunião que ocorrerá possivelmente em agosto de 2021. Posteriormente, o Sr. Renato Scalco questiona quais as inovações, benefícios e prejuízos trazidos pela Resolução supracitada e se ela já coteja a nova Lei de Licitações. Em resposta, Sra. Márcia Coelho explica que se trata de um chamamento público e que não coteja a nova Lei de Licitações. Segundo ela, é um procedimento de repasse de recursos em que as Entidades irão se candidatar após publicação de edital e terão acesso a financiamentos por meio do Sistema Financeiro, podendo ser reembolsadas ou não. Assim, a agência irá contratar uma Entidade Financeira como já fazem as outras Agências Delegatárias. O Sr. Renato Scalco questiona se o custo envolvido será repassado para a Entidade Delegatária ou para a ANA, pois segundo seu entendimento as EDs estarão terceirizando a Gestão do Contrato para uma Instituição Financeira. Em resposta, Sra. Márcia Coelho afirma que essas questões de custo ainda não estão definidas, mas acredita que será por contrato de gestão. O Sr. Renato Scalco pergunta a origem e motivação da criação da Resolução, e a Sra. Márcia Coelho explica que a própria Resolução ANA nº 122/2019 possui uma modalidade de procedimento de chamamento público que justifica a Resolução ANA nº 53/2020. Em seguida, a Sra. Sonáli Cavalcanti pede maiores explicações sobre o GT criado pela CTIL, se já foi encerrado e criado um novo GT com as EDs. Com a palavra, o Sr. Roberto Farias esclarece que essa ferramenta já estava prevista nas resoluções anteriores pela ANA, mas não havia sido regulamentada. Segundo ele, a Agência Peixe Vivo comunicou em reunião da DIREC que estava com dificuldades para compreender a ferramenta, assim, a DIREC autorizou a criação de um GT para ajudar na elaboração de um tutorial que possibilite tirar as dúvidas da ED. O GT foi constituído e recebeu uma apresentação da ANA sobre a ferramenta, e posteriormente a ANA decidiu reunir com todas as EDs para facilitar a compreensão do objeto. O Sr. Roberto Farias finaliza dizendo que a partir desse momento o GT entendeu que as EDs já podem caminhar autônomas no sentido de chegar em um manual operativo comum. Assim, o GT cumpriu sua missão e deverá concluir seus trabalhos após a reunião do novo grupo de trabalho formado pelas Entidades Delegatárias. Em seguida, para fins de esclarecimentos, a Sra. Márcia Coelho informa que o termo "chamamento público" é uma terminologia utilizada na legislação de forma distinta pela Lei 13019 e pela Nova Lei de Licitações, o que não se assemelha ao chamamento de projetos tratado na presente Resolução. O Sr. Renato Scalco pergunta se houve questionamentos à ANA sobre a natureza jurídica do recurso da cobrança, uma vez

que há uma resolução engessada para Agência Delegatária para acesso a tais recursos. Questiona também se a partir de agora haverá não só a subordinação à lei de licitações, mas também a esse novo instrumento jurídico em que com base em um edital serão disponibilizados recursos, sendo seu diferencial a passagem pelo crivo administrativo da instituição financeira que já acontece com as outras chamadas públicas pelo executivo. Após tais indagações sobre a existência de tratamentos distintos para os recursos, a Sra. Márcia Coelho esclarece que essa Resolução foi para consulta pública. Além disso, salienta que a Resolução se assemelha aos procedimentos que já são realizados pelas outras EDs e que compreende os questionamentos uma vez que no âmbito do Rio São Francisco haverá certa dificuldade na implementação do instrumento. Sr. Renato Scalco concorda e afirma que haverá um sobre custo haja vista a existência de mais um pagamento para a instituição financeira. Segundo ele, esse modelo de pagamento foi discutido por dois anos com a agência a fim de saber se havia possibilidade de contratação internacional para projetos, entretanto até então a posição era contrária a esse tipo de contratação já que haveria duplicidade pagamento de uma função que já faz parte das atribuições da Entidade Delegatária. Assim, o Sr. Renato Scalco levanta a preocupação sobre futuros problemas para a agência em virtude dos pontos apresentados. A Sra. Márcia Coelho explica que esse instrumento exato ainda não é utilizado por outras EDs, já que para ele está sendo criado um manual de operacionalização específico e explica que a AGEVAP e PCJ já faz chamamento público de projetos dessa forma, mas somente no que tange o repasse de recursos pela Caixa Econômica Federal. Com a palavra, o Sr. Cláudio Ademar concorda com as colocações do Sr. Renato Scalco e afirma que o mesmo procedimento está sendo tratado de formas diferentes, já que há dois anos é entendido que o Comitê não pode assinar termo de cooperação com organismos internacionais. Em seguida, o Sr. Renato Scalco ressalta que a discussão é uma troca de ideias, pois entende que cabe nesse momento ao CBHSF e à Agência somente fazer o manual de como instrumentar a aplicação do objeto, mas que a discussão é importante já que em algum momento adiante a própria Agência poderá ser questionada a respeito de eventuais problemas nesses procedimentos. A Sra. Márcia Coelho complementa dizendo que para acesso aos recursos deverão existir garantias uma vez que é um financiamento. Posteriormente, Sr. Roberto Farias afirma que a construção do manual deverá ser feita com cautela observando as direções apresentadas. Logo em seguida, o Sr. Renato Scalco deixa uma observação afirmando que é necessário permanecer atentos para que o instrumento não seja utilizado pela ANA como cláusula de barreira no que tange a execução de determinadas ações. A Sra. Márcia Coelho afirma que tal ponto foi pensado (pensado?) e por essa razão o manual está em fase de elaboração. Sem mais observações a serem feitas, o Sr. Roberto Farias encerra o ponto de pauta.

4. Status Procedimento de Conflito de Uso nº 03/2015 – Piaçabuçu

O Sr. Roberto Farias agradece a presença da Sra. Márcia Coelho e repassa a palavra ao Sr. Marcelo Ribeiro. Com a palavra, o Sr. Marcelo Ribeiro cumprimenta a todos e faz uma breve contextualização a respeito do Procedimento. Segundo ele, a intenção era a apresentação de pelo menos uma minuta do relatório de encerramento do processo, entretanto houve um fato superveniente com relação ao procedimento de contratação da empresa que será responsável pelo sistema de captação e adução da água em Piaçabuçu. Ele explica que, dentro do procedimento usual, no dia 12 de maio de 2021, as empresas pleiteantes do contrato foram levadas para uma visita técnica ao local onde a intervenção será feita, mas uma das empresas entrou com recurso alegando que a ausência na visita técnica não é fator impeditivo para participar do certame. O recurso foi acatado pela Comissão de Licitação de modo que o novo prazo para esse certame foi agendado para o dia 10 de agosto de 2021 quando será feita a abertura dos envelopes. O Sr. Marcelo Ribeiro afirma que independente da empresa participar da visita técnica ela poderá participar da abertura dos envelopes. Assim, segundo ele, foi decidido recuar quanto ao relatório em virtude desse ponto e em segundo lugar em virtude da questão existente no Povoado Resina, comunidade que ficou de ser beneficiada com um poço artesiano pela empresa COIDRO, estatal de Sergipe. Para o Sr. Marcelo Ribeiro o processo pode ser encerrado a partir do momento que a empresa vencer o processo licitatório para construção do sistema de captação de água. É colocado, portanto, para entendimento da CTIL o encerramento imediato ou não

do conflito considerando o término do certame licitatório. O Sr. Renato Scalco concorda e afirma que o processo se aparenta maduro para ser encerrado já que as questões de ordem administrativa passaram a ser de responsabilidade da APV e em seguida questiona ao Sr. Marcelo Ribeiro se será aberto um novo conflito sobre a situação do Povoado de Resina. O Sr. Marcelo Ribeiro afirma que esse procedimento está tramitando em paralelo na prefeitura de Piaçabuçu, mas que pode ser aberto um novo conflito para o tema caso a CTIL entenda viável. O Sr. Renato Scalco entende que o Comitê não possui competência para de ofício instaurar um conflito, e sugere que seja votado o encerramento do conflito de Piaçabuçu e o encaminhamento de um ofício da CTIL para a DIREC recomendando a abertura de um procedimento específico para o Povoado de Resina. Em seguida, o Sr. Marcelo Ribeiro afirma que talvez não haja necessidade de um novo conflito relacionado ao Povoado de Resina, pois já recebeu notícias que já se encontra na programação da COIDRO a perfuração do poço. Com a palavra, o Sr. Gildo Cravo sugere enviar o encaminhamento para a CTCT ao invés de enviá-lo à DIREC, em resposta o Sr. Renato Scalco afirma não ser viável já que seria tratado mais uma instância de burocracia que não tem contato com o problema, assim, sugere somente convidar a CTCT para trabalhar em conjunto a respeito do tema. A Sra. Sonâli Cavalcanti concorda com o que foi colocado pelo Sr. Marcelo Ribeiro, que a questão de Piaçabuçu se encontra encerrada e que o assunto do Povoado de Resina está já encaminhado. O Sr. Renato Scalco propõe encerrar o processo indicando ao final de seu Parecer de Fechamento o encaminhamento sobre o Povoado de Resina para eventual acompanhamento da CTCT e DIREC sobre os desdobramentos do processo. O Sr. Roberto Farias afirma que o melhor caminho é finalizar o conflito e colocar ao final do relatório as medidas adotadas para mediação e as recomendações contendo os encaminhamentos sobre o poço do Povoado de Resina para acompanhamento da DIREC. O Sr. Roberto Farias coloca para votação a elaboração do relatório e sugere uma nova reunião para aprová-lo. Não havendo objeções, decide-se pela realização da reunião extraordinária no dia 12 de agosto de 2021.

5. Status Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019 – Grande

Com a palavra, o Sr. Cláudio Ademar faz uma contextualização a respeito da situação que se encontra a temática. Ele esclarece que foi aprovada pela CTIL a disponibilização de recursos logísticos para equipe que estava fazendo, de forma gratuita, levantamento de campo do município de Catolândia, entretanto, houve atraso logo no início da execução das atividades em virtude do lockdown instaurado em mais de 30 cidades no oeste da Bahia. A Sra. Sonâli Cavalcanti pergunta quais seriam essas atividades e o Sr. Cláudio Ademar afirma ser uma pesquisa de campo social e econômica que visa uma leitura da realidade local. O Sr. Cláudio Ademar contribui dizendo que atualmente o trabalho de campo foi finalizado e que agora está sendo elaborado o relatório a respeito de Catolândia, sendo que o relatório de Barreiras já foi finalizado. Afirma que, em sua visão, logo que o relatório estiver pronto, a equipe formada por ele, o Sr. Moisés Menezes e Sr. João Bastos deverá voltar a se reunir com os responsáveis pelo relatório de Barreiras a fim de realizar uma reunião técnica e apontar a direção de solução do conflito. O Sr. Cláudio Ademar acredita que a solução do conflito irá acontecer em reunião com as instituições que participam do conflito e que de alguma forma possuem responsabilidade referente a ele, assim, uma reunião técnica é necessária para se discutir o que pode ser feito para solução do tema. A partir daí, o Sr. Cláudio Ademar acredita que se encerrará o conflito e acrescenta dizendo que ainda nessa gestão da CTIL é possível realizar mais uma reunião, mas que o encerramento do conflito possivelmente poderá ser feito na próxima gestão. Em seguida, o Sr. Roberto Farias pede para ouvir os demais membros da comissão, mas antes de passar a palavra ele sugere aproveitar a reunião do dia 12 de agosto de 2021 para aprovar um relatório parcial desse conflito a fim de deixar para a próxima gestão um espelho do conflito. O Sr. João Bastos concorda com o apresentado pelo Sr. Cláudio Ademar, afirma que acompanhou as pesquisas realizadas e que foi passado por ele um relatório dessas atividades. Contribui dizendo que as equipes estão bem envolvidas e que sua recomendação é homogeneizar o máximo possível as informações a fim de explorar melhor os dados dos diagnósticos. O Sr. João Bastos conclui que é viável a recomendação do

Sr. Cláudio Ademar para a próxima reunião, e que se deve finalizar o trabalho com pelo menos com um relatório parcial contendo recomendações sobre o conflito para a próxima gestão. Em seguida, o Sr. Gildo Cravo parabeniza os senhores pelo trabalho feito a respeito do conflito e deixa uma reflexão sobre a cidade de Barreiras que segundo ele possui uma atividade econômica bem posicionada com recursos. O Sr. Gildo Cravo afirma que por mais que o Comitê não tenha poder de polícia, não se pode deixar de constar uma recomendação que notifique o MP sugerindo a verificação de quais projetos do governo são implementados na cidade. Segundo ele, é possível ver no site do MP da Bahia 9 núcleos de atuação ambiental e que acredita ser razoável notificar um dos núcleos para que aponte quais projetos do governo são implementados ou não em Barreiras, já que muitos desses projetos visam combater a desertificação. Em seguida, o Sr. Cláudio Ademar esclarece que o MP da Bahia acompanha todo o projeto por meio do Promotor Eduardo que tem uma aproximação com o FPI e por meio da Dra. Luciana Khoury, mas acredita que quem é legalmente responsável pela solução do conflito em primeira instância é o Comitê de Bacia. Portanto, o Sr. Cláudio Ademar explica que o MP tem acompanhado de perto e ao mesmo tempo sem tamanha intervenção, já que sua participação mais efetiva caberia caso não se chegasse a uma solução do conflito. Quanto aos projetos do Governo da Bahia, ele esclarece que a Secretaria do Estado possivelmente teria informações a respeito. Acrescenta dizendo que até quarta-feira o relatório estará pronto e a reunião técnica poderá ser realizada na primeira quinzena do mês de agosto. Em seguida o Sr. Cláudio Ademar pergunta ao Sr. João Bastos e ao Sr. Moisés Menezes se possuem disponibilidade para visitar Barreiras a fim de, na segunda quinzena de agosto, prepararem o relatório parcial e na primeira semana de setembro apresentar o relatório parcial-final. Com a palavra, o Sr. Moisés Menezes concorda com a proposta do Sr. Cláudio Ademar de realizar uma visita no local e acredita ser possível apresentar um relatório final tendo em vista que o diagnóstico aguardado estará pronto. Segundo ele, todas as informações mais pertinentes sobre o conflito já foram abarcadas e que em setembro poderá ser entregue o relatório final. Acrescenta dizendo que o trabalho realizado na região tem surtido efeitos e que o relatório poderá nortear o promotor local com informações para que ele tome as devidas decisões. O Sr. Roberto Farias pergunta ao Sr. Cláudio Ademar se a proposta pode ser colocada para votação, e em resposta o Sr. Cláudio Ademar sugere realizar durante a visita uma reunião técnica e no dia seguinte já reunir os atores interessados para definição e solução do conflito. Estando todos de acordo, o Sr. Cláudio Ademar afirma que irá aguardar uma posição do Sr. Junior para definição da data da visita e solicitação da logística à APV.

6. Minuta Deliberação Normativa CBHSF que dispõe sobre o FIENPE

A Sra. Rúbia Mansur apresenta a todos o novo coordenador do FIENPE, Sr. Jean Carlos, para que ele aborde a proposta a ser tratada. A minuta é projetada em tela e o Sr. Jean Carlos inicia sua fala com uma breve apresentação a respeito do Fórum. Ele explica que o FIENPE surgiu em 2014 após um evento realizado pela Universidade Federal de Alagoas que promoveu o primeiro encontro das instituições de ensino e pesquisa da Bacia do Rio São Francisco. O Sr. Jean Carlos explica que atualmente o FIENPE atua de forma não formalizada dentro do CBHSF e a intenção é inseri-lo dentro do CBHSF haja vista a importância da ciência nas decisões na Bacia do Rio São Francisco e sua capacidade de reunir diversas instituições de pesquisa. Para tal, propõe-se que o FIENPE seja efetivamente regularizado, institucionalizando um espaço de discussão sobre os estudos realizados na bacia, planejando, organizando e coordenando também o Simpósio da CBHSF que vem demonstrando sucesso. O Sr. Jean Carlos afirma também que há o interesse em desenvolver atividades no âmbito de extensão da Bacia e apoiar e manifestar demandas diretamente do Comitê. Assim, ele esclarece que a minuta foi criada a fim de apresentar à CTIL a proposta para regulamentação do Fórum no âmbito do CBHSF. Em seguida, o Sr. Roberto Farias abre o ponto para discussão. Com a palavra, a Sra. Maria Socorro afirma que já foram levantadas anteriormente questionamentos e pedidos de correção sobre essa deliberação e gostaria de esclarecer se a proposta é o FIENPE se tornar uma instância do Comitê. Em resposta, o Sr. Jean Carlos afirma que as correções foram adequadas conforme sugerido e que o interesse do FIENPE é ser um braço do comitê ligado à DIREC. A Sra. Maria Socorro questiona se a



primeira coisa a ser feita seria a alteração do regimento interno, em resposta o Sr. Renato Scalco afirma que essa é uma discussão da própria CTIL. A Sra. Maria Socorro afirma que é preciso pensar como isso seria readequado dentro da legalidade. A Sra. Sonáli Cavalcanti afirma que após leitura da minuta de deliberação surgiram vários questionamentos. Ela afirma ter dúvidas quanto ao Fórum passar a ser uma instância do Comitê e acredita que para isso é preciso que haja mudança no regimento interno. Outro ponto levantado é se a atuação do FIENPE como interlocutor lhe dará aval de se pronunciar em nome do Comitê, representando assim toda a diversidade que há no CBHSF. A Sra. Sonáli Cavalcanti questiona também qual o normativo que embasaria as competências do FIENPE como articulador em nome do Comitê, segundo ela tais funções remetem a atribuições de outras Câmaras Técnicas. Para ela, as demais competências como ter um espaço permanente e discussão, organização e realização do simpósio, atuar como órgão propositivo sugerindo linhas de ação são pontos positivos, mas acredita que a minuta carece de uma análise do comitê com relação à alteração do regimento interno e sob a ótica da Resolução 5 do CNRH uma vez que, na visão dela, a função do Fórum dentro do comitê está aparentemente confusa. O Sr. Melchior Nascimento faz algumas considerações sobre o FIENPE. Ele esclarece que o Fórum após ser criado seguiu com duas importantes missões, sendo a primeira a articulação do ponto de vista acadêmico, aproximando pesquisadores, e a segunda o assessoramento ao Comitê no sentido de estreitar a relação com as universidades; se tornando mais um órgão auxiliar de natureza técnica na gestão hidro ambiental do São Francisco. O Sr. Melchior Nascimento afirma que dessa relação houve aproximação com um dos maiores especialistas de hidrologia e demais pesquisadores especialistas da área resultando na criação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, contribui dizendo que a presença ainda embrionária do Fórum se deu justamente no período de redução de vazões em 2012, período em que foi feito um relatório sobre a estiagem prolongada que resultou na política de restituição de vazões. Assim, o Sr. Melchior Nascimento ressalta que a ideia da deliberação é formalizar essa atuação já existente do FIENPE, sendo preciso estabelecer seu tamanho e regras claras de atuação e participação. Em seguida, com a palavra, o Sr. Renato Scalco afirma ser necessário fazer um alinhamento a respeito do tema, afirma que o Fórum é uma realidade, mas que não se pode tirar de seu âmbito a sua natureza de Fórum. Para ele, o que se está propondo, conforme já falado pela Sra. Sonáli Cavalcanti e Sra. Maria Socorro, a criação de uma nova instância do comitê. Nesse sentido, o Sr. Renato Scalco afirma existirem dois problemas na proposta, a sobreposição de atuação da CTPPP que já existe e a criação de uma instância que seria uma Câmara Técnica deslocada dentro do organograma do CBHSF atuando como órgão de assessoramento da DIREC. Em continuação, o Sr. Renato Scalco elenca outros problemas tais como a existência de outras instituições de ensino e pesquisa que já são membros do CBHSF, o que, em seu entender, traz insustentabilidade para a justificativa que é preciso o FIENPE como instância para articulações institucionais com especialistas e com a academia. Segundo ele, a ideia não condiz com a estrutura de participação coletiva e ressalta a falta de pluralidade de participação na deliberação por não vislumbrar espaço para participação de universidades privadas, o que é uma obrigação institucional a ser respeitada. Além disso, o Sr. Renato Scalco levanta a problemática financeira, isto é, em sua visão será criada mais uma instância no CBHSF com mais 13 entidades as quais as atividades que já são teoricamente realizadas serão novamente custeadas pelo Comitê. O Sr. Renato Scalco complementa dizendo que o FIENPE possui sua importância e relevância, mas não vê razoabilidade no que foi proposto e questiona se a minuta apresentada de fato deve ser deliberada pela CTIL. Para fins de esclarecimento, o Sr. Roberto Farias explica que a CTIL possui competência de analisar o aspecto legal da proposta que está sendo submetida, não entrando, portanto, no mérito da questão. O Sr. Melchior Nascimento em resposta às pontuações feitas pelo Sr. Renato Scalco afirma que toda Câmara Técnica é um órgão de assessoramento de decisões e não de deliberação, o que seria a função do FIENPE enquanto órgão de assessoramento científico. Isto é, segundo ele não haverá substituição à CTPPP e que a missão do FIENPE é atuar enquanto instância colaborando com as demais instâncias do comitê quando se julgar necessário. O Sr. Melchior Nascimento afirma também que no documento apresentado não há limitações à somente instituições públicas de ensino superior, havendo inclusive a preocupação de se garantir que as instâncias sejam

escolhidas por estados. Nesse sentido, inicia-se um debate a respeito da representação das instituições de pesquisa e ensino no âmbito do CBHSF, levando a divergências a respeito do tema entre o Sr. Melchior Nascimento e o Sr. Renato Scalco. Com a palavra, Sr. Roberto Farias repete que o objetivo da comissão é analisar o aspecto legal da proposta, aprovando ou sugerindo modificações, sendo o mérito de conveniência e oportunidade responsabilidade do próprio Plenário. Em seguida, a Sra. Maria Socorro afirma ser necessário entender melhor o que é proposto a fim de encontrar um caminho para a questão, segundo ela talvez seja interessante o Comitê por meio de deliberação recomendar o Fórum quando necessário. Acrescenta ainda que, da forma que foi posta a proposta, o FIENPE terá que atuar como parte e não junto ao CBHSF, seguindo as mesmas regras que todos os outros seguem; limitando sua amplitude. Com a palavra, o Sr. Marcelo Ribeiro agradece as ponderações feitas pela Sra. Maria Socorro, ressalta que o Fórum já existe e indaga se há interesse por parte do FIENPE ser atrelado e subordinado ao CBHSF e em sua opinião não vê como conveniente. Segundo ele, o ideal é o Fórum manter sua independência e se necessário criar instrumentos de parceria e cooperação. A Sra. Sonáli Cavalcanti acrescenta ao que já foi falado que, conforme apresenta na minuta, o CBH pode funcionar como um fomentador do funcionamento do Fórum. Para ela, a primeira barreira para o FIENPE se tornar uma instância é de fato a necessidade de mudança no regimento interno, o que exige uma posição do Plenário. Além disso, segundo a Sra. Sonáli Cavalcanti, caso o Plenário esteja de acordo com a mudança, será preciso ainda analisar as competências da nova instância que podem estar se sobrepondo às competências do Comitê e ressalta que já existem na composição do Comitê 5 organizações técnicas de ensino e pesquisa. Posteriormente, o Sr. Melchior Nascimento concorda com o que foi falado e afirma que a principal questão não é se a proposta é de interesse do Fórum, mas sim se a DIREC tem interesse em ter uma instância como essa. Ademais, o Sr. Melchior Nascimento explica que a representação das instituições é circunstancial, isto é, os representantes não possuem necessariamente relação direta com as instituições de pesquisa. Em seguida, agradece a todos a oportunidade de apreciação da matéria. Com a palavra, a Sra. Maria Socorro acredita que o mais viável é o Comitê definir o FIENPE como uma instituição a parte a ser recomendada em determinadas situações, assim não haveria vícios de origem. Em seguida, o Sr. Melchior Nascimento esclarece que existe uma associação a qual o Fórum é vinculado. A Sra. Rúbia Mansur projeta em tela a Portaria DREX nº 05 de janeiro de 2016 que dispõe sobre a formação e funcionamento do FIENPE. O Sr. Renato Scalco entende que o enquadramento legal é possível, mas que a maior preocupação se encontra no fato de ser necessário ou não as mudanças para adequar ao interesse apresentado. Ele questiona qual o real objetivo em trazer o Fórum como instância do comitê, se seria simplesmente viabilizar suporte financeiro. A Sra. Maria Socorro levanta também o fato de essa mudança privar de certa forma as instituições e representantes do FIENPE participarem de processos licitatórios da Agência Delegatária. Em resposta, o Sr. Roberto Farias afirma que o Fórum não possui personalidade jurídica própria e afirma que é necessário pensar qual a melhor formação jurídica para a situação apresentada considerando a Portaria em vigor. Assim, para ele, é preciso comparar a portaria com a deliberação apresentada a fim de entender os pontos comuns e divergentes. O Sr. Wellington Santana relembra que as discussões feitas já foram levantadas em outras ocasiões e questiona se essa demanda pode ser suscitada diretamente pelo FIENPE e não pela DIREC, em resposta, Sra. Rúbia Mansur explica que a primeira vez que a matéria foi levada à CTIL foi por meio da DIREC. O Sr. Roberto Farias afirma que irá solicitar a manifestação da DIREC a respeito da matéria. Assim, é instituído como encaminhamento a comunicação à DIREC sobre o assunto, solicitando-a que se manifeste a respeito.

Em virtude do tempo ultrapassado da reunião, todos acordaram em transferir os três últimos pontos de pauta para a próxima reunião do de 12 de agosto de 2021.

7. Apresentação Parecer GT Empreendimentos para encaminhamento à DIREC
8. Relatório CTIL CBHSF – Gestão 2016/2021



9. Apresentação ferramenta BI – POA CBHSF

10. Assuntos Gerais

O Sr. Marcelo Ribeiro questiona a possibilidade dos membros da CTIL participarem do 26º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental e 16º Congresso Internacional de Direito Ambiental que ocorrerá em setembro de 2021, em resposta, a Sra. Rúbia Mansur informa que a DIREX decidiu não apoiar a participação tendo em vista a mudança de gestão. O Sr. Renato Scalco informa a todos que não fará mais parte da CTIL no próximo mandato e agradece a todos a oportunidade. O Sr. Roberto Farias e os demais elogiam e agradecem a participação do Sr. Renato Scalco.

11. Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Roberto Farias agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Reunião realizada por meio de videoconferência em 26 de julho de 2021.

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Renato Scalco Silveira
Secretário da CTIL



RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1 Envio da ajuda memória aprovada após as consolidações das alterações sugeridas pela Sra. Sonáli Cavalcanti e Sr. Wellington Santana.	Rúbia Mansur	IMEDIATO
2 Elaboração do Relatório de Finalização do Conflito de Uso nº 03/2015 – Piaçabuçu partuando ao final os encaminhamentos sobre o poço do Povoador de Resina para acompanhamento da DIREC.	Marcelo Ribeiro	12 de agosto de 2021
3 Definição de data para visita a Barreiras a fim de finalizar o Conflito de Uso nº 01/2019 – Grande e solicitação da logística à APV.	Cláudio Ademair	Primeira quinzena de agosto
4 Dar ciência à DIREC sobre a Deliberação Normativa CBHSF que dispõe sobre o FIENPE e solicitar que ela se manifeste a respeito da DN.	Rúbia Mansur	IMEDIATO
5 Finalização de relatório de atividades da gestão (pautar na próxima reunião para aprovação)	Rúbia Mansur	12 de agosto de 2021

100



RELATÓRIO DA COMISSÃO PROCESSANTE



Processo Conflito de Uso N° 01/2019 aberto em 11 de setembro de 2019.

Conflito: Bacia do Rio Grande – Porção do Riacho Boa Sorte

Municípios envolvidos: Barreiras, Catolândia, Cristópolis,

Problema central: conflito pelo uso de recursos hídricos na porção informada.

Resumo dos fatos e acontecimentos

Recebida provocação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHGrande em 26 de agosto de 2019, com as formalidades de estilo, o Presidente do CBHSF encaminhou solicitação para parecer de admissibilidade da CTIL e posterior abertura de processo para avaliação e condução do Processo sobre o Conflito do Riacho Boa Sorte.

Inicialmente instruído com as laudas encaminhadas pelo CBHGrande, contendo relatório circunstanciando o conflito, informações da microbacia do Riacho Boa Sorte, a indicação do grupo de trabalho criado naquele colegiado para tentar resolver o conflito, relatório de fiscalização ambiental do INEMA, Ata de Reunião Ordinária do CBHGrande, Deliberação do CBHGrande sobre o Conflito, Ofício do MP e Ofícios do CBHSF sobre o conflito.

O Coordenador da CTIL, avocando o disposto no art. 3º da Deliberação 082/14, assumiu a relatoria do pedido, e pela admissibilidade do pedido, em 26 de setembro de 2019, encaminhou para a próxima pauta da reunião CTIL para deliberação.

Em reunião, a CTIL definiu por formar a Comissão Processante, integrada por três de seus membros, sendo: Cláudio Ademar Relator, Moises Meneses e João Bastos Neto

membros, responsáveis por conduzir o entendimento do problema, estabelecimento do conflito e direcionamento para a resolução ou não.

Em 04 e 05 de novembro de 2019, foi programada a viagem ao município de Barreiras e Catolândia para visita aos locais do conflito, e neste momento, visualizando o contato e a oitiva dos atores do poder público interferentes no conflito. O resultado da visita mostrou a intenção positiva do Poder Público Municipal de resolver o conflito com base na sua perspectiva do problema. Todos foram ouvidos e informados da necessidade de ouvirmos à todos para a construção da decisão informada de todos os atores.

Em 05 de março de 2020, foi realizada a visita aos locais de conflito, agora fazendo a oitiva dos atores locais, que sofrem com o conflito. Como eco do trabalho realizado vislumbramos que os produtores/ribeirinhos/usuários tem a visão do problema, acertadamente aumentada, em função das consequências do problema sentido localmente, com o apontamento das possíveis causas que direcionou os diagnósticos realizados mais adiante.

Após esse período entramos em modo de segurança e todos ficaram em casa por conta da Pandemia do Coronavírus, o que dificultou em muito a condução célere e constante dos trabalhos.

Em 19 de junho de 2020, foi realizada reunião da Comissão Processante CTIL por Videoconferência. Em reunião, foi apontada as dificuldades de logística para a reunião da maior quantidades de atores produtores/ribeirinhos/usuários, o que dificultou a oitiva de uma parte representativa desse público. Também foi identificado a disponibilidade de todos os atores ouvidos em resolver o conflito da melhor forma possível, na sua maior parte conscientes das causas.

Em dezembro de 2020, o INEMA forneceu um estudo de caracterização da disponibilidade hídrica na bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte, apresentando como conclusão que a disponibilidade hídrica bem como a carga e recarga dos mananciais está reduzida, impondo à todos a gestão do quantitativo para a perenização da disponibilidade e do fornecimento.

Em sequência, a prefeitura de Barreiras apresentou o diagnóstico da porção do Riacho Boa Sorte que fica em seu município, demonstrando o perfil dos usuários/ribeirinhos/produtores, mas que apontava que o problema está mais a montante das nascentes do Riacho Boa Sorte. Confirmando o relatado pelos usuários/ribeirinhos/produtores ouvidos. Demonstrando a necessidade de Catolândia empreender esforços nesse mesmo sentido.

Em função das dificuldades técnicas e orçamentárias da Prefeitura de Catolândia o CBHGrande elaborou uma proposta de diagnóstico da área da bacia contida no município de Catolândia, em cooperação técnica com o Consórcio de Barreiras, CONSID e técnicos voluntários para a realização dos estudos visando detalhar o problema *situ* em Catolândia.

Realizado o Diagnóstico de Catolândia foi apresentado os resultados em 26 e 27 de agosto de 2021, na perspectiva de se chegar ao contorno integral do problema, e assim, encerrar a fase de conhecimento do problema para que fosse passado para a fase de tentativa de resolução do conflito.

Entretanto, devido ao conhecimento dos dados do diagnóstico de Barreiras e Catolândia, identificou-se a necessidade de se estudar a maior parte da bacia, já que mais uma vez os dados apontam para a causa dos problemas a montante dos contribuintes do Riacho Boa Sorte, agora indicando parte da bacia do Riacho Boa Sorte em Cristópolis, Baianópolis e São Desidério.

Em face desses indicativos, dos dados até então coletados e dos esforços empreendidos no sentido de dar contorno ao problema, que envolve o Conflito do Riacho Boa Sorte, a Comissão Processante opinou pelo encaminhamento da solicitação de realização dos estudos na porção do Riacho Boa Sorte a Montante de Catolândia, visando conhecer o problema como um todo, para que seja possível informar todos os atores o que está acontecendo, para assim, poder formular uma proposição que contemple todos os atores envolvidos, possibilitando a tomada de DECISÃO INFORMADA, incluindo os direitos e deveres de cada ator para o início da Resolução do Conflito e o alcance do resultado no futuro.



Diante do encaminhamento e visualizando o término dos mandatos de todos os membros da CTIL, incluindo da Comissão Processante, **sugerimos em tempo, suspender o processo de conhecimento do problema** para a tentativa de resolução do conflito do Riacho Boa Sorte, até que se tenha nomeados os novos membros da CTIL para um novo mandato, e que assim, estes, se assenhorem das informações e tenham as condições de, se for o caso, retomar o processo de onde parou com o acumulado de todas as informações coletadas até aqui.

Este é o entendimento da Comissão Processante.

03 de setembro de 2021.

Cláudio Ademar da Silva

Relator

João Bastos Neto

Membro

Moisés Menezes dos Santos

Membro




a logística da equipe técnica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco através da Agência Peixe Vivo.

Ressaltamos que durante a realização foi observado que a bacia está inserida não somente nos municípios de Barreiras e Catolândia, mas como também nos municípios de Baianópolis e Cristópolis, onde estão localizadas as principais nascentes.

Deste modo, tendo vista a necessidade de ampliação desses estudos que são imprescindíveis para resolução desse conflito, sirvo-me do presente para solicitar o apoio para continuidade desse tão importante trabalho, com a extensão ao municípios de Baianópolis e Cristópolis, como também prorroga os trabalhos da comissão processante da CETIL do CBHSF até a conclusão final do diagnóstico da micro bacia como todo.

Certo do pronto atendimento, externamos elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente;


Demóstenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE -
CHBGRANDE**

Instituído pelo Decreto Estadual nº 11.246 de 17/10/2008

Ofício 0021/2021 - CBHGRANDE

Barreiras (BA), 22 de setembro de 2021.

Ao Senhor
Maíel Oliveira
Presidente do CBHSF

ASSUNTO: Conflito pelo uso da Água na Bacia do Rio Grande

Prezado Senhor

Cumprimentando Cordialmente, sirvo-me do presente encaminhar o Diagnostico Socioambiental do Riacho Ribeirão Boa Sorte no município de Catolândia-Ba, realizado em parceria entre o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e Consorcio Intermunicipal dos Municípios do Oeste da Bahia, com apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Agencia Peixe Vivo.

O trabalho é fruto das discussões realizadas pela comissão processante da Câmara Técnica Institucional legal-CETIL desse comitê, que vem acompanhando o conflito pelo uso da água na micro bacia do Ribeirão Boa Sorte.

Tendo em vista que esses problemas do cenário de conflito pelo uso dos recursos hídricos apontam para a necessidade urgente de reunir informações na tentativa de buscar alternativas sustentáveis de uso e gestão das águas, dessa maneira possibilitando a solução deste caso, na qual a Prefeitura Municipal de Barreiras elaborou o "Diagnóstico Socioambiental", nas comunidades ribeirinhas (Tabua da Água Vermelha, Bezerra, Correló, Brejinhos, Barra de Água Vermelha, Sítio da Barriguda, Mantiqueira, Bom Jesus, Fazenda Palmeira, Boqueirão do Justino, Boqueirão do Rodrigues, Canabrava e Brejo Novo) da região do Cinturão Verde no município de Barreiras/BA.

Considerando que a Prefeitura do município de Catolândia atualmente não possui suporte técnico para tal ação de elaboração de um diagnóstico socioambiental, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, celebrou um acordo de cooperação técnica com o Consorcio Intermunicipal do Oeste da Bahia-CONSID para a elaboração deste instrumento no município de Catolândia, com o apoio financeiro para

BRANCO



CONSID
Comissão Nacional de Estudos de Bacia



profundidade, supõe-se que no mínimo o nível estático tem perdido 2.25 metros de água no aquífero.

O maior diferencial de perda no nível estático é o de Poço de Pedra que foi perfurado no ano de 1983, mas aplicado os testes de Bombeamento no ano de 1986. A cota altimétrica do poço corresponde à 668 metros, o poço perfurou 150 metros de profundidade e tinha o nível estático à 17.7 metros abaixo da superfície, o nível dinâmico rebaixava até o correspondente de 130 metros. A vazão específica, correspondente a capacidade de produção do poço era muito baixa 0.012 m³/h/m, os testes de vazão estabilizada representam 1.4 m³/h. A entrada de água desse poço estava à 105 metros de profundidade. Se subtrair apenas o valor do nível estático da entrada de água do poço, há uma diminuição de 87.3 metros de água. Não é possível dizer se este poço foi perfurado sobre uma cavidade na rocha, mas o que pode ser inferido é que houve esvaziamento dessa reserva.

Conclusão

Conclui-se que os problemas hídricos instalados no município de Catolândia é uma junção de fatores que tem agravado e potencializado os conflitos pela água. Não é possível tratar essa problemática, a partir apenas da exploração de poços. Isso porque, o represamento da água à jusante, somado ao uso inconsequente das veredas e APPs dos rios e riachos para plantio, a diminuição e irregularidade pluviométrica são fatores que também tem suas parcelas de contribuições nessa problemática.

Através dos dados dos poços é possível perceber que o nível dos aquíferos estão sofrendo rebaixamento devido a exploração excessiva, não só pelos poços registrados no SIAGAS, mas, principalmente pela grande quantidade de poços sem registros, que tem sido perfurado desrespeitando distanciamento e capacidade de abastecimento dos aquíferos. Essa exploração desenfreada e sem monitoramento, aliada aos demais fatores tem contribuído para morte de afluentes do riacho boa sorte, na incapacidade de sustentação da umidade de veredas, principalmente das que se encontram no curso do riacho poção, na diminuição da vazão do rio e riachos e solapamento de grutas.

Para diminuir os impactos que a exploração de águas dos aquíferos tem provocado sobre a rede fluvial, como já indicada, seria necessário monitorar os poços já existentes, através da aplicação de testes de bombeamento regulares, se possível, a implantação de poços Piezômetro ou de Monitoramento. Há a necessidade de alinhar esse monitoramento a políticas de conscientização ambiental, assistência técnica rural que incentive a agricultura de sequeiro e criação alternativa de fontes de captação e armazenamento de água para abastecimento urbano, dessedentação animal e para agriculturas que necessitem ser irrigadas.

profundidade de rochas do grupo Urucuia alcançadas, nos poços em que perfuraram as duas geologias foi 23 metros, base do Urucuia, na cota de altimétrica de 622 metros. A exceção de João Rodrigues que penetrou 45 metros sem atingir a base do aquífero do grupo Urucuia. E todos os poços que perfuraram a geologia do Bambuí não atingiram a base do seu aquífero.

As maiores quantidades de perfurações de poços aconteceram na década de 80, dezessete poços. Período em que iniciam as reclamações de desaparecimento de nascentes, fervedouros e incapacidade de recarga de lagoas e sumidouros. A capacidade de vazão dos poços correspondente a esse período soma juntas o volume de vazão estabilizada de 214.152 m³/h. Antes disso, só havia o poço da sede (I), 1973. De 1993 à 2006, seis poços tiveram perfuração registrada. Não existe dimensão real da quantidade de poços perfurados em todo o território da bacia do Boa Sorte, uma vez que apenas 4% dos entrevistados do município de Catolândia afirmaram ter poços particulares. Desses, somente 2% disseram ter outorga, que ainda não pode ser identificada por meio do SIAGAS. Além do mais, existem uma grande quantidade de poços que foram omissos pelos entrevistados, e outros que, embora tivessem sido detectados, não puderam ser notificados através dos questionários, porque não houveram pessoas a serem entrevistadas no momento da visita. Só no assentamento, foi perceptível a existência de muitos poços particulares, principalmente nas casas onde não havia moradores no horário em que os questionários foram aplicados.

Os relatos dos entrevistados que estão no médio alto curso do rio Boa Sorte é que alguns poços diminuíram a vazão e outros foram interditados por falta de vazão. A exemplo do poço de Lagoa do Simão I e de Poço Pedra, o primeiro foi abandonado em 1999 e o segundo foi obstruído em 2006. As informações à seguir não consta no SIAGAS, mas, foram levantadas em campo através dos questionário aplicados aos moradores da comunidade de Funil, os quais indicam que o poço comunitário havia secado à mais de 11 anos, e que por isso, estavam recebendo água de Poço de Pedra. Na comunidade de Poço de Pedra não há registro de mais um poço além do que foi obstruído. Nisso, percebe-se uma falta de responsabilidade das instituições e empresas que estão fazendo a perfuração dos poços no município, e uma falta de controle da prefeitura na regulação desses trabalhos.

É possível inferir que o aquífero Bambuí está diminuindo a sua capacidade de água. Isso porque se observado apenas as informações dos poços de Lagoa do Simão I, Poço de Pedra e Funil/Aroeira/Jacaré, os quais exploram água desse aquífero, os dados indicarão que o volume de água que está entrando no sistema é menor do que o volume de água que está saindo. As informações do SIAGAS é que Poço de Pedra e Funil exploram água do aquífero Cárstico, Lagoa do Simão I não indica o tipo de aquífero.

O poço de Lagoa do Simão I possui 50 metros de profundidade, os dados dos testes de bombeamento informam que no ano de 1983 o nível estático da água estava à 11.67 metros de profundidade, o nível dinâmico que é o rebaixamento da água do poço durante o teste de bombeamento, diminuía até a profundidade de 14.25 metros de profundidade, não há dados da vazão específica, que corresponde a capacidade de produção do poço. Mas, somente pela subtração do nível dinâmico com o nível estático percebe-se que houve a diminuição de 2.58 metros de água do aquífero, que chegava até esse poço. Esse valor corresponde ao que pode ser demonstrado através dos dados disponíveis, mas, é provável que a diminuição seja superior à 2.58 metros de profundidade.

O poço de Funil/Aroeira/Jacaré possui 35 metros de profundidade, foi perfurado no ano de 1984, mas, faltam informações dos teste de bombeamento, dados referentes ao nível dinâmico e a vazão específica, o nível estático consta nas informações do teste uma profundidade de 19.75 metros, a vazão estabilizada desse poço corresponde à 8.8 m³/h. Não é possível calcular o rebaixamento do nível estático, mas, o poço indica que há entrada de água à 22 metros de



Os dados de perfuração de poços muitas vezes apresentam inconsistência pela falta de informação ou atualização dos seus registros, como os testes de bombeamento que não são atualizados com frequência no Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS), pelas instituições e empresas que perfuram e gerenciam os poços. Essa falta de registro e monitoramento tem impactado na forma de gerenciamento das águas subterrâneas de aquíferos e de lençóis freáticos, além de ser um dos agravantes responsáveis pelo extermínio de riachos e rios. Isso porque, não há uma estimativa de quanto tem sido retirado de água do subsolo em relação a capacidade de recarga dos aquíferos. Dentro da Bacia do rio Boa sorte também não foram identificados poços Piezômetro, o qual é utilizado para monitoramento do nível da água no aquífero, ou o poço de Monitoramento, que além de testar a qualidade da água, também quantifica a o volume de águas do aquífero. De acordo com os entrevistados a escassez de chuva é um dos principais fatores da falta de água na bacia e responsável pelo desaparecimento de cursos fluviais, 74% dos entrevistados relatam que houve alteração no regime de chuvas, o que levou a mudanças significativas em relação a falta de água da bacia.

Outro fator complexo no município de Catolândia, é a sua geomorfologia abaixo da superfície, formada de rochas calcárias com baixa porosidade, sumidouros e galerias. Para Travasso (2019) a geomorfologia do subsolo é tão complexa quanto a que se forma sobre a superfície, isso por que, as formas são condicionadas pelo tipo de material de origem, minerais, elementos químicos, a granulometria dos grãos, os índices pluviométricos, a temperatura, pressão atmosférica e tempo que esse material leva para se transformar em rocha. Tudo isso, irão influenciar na resistência e porosidade das rochas, e principalmente na sua capacidade de armazenar e transmitir água.

A bacia do rio Boa Sorte está inserida no contexto da bacia do rio Grande, as rochas do grupo Bambuí formarão um aquífero Cárstico ou Fissural, enquanto as rochas do grupo Urucuaia formarão um tipo de aquífero poroso. Travassos (2019) diz que no aquífero Cárstico há geralmente um confinamento da água que preenche cavidades, fraturas nas rochas e depressões recobertas por sedimentos, podendo ou não está conectada, mas que, como todo sistema, possui entrada e saída. A formação Lagoa do Jacaré e a formação Serra da Saudade são as duas unidades litoestratigráficas que foram identificadas na área do município de Catolândia e que dão embasamento a estrutura desse tipo de aquífero. As rochas do grupo Urucuaia de acordo com Gaspar (2006) formarão um aquífero poroso, constituído em sua maioria de latossolos espessos. Nesse tipo de aquífero a água preenche os poros da rocha e se movimenta de forma livre.

Nos dados de perfuração dos poços há um campo de geologia, ele descreve os tipos de estruturas geológicas à medida que o poço avança em profundidade. Por meio dessa descrição podemos identificar que um poço perfurou a geologia do grupo Urucuaia e extrai água de seu aquífero, a saber em João Rodrigues (identificação do poço 2900013371), vinte poços extraem água do aquífero pertencente as rochas do grupo Bambuí, cinco poços perfuraram camadas de rochas pertencentes aos dois grupos Urucuaia e o Bambuí, más, apenas o poço de Capivara explota água dos dois aquíferos, um poço não tem descrição das rochas perfuradas, no assentamento de Poção I, e um indica a presença de estruturas cristalinas desconhecidas, registradas no poço assentamento de Poção II, os dois poços do assentamento não tem vazão.

Com base nos dados dos poços de Catolândia, percebe-se que o aquífero do Bambuí é o maior provedor de água para os poços do município com registro no SIAGAS. De acordo com entrevistados das comunidades com abrangência de São Marcos à João Rodrigues há diversos sumidouros nessa região. São indícios de aquífero Cárstico, provavelmente esses sumidouros formam galerias nos subsolos que são preenchidas por água e que podem estar interligados por fraturas e cavernas. Entretanto não se pode negar a contribuição do Urucuaia para o abastecimento desse sistema. Uma vez que o ciclo da água funciona de forma aberta e não fechada. A maior

químicas foram em 2 de janeiro de 2006, não indica quais são os tipos de minerais encontrados apenas um volume de 240 mg/l (ppm) de sólidos dissolvidos na água.

Em Sítio da Barriguda o poço está localizado em uma altitude de 708 metros, perfurado a uma profundidade de 144 metros. Não há registro do perfurador, assim como não há preenchimento completo dos do poço. Não foi identificado o tipo de aquífero, entretanto, as rochas calcárias indicadas no catálogo dos poços do SIAGAS, conforme Reis (2011) pertencem a formação da Serra da Saudade, grupo Bambuí. Não há registro do topo do aquífero, muito menos se existe algum tipo de cobertura diferente sobre ele, uma vez que os dados do poço entram em divergência com os dados Geológico do IBGE (2019), analisados ao mapa altimétrico, que indicam a possibilidade de haver coberturas de materiais provenientes do grupo Urucuaia. O nível estático foi registrado à 17.8 metros de profundidade, o nível dinâmico à 82.54 metros de profundidade, sua vazão é de 2.12 m³/h. A quantidade de sólidos dissolvidos na água equivale à 236 mg/l (ppm), sem registro dos principais minerais encontrados na análise química.

Poço de Baixo a perfuração do poço foi feita em um local com cota altimétrica de 703 metros de altura, sua profundidade atingiu 180 metros. Os dados não foram preenchidos por completo, falta informações sobre quem perfurou o poço, qual o tipo de aquífero, o seu topo, se atingiu a base. Os testes aplicados nesse poço, indica que o nível estático está a uma profundidade de 23.37 metros, o nível dinâmico atinge o rebaixamento até a profundidade de 156 metros, a quantidade de água explotado do subsolo tem vazão de 0.36 m³/h. A análise química não indica quais os principais minerais encontrados, mas, indicam que a quantidade de sólidos dissolvidos na água corresponde à 404 mg/l (ppm).

Os dados que constam no registro do poço da comunidade de Poço do Mato correspondem a um local de cota altimétrica de 665 metros, a profundidade desse poço chega à 130 metros. Falta dados no registro desse poço, o perfurador não foi informado, além do tipo de aquífero, seu topo e a dinâmica do rebaixamento ao bombear água. As rochas são calcárias, típicas do grupo Bambuí. O nível estático da água foi registrado à 21.62 metros de profundidade, a vazão que ele atinge é de 14.14 m³/h. A quantidade de sólidos dissolvidos na água representa 458 mg/l (ppm), sem descrição dos minerais presentes na análise.

O segundo poço de João Rodrigues foi perfurado pela CERB em local de cota altimétrica 643 metros e profundidade de perfuração de 92 metros. As rochas de calcário preto de fragmentação grosseira são do Grupo Bambuí, e forma um aquífero Cárstico. O topo desse aquífero atinge a superfície do terreno, a base do poço não atinge a base do aquífero. O nível estático foi registrado a uma profundidade de 6.63 metros de profundidade, o nível dinâmico reduz até a profundidade de 8.38 metros e tem capacidade de vazão de 15.22 m³/h. A quantidade de sólidos dissolvidos em água representa 302 mg/l (ppm), conforme descrição da análise química, sem descrição dos tipos de minerais presentes na água.

Destes, apenas um informa a finalidade de uso da água, sendo ela para abastecimento urbano, os demais não apresentam registro quanto a finalidade de uso e outras informações complementares que se tornam essenciais para análise e interpretação dos dados.

No Assentamento de Poção há notificado a presença de dois poços, entretanto, a maioria dos campos estão vazios. A cota altimétrica do terreno indica que o poço I é de 724 metros de altura enquanto o II tem 721 metros. A data referente a abertura e medição de vazão não constam informações. O poço do Assentamento de Poção II perfurou 31 metros de profundidade e deparou com uma rocha cristalina. As vazões dos dois estão zeradas, não apresentam nível estático nem nível dinâmico, as análises químicas também não foram coletadas.

A partir das informações dos poços descritos, será remontado um perfil hídrico dos aquíferos do município de Catolândia, para tentar compreender a dinâmica do fluxo da água no subsolo e a contribuição dos aquíferos na perenidade das águas superficiais.



CONSID
COMITÊ NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE QUALIDADE DE ÁGUA



Em Poço de Pedra a cota altimétrica do local de perfuração do poço corresponde à 668 metros de altitude, a profundidade que o poço atingiu é de 150 metros. O aquífero de exploração é tipo Cárstico, composto de rochas calcárias de coloração cinza, fragmentado e de granulometria de média à grosseira pertencentes ao grupo Bambuí. Sobre ele há uma sobreposição de 24 metros de espessura de material argiloso de coloração amarela à esbranquiçada, pertencentes ao grupo Bambuí. O nível estático está à 17.7 metros de profundidade, o nível dinâmico é rebaixado até 130 metros de profundidade. As taxas de sólidos dissolvidos na água representam 308 mg/l (ppm), o bicarbonato representou os índices mais elevados.

O poço da comunidade de Areão foi perfurado em uma cota altimétrica de 667 metros, a profundidade do poço alcançou 48 metros. As rochas do grupo Bambuí, em sua maioria calcárias de coloração cinza, alterado e fragmentado, possui granulometrias de médias à fina. Sobreposto de 8 metros de profundidade até a superfície por material argilo-arenoso calcífero avermelhado. O nível estático foi identificado à 17.41 metros de profundidade, o nível dinâmico sofre rebaixamento até 24.68 metros de profundidade durante o teste de bombeamento que quantificou uma vazão de 4.1 m³/h. Os dados da análise química indicam que a água possui 300 mg/l de sólidos dissolvidos na água, altas concentrações de cálcio.

Em Boqueirão o poço foi perfurado no dia 27 de abril de 1984 em uma cota altimétrica de 666 metros, a profundidade do poço atingiu 50 metros. As rochas de calcário cinza bastante fraturado possui fragmentação média e pertencem ao grupo Bambuí, elas formam um aquífero Fissural. O topo desse aquífero está à superfície, entretanto, existe uma camada de 2 metros de material argiloso e mais 6 de material em decomposição da rocha matriz. A base do poço não atingiu a base do aquífero e o nível estático é 14.8 metros de profundidade, o nível dinâmico é de 15.63 metros, o rebaixamento do nível estático é de 83 centímetros. A vazão de água explotada do subsolo é de 12.18 m³/h e a quantidades de sedimentos dissolvidos é de 434 mg/l (ppm), concentração de cálcio e bicarbonato.

Dos dez poços citados, nove foram cadastrados para abastecimento urbano e um para abastecimento múltiplo.

A década de 90 existe apenas um registro de poço, ele está localizado em Lagoa do Simão II perfurado em 13 de março de 1997, à uma cota altimétrica de 681 metros de altitude. À profundidade de 48 metros ele explota água do aquífero Cárstico formado de rochas calcárias pertencentes ao grupo Bambuí. O topo do aquífero atinge a superfície e a base do poço não chega a base do aquífero, a penetração foi parcial, quanto a medição do nível estático foi registrado à 25.81 metros de profundidade, o nível dinâmico rebaixa para 27.59 metros. O poço tem a sua finalidade de abastecimento urbano, o teste de vazão foi aplicado no mesmo dia, demonstrando que sua capacidade de vazão corresponde à 8.31 m³/h, a quantidade de sólidos dissolvidos na água é igual à 476 mg/l (ppm), as maiores concentrações são de bicarbonato e cálcio.

Os registros de poços com perfuração mais atuais são referentes ao ano de 2006, o número deles correspondem a cinco, quatro tem registro do teste de bombeamento e um não, o poço da comunidade de Poção não teve teste de bombeamento.

Dados do poço da comunidade de Poção indicam que ele está localizado em uma cota altimétrica 710 metros de altitude, com perfuração de 49 metros de profundidade. Embora o mapa geológico do IBGE (2019) indique que o poço está em uma região pertencente a litologia do grupo Urucua, os dados do catálogo do poço no SIAGAS indicam que as rochas pertencem a formação do grupo Bambuí, ele não indica qual o tipo de aquífero, só descreve que suas rochas são calcárias. Também não informa o perfurador do poço, faltam informações do topo do aquífero e se houve penetração total de um aquífero para alcançar outro. O nível estático da água foi registrado à 1.15 metros de profundidade, enquanto o nível dinâmico sofre rebaixamento até a profundidade de 28.38 metros, para bombeamento de vazão correspondente 9.1 m³/h. A coleta de água para análises

O poço de Tiririca foi perfurado no dia 17 de agosto de 1982, sua profundidade é de 34 metros numa cota onde a altimetria atinge 622 metros. As rochas do grupo Bambuí, calcário cinza de fragmentação grosseira formam um aquífero fissural, onde o topo dele está à 23 metros de profundidade, recoberto por arenitos avermelhados em partes siltosos com granulometria fina à média, pertencentes ao grupo Urucuia. A base do poço ultrapassou a base o aquífero do Urucuia e está explotando água do Bambuí. O nível estático é de 1.72 metros de profundidade, enquanto o nível dinâmico rebaixa até a profundidade de 2.47 metros. A vazão corresponde 24.73 m³/h e as taxas de sólidos dissolvidos na água correspondem à 252 mg por litro (ppm), os principais minerais são os bicarbonatos.

Samambaia teve o poço perfurado em 14 de outubro de 1982, a cota altimétrica do terreno tem 708 metros, sendo perfurado à uma profundidade de 80 metros. O aquífero do tipo Cárstico é composto de rochas calcárias cinza de fragmentação grossa à fina pertencente ao grupo Bambuí, sobreposto de material argiloso do quaternário à uma profundidade de até dois metros. O topo do aquífero está a uma profundidade de dois metros a base do poço tem perfuração parcial, não atingiu a base do aquífero. O nível estático é de 22.1 metros de profundidade, o nível dinâmico é de 22.3 metros, quase não há alteração no bombeamento da água. O poço tem capacidade de vazão de 14.4 m³/h, a quantidade de sólidos dissolvidos em água é de 252 mg/l (ppm), o principal mineral é cálcio.

O poço de João Rodrigues foi aberto em 18 de dezembro de 1982 em uma cota altimétrica de 636 metros, perfuração de 45 metros de profundidade. As rochas areníticas com granulometrias variadas e presença de argilas, conglomerados de quartzo e calcário pertencem ao grupo Urucuia, e forma um aquífero poroso. O topo do aquífero é a superfície do terreno, mas não foi possível identificar se houve penetração total ou parcial do aquífero, isso por que, a partir de 43 metros de profundidade não houve registro na ficha de descrição do perfil. O nível estático está à 2 metros de profundidade, mas, o nível dinâmico apresentou um rebaixamento de 18 metros em relação ao nível estático. A vazão explota 1.512 m³/h de água do subsolo, as taxas de sólidos dissolvidos na água correspondem à 446 mg/l (ppm).

Quatro poços foram perfurados em agosto de 1983, dentre eles um está situado na comunidade de São Marcos, outro em Lagoa do Simão I, outro em Poço de Pedra e o quarto em Areão.

O poço referente a comunidade de São Marcos possui cota altimétrica de 674 metros, perfurado a uma profundidade de 60 metros. As rochas calcárias de coloração cinza e variegadas são de fragmentação média, pertencem ao grupo Bambuí e formam um aquífero Cárstico. O topo do aquífero atinge a superfície e a base do poço não penetra a base do aquífero. O nível estático da água foi registrado à 17.25 metros de profundidade, o nível dinâmico sofre rebaixamento durante o bombeamento da água para 17.54 metros de profundidade, disponibilizando uma vazão de 12.16 m³/h. As taxas de sólidos dissolvidos na água representam 494 mg/l (ppm), a análise química identificou maiores concentração de cálcio e bicarbonato.

Na comunidade de Lagoa do Simão há dois poços, o primeiro foi perfurado na década de 80 o segundo na década de 90. A cota altimétrica do terreno correspondente ao primeiro poço é de 703 metros de altitude, a profundidade dele é de 50 metros. As rochas calcárias de coloração cinza com fragmentação grosseira à média, pertencem ao grupo Bambuí, sobre ela tem um perfil de 19 metros com material decomposto de argila e uma camada superficial de 2 metros formado de solos areno-argilosos. Não há descrição do tipo de aquífero, nem sobre o seu topo e a base. O nível estático foi identificado à 11.67 metros de profundidade, o nível dinâmico sofre rebaixamento até 14.25 metros de profundidade, e a capacidade de vazão desse poço é de 4.93 m³/h. As taxas de sólidos dissolvidos na água indicam valores que representam 200 mg/l (ppm).



decomposta e a base do poço não atingiu a base do aquífero, o registro de vazão dele é o maior de todos os poços registrados no SIAGAS, 31.68 m³/h.

Na comunidade de Capivara o poço foi perfurado no dia 11 de janeiro de 1981, a cota altimétrica do local de perfuração é de 671 metros, a profundidade do poço atingiu 60 metros, explora água do aquífero Cárstico pertencente ao grupo Bambuí, onde o topo desse aquífero está à 14 metros de profundidade, sendo recoberto por areia esbranquiçada grossa pertencente ao grupo Urucuia, a base do poço ultrapassou a base dos sedimentos do Urucuia, mas não atingiu a base do aquífero Bambuí. Os níveis estáticos e dinâmicos da água quase não apresentaram oscilações muito elevadas, na verdade a diferença foi de 1 centímetro em relação ao nível estático identificado à 1.35 metros de profundidade. A vazão do poço corresponde à 14.4 m³/h. Além disso, a quantidade de sólidos dissolvidos em água é de 320 mg/L (ppm).

O sétimo poço foi perfurado em Mozondó no dia 18 de outubro de 1983. A profundidade do poço atingiu 101 metros de profundidade, onde a cota altimétrica do terreno corresponde à 680 metro. O topo do aquífero o qual o poço explora água está à 12 metros de profundidade. Pertencente ao grupo Bambuí suas rochas do tipo calcária possui fragmentação média à grosseira e formarão um aquífero Cárstico, do topo do aquífero até a superfície é recoberto por arenitos de textura média decomposto ou inconsolidado pertencente ao grupo Urucuia. O nível estático desse poço foi identificado à 20.95 metros de profundidade, o seu nível dinâmico oscilava 73.7 metros de profundidade em relação ao nível estático. A capacidade de vazão estabilizada é de 4.14 m³/h, e a concentração de sólidos dissolvidos em água foi quantificada em 328 mg/L (ppm) a maior concentração são dos bicarbonatos principalmente de cálcio.

Desses sete poços, seis deles foram declarados serem para abastecimento urbano, apenas um, o da sede III foi abandonado por falta de vazão.

Dez do conjunto de dezessete poços da década de 80 foram perfurados de 1981 à 84. Os dados de teste de bombeamento dos anos de 81 e 82 foram lançados em até 10 dias depois da perfuração, cinco poços. Os testes de bombeamento dos poços perfurados no ano de 83 foram feitos em períodos mais adiante, um foi testado após dois meses da abertura, outro três anos e dois meses depois, outro, dois anos e seis meses e o último seis anos após a perfuração, o poço de 1984 teve sua vazão contabilizada 8 meses após sua abertura.

A descrição desses poços segue o mesmo critério já apresentado, a caracterização do poço é feita a partir dos dados presentes no SIAGAS (2021), utilizando de produtos como mapa altimétrico para leitura dos dados.

O poço da Sede IV foi perfurado em 12 de janeiro de 1981, possui 60 metros de profundidade, em uma cota do terreno de 649 metros. O aquífero de exploração é do tipo Cárstico, formado de rochas calcárias de fragmentação fina à média do grupo Bambuí. O topo desse aquífero está à 8 metros de profundidade, sendo recoberto por material decomposto do quaternário, solo argiloso avermelhado, a base penetrou parcialmente a rocha do Bambuí. O nível estático da água está acima do topo do aquífero explotado, 2 metros de profundidade sob o material do quaternário, não tem registro do teste de nível dinâmico, mas a sua vazão é de 15.84 m³/h, a quantidade de sólidos dissolvidos na água é de 328 mg/l (ppm);

Em Olaria o poço foi perfurado em 13 de julho de 1982, sob a cota altimétrica do terreno no valor de 610 metros, sua profundidade alcançou 36 metros. O aquífero é do tipo carstico das rochas de calcário cinza escuro decomposta ou alterado, com fragmentações média à fina do grupo Bambuí. Entretanto, existe uma cobertura de formação arenítica misturada a argila e folhelhos do grupo Urucuia. O topo do aquífero explotado é de 15 metros, a base do poço não atingiu a base do aquífero. O nível estático foi registrado à 3.6 metros de profundidade, ultrapassando o topo do aquífero explotado. Não apresenta registro do nível dinâmico, mas a sua vazão é de 23.97 m³/h, a quantidade de sólidos dissolvidos na água é de 176 mg/l (ppm), em sua maioria, cálcio.

O primeiro poço com registro no município de Catolândia foi perfurado para abastecimento urbano na sede (I), datado de 13 de dezembro de 1973, este tem 80,7 metros de profundidade, explora água de aquífero Cárstico pertencente ao grupo Bambuí. O único teste de bombeamento foi aplicado no dia seguinte da abertura do poço, a vazão identificada corresponde à 13,8 m³/h, desde então, não há registrado de nenhum teste para acompanhamento do nível da vazão. A cota altimétrica corresponde à 620 metros, o registro do nível estático da água feito no ano de perfuração do poço, indica que a saturação do aquífero atingia 12,26 metros de profundidade, embora o topo dele estivesse 9,26 metros acima desse nível. Quanto a base do poço não ultrapassou a base do aquífero, houve penetração parcial. Os testes químicos apresentam uma taxa de 454 mg/l (ppm) de minerais sólidos dissolvidos na água.

Na década de 80, dezessete poços foram perfurados e registrados no SIAGAS. Sete deles não apresentam as datas referentes aos testes de bombeamento, mas, possuem data de perfuração, as datas referentes à perfuração são de 1980 à 85.

Dois desses sete poços que não possuem registros dos testes de bombeamento estão na Sede de Catolândia. O Sede III foi perfurado em 13 de janeiro de 1981, tem 120 m de profundidade mas não deu vazão, sendo abandonado em 1996. A cota altimétrica desse poço corresponde a 655 metros, perfurado sobre solo argiloso do terciário e o quaternário e calcários escuros de textura média à fina de baixa porosidade do Bambuí, é classificado como aquífero Carstico. O sede V, perfurado 20 de maio de 1985 tem 50 metros de profundidade, em sua descrição, é indicado como um tipo de aquífero fissural, pertencente as rochas do grupo Bambuí, o topo desse aquífero alcança a superfície do terreno que possui cota altimétrica de 604 metros, a mais baixa cota de todos os poços. Não houve penetração total do poço sobre o aquífero, a perfuração foi parcial. Entretanto, o dado de nível estático demonstra que o nível do aquífero está bem próximo da superfície, 2,76 metros de profundidade, a dinâmica do bombeamento do poço baixa 55 centímetros quando explora água do subsolo, disponibilizando por meio de sua vazão 14,4 m³ de água por hora. A saturação do aquífero nesse ponto apresenta alta capacidade de recuperação. As quantidades de sólidos dissolvidos em água representam 302 mg/L (ppm).

Os outros cinco poços foram perfurados fora da sede, dois na comunidade de Água Branca (I e II), um em Tamanduá, outro em Capivara e outro em Mozondó.

O primeiro poço de Água Branca foi perfurado em 16 de julho de 1980 com 38 metros de profundidade, o nível estático da água estava à 6 metros de profundidade quando os testes foram realizados, o nível dinâmico ao bombear a água oscilava para 7,15 metros de profundidade, o aquífero do tipo Cárstico pertence ao grupo Bambuí e tem disponibilidade de vazão estabilizada do poço correspondente à 26,39 m³/h. O topo desse aquífero está na superfície, com cota altimétrica de 704 metros, enquanto que a base do poço não atingiu a base do aquífero, desse modo não houve penetração total. As taxas de sólidos dissolvidos na água correspondem à 200 mg por litro (ppm). Quase sete anos depois o segundo poço foi perfurado em 10 de julho, em outro lugar com cota altimétrica de 660 metros e atingiu a profundidade de 29 metros, o nível estático da água está à 17,91 metros de profundidade o nível dinâmico da água rebaixou apenas 40 centímetros com relação ao nível estático nas fazes de teste. O aquífero do tipo Cárstico pertence ao grupo Bambuí, houve perfuração parcial, não atingido a base do aquífero, a vazão estabilizada desse poço é de 7,92 m³/h e a quantidade de sólidos dissolvidos em água é de 164 mg/L (ppm).

Em 24 de agosto de 1980 em Tamanduá foi perfurado um poço em um lugar com cota altimétrica de 664, o poço atingiu profundidade de 60 metros, o nível estático desse poço estabilizou em 7,34 metros, quando fizeram os testes de bombeamento de água o nível dinâmico do poço rebaixou para 11,02 metros de profundidade. O aquífero de tipo Cárstico, pertence ao grupo do Bambuí, seu topo está à 5 metros de profundidade coberto por rochas intemperizadas e



Dados de Pesca de Caridídeo								
Número da Rede	Coordenada X	Coordenada Y	Localidade	Profundidade	Veloc. C. (m³/h)	Sólidos Dissolvidos	Permeação	T. Bombasaca
200001798	44°49'20" W	12°17'1" S	Rio de Santana	244	1.52	236 mg/L (ppm)	2/20/1998	02/04/2000
200001878	44°46'21" W	12°26'37" S	Fazda de São	180	5.30	484 mg/L (ppm)	2/20/1998	02/04/2000
200001878	44°46'21" W	12°18'24" S	Fazda	48	9.1	240 mg/L (ppm)	2/20/1998	Sem informação
200002948	44°41'6" W	12°14'20" S	Assentamento Fazda	0	0	Sem informação	S/informação	Sem informação
200002997	44°41'9" W	12°14'24" S	Assentamento Fazda II	21	0	Sem informação	S/informação	Sem informação
200003341	44°34'51"	12°18'16" S	São Marcos	90	22.28	434 mg/L (ppm)	1/10/1993	23/03/1999
200003437	44°39'9" W	12°18'04" S	Cabrera	82	14.4	120 mg/L (ppm)	1/10/1993	Sem informação
200003470	44°39'05" W	12°18'04" S	Água Branca	48	26.89	280 mg/L (ppm)	1/10/1993	Sem informação
200003482	44°38'31" W	12°20'30" S	SIDE II	128	0	Não informado	1/10/1993	Sem informação
200003482	44°31'30" W	12°19'21" S	SIDE IV	08	15.84	208 mg/L (ppm)	12/02/1993	23/02/1991
200003888	44°31'7" W	12°20'24" S	OLARIA	35	13.97	176 mg/L (ppm)	1/10/1993	15/02/1993
200003902	44°30'24" W	12°19'37" S	SIDE I	807	13.8	454 mg/L (ppm)	11/02/1973	14/02/1973
200003911	44°30'20" W	12°19'37" S	SIDE II	813	0	Não informado	Não informado	Não informado
200003912	44°51'31" W	12°18'37" S	SIDE V	90	14.4	302 mg/L (ppm)	25/08/1993	Não informado
200003955	44°46'0" W	12°21'16" S	NEZUNDO	205	4.14	128 mg/L (ppm)	18/10/1993	Não informado
200005364	44°46'18" W	12°21'36" S	LADDA DO SMOAD I	48	8.33	478 mg/L (ppm)	13/03/1997	13/03/1997
200005460	44°48'21" W	12°21'57" S	REZARIBAO	90	12.58	434 mg/L (ppm)	21/04/1994	04/02/1993
200005787	44°46'0" W	12°21'0" S	LADDA DO SMOAD I	54	4.03	180 mg/L (ppm)	04/03/1993	14/08/2001 - Abandonado 1999
200006075	44°40'31" W	12°19'30" S	TRAMANDA	08	21.88	232 mg/L (ppm)	24/08/1993	Sem informação
200006460	44°38'31" W	12°18'31" S	ÁGUA BRANCA I	25	7.97	184 mg/L (ppm)	10/03/1997	Sem informação
200006580	44°47'24" W	12°18'26" S	FUNILARDO TRAJACKE	25	8.8	220 mg/L (ppm)	Sem informação	Sem informação
200006888	44°39" W	12°18'21" S	POÇO DE PEDRA	150	1.4	208 mg/L (ppm)	08/11/1993	04/05/1996 - Ostrudo 2006
200016795	44°40'48" W	12°18'57" S	Rio do Mato	190	16.58	438 mg/L (ppm)	03/03/2006	02/01/2006
200005452	44°50'42" W	12°21'3" S	ARIAO	48	4.5	300 mg/L (ppm)	24/03/1993	14/02/1999
200003894	44°51'14" W	12°21'16" S	TRIBUNA	34	16.75	332 mg/L (ppm)	13/08/1992	21/04/1992
200003182	44°52'24" W	12°19'17" S	SANMARIA	80	14.4	152 mg/L (ppm)	14/10/1992	13/03/1992
200005482	44°51" W	12°22'26" S	DAD ROOM BLATS	90	15.22	302 mg/L (ppm)	23/12/1993	02/01/2006
200013871	44°51'10" W	12°22'48" S	JÃO BOBACULA	41	5.92	448 mg/L (ppm)	18/11/1993	18/02/1993



contando a partir do valor 0, (valor inicial 0, de 0.001-6, 6.001-12, 12.001-18, 18.001-24, 24.001-30 e 31,680), gerando assim 7 intervalos.

O resultado da equação aponta que o número de poços que não tem vazão estabilizada, isto é, 0 vazão, são cinco; os poços que tem vazão entre 0,001 e 6 m³/h também são cinco; os poços com vazão entre 6,001 e 12 m³/h são quatro; a maioria dos poços estão na média 12,001 à 18 m³/h, um número de dez poços; dois poços possuem vazão que variam de 18,001 à 24 m³/h; um poço possui vazão entre 24,001 à 30 m³/h; e um superior à 30 m³/h.

Cada poço possui uma coordenada específica que indica a sua localização, além dessa informação, existe um número que o identifica, mais a localidade na qual ele está sendo perfurado. São essas informações que permitem a espacialização dos dados no Sistema de Informação Geográfica – SIG (Arcgis), para confecção dos mapas. Os poços possuem informações complementares que indicam as suas características descritas nos campos: dados gerais, dados construtivos, geologia, dados hidrogeológicos, os testes de bombeamento e análise química da água.

Os dados selecionados foram organizados a fim de construir um diagnóstico dos poços no município de Catolândia para tentar inferir sobre a dinâmica dos níveis de água do subsolo. Embora nem todos esses dados estejam representados na planilha, elas foram analisadas dos campos citados anteriormente. São dados públicos que podem ser consultados no SIAGAS.

Os principais dados estão representados na planilha da Página seguinte



Mapa de vazão estabilizada dos poços de Catolândia sobreposto a altimetria.

No limite do município de Catolândia foram identificados 28 poços registrados no Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS). As capacidades de abastecimento desses poços são variadas, sendo que a maioria possui baixa capacidade de vazão e alguns chegam a ter suas fontes zeradas. Os poços foram perfurados em sua maioria pela Geoser (Serviços Geológicos e Representações LTDA), e pela Cerb (Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia), mesma instituição que registra e gerencia os poços na Bahia. Há também poços que não tem registro do perfurador. De acordo com os dados levantados no SIAGAS, no registro desses poços constam que, em sua maioria tem finalidade de abastecimento urbano, 1 possui múltiplo uso, 7 poços tem campos não preenchidos ou zerados mesmo sendo para abastecimento urbano, indicando ter sido abandonado (Lagoa do Simão I) ou obstruído (Poço de Pedra). A capacidade de vazão dos poços registrados e em atividade, juntas correspondem a um quantitativo de 281.072 m³ de água por hora (m³/h).

O mapa além de representar o registro e a vazão dos poços no município de Catolândia, também consta um modelo digital de elevação que representa a cota altimétrica do terreno, onde os níveis mais baixos o valor é de 554,161m e os mais altos correspondem à 802,275m, a amplitude altimétrica corresponde 248.114m de diferença das partes baixas para as partes altas, as redes drenagem dos principais cursos fluviais da bacia do Boa Sorte também estão sendo representados, além de a localização das comunidades mapeadas no projeto.

A vazão é medida por meio da quantidade de água em metros cúbicos por hora (m³/h) que cada poço tem capacidade jorrar. Os poços identificados tem amplitude de vazão estabilizada que varia de 0 à 31,680 m³/h. Para classificação da capacidade de vazão dos poços, foi gerado uma equação no software arcgis que distribui conforme o intervalo de 6

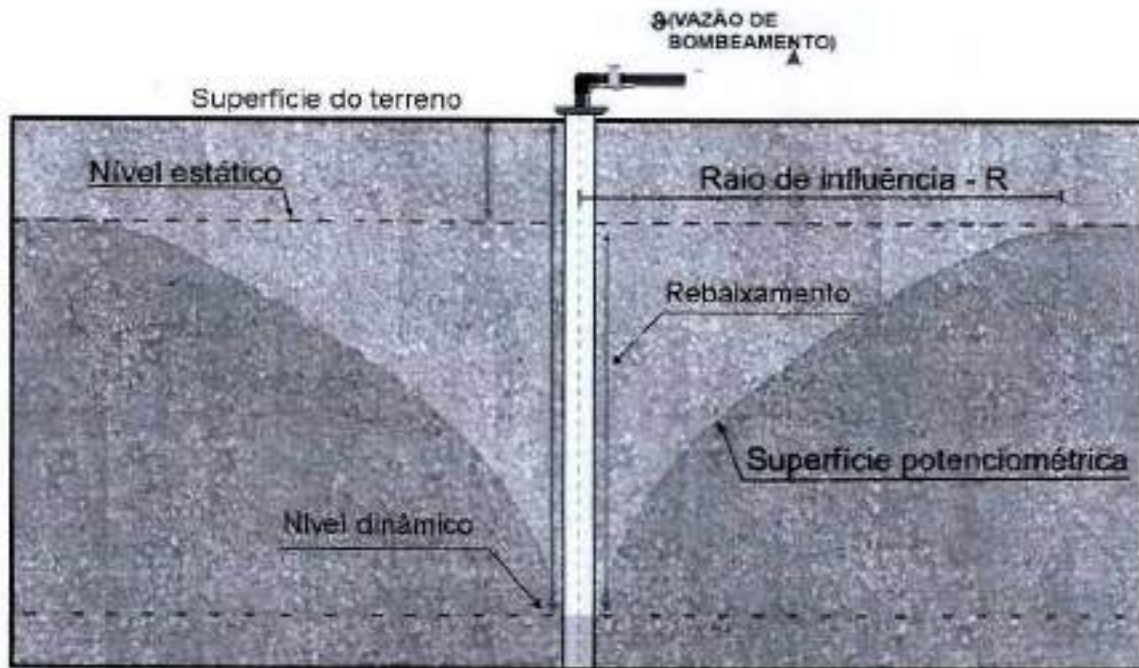
altimétricas à cima do nível estático venham desaparecer ou aflorar em cotas correspondentes ao seu nível estático. O esvaziamento dessas cavidades formam cavernas que podem ser exploradas turisticamente, mas, também pode aumentar os riscos de desabamentos, e formação de crateras que dificultam e impossibilitam o desenvolvimento e o cultivo de agricultura.

Conforme Reis (2011) escreve em sua dissertação de mestrado, as rochas sedimentares cobrem a maior parte das cimeiras da bacia do rio Grande, mas, podem haver formações e afloramentos de rochas metamórficas e ígneas na área dessa bacia. O autor faz uma descrição do material litológico dos dois grandes grupos, o grupo Bambuí é composto de rochas carbonáticas, em sua maioria calcárias de fragmentação média à grosseira, pelitos e siltitos, dolomito e arenitos, e o grupo Urucua que é composto de arenitos, arenitos conglomeráticos, rochas pelíticas e conglomerados, além de eluviões fluvio-eólicos com fragmentação fina à grosseira, laterita, silte, argila e coberturas dentritíticas lateríticas ferruginosas.

Em algumas áreas de perfuração dos poços, os dados geológicos do IBGE (2019) e o catalogo geológico do SIAGAS entram em conflito de informações. A escala do IBGE (2019) provoca generalizações, enquanto que o SIAGAS não apresenta informações detalhadas e as vezes nenhuma informação geológica de perfuração do poço. Para complementar a interpretação e aproximar ao máximo da realidade, foi gerado no Arcgis um Modelo Digital de Elevação e a representação da geologia do município de Catolândia. A altimetria do terreno tem como base os níveis dos oceanos e serve para representar o diferencial de altitude da geomorfologia. A geologia é a caracterização dos tipos de rochas identificadas na área de estudo. Além disso, os relatos dos entrevistados nas questões referentes ao uso da água também irão contribuir no diagnóstico dos poços do município.

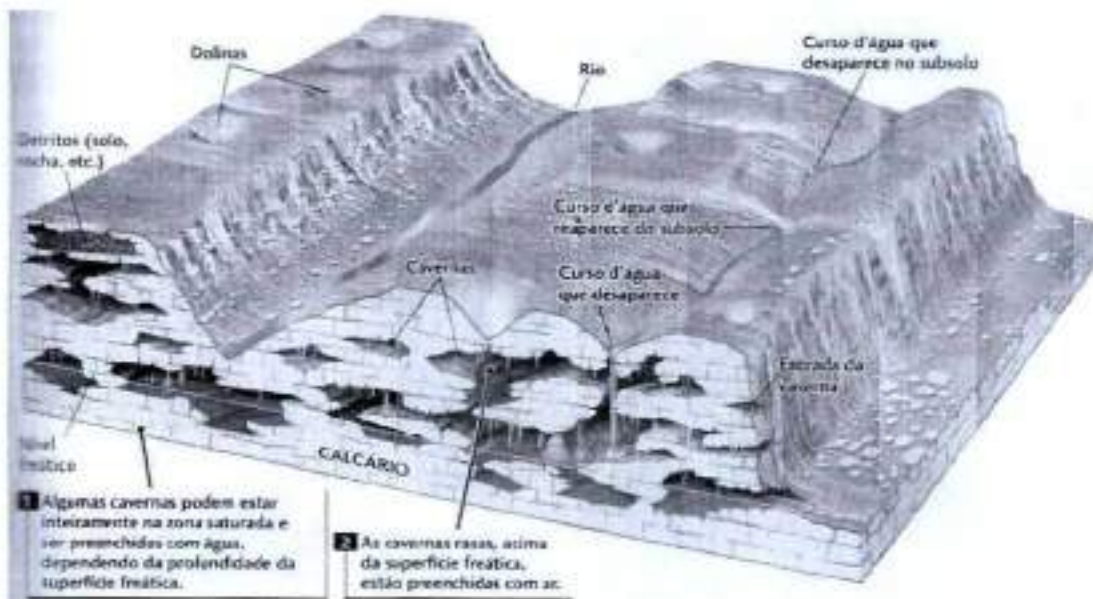
No mapa a seguir, é possível identificar a distribuição de poços a partir da Vazão Estabilizada, registrada para o município de Catolândia por meio do SIAGAS.

Imagem ilustrativa de como funciona a dinâmica de um poço em aquífero poroso (livre) quando este bombeia água do subsolo. Demonstração do movimento da água.



O exemplo representa o bombeamento de água de um aquífero livre.

A imagem à seguir demonstra a estrutura do aquífero Cárstico (confinado). A água preenche cavidades, e à medida que é explorada o nível estático rebaixa deixando exposto cavernas.



A diferença entre o aquífero livre e o confinado é que, no primeiro a água preenche os poros da rocha por completo, sendo regulada de forma mais equilibrada e especializada, enquanto que no segundo a água preenche cavidades e fissuras que podem ou não estar interligadas. Se a água do aquífero confinado é totalmente removida, cria-se um bolsão de ar. À medida que o nível dos aquíferos diminuem, a tendência é que as nascentes que estão em cotas



CONSID
COMISSÃO NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM SUBSOLO



10 ANEXOS:

10.1 Relatório sobre registro de poços de Catolândia/BA

Conforme moção nº 38 (Brasil, 2006) foi criado um sistema de informações de água subterrâneas (SIAGAS), a partir da integração de vários sistemas (SIAGAS, SNIRH, SINIMA, SIGHIDRO, SNIS e SIPNRH). Esse sistema foi desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM no prelo, 2020, p.3) para auxiliar pesquisadores, planejadores e gestores no desenvolvimento de pesquisas e na aplicação de políticas públicas relacionadas com a gestão e o aproveitamento racional dos recursos hídricos subterrâneos. Composto por uma base de dados permanentemente ampliada com módulos capazes de realizar consulta, pesquisa, extração e geração de relatórios, construtivos, geológicos, hidrogeológicos, testes de bombeamento, análises químicas de diversos poços por todo o território nacional.

Por meio desse sistema foram levantadas informações dos poços do município de Catolândia para construção de um relatório que auxilie a uma leitura da realidade hídrica municipal, a partir de estimativas para o nível dos aquíferos. As informações dos poços sem rima, utilizadas para construção dessa análise são: localização dos poços, data de perfuração, data de teste de vazão, nível estático, nível dinâmico, medição da vazão estabilizada, análise química e geologia. Além dessas informações que podem ser consultadas no SIAGAS, serão analisadas a altimetria e a geologia do município de Catolândia, expressas através dos mapas.

Mas, afinal, o que é um aquífero? De acordo com Travassos (2019) um aquífero é descrito na literatura como uma rocha que tem capacidade de armazenar e transmitir grandes quantidades de água. Através da descrição dos tipos de rochas da literatura de Reis (2011) o banco de dados do IBGE (2019), a descrição hidrogeológica do SIAGAS (2021) e os indicativos obtidas por meio de relatos dos questionários aplicados em campo, existem três tipos de aquíferos: o aquífero poroso que está relacionado as rochas do grupo Urucuia, o aquífero cárstico e o fissural todos dois relacionado as rochas do grupo Bambuí.

Para compreender a dinâmica do aquífero e o funcionamento dos poços, será utilizada conceitos básicos conforme expresso pela ANA (2016). Nível Estático (NE) é um termo técnico utilizado para medir a profundidade em que a água do subsolo permanece estável quando não é bombeada, sendo medida, em metros, a partir do solo. Nível dinâmico é a oscilação do nível estático, quando a água é bombeada do subsolo, medido em metros de profundidade ele tende a descer o nível da água no intervalo de tempo em que a água é explotada. A Vazão de Estabilização (s) é a quantidade água retirada após o teste de bombeamento, medida em m³/h. Rebaixamento é a diferença entre o nível dinâmico e o nível estático durante o teste de bombeamento. A Vazão Específica também é conhecida como Capacidade Específica, é um parâmetro usado na definição da capacidade de produção dos poços. Corresponde à razão entre a vazão (m³/h) e o rebaixamento de água em metros, sendo expressa em m³/h/m.



SANTOS, A. L.; NETO, J. P. S.; NUNES, H. B.; NASCIMENTO, R. R.; SOL, P. J. S. N.; BALISA, L. B.; CRUZ, J. N.; KALIXTO, C. S. Caracterização morfológica e física de solo de uma área com Murundus no oeste da Bahia. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 88997-89011, nov. 2020.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatísticas dos Municípios Baianos. Salvador, v.4, n.1, 2013.

_____. Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. **Plano Municipal De Saneamento Básico Para A Região Do Médio São Francisco.** Catolândia BA, fev. 2015.

http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/visualizar_mapa.php; Banco de dados acessado entre os dia 21 de junho e 01 de Julho de 2021.

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/catolandia.html> em 28/07/21

http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/visualizar_mapa.php; Banco de dados acessado entre os dia 21 de junho e 01 de Julho de 2021.

Instituto agua e saneamento

<file:///C:/Users/CONSID/Desktop/BERE%20BRAZIL%20ARQUIVOS%202020/BACIAS%20HIDROGRAFICAS/CBH%20BOA%20SORTE/DOCUMENTOS%20ORIGINARIOS/saneamento-em-catolandia-ba.pdf>



9 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **CNARH 40 – Dados do Poço. MORAES, Leticia Lemos de.** Oficina de Capacitação do Progestão, Águas Subterrâneas - Brasília, 31 de outubro de 2016, 43 p.

ALVES, Ricardo Reis. **Gênese e Evolução da Superfície Quaternária no Médio São Francisco: Fatos e Evidências na Bacia do Grande – Bahia. Minas Gerais: Uberlândia, 2011, 314 p.**

CLIMA TEMPO. **Climatologia e histórico de previsão do tempo em Catolândia, BR.** Disponível em < <https://www.climatempo.com.br/climatologia/5756/catolandia-ba>>. Acessado em 08, jul. de 2021.

Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos D'água da RPGA do Rio Grande - BA. <https://www.prhgrandeba.com/relat%C3%B3rios> acessado em 27/07/2021

FREDDO, Valmor, et al. **Sistema de Informações de Águas Subterrâneas.** In: RELATÓRIO SIAGAS 2020 “Coleta, Consistência, Armazenamento e Difusão de Informações Hidrogeológicas”. CPRM, Rio de Janeiro, (No prelo), 35 p.

GODINHO L.P.S. PEREIRA R.G.F.A. **Caracterização Geomorfológica Preliminar Do Sistema Cárstico Do Rio João Rodrigues, São Desidério – Ba. Sociedade de Espeleologia.** Barreiras, BA, 2013. 11p

GASPAR, Marcia Tereza Pantoja. **Sistema Aquífero Urucuia: Caracterização Regional e Propostas de Gestão.** Brasília: UNB – Tese de Doutorado nº 76. 2006, 204 páginas.[

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: População; Território e Ambiente.** Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/catolandia/panorama>>. Acessado em 13 de jul. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Princípios de Carstologia e Geomorfologia / TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset –** Brasília: ICMBio, 2019.

JUNIOR, Carlos Ruberto Fragoso; NEVES, Marllus Gustavo Ferreira Passos das. **Águas Subterrâneas e Hidráulica de poços.** Centro de Tecnologia – Ctec. Slides, 82 páginas. Acessado em <https://player.slideplayer.com.br/2/353727/#> , no dia 22 de Julho de 2021, às 10:00h.

REIS, J.S. **Caracterização De Solos Ferruginosos Altomontanos Da Serra Do Gandarela.** Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2014. 85p

SANTOS, F.C.V.; FREITAS, C.I.; FILHO, R. O. C.; CORRECHEL, V.; UKER, F. E.; KEMERICH, P. D. C. **Uso E Ocupação De Microrrelevo De Murundus No Sudoeste De Goiás: Uma Abordagem Sobre Os Aspectos Físicos Do Solo. Revista Monografias Ambientais – REMOA.** Santa Maria, - V. 14, N. 1, p. 2988 – 2995, 2014.

Em conformidade com as observações técnicas observadas em campo, bem como no relato dos entrevistados em todas as comunidades sugere-se:

- ✓ Implementar políticas públicas no sistema de convivência com o semi árido;
- ✓ Substituição as metodologias de irrigação atuais por microaspersão e gotejamento
- ✓ Realizar estudos para implantação de barragens subterrâneas
- ✓ Desenvolver metodologias de dessalinização dos poços artesianos.
- ✓ Fomentar a implementação de Unidades demonstrativas comunitárias com meios de produção sustentável (ambiental, econômica e social) a partir de estudos e pesquisas junto com as universidades locais buscando alternativas produtivas para os pequenos produtores rurais de Catolândia.
- ✓ Implantar programas educativos (social, ambiental e econômico) e assistência técnica rural continuada e promover a educação ambiental;
- ✓ Fomentar o crédito rural aos produtores da região com base em estudos de viabilidade técnica e econômica;
- ✓ Fomentar o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo nas comunidades tanto para a aquisição de insumos base para a produção, quanto para a comercialização e escoamento da produção e educação continuados;
- ✓ Melhorar o sistema de distribuição de água potável, bem como implantar cuidados de preservação nos locais de captação de água;
- ✓ Implantar programas de geração de renda para jovens e mulheres;
- ✓ Intensificar a atuação dos órgãos oficiais fiscalizadores (municipal, estadual e federal);
- ✓ Implementar programas para limpeza, recuperação e manutenção e desassoreamento, caso a caso, de nascentes, barragens e poços tubulares;
- ✓ Realizar o cadastramento de usuários de água, poços, barragens, derivações;
- ✓ Realizar a regularização ambiental dos poços existentes em todo o Rio Boa Sorte;
- ✓ Implantar e ampliar os pontos de monitoramento hidrológico, quali-quantitativo, em toda bacia hidrográfica contemplada neste estudo;
- ✓ Ampliação da realização de diagnóstico socioambiental ao longo do Rio Boa Sorte a montante do município de Catolândia, com foco especial nas nascentes do município de Cristópolis, Angical e Baianópolis.
- ✓ Estabelecer um planejamento estratégico de ações de curto, médio e longo prazo a serem implementados pelos entes envolvidos na mitigação do conflito.

Estamos vivendo um momento atípico da realidade regional com o advento da Pandemia de COVID 19. As entrevistas foram, realizadas com alto grau de prevenção, uso de máscaras, álcool gel, distanciamento social. E mesmo nos rincões mais distantes do município foram localizados moradores acometidos da doença em isolamento, usando máscara e mesmo conversando com familiares em visitas através das grades do quintal.

Nenhum dos empreendedores sociais localizados, produtores de rapadura, biscoitos, queijo ou mesmo fornecedores de leite, frango para abate ou de hortaliças fez relatos de aumento de produção ou mesmo de manutenção da mesma. As informações obtidas dão conta que esses empreendedores estão operando com um terço de sua capacidade de produção e comercialização, coibidos pelo fechamento do comércio local em alguns momentos ou mesmo pelo medo da contaminação nos contatos pessoa a pessoa.

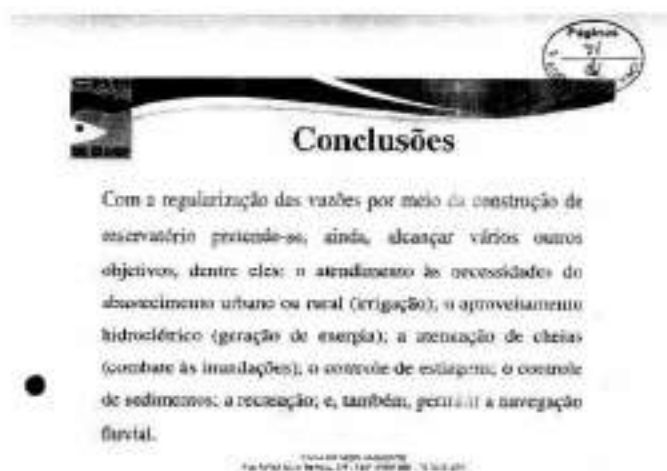


Figura 71: fac-símile de relatório do cbh grande-cbh são francisco

As conclusões dos trabalhos de investigação socioambiental realizados e já citados anteriormente sempre apontam para soluções em busca da recuperação dos mananciais ou mesmo da construção de reservatórios para “atender o abastecimento e a irrigação, garantir aproveitamento hidrelétrico, e chegam mesmo a falar de recuperação da navegação através de controle de estiagens ou de sedimentos”, mas tememos que a situação hídrica do rio no trecho que atravessa a cidade de Catolândia seja mesmo irrecuperável embora tenhamos a clareza que algumas atitudes e estudos sugeridos nas nossas recomendações possam embasar a tomada de decisão no sentido que mitigar os danos causados até então a bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte e que terminaram por comprometer a capacidade produtiva de uma cidade no prazo de apenas uma geração.

Catolândia assim torna-se um marco dos desastrosos resultados de metodologias de produção equivocadas que embasados em práticas tradicionais também equivocadas acabam por influência das mudanças climáticas em ação, impedindo a construção de um futuro sustentável a um município que mal completa seus sessenta anos de emancipação política.

8 RECOMENDAÇÕES:

fim da década de 1980 também se mostram superiores à média, no entanto, mais expressivas nas UB situadas no Oeste da área. A partir do ano de 2012 evidenciam-se através dos gráficos anos com precipitação significativamente inferiores à média na maioria das UB, situação que se estende até 2018, levando à redução da disponibilidade hídrica das bacias reportada atualmente. Verifica-se que condição semelhante ocorreu no início das décadas de 1950 e 1960 e fim da década de 1990, revelada pela média móvel inferior à média histórica. Ressalta-se que no período de 1920 a 1940 também foram verificadas épocas de menor incidência pluviométrica em algumas estações. A partir destas constatações pode-se inferir que períodos de menor disponibilidade ocorrem de maneira cíclica na área, em intervalos da ordem de grandeza de uma década. (PP2 – NT6 - Pag 80)

Segundo os dados analisados por este estudo há “uma discrepância acentuada entre os períodos de estiagem de 1949 a 1951 e 2012 a 2018 em toda a Bacia do Rio Grande. No primeiro período, ocorreu uma redução de 28% da precipitação média anual em relação a precipitação média anual do período completo, enquanto no segundo período ocorreu uma redução de 14%” e complementam garantindo que o comportamento observado na precipitação não se replica na vazão, pois no período de maior estiagem (1949 e 1951) as vazões se mantêm próximas as vazões médias do período completo. “Já a redução de 14% da precipitação média anual no período de 2012 a 2018, resultou em uma redução média de 10% das vazões médias no mesmo período em relação as vazões médias do período completo”.

Embora os dados expressos façam referência a áreas territoriais muito maiores do que nossa área de estudo, fundamentam características que encontramos nos estudos e justificam as colocações feitas pelos entrevistados, ao longo do curso do rio boa sorte que nesse trecho na região da chapada do Urucuia, tem um declividade baixa, com substrato formado por rochas predominantemente areníticas do Grupo Urucuia e que nesse trecho apresentam declividade média é de 0,108%, o que representa uma queda de 1,1 metros a cada quilômetro percorrido, intensificando o efeito já identificado.

Assim a substituição da vegetação nativa por áreas de uso predominantemente agrícola pode ocasionar alterações significativas no regime hidrológico dos rios, aumento das vazões de pico e o incremento da carga de sedimento para os mananciais hídricos. (NT 6 – pag 92, 2021) e de certo nas “cabeceiras de drenagem e margens dos cursos d’água a ocupação de áreas para a agricultura e pecuária são particularmente danosos para a conservação dos recursos hídricos por promover a mobilização de sedimentos arenosos para o fundo do vale, causando assoreamento e entulhamento de leito e de áreas de veredas, fazendo com que, eventualmente, surgências se desloquem para posições mais a jusante.” NT 6 - pag 99).

Desse modo, conseguimos compreender, com base nos estudos que vem sendo desenvolvidos desde que os primeiros conflitos hídricos foram estabelecidos de modo oficial na sub bacia hidrográfica do rio Boa Sorte, que as mudanças climáticas percebidas pela população desassistida são um somatório de questões ambientais tanto de ordem, geológica como geográfica, regime de chuvas e intervenções humanas equivocadas que foram tomando a forma de uma catástrofe anunciada, que, por mais que as comunidades revistam de esperança e fê um futuro promissor trazido por chuvas abençoadas, não há perspectiva de um retorno ao estado onírico vivido no passado e representado pelas quantidades de água que se acumularam ao ponto de oferecer balneabilidade em vários pontos dos afluentes do Rio Boa Sorte e tudo isso no período de apenas uma geração. .

entrevistados, se inicia com a chegada da água da Embasa na torneira das casas o que faz com que os moradores deixem de limpar as barragens permitindo que a vegetação (taboa) e o assoreamento tomem conta das áreas de inundação da barragem reduzindo drasticamente o volume de água acumulado.

Sem manutenção adequada e havendo cada vez mais plantios sem fiscalização, as ramificações dos corpos hídricos por toda a sub bacia do Boa Sorte deixaram de ter lamina d'água visível, interrompendo a alimentação desses riachos. Com o tempo e sem recarga esses acúmulos de água foram se acabando, gerando a situação de calamidade atual.

O Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos D'água da RPGA do Rio Grande – BA em seu documento mais recente, ainda não finalizado, mas já encontrado em <https://www.prhgrandeba.com>, compreende que ao Bacia Hidrográfica do Rio Grande RPGA XXI faz parte da Bacia Hidrográfica do Médio Rio São Francisco e para viabilizar o extenso e robusto estudo subdividiu a Bacia hidrográfica do Rio Grande em sete UPGRH – Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos e essas em Unidades de Balanço, resultando que a região do Rio Boa Sorte é representado neste estudo como UB 21.4.3 – São Desidério, que com a UB do Rio de Fêmeas e a UB do Rio Grande compõe o ALTO RIO GRANDE.

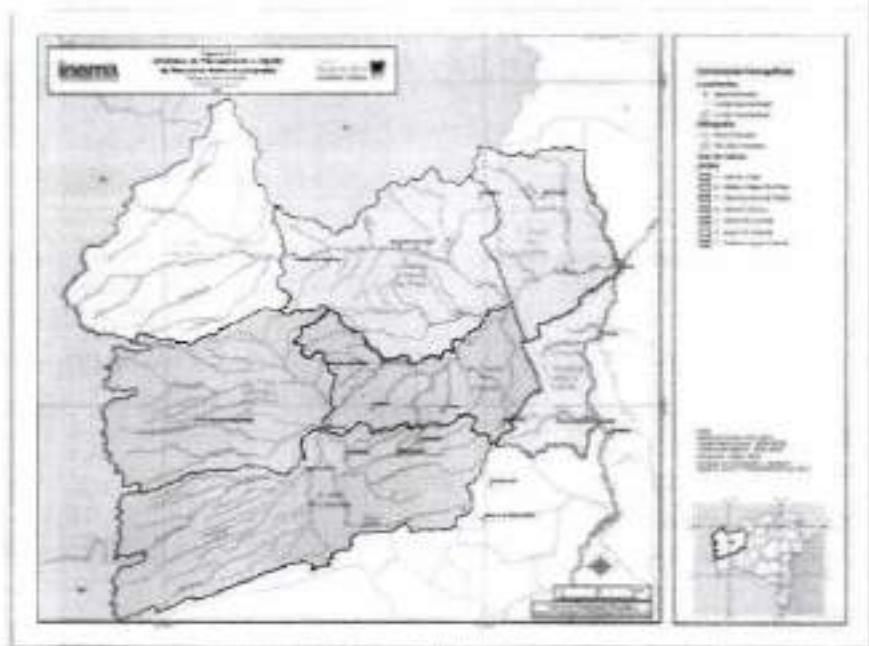


Figura 70 – Mapa INEMA

Segundo este estudo a vazão hídrica dessa UB tem sofrido decréscimo acentuado, de 115,0 (m³/s) Q95 (m³/s) mensurados de 1931 até os anos de 2001 para 93,0(m³/s) Q95 (m³/s) nos anos de 2013(NT 6- Adaptado de CBHSF, 2016 – p 34). Os estudos produzidos para elaboração desta PP2a – NOTA TÉCNICA 6 CARACTERIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS – afirmam que se evidenciam períodos de maior precipitação intercalados com anos secos, em intervalos de cerca de dez anos

Destaca-se o período do fim da década de 1970 e início de 1980, que apresentou totais anuais cerca de 40% superiores à média em praticamente todas as UB. As precipitações no

7 CONCLUSÃO

Diferente dos principais municípios da região oeste que são caracterizados pela produção agropecuária de grande porte, Catolândia tem uma atividade agrícola de subsistência familiar, sua renda vem principalmente da exploração dos recursos naturais, geralmente utilizando o solo como base para o plantio de pastagens para a bovinocultura de leite e de corte, como na produção de milho, mandioca e cana-de-açúcar que são utilizadas tanto para alimentação animal, como para a fabricação de produtos e derivados para alimentação humana. Toda outra atividade agropecuária diz respeito a cultivos de quintal e criação de porcos e galinhas prioritariamente para consumo próprio.

Essas culturas apresentam certa demanda hídrica: a pastagem com lâmina d'água requerida de 760m³/dia, o feijão com lamina d'água requerida de 377m³/dia, a mandioca com lamina d'água requerida de 1,6m³/dia, o milho com lamina d'água requerida de 74m³/dia e a cana-de-açúcar com lamina d'água requerida de 205m³/dia. Comparando tais demandas com os dados dos poços artesianos e a quantidade de famílias presentes por comunidade pode-se observar a grosso modo que a vazão dos poços apresentados não é suficiente para atender suas demandas hídricas dessas culturas, além de sustentar o consumo humano e a dessedentação animal, frente principalmente ao desaparecimento quase que absoluto da lamina d'água dos córregos e riachos por todo o município.

Tradicionalmente a população se utilizou dos mecanismos de queimada para abertura e limpeza de áreas para cultivo bem como se utilizou de métodos de irrigação oferecido por canais escavados do corpo hídrico até a área de plantio (sulcos), o que resulta num elevado grau de infiltração e de evaporação que impede o controle e favorece a perda de água durante o processo que se inviabiliza ainda mais nos meses e anos de maior estiagem.

Tal prática aliada à constatação de que a precipitação média vem diminuindo desde 2007 conforme na análise pluviométrica do Inema, baseada em dados da ANA (2015) e que a construção das barragens para atender famílias privilegiadas ao longo de afluentes do Rio Boa Sorte fez com que as comunidades rurais de Catolândia que dependiam desse recurso, a jusante desses barramentos fossem extremamente castigadas nestes últimos trinta anos. Como a lâmina d'água diminuiu a ponto de não ser suficiente para atender as suas demandas dada a redução drástica da vazão dos rios e riachos, na defesa de seu modo de vida, a população rural começou a plantar cada vez mais nas margens dos afluentes, quando não dentro do leito desses cursos d'água, bem como nas encostas e veredas (arroz, pastagem para o gado e outras culturas), provocando intensa movimentação do solo, quando chovia fazendo com que o solo revolvido fosse transportado aos riachos e outras áreas provocando assoreamento de rios e sumidouros além da perda de água por infiltração, lembrando que as características do aquífero Bambuí se sobressaem numa área significativa do município.

A falta de recursos hídricos para plantio impõe a perfuração ou aprofundamento de mais poços artesianos e como vimos no Relatório dos Poços do SIAGAS no município de Catolândia, sempre mantendo processos altamente irregulares e sem a devida notificação aos órgãos gestores, além de, segundo relatos dos moradores mais antigos, não haver manutenção dos equipamentos de distribuição das águas entre as comunidades.

Os barramentos construídos pelo poder público ao longo do Rio Boa Sorte que ao longo dos anos foram sendo necessários para garantir a subsistência das comunidades rurais hoje se encontram praticamente abandonados, processo que segundo relatos dos

Na Barriguda (21) a comunidade mais desenvolvida convive com os mesmos relatos anteriores acrescida da histórica pressão da xistose sobre uma comunidade envelhecida e desmotivados e manteve o padrão de plantar nas margens dos riachos que iniciaram a secar há 20 anos. Naquele tempo a comunidade era o local de veraneio da Catolândia e mantinham limpo o canal de água que hoje é só vivo num pequeno trecho que se encontra sujo e pisoteado pelo pequeno plantel de porcos, gado e galinhas que ainda criam a solta.

Algumas pessoas captam água da chuva, nas cisternas do governo federal, mas a maioria usa o poço da prefeitura que não tem registro no SIAGAS. A comunidade apresenta o pior desempenho com o trato dos resíduos sólidos que fica sobre a superfície enquanto apenas o lixo do banheiro é queimado na maioria das moradias.

Sítio da Barriguda e a Barriguda são duas comunidades de acesso ruim, estradas ruins mesmo convivem com falta de água para beber que muitos compram em galões e mesmo com o poço salobro a possibilidade de rega é mínima ou inexistente.

Assim sem capacidade produtiva os moradores com idade suficiente mantem empregos nas cidades vizinhas e os poucos que mantem moradia no local, comercializam cheiro verde, galinha e outros frutos de quintal, algum biscoito ou rapadura os mais empreendedores.

6.5.2 Comunidade Barriguda (20)

No Sítio da Barriguda (20), existe água que ainda chega por gravidade de uma nascente no topo do morro. Os mais velhos relatam que quando jovens tomavam banho no ribeirão no sítio da barriguda, onde tinha peixes como bagre e piaba. Relatam que dos 4 minadores anteriormente existentes apenas um continua vivo porque está preservado e que plantam nas proximidades dessas nascentes há 20 anos. Além das águas salobras que por gravidade vem nos minadouros algumas propriedades utilizam a água encanada que vem do poço da prefeitura e a água do ribeirão que tinha xistose e por isso só é usada pra molhar as plantações que hoje se reduziram a plantios de subsistência e capim para o gado.

Há uma barragem que ainda continha água no período das entrevistas final de maio e junho 2021.



Figura 67 - Barragem que ainda continha água no período das entrevistas final de maio e junho.

E encontramos derivações clandestinas de água que originaram a denúncia de conflito na área pela briga onde um morador que ficou conhecido como samurai decepou com facção o braço de um reclamante pelo uso da água. Atualmente nenhuma das famílias se encontra no local.



Figura 68 - Derivação Barragem seca na Barriguda.



Figura 69 - Barragem seca na Barriguda

E existia uma nascente na propriedade do Sr. José Carlos dos Santos Silva que alimentava o córrego/riacho que passava na Comunidade de Barriguda e seguia para a Barragem do Bezerra e secou há quase 30 anos. Hoje a área da nascente está desmatada e com capim.

6.5 Braço do Riacho Arapuã

No limite do Município de Catolândia com Barreiras duas comunidades estão ao longo de um braço que compõe o Riacho Boa Sorte, o Arapuã que nasce no município de Angical e tem no município de Catolândia as comunidades de Olho D'água (19) e Sítio da Barriguda (20) que se liga ao Riacho Boa Sorte a jusante da comunidade da Barriguda (21) daí seguindo seu curso para o município de Barreiras.

6.5.1 Comunidade Olho d' Água (19)

Na comunidade de Olho D'água (19) encontramos relato da existência de muitos olhos de água e de um ribeirão muito diminuído, mas ainda perene que é cuidado e utilizado pra dessedentação de gado. E que não utilizam essa água para mais nada por causa da xistose e também relatam casos de chagas e de dengue. Utilizam água do poço da igreja que é salobra e para consumo humano chegam a importar água de Barreiras. Segundo eles o poço não baixou, mas os olhos d'água foram secando e que a água do ribeirão iniciou a secar há mais de 20 anos. Uma família relatou que a nascente na propriedade da família no topo do morro secou e foi reaparecer 150 metros abaixo. A produção é de subsistência em pequenas áreas.



Figura 66 - Riacho de Barra do Poção quase seco por completo.



6.4 Braço do Riacho do Felix Preto

Deste, o curso da água ruma para a Lagoa do Odilon (2) e para a comunidade de Barriguda (21). Compreendendo ainda, que as comunidades de Varginha (23), Felix Preto (22) e Bom Jesus (24) seguem um curso de água que também deságua na comunidade da Barriguda (21).

6.4.1 Comunidades Varginha (23) e Félix Preto (22)

Nesse curso d'água encontramos as Comunidades de Varginha (23) e Félix Preto (22), praticamente com as mesmas características. As comunidades são abastecidas por um poço salobro localizado na comunidade de Félix Preto que também abriga um templo religioso de cunho espírita bem visitado. Segundo os relatos colhidos, as comunidades eram irrigadas pelo Riacho do Batista ou Minadouro do Batista que chegava a acumular um metro de profundidade de água na cacimba e uns 60 centímetros no curso do Riacho. Em Félix Preto, eles mantêm a área do antigo poço bem preservada com vegetação abundante esperando o retorno das águas. De acordo com moradores, há cerca de 40 anos atrás o riacho após apresentar um período de águas ferruginosas, secou totalmente e voltou a correr. E que agora, já está seco há 20 anos, embora não tenha mais apresentado o fenômeno das águas ferruginosas. Na comunidade de Félix Preto existe três nascentes próximas que alimentavam o riacho, sendo que duas nascentes foram desmatadas e assoreadas (pisoteio do gado) e uma nascente está seca e preservada ao redor.

Também em Félix do Preto, os moradores produzem milho, feijão, mandioca e capim para o plantel de vacas leiteiras, que hoje produzem a metade do que já comercializavam junto a Coperleite de Catolândia. A comunidade informa que apenas um proprietário tem o próprio poço artesiano. E o maior proprietário de terras do local e responsável pela comercialização do leite junto a Cooperleite afirma que na sua área de reserva ainda tem um olho d'água bastante preservado.

6.4.2 Comunidade Bom Jesus (24)

Na sequência encontramos a comunidade de Bom Jesus (24), uma das comunidades mais esquecidas do município, onde tanto o riacho como a nascente local secaram por volta de 30 anos atrás. Hoje na localidade convivem 3 casas em situação de total desassistência com baixa ou nenhuma produção mesmo de subsistência. A comunidade recebe água salobra do poço comunitário e não tem abastecimento de água pela Embasa, utilizando água da chuva para consumo humano. Além disso, a comunidade não tem rede de energia elétrica da Coelba - monofásica. Utilizam energia solar para tv ou bateria de carro para geladeira.

Comunidade de Cocos (27)

A jusante, encontra-se a Comunidade de Cocos (27) composta por 3 casas de difícil acesso, demonstrando certo abandono com moradores envelhecidos e desassistidos. Os moradores relatam que o riacho da Aguadinha secou há 38 anos, que seguia em direção a Comunidade de Poção. E que há 50 anos atrás utilizavam a água do riacho para fazer regrados nas margens, ou seja, cultivos irrigados feijão, arroz e outras culturas. De lá pra cá, convivem com a escassez de água e são abastecidos pelo poço comunitário sem registro no SIAGAS administrado pela prefeitura. Segundo os entrevistados, a abertura deste poço contribuiu para secagem do riacho. E não possuem abastecimento de água pela Embasa tendo que armazenar a água da chuva para o consumo humano.

6.3.4 Comunidade de Barra do Poção (4)

Seguindo, a próxima comunidade é Barra do Poção que é abastecida por água da Embasa e por um Poço da Prefeitura com água salobra. O riacho que passa na comunidade teve sua vazão reduzida drasticamente, secando em alguns momentos, mas que ainda tem água. A comunidade é praticamente composta por pessoas idosas que mantêm um pequeno plantel e ainda produzem mandioca e feijão para sua subsistência.



Figura 65: Riacho de Barra do Poção quase seco

A maioria das propriedades dessa localidade usa a água das cisternas do governo federal para dessedentação humana e os poços salobros para praticar a rega do capim para o gado de corte que insistem em manter para garantir alguma duvidosa rentabilidade. As áreas de vereda são utilizadas para os plantios de subsistência e até mesmo para o capim.



Figura 62 - Sr. Rodrigues primeiro morador da região da Barragem do Gil.



Figura 63: Imagem do poço há 20 anos.



Figura 64: Imagem do poço

Há relatos que os poços artesianos também estão secando e que o primeiro deles com 14 anos de idade já se encontra seco. Não localizamos qualquer controle municipal da existência desses poços embora algumas fazendas localizadas apresentem práticas de captação da água de nascentes e houveram relatos da existência de poços de alta vasão na fazenda do irmão de uma deputada federal conhecida na região, dado que não foi verificado.

um buritizal histórico. A comunidade relata que via as copas dos buritis no espelho d'água amarelando, murchando e finalmente sumindo no leito das águas. Nesse mesmo período a água começa a rarear a jusante da barragem e vários movimentos e manifestações levantaram a legalidade da licença concedida para a criação de tamanha barragem. Há relatórios de fiscalização e BOs nos organismos públicos e na polícia civil e militar da Bahia sobre essas etapas do conflito.

6.3.1 Comunidade de Assentamento (25)

No Assentamento (25) a comunidade bebe a água das cisternas obtidas junto ao projeto do Governo Federal e a grande maioria dos entrevistados se ressentem por ter investido no projeto de assentamento que desde sua implantação convive com a diminuição da disponibilidade hídrica que veio se agravando ano a ano. A energia elétrica chegou a comunidade a coisa de dois anos para as famílias mais distantes que convivem com uma água de poço salobra com a presença de ferrugem, precisando decantar antes de ser utilizada e que pouco ou quase nada conseguem produzir a menos que consigam perfurar o próprio poço artesiano. O que absolutamente vem acontecendo sem qualquer controle ou monitoria. Na verdade, a maioria das famílias possui um poço artesiano sem outorga ou registro no SIAGAS.

O núcleo da comunidade do Assentamento os moradores mantêm a mesma característica e segundo relatos de pessoas envolvidas diretamente com as 03 associações que atuam no projeto já passaram por várias redefinições de partilha da propriedade de praticamente 600 ha. Ainda hoje existem conflitos entre as primeiras famílias autóctones da comunidade de Poção. Após o desaparecimento das águas do poderoso e perene riacho que atravessava toda a região os moradores foram obrigados, a usar de modo equivocado o solo, invadindo as margens dos riachos que secavam pra aproveitar as áreas úmidas para plantio principalmente de arroz. O fogo para limpeza das áreas ainda é utilizado e eles observam que os poços vão reduzindo sua capacidade quando mais avançam na direção da comunidade de Poção.

6.3.2 Comunidade de Poção (26)

Na comunidade de Poção – 26 chegamos a localizar o Senhor Antônio Rodrigues – Foto 33, primeiro morador da localidade que relatou que o poço localizado em sua propriedade abastece três caixas ao longo do curso da estrada e que a água já não consegue chegar de modo satisfatório para a última delas quase perto de uma enorme lagoa natural ou Poção que eles chamam de Criminoso e que surpreende pela situação de exaustão de um local que chegou a apresentar 5 metros de profundidade e uma extensa área de espelho d'água.

6.3 Braço do Riacho do Poção

Esse braço afluente do Riacho Boa Sorte conhecido por Poção é palco da maior situação de conflito hídrico vivido pelo município de Catolândia, pois têm a montante das comunidades as Barragens de Gil e Block, além da barragem construída para viabilizar a BA para Baianópolis. São as comunidades ao longo desse braço de rio as comunidades de Assentamento (25), Poção (26) e Cocos (27), Barra do Poção (4), daí o riacho acaba atravessando a comunidade de Lagoa do Odilon (2) onde ruma para a Barriguda (21).

O drama hídrico provocado pelas barragens construídas primeiro com elevação do leito da estrada BA 242, que embora tenha deixado manilhas pra que a água transpusesse a estrada acabou permitindo que a barragem de Sergio Block que veio algum tempo depois com a intenção de criar uma passagem para o gado terminou permitindo ou incentivando a criação do desastre ecológico conhecido como Barragem do Gil. Hoje as duas barragens de encontram secas e abandonadas e são responsáveis pela manutenção da situação de penúria que todas as comunidades ao longo desse braço do Riacho Boa Sorte enfrentam atualmente.



Figura 60: Vista do buritizal resistente a jussante das barragens.

Os moradores mais antigos que conviveram com o local antes do assentamento – coisa de 18 anos e antes da construção das Barragens de Sergio Block e Gil Machado, na localidade conhecida como Toca do Lobo, em torno de 30 anos atrás no limite com município de Baianópolis, são taxativos em afirmar que tais empreendimentos acabaram com a disponibilidade hídrica da água superficial do riacho. Relatam que o Riacho chegava a apresentar correnteza, profundidades de até 3 metros, com até 15 metros de margem a margem o que exigia pontes para a travessia, além de exibir uma grande quantidade de peixes e imensos buritizais por todo o leito do riacho.

A Barragem de Gil Machado foi construída para abrigar tanques de peixe e resultou numa grande área inundada que formou um imenso espelho d'água que afogou literalmente

6.2.4 Comunidade Tamboril (1)

O riacho que passa na comunidade de Tamboril (1) teve sua vazão reduzida e também recebe esgoto da sede do município. E em setembro o riachinho (córrego) fica muito baixo e tem vazão reduzida drasticamente, de acordo com os moradores. A comunidade é abastecida com água do poço cumitário e pela água encanada da Embasa. Em Tamboril ainda restou certa produção de rapadura, tão comum no passado. Porém, esta produção foi reduzida drasticamente devido ao acesso a água e a pandemia que atrapalhou muito a comercialização do produto. A produção agrícola gira em torno da mandioca, feijão e cana plantados próximo ao riacho, devido a umidade.

6.2.5 Comunidade Lagoa do Odilon (2)

A comunidade é formada por idosos que tem pouca consciência da situação hídrica que enfrentam, pois já não utilizavam a água do riacho para nada por medo da xistose. São abastecidos pelo poço da prefeitura e pela Embasa.



Figura 59 - Barragem no riacho sem nome na Lagoa do Odilon

O mesmo quadro se repete na Lagoa do Odilon – 2 onde nem relatos da lagoa que dá nome a comunidade foram localizados. Aqui a maior parte da comunidade vivem pequenos lotes de terra herdados e relatam que a barragem que existia no riacho que deixou de ser cuidado pela comunidade quando a água da embasa chegou nas torneiras. As águas vem sumindo a coisa de 30 anos e até uns 20 anos atrás ainda encontravam peixes como trairas, piaus, piabas e carás. Relatam que no passado tinham problemas com xistose e chagas e tem uma produção de subsistência hoje baseada em cana, banana, mandioca, milho. A produção de rapadura também foi abandonada e se minimizou ainda mais depois do advento da pandemia de Covid 19. São abastecidos por um velho poço da prefeitura e neste ponto as águas correm para a área da comunidade de Barriguda (21).

6.2.2 Comunidade Riachinho (29)

A comunidade de Riachinho (29) é formada por apenas uma propriedade, onde está localizado o poço da prefeitura de água salobra com registro no SIAGAS. A água deste poço abastece apenas uma fazenda de pecuária de corte à pasto e suplementa a alimentação dos animais com milho e mandioca. A comunidade não é abastecida pela Embasa, por isso os moradores se servem de uma cisterna coletando a água da chuva para dessedentação humana. Não há qualquer sinal de água superficial.

6.2.3 Comunidade Boa Vista (3)

Já na comunidade de Boa Vista (3), o riacho não secou completamente como nas demais localidades, porém teve seu volume reduzido em até um metro de profundidade. Além disso, o riacho vem recebendo o esgoto proveniente do sistema de macrodrenagem da cidade de Catolândia que não é tratado – figura 58.



Figura 58 - Lançamento de esgoto no riacho.

As áreas próximas ao leito do riacho em sua grande maioria estão com pastagens degradadas ou com uma vegetação leve. A comunidade possui apenas 3 famílias que praticam uma pecuária de corte de corte rudimentar e uma agricultura de quintal (mandioca, banana, laranja) para subsistência.

6.2 Braço do Riachinho /Sem Nome

Dai o Riacho se encontra com as águas que atravessaram a comunidade de Riachinho (29) e rumam na direção da Comunidade de Boa Vista (3). Esse outro braço afluente do Rio Boa Sorte foi monitorado a partir da comunidade de Ponta D' água (28) fluindo depois para o Riachinho (29), Boa Vista (3), Tamboril (1), Lagoa do Odilon (2) e Barriguda (21).

6.2.1 Comunidade do Ponta d'Água (28)

O relato de abandono se intensifica nesta comunidade e segundo os poucos moradores localizados, o riacho em Ponta D' água (28) parou de correr há mais de 20 anos. Antes formava uma lagoa que secou mais ou menos 8 anos, que tinha água o ano todo. A comunidade é abastecida por um poço de água salobra gerido pela Prefeitura de Catolândia que não tem registro no SIAGAS e não tem abastecimento de água pela Embasa. Por isso, os moradores são obrigados a armazenarem a água da chuva para seu consumo em sistemas doadas pelo Programa do Governo Federal.



Figura 57: Mapa da comunidade de ponta d' Água.

Devido a grande limitação de água na comunidade praticamente inexistente produção agropecuária, limitando-se a produção de subsistência com cultivos de quintal (mandioca, banana, laranja, gurutuba) e pequena criação de galinha. As famílias se recentem da falta de água, já que não são abastecidos pela embasa, de modo que a renda vem de outras atividades junto ao município.



Figura 55 - Vista do paredão, por meio dele a água de João Rodrigues passa para a Tiririca e abastece a Lagoa Azul .

6.1.13 Comunidade Areão (17) e Cabeceira (18)

Após a comunidade de Tiririca a situação hídrica fica ainda mais comprometida, nas comunidades de Areão- 17 e Cabeceira – 18, o poço artesiano da prefeitura abastece uma comunidade envelhecida que parou de se envolver com seus destinos e deixou de cuidar do ribeirão quando a água da embasa chegou à coisa de 20 anos. Contam também com água do Rio do Nado através de bombeamento da prefeitura, mas desde que o brejo secou totalmente, coisa de 10 anos eles pararam de produzir e percebe-se que a desesperança tomou conta das comunidades, relatam que o fio de água que hoje ainda corre era poderoso no tempo das águas e alcançava o peito da pessoas que para atravessar o riachinho precisavam de pontes e cordas de apoio – figura 56.



Figura 56. Vista do riacho na Comunidade de Riachinho.

6.1.12 Comunidade Tiririca (16)

A comunidade Tiririca (16) apresenta uma área de conflito eminente devido a água recebida de João Rodrigues e que alimenta a Lagoa Azul. Segundo os entrevistados, estima-se que tudo começou há cerca de 20 a 30 anos, na mesma época que a Lagoa da Tiririca secou e houve uma redução da vazão da Lagoa Azul, que é o principal atrativo de uma unidade de conservação ambiental do município de São Desidério, chamado de Parque Municipal da Lagoa Azul e Gruta do Catão. Relatos dos moradores dizem que a grande área de água superficial do Riacho – figura 54 e da Lagoa da Tiririca secou pelo bombeamento irregular da água para produção irrigada nas comunidades acima como em João Rodrigues. Disseram que, próximo a Lagoa da Tiririca havia uma nascente que também secou na mesma época. A produção local segue os mesmo padrões encontrados ao longo desse braço do riacho e a comunidade é abastecida por um poço com registro no SIAGAS.



Figura 54 - Detalhe de derivação em riacho na Comunidade de Tiririca e que há muitos anos está seco

Existe na comunidade um “nascidoiro” em um paredão de pedras localizado na propriedade do Sr. Estácio que recebe água do riacho de João Rodrigues – figura 55, por meio de um sumidouro também localizado no paredão. Água passa pelo paredão e chega a Lagoa Azul, que de um lado pertence a Tiririca/Catolândia nas terras do Sr. Estacio e do outro lado já pertence ao Parque de São Desidério. Por se tratar de um local turístico e de importancia ambiental é extremamente necessario atentar a este abastecimento de água. Como dito no item anterior, durante a visita técnica em João Rodrigues na área do Sumidouro, pode-se observar o plantio irrigado de feijão que desvia água e que está causando o assoreando do córrego e da entrada do sumidouro que abastece a Lagoa Azul.

gado – figura 51. A comunidade é pequena e empobrecida, a grande maioria dos moradores em idade produtiva trabalham em Catolândia e apenas os idosos permanecem na comunidade com pouca ou nenhuma capacidade de produção. Relataram a existência de um sumidouro que não foi verificado. O local conhecido como Fervedouro – nome dado a nascente da Fazenda Carvalho apresentava profundidades de até 3 metros e hoje se encontra totalmente ressecado apenas com umidade no solo.



Figura 50: Detalhe da captação de água para o vado em João Rodrigues.



Figura 51 - Visão do leito seco do



Figura 52: Detalhe da entrada do sumidouro na escadilha de pedras em



Figura 53: Visão da área que está sendo preparada para o plantio de feijão

Em João Rodrigues existe um sumidouro em um paredão de pedras por onde a água entra e sai na Comunidade de Tiririca na propriedade de Sr. Estácio, em um local que faz divisa com a Lagoa Azul de São Desidério – Figura 52. Portanto, a Lagoa Azul recebe água vinda do Riacho que passa em João Rodrigues. É importante ressaltar que durante a visita técnica pode-se observar o uso inapropriado do solo com a preparação da área para o plantio irrigado de feijão – figura 53. Além do desvio do curso d'água do córrego para irrigação, a movimentação de terra está assoreando o córrego e levando areia e outros detritos para a entrada do sumidouro. Como consequência, poderá em um futuro próximo causar o entupimento do sumidouro e o não abastecimento da Lagoa Azul.

na comunidade localizado na propriedade do Sr. Rafael Rocha (divisa com a Comunidade de Mozondó) – figura 48 e 49.



Figura 48 - Sumidouro seco na comunidade de Lagoa do Simão.



Figura 49 - Detalhe do colapso de parte do solo, demonstrando que existe no subsolo formações

6.1.9 Comunidade Tamanduá (13)

A comunidade de Tamanduá – 13 vem a seguir, apresenta poucas moradias, nenhuma produção expressiva que não seja um pouco de gado. São abastecidos pela água vinda do Rio do Nado – Riacho Porto Alegre e por água da Embasa, embora exista registro de poço no SIAGAS. A comunidade se recente da falta de água e culpa grandes fazendas pela sua situação de carência.

6.1.10 Comunidade Boqueirão (14)

No Boqueirão (14) se configura como outro exemplo de comunidade empobrecida. Já na década de 80, um Fervedouro muito expressivo parou de correr. A comunidade chegou a produzir gado de leite e hoje tem um capinzinho de subsistência para o pequeno plantel que resiste. No momento da entrevista o equipamento de bombear água de um dos poços estava quebrado por falta de peças, embora na comunidade um representante do poder legislativo fosse considerado responsável pela manutenção do poço.

6.1.11 Comunidade João Rodrigues (XX)

Existe uma nascente em João Rodrigues (Fazenda Carvalho) que alimenta a Lagoa Azul e alimentava também a lagoa da Tiririca. Alguns disseram que essa nascente foi desmatada e que existe até hoje uma bomba retirando a água. Verificou-se que na verdade existem três tipos de captação nesta área para utilização da produção do fazendeiro que cria

cana ou capim de corte. E apenas pontos específicos estão com vegetação preservada, podendo talvez resultado do projeto da NeoGeo para reflorestamento das margens do riacho que aconteceu graças a uma intervenção da prefeitura de Catolândia.

A comunidade tem duas barragens que estão no seio de Mozondó, que servem de ponte para os caminhos que interligam a comunidade e estão igualmente repletas da vegetação tabua, sendo que uma delas está ao lado da igreja – figura 47. Segundo relatos dos moradores mais antigos, antes da água da Embasa ser disponibilizada, a comunidade cuidava desses barramentos e limpava o excesso de vegetação. Observamos cultivos diversos: cana, mandioca, mamona praticamente até a beira desses cursos de água superficial ainda existentes.



Figura 47: Vista lateral e de cima da barragem na comunidade de Mozondó próxima a Igreja e quadra de esportes.

6.1.8 Comunidade do Lagoa do Simão (12)

Na Lagoa do Simão (12), a jusante apresenta o mesmo relato de início do sumiço da água superficial há 30 anos e de seu desaparecimento total há aproximadamente 10 anos. Segundo alguns moradores apenas nas chuvas a lagoa ainda apresenta um pouco de umidade perceptível, já no passado a lagoa permanecia com água o ano todo.

A comunidade vem sendo abastecida pela Embasa e por dois poços da prefeitura localizados nas propriedades do Sr. Antônio do Nascimento Reis e do Sr. Feliciano Nascimento Rego, sendo que apenas um está registrado no SIAGAS. O poço no Sr. Feliciano está com pouca água, mesmo após o aprofundamento. Antes demorava 2,5 horas para encher a caixa de 10.000 L (vazão de 4 m³/h), agora demora 4 horas (uma vazão ainda menor de 2,5 m³/h). O poço da propriedade do Sr. Antônio abastece 7 casas. Algumas casas recebem a água canalizada pela prefeitura que vem do Rio Porto Alegre, mas é apenas na época das chuvas.

A comunidade utiliza tecnologia leiteira da Cooperleite e a equipe comprovou a existência de um sumidouro seco e de formações rochosas subterrâneas que estão colapsando

água deste córrego. Além da falta de manutenção a população relatou que o que deveria ser ponte sobre o córrego, dentro da comunidade, são barragens desestruturadas que não permitem o escoamento da água e isso contribuiu para a redução da qualidade ambiental no córrego. Expressaram a necessidade de intervenção para que o córrego volte a fluir garantindo água nas nascentes;

A comunidade é bem desenvolvida e conta com o abastecimento de água pela Embasa e por um reservatório da Prefeitura que bombeia água do Riacho Porto Alegre em um local com baixo grau de preservação ambiental ao lado da captação de água da Embasa – figuras 43 e 44. Porém, esta água encanada da prefeitura não consegue abastecer todas as casas no período da seca. A água captada pela Embasa é enviada para Estação de Tratamento localizada na comunidade de Buriti Cortado (pertencente ao município de Baianópolis) antes de ser distribuída a Comunidade de Mozondó – figuras 45 e 46.



Figura 43: Visão da área de captação de água no Rio Porto Alegre que abastece a comunidade de Mozondó.



Figura 44: Detalhe das duas captações de água, a primeira feita pela Prefeitura de Catolândia e a segunda mais no meio do rio da Embasa.



Figura 45: Visão da Estação de Tratamento de Água da Embasa.

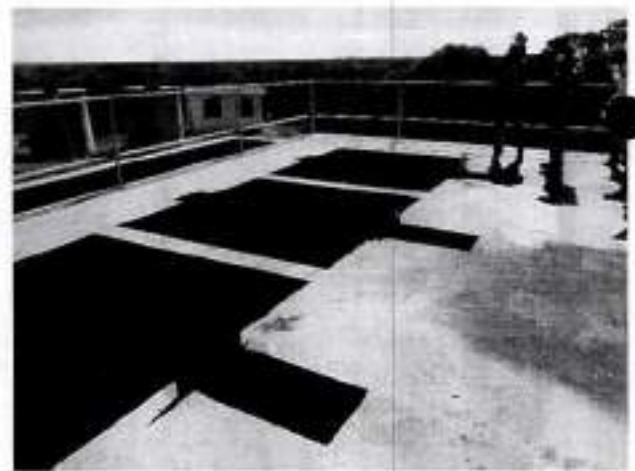


Figura 46: A estação trata a água captada pela Embasa no Rio Porto Alegre.

As áreas próximas ao leito do riacho em sua grande maioria estão degradadas com pastagens ou com uma vegetação leve. Alguns pontos apresentam roçados com mandioca,

permanecendo na maior parte do ano apenas com umidade no solo o que permite o crescimento da vegetação natural – figuras 40 e 41.



Figura 40: Nascente cercada na Fazenda Agro Pi.



Figura 41: Nascente na Fazenda Agro Pi em Mozdô.

A terceira nascente, conhecida como “Minador do Ventura” também fica em propriedade particular do Sr. Minervino e D. Maria José, localizada debaixo de uma árvore (gameleira), figura 41 em frente a quadra da comunidade e a uma distância aproximada de 150 metros de um poço tubular que fornece água para diversas comunidades. Esta nascente ainda tem um volume considerado de água e tem grande potencial de recuperação, necessitando ser limpa e cercada para evitar o pisoteio do gado, figura 42.



Figura 41: Nascente ao lado da Gameleira na comunidade de Mozdô, conhecida como Minador do Ventura.



Figura 42: Nascente com potencial de recuperação e sinais de pisoteio de gado.

Há relatos que o Exército Brasileiro através do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (BECnst) fazia limpeza do córrego e que a água fluía e a comunidade utilizava para desdentação animal, porém quando da chegada da água da Embasa, essa limpeza deixou de ser feita e o córrego está entupido de restos de vegetação (taboa) o que reduziu a qualidade da água, deu origem a formação de atoleiros e a comunidade já não utiliza mais a

Já na comunidade Funil (10), os relatos da existência de água no riacho antecedem o período dos 10 anos e confirma que o início do sumiço das águas possa ter sido em torno de 30 anos, como já relatado em outras comunidades. O riacho vinha da Capivara e passava no Poço da Pedra, por onde a água seguia por baixo da terra reaparecendo em João Rodrigues e a parte que seguia por cima da terra passava na Comunidade do Funil na antiga Fazenda Jacaré, onde entrava em um outro sumidouro. Aos fundos da Fazenda Jacaré (Sra. Josefina Baltazar de Souza), existia um sumidouro e também formava um poço/tanque natural onde acumulava muita água. Hoje, este local só acumula água da chuva apenas nos anos que chovem muito e seca rápido. Este mesmo "poço" afundou sozinho na época das chuvas.

Há relatos que o Poço da prefeitura secou em 2011 e há registro desse poço no SIAGAS. Já faz alguns anos que a comunidade é abastecida por água que vem do Poço da Pedra (9), cada vez em menor quantidade. A Embasa atende a comunidade que produz mandioca e farinha em alguns moinhos ainda em funcionamento. A pecuária e agricultura não são desenvolvidos nesta comunidade devido a falta de água, especialmente pela ausência de um poço comunitário no local. E pela primeira vez relatou-se sobre as Barragens do Gil na Toca do Lobo e de Sergio Block, ambos no município de Catolândia.

6.1.7 Comunidade Mozondó (11)

O riacho de Mozondó é alimentado por três nascentes todas localizadas na comunidade: uma nascente na Fazenda Barreiro, outra nascente na Fazenda Agro Pi e outra nascente chamada de "Minador do Ventura", localizado em frente a quadra de esportes e viveiro da comunidade. A nascente localizada na Fazenda Barreiro de propriedade do Sr. Antônio Oliveira tem a vegetação ao redor preservada e a área é toda cercada – figura 38, porém sua água é desviada para um pequeno tanque – figura 39. A água acumulada neste tanque é bombeada para um caixa d'água no alto da fazenda e distribuída por gravidade.



Figura 38: Nascente preservada e cercada na Fazenda Barreiro em Mozondó.



Figura 39: Visão da área do tanque que acumula água vinda da nascente na Fazenda Barreiro.

A nascente na Fazenda Agro Pi de propriedade do Sr. Gerson Pimentel - vice prefeito de Catolândia é cercada, mas menos preservada e com pouco volume de água,



Figura 35: Visão da área onde acumulava água e formava o "Poço do Arlindo" em Água Branca do Arlindo.



Figura 36: Visão do sumidouro no meio das pedras.

6.1.5 Comunidade Poço da Pedra (9)

No Poço da Pedra (9), os relatos confirmam o desaparecimento definitivo das águas superficiais há 10 anos e aqui também relacionam essa escassez a morte das nascentes e às barragens estabelecidas no município de Cristópolis. A comunidade mantém uma pecuária incipiente e pequenos plantios de subsistência utilizando o abastecimento de água da Embasa e de um poço salobro gerido pela Prefeitura com resgistro no SIAGAS. Houveram relatos de um sistema de cavernas – provavelmente do Complexo Bambuí, que permitiam que nas chuvas as águas do riacho chegassem até a comunidade de Tamanduá, embora desaparecessem no sumidouro local e fossem ressurgir na Comunidade de João Rodrigues. Isto acontecia devido ao volume de água no riacho, que quando era muito grande descia superficialmente para a Comunidade Tamanduá. Já quando o volume era menor, a água entrava no sumidouro – figura 37 e reaparecia na Comunidade de João Rodrigues.



Figura 37: Vista de Sumidouro Característico na Região

6.1.6 Comunidade Funil (10)



Figura 34 : Sumidouro localizado na propriedade do Sr. José Roberto na Capivara.

6.1.4 Comunidades Água Branca do Calixto e Água Branca do Arlindo (7)

Nas comunidades Água Branca do Arlindo e Água Branca do Calixto (7) não aconteceram mais relatos de derivações clandestinas nas redes de abastecimento gerenciada pela Prefeitura. Cada comunidade possui seu próprio poço comunitário, sendo que um deles está registrado no SIAGAS. Há ainda relato de um poço artesiano na fazenda de Gil Machado e apenas essa fazenda comercializa leite.

Segundo a maioria dos moradores a água desapareceu completamente há 08 anos e eles culpam a existência de barragens: uma barragem no Sr. Amor em Mata do Cedro em Cristópolis; outra barragem grande em Sapé em Cristópolis e em Passagem de Pedra do lado de Bainópolis. O riacho que passava nestas comunidades, vindo da Capivara, tinha água apenas no período das chuvas e suas águas iam para a comunidade de João Rodrigues

Relatos levaram a equipe a visitar um sumidouro e onde acumulava água, conhecido como "Poço do Arlindo", onde a água no período das chuvas atingia até 5 metros de profundidade – figura 35. Contam que tentaram fazer uma barragem de areia no Poço do Arlindo para que a água não adentrasse no sumidouro – figura 36 , porém esta barragem desmanchou com o volume da água.

Alguns moradores relataram que o riacho recebia água de algumas nascentes localizadas em Passagem de Pedra, Sapé (Vereda Santa Clara) em Crstópolis e de uma nascente perto de Baianópolis, porém estas foram degradadas devido ao desmatamento e assoreamento pelo pisoteio do gado. Além disso, os moradores consideram que a construção das barragens em Mata do Cedro e na Gameleira como culpadas pelo sumiço das águas superficiais do riacho.

Nesta comunidade se intensificaram as reclamações sobre os desvios clandestinos de água do sistema de abastecimento comunitário dos dois poços da prefeitura ambos com água salobra, um deles com registro no SIAGAS. Certas pessoas instalam registros clandestinos na rede desviando a água para irrigação de cultivos próprios de capins de corte, cana, feijão e outros, impedindo que outros moradores possam utilizar esta água para dessedentação animal. Outro problema relatado são a abertura de poços privados sem outorga ou licença, que influenciam na vazão dos poços comunitários. Os poços hoje se encontram completamente exauridos e culpam o desmatamento, o assoreamento e o mal uso do solo pela completa exaustão das nascentes e do riacho.

Segundo os moradores, na Capivara existia 2 sumidouros com pedras que foram visitados pela equipe técnica. Um destes sumidouros fica na propriedade em frente a igreja e que formava um poço - figura 33. Já o outro sumidouro está localizado na propriedade do Sr. José Roberto Dias Siqueira, por onde a água entrava e saía em outro ponto - figura 34. Antigamente, algumas pessoas tentaram tampar estes sumidouros para evitar a redução do volume da água no riacho, porém não obtiveram êxito.



Figura 33: Sumidouro próximo a igreja na Capivara.



Figura 33 – Trecho do riacho seco localizado na Propriedade do Sr. Antonio Joaquim A. Mendonça

6.1.2 Comunidade de São Marcos (8)

A próxima comunidade é São Marcos (8) e que também possui um poço administrado pela prefeitura localizado na própria comunidade e que está cadastrado no sistema SIAGAS. Além da água do poço, a comunidade possui abastecimento de água pela Embasa e se confirmam os relatos de retiradas clandestinas de água dos dois sistemas de abastecimento utilizados. Além disso, a comunidade reclama que o poço comunitário está com pouca água e também informa informalmente a existência de poços privados.

Os moradores acrescentam aos registros de impactos negativos pelo mal uso do solo, o relato de um grande desmatamento e queimada pela construção de uma barragem na cabeceira da vereda de Santa Clara no município de Cristópolis, além do desmatamento e queimadas a montante da localidade nas áreas de mata ciliar e veredas. Este fato, prejudicou imensamente a vazão do riacho que tinha água no período das chuvas até maio.

6.1.3 Comunidade de Capivara (6)

De acordo com relatos, o riacho que passava na comunidade de Capivara (6) secou há 10 anos e era intermitente descendo água no período das chuvas até o mês de março, depois ia secando. Há 2 anos e em 2020, devido a grande quantidade de chuvas, desceu um pequeno volume de água pelo leito vindo da nascente do Sapé por um curto período de tempo. Antigamente a água do riacho enchia toda parte de baixada criando “poções” e segundo relatos depois da abertura do poço da prefeitura isto não aconteceu mais.

não tem nomenclatura conhecida na literatura acadêmica até o momento e que redigimos esse documento – Figura 32.



Figura 32: Vista aérea via google maps da comunidade de Poço de Pedra.

6.1.1 Comunidade de Passagem de Pedra (5)

Nesse afluyente na altura do município de Catolândia na comunidade de Passagem de Pedra (5) há relatos sobre a existência de uma nascente que hoje, assim como o Riacho, se encontra totalmente seca há 10 anos. Embora a redução da água tenha iniciado, segundo relatos, há 30 anos. A área próxima ao leito do riacho em sua grande maioria está degradada com pastagens e com uma vegetação leve, apenas alguns pontos específicos ainda estão preservados. Houve também relatos de plantios e queimadas ao longo do leito seco do rio. A comunidade entende que teve sua riqueza hídrica imensamente reduzida devido a construção de barragens no município de Cristópolis, já que a nascente do riacho está localizada no Povoado de Vereda Santa Clara em Cristópolis, na divisa de Cristópolis com Angical. O sistema de abastecimento da Comunidade Passagem de Pedra é composto por um poço de água salobra na própria comunidade administrado pela prefeitura que enfrenta muita derivação clandestina, assim, a água não chega a todas as residências. Existe também o abastecimento de água pela Embasa que também é utilizada para dessedentação de pequenos rebanhos e cultivos de sobrevivência. Esta comunidade cultiva pastagens, mandioca, banana, laranja, feijão, milho e criações como galinhas e porcos para consumo próprio. Existe apenas uma fazenda maior com criação de gado de corte e que faz silagem. Sem confirmação documental, os entrevistados apontam a existência de aproximadamente 8 ou 9 poços privados na localidade, todos sem outorga ou conhecimento do Departamento de Meio Ambiente do município. Um outro relato informa que na propriedade do Sr. Darlan Paiva de Miranda existe uma nascente que está seca e que alguns anos atrás, quando choveu intensamente, a nascente minou um pouco de água. Entretanto, esta água não permaneceu por muito tempo e de acordo com o proprietário, ao redor desta nascente está preservado.

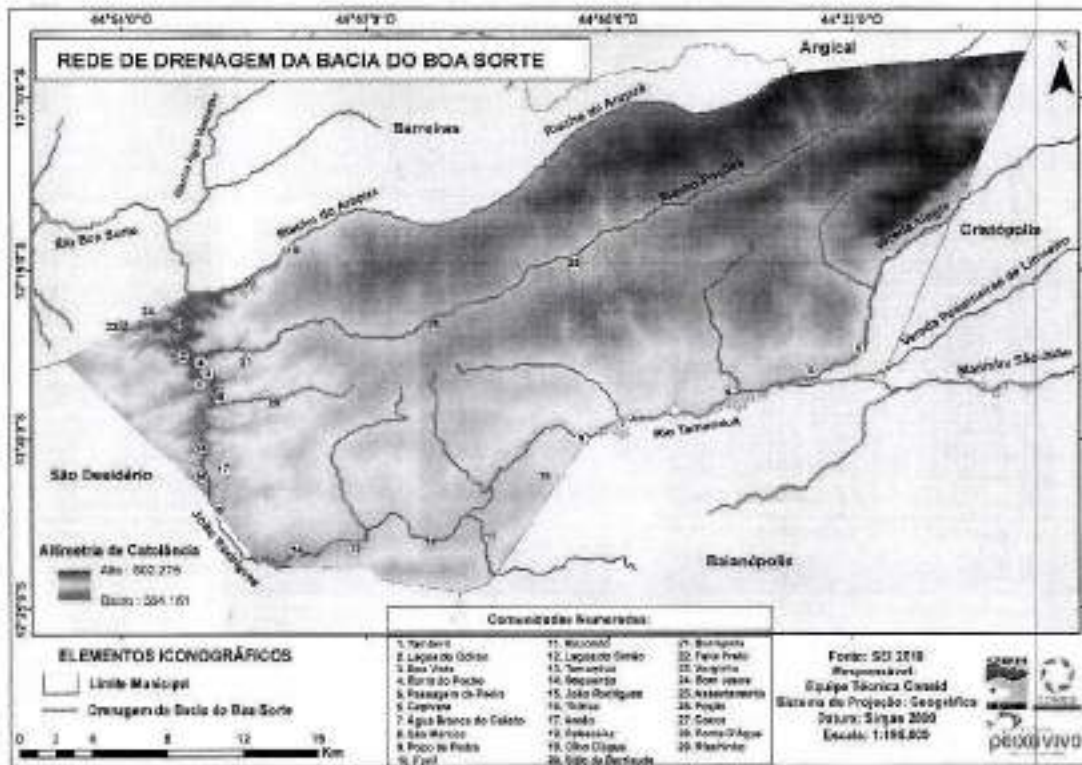


Figura 31: Mapa representando a rede de drenagem da sub-bacia do Rio Boa Sorte no município de Catolândia e as comunidades rurais ao longo dos cursos d'água.

Entendendo que as nascentes dos afluentes do Rio Boa Sorte no perímetro de Catolândia nascem em municípios vizinhos, Baianópolis e Cristópolis, conclui-se que se faz necessário ampliar os estudos para estes municípios, de maneira a levantar dados e gerar informações sobre a situação hidroambiental a montante das áreas estudadas a fim de identificar possíveis fatores promotores ou contribuintes para a escassez hídrica na Bacia do Rio Boa Sorte. A ampliação dos estudos à montante das áreas estudadas complementarão as informações existentes e são de fundamentais importância para a tomada de decisões pois pela própria localização geográfica refletem impacto direto à jusante, ou seja, em toda a Bacia a exemplo da disponibilidade hídrica, comprometimentos dos cursos de água, situação das nascentes, poços artesianos e matas ciliares. Dessa maneira, este trabalho retrata a realidade encontrada ao longo dos cursos d' água dentro dos limites geográficos do município de Catolândia conforme se observa na Figura 31. Por isso, os relatos são iniciados pelo braço que forma o leito principal do Rio Boa Sorte.

6.1 Braço do Riacho Tamanduá

Esse curso de água atravessa as comunidades de Passagem de Pedra (5), São Marcos (8), Capivara (6), Água Branca do Arlindo e Água Branca do Calixto (7), Poço de Pedra (9), Funil (10), Mocondó (11), Lagoa do Simão (12), Tamanduá (13), Buqueirão (14), João Rodrigues (15), Tiririca (16), Areão (17), Cabeceira (18) e se liga ao curso de água que passa pela comunidade de Riachinho (29) vindo da comunidade de Ponta d' Água e que

n.º páginas
 8
 no
 Livro
 de
 Atas
 da
 CIB
 PEIXE VIVO

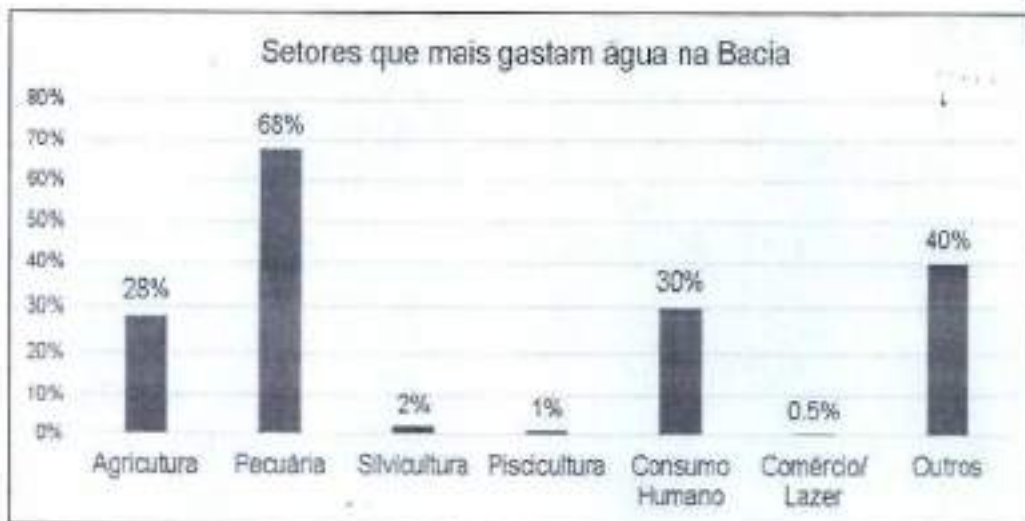


Figura 30: Gráfico representando os setores que mais gastam água na Bacia.

Ao se abordar o conhecimento das pessoas quanto ao trabalho do Comitê de Bacias Hidrográficas, 94% desconhecem as atividades ou até mesmo a responsabilidade deste órgão na atuação local o que dá margem para interpretação de que mais atividades de educação ambiental, comunicação e mobilização social, aproximação dos comitês das comunidades precisam ser desenvolvidas pelos Comitês de Bacias.

6 PERCEPÇÕES DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA, COMUNIDADE A COMUNIDADE.

Empiricamente a população foi ouvida, comunidade a comunidade, o que permitiu a identificação e compreensão do real cenário ao longo dos riachos que formam a sub-bacia do Rio Boa Sorte. Após a conclusão da pesquisa e da tabulação dos dados, na sede do CONSID foi realizada uma reunião híbrida com toda a equipe de campo para compartilhamento das informações coletadas e dos gráficos elaborados.

A partir dessa compreensão geral, cada uma das equipes responsáveis pela coleta dos dados iniciou o relato de suas experiências seguindo ao longo dos afluentes que formam a sub-bacia hidrográfica do Rio Boa Sorte no perímetro do município de Catolândia para alinhar as percepções e entendimentos da realidade sócioambiental das comunidades.

Ao considerar as respostas dos entrevistados nota-se que nos últimos anos ocorreram várias modificações na disponibilidade hídrica e a respeito das mudanças que ocorreram na sub-bacia, dos relatos coletados e observados em campo constata-se que o principal motivo para redução ou falta da água apontado por 79% das pessoas foi a falta de chuvas.



Figura 28: Gráfico representando os principais motivos pela falta da água.

Como observado na Figura 29, a população da sub-bacia vem sofrendo com a escassez de água principalmente pela alteração do regime de chuvas percebido pela diminuição da vazão dos rios. A escassez hídrica é a responsável pela inviabilização do potencial produtivo da região fazendo com que muitas famílias desistam de seus plantios.



Figura 29: Gráfico representando as mudanças significativas em relação a água.

da destinação do material produzido nos banheiros das propriedades, 95% das propriedades levantadas possuem o sistema de fossa negra, o restante foi agraciado com sistema de fossa séptica instalado pelo governo federal em programa de erradicação do bocado (barbeiro), o agente da doença de chagas.



Figura 25: Gráfico sobre o destino do lixo nas comunidades visitadas.

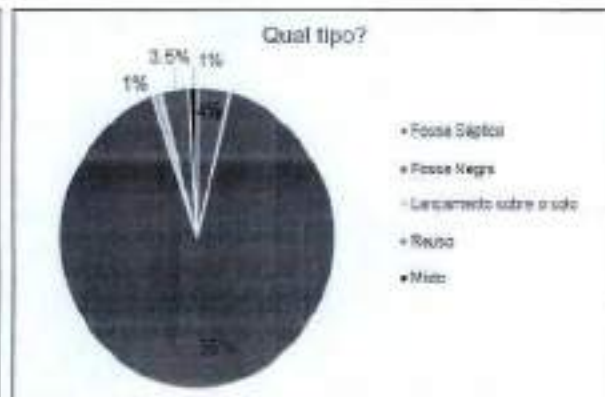


Figura 26: Destinação do esgoto doméstico

Quanto ao abastecimento de água nas comunidades, 95% ocorre através de poços artesianos mantidos pela prefeitura e pela EMBASA com abastecimento de água considerado regular, uma vez que, a interrupção do abastecimento foi citado por apenas 35% dos entrevistados. Da água que é distribuída foram relatadas as seguintes anormalidades: presença de gosto 55%, presença de cor 40% e presença de cheiro 30% - Figura 27. Apenas 4% revelaram possuir poços individuais para abastecimento humano e desses apenas 2% possuem outorga. Se faz necessário ressaltar que dos entrevistados, 81% fazem captação e armazenamento da água da chuva através de cisternas doadas pelo Programa do Governo Federal.



Figura 27: Gráfico representando as anormalidades encontradas na água.

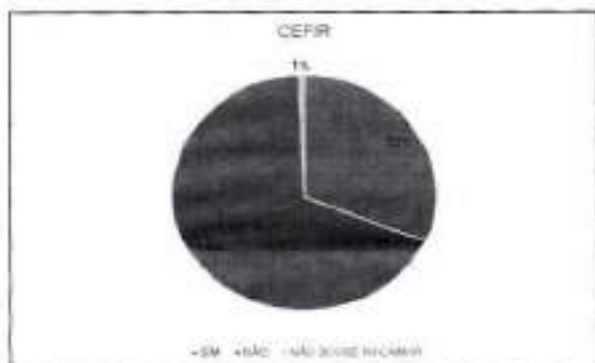


Figura 21: Gráfico da porcentagem das propriedades visitadas que possuem CEFIR.

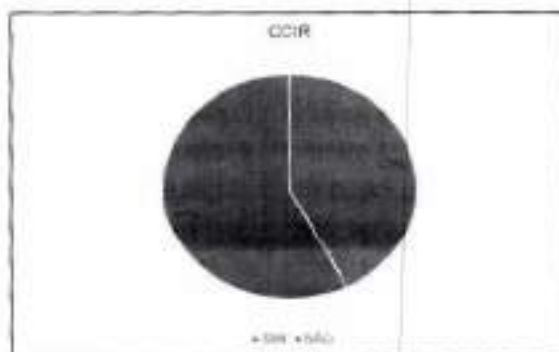


Figura 22: Gráfico da porcentagem das propriedades visitadas que possuem CCIR.

Ao abordar os entrevistados sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, nota-se que apenas 28% dos agricultores familiares em todas as comunidades visitadas já participaram do programa – Figura 23. A baixa adesão a este tipo de programa é resultado da falta de regularização documental, de acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que é fundamental para o sucesso do crédito rural, da gestão adequada e melhoria dos processos das unidades familiares, além de indicar as reais necessidades e potencialidades dos núcleos familiares. Já a baixa adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está refletida nos 2% dos entrevistados – Figura 24, que é justificada pela falta de orientação aos produtores rurais, pois se houvesse um melhor direcionamento mais produtores poderiam participar deste e de outros programas federais, podendo melhorar a renda familiar.

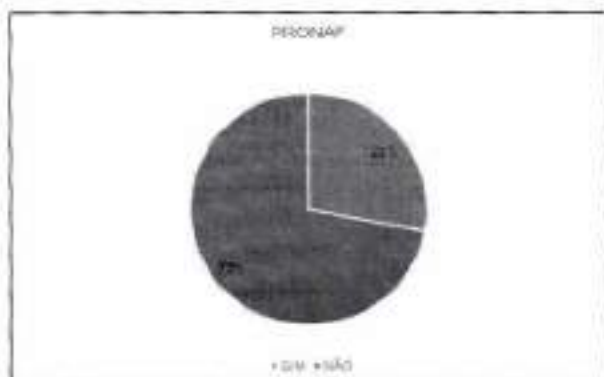


Figura 23: Gráfico da porcentagem dos produtores que participaram do PRONAF.

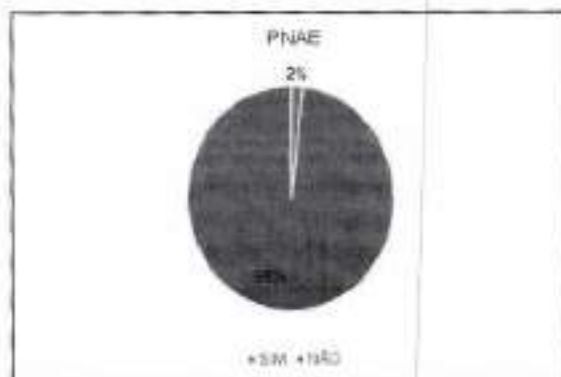


Figura 24: Gráfico da porcentagem dos produtores que participaram do PNAE.

Por se tratar de comunidades rurais, 98% não possuem sistema de coleta de lixo, a excessão ocorre nas comunidades mais próximas da sede (Cabeceira e Areião) que representam apenas 2% das propriedades visitadas. Deste modo, 85% do lixo é queimado, 10% é enterrado e 5% é reutilizado como parte orgânica de adubo – Figura 25. Tratando-se

pandemia. No município 180 famílias entrevistadas produzem milho, porém a safra 2019/2020 foi muito pequena, porque a produtividade foi reduzida devido a falta de chuvas, conhecimento técnico e adoção de práticas adequadas de cultivo. O cultivo de pastagem está em segundo lugar com 174 famílias plantando, geralmente utilizam pastagens naturais ou em sua maioria de pastagens degradadas de cultivares como Andropogon, Mombaça e diferentes Braquiárias adaptadas a região. Entretanto, as pastagens possuem uma baixa produção de matéria verde, uma vez que, faltam recursos financeiros e técnicos para sua formação e/ou renovação. A mandioca fica em terceiro lugar com 151 famílias desenvolvida em pequenas áreas geralmente para o consumo próprio, enfrentando dificuldades de comercialização e de estruturação. A dificuldade em se produzir, fez com que muitos agricultores familiares desistissem da atividade como refletido na Figura 18 que aponta 139 famílias sem produção agropecuária vivendo de outras forma de renda.

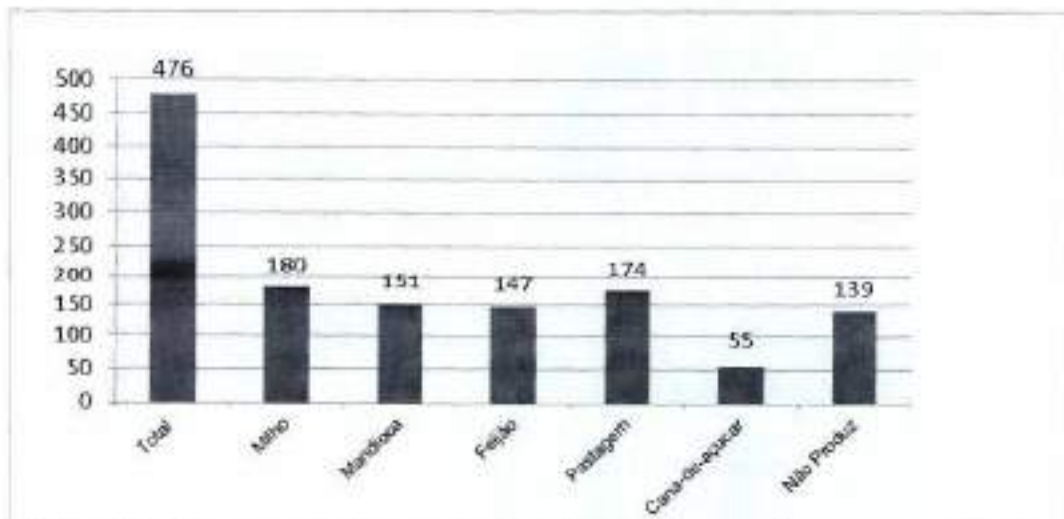


Figura 18: Gráfico representando o número de famílias produtoras e o tipo de cultura no município de Catolândia nas comunidades visitadas.

Quanto aos aspectos ligados a legislação ambiental e de delimitação das áreas 47% das propriedades rurais possuem Reserva Legal – Figura 19, 59% possuem Área de Preservação Permanente – APP sem edificações – Figura 20, 68% não possuem o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR – Figura 21, 57% dizem não possuir o CCIR – Figura 22 e 65% das propriedades visitadas não estão cadastradas na Receita Federal – NIRF.



Figura 19: Gráfico da porcentagem dos visitados que possuem Área de Reserva Legal.

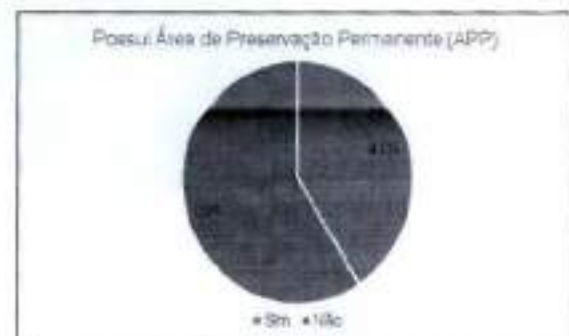


Figura 20: Gráfico da porcentagem dos visitados que possuem Área de Preservação Permanente.



Figura 16: Gráfico representando a realização de adubação ou correção do solo.

Um dos fatores limitantes da produção segundo os entrevistados é a falta de acesso a assistência técnica (15%), que por meio das orientações de um profissional traria maior conhecimento para os produtores rurais e assim maior eficiência da atividade agropecuária. Outros fatores limitantes são a dificuldade de acesso a água 32%, a falta de crédito 17% e a falta de mão de obra qualificada 13% - Figura 17.

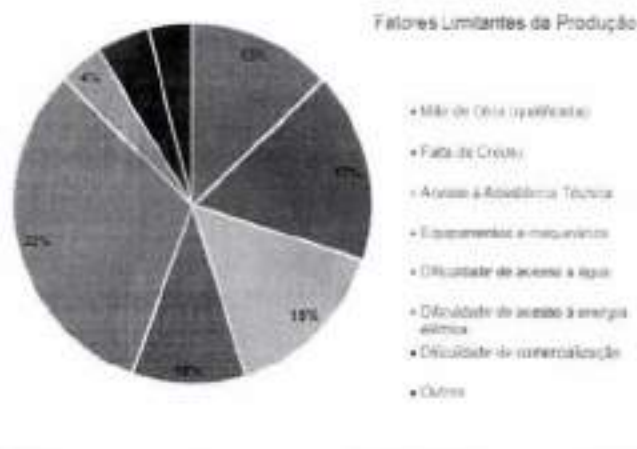


Figura 17: Gráfico representando os fatores limitantes da produção agropecuária.

A atividade da agricultura familiar na região demonstra fragilidade, o que leva os produtores locais buscarem outras fontes de renda ou sobreviverem apenas de programas governamentais e/ou aposentadoria. Devido aos fatores limitantes, a produção agropecuária do município de Catolândia é pequena e rudimentar, sendo: i) muito voltada a pecuária de corte em sua maioria e de leite em apenas algumas comunidades (Tiririca, Lagoa do Simão e Capivara); ii) cultivos de quintal para subsistência como mandioca, banana, laranja, abóbora, feijão e milho, vendendo o insignificante excedente na comunidade; iii) cultivos específicos para alimentação animal como milho, palma e cana; iv) criação de galinhas e porcos para consumo com pequena venda dos animais ou de ovos; e v) produção de rapadura ou de farinha de mandioca em pequena escala devido a comercialização que foi afetada pela



Figura 14: Gráfico representando a forma de utilização dos equipamentos agrícolas.

As comunidades trabalhadas neste estudo são compostas por agricultores familiares, pois 82% dos entrevistados usam mão de obra familiar - Figura 14 com pelo menos 2 pessoas (39%) atuando na produção e que na produção local 79% não aplicam agrotóxicos em suas culturas - Figura 15. Quando se aborda sobre a condição físico-química do solo 95% nunca fizeram uma análise do solo - Figura 16 e 81% dos entrevistados nunca fizeram uma adubação ou correção do solo - Figura 16.



Figura 14: Gráfico representando o tipo de trabalhador



Figura 15: Gráfico representando a utilização de agrotóxicos pelos produtores rurais.

não participam de nenhuma e apenas 15% disseram participar de alguma associação, e destes participantes 18% afirmaram que a associação a qual participam não atende as necessidades, enquanto apenas 8% afirmaram que a associação atende as necessidades, conforme a Figura 13. Esses dados corroboram, pois ao analisar o uso de equipamentos nas atividades rurais desenvolvidas, nota-se na Figura 14 que 52% não tem equipamentos para desenvolverem suas atividades, assim 34% dos entrevistados precisam locar e apenas 8% conseguem usar os equipamentos da associação, sendo que o equipamento mais utilizado é o trator com 41%.

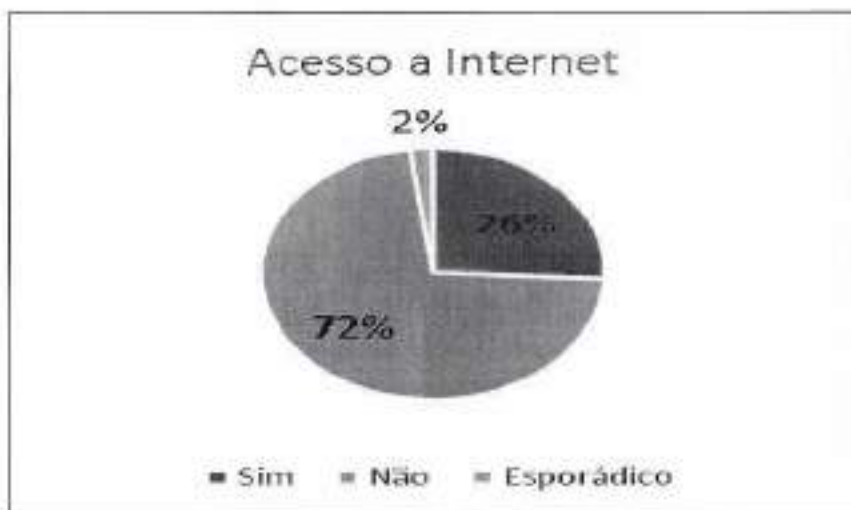


Figura 12: Gráfico representando o acesso a internet dos moradores da zona rural.



Figura 13: Gráfico representando a participação e a avaliação das associações rurais.

As 29 comunidades visitadas foram identificadas a partir dos dados levantados pelo PDDU – Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano elaborado em parceria com o CONSID e com a UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia e indicadas de modo empírico pelos profissionais ligados a Secretaria de Agricultura de Catolândia que abriga a Diretoria de Meio Ambiente do município. Importante observar que na época em que se estabeleceram os contatos para a execução da pesquisa, os técnicos da secretaria estavam ressentidos pela inexistência completa de dados armazenados na sua pasta, herdada recentemente da administração anterior.

Este estudo realizou 479 questionários no total, por não se tratar de um senso, as famílias visitadas foram entrevistadas de modo a oferecer o melhor retrato possível de cada uma das comunidade. Como já foi indicado anteriormente, constatou-se que uma grande quantidade de propriedades se encontra abandonada, fechada ou desativada e que a expectativa criada pelos dados obtidos junto a Secretaria de Agricultura de Catolândia e apresentado no Plano de Trabalho estava muito acima da realidade encontrada. Ainda assim, os dados recolhidos foram suficientemente robustos para oferecer a leitura apresentada a partir dos resultados de campo.

5 RELATÓRIO QUANTITATIVO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

A partir da tabulação e análise dos dados levantados pela aplicação dos questionários, observa-se na Figura 11 que 55% dos entrevistados eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino, a composição familiar em sua maioria (74%) é de até 3 pessoas por núcleo e 25% com quatro ou mais integrantes, sendo que 41% das moradias possuem menores de 12 anos e 59% das casas não possuem menores de 12 anos.



Figura 11: Gráficos representando o sexo e composição familiar (menores de 12 anos).

Ao se abordar o serviço essencial de internet por exemplo, apenas 26% dos entrevistados possuem acesso, 2% tem sinal esporádico e 72% não tem nenhum contato com a internet na comunidade, como na Figura 12.

As comunidades visitadas são comunidades rurais, o que torna comum a presença de associações (grupo com objetivos e interesses em comum), porém 85% dos entrevistados

Tabela 03 - Comunidades rurais visitadas no município de Catolândia

LOCALIDADES	QUESTIONÁRIOS APLICADOS	PONTO GEOGRÁFICO	DISTÂNCIA DA SEDE
SEDE	0	12°18'50.2"S 44°51'44.2"W	0
PASSAGEM DE PEDRA	13	12°17'16.6"S 44°32'48.9"W	41,7 KM
PASSAGEM DE PEDRA II	5	12°17'16.6"S 44°32'48.9"W	41,7 KM
CARIVARA	46	12°18'32.6"S 44°36'33.8"W	36,2 KM
ÁGUA BRANCA DO CALIXTO	20	12°19'30.6"S 44°39'36.3"W	30,5 KM
SÃO MARCOS	29	12°17'52.0"S 44°34'00.0"W	41 KM
POÇO DA PEDRA	4	12°19'57.3"S 44°40'47.6"W	38,0 KM
FUNIL	13	12°21'09.2"S 44°41'51.2"W	24,9 KM
MOZONDO	34	12°22'47.9"S 44°43'25.7"W	20,3 KM
LAGOA DO SIMÃO	16	12°22'57.6"S 44°45'09.8"W	16,4 KM
TAMANDUÁ	9	12°23'07.3"S 44°47'18.9"W	12,1 KM
BUQUEIRÃO	5	12°23'11.1"S 44°48'59.3"W	13,9 KM
JOÃO RODRIGUES	17	12°22'06.0"S 44°51'13.7"W	7,1 KM
TIBIRICA	16	12°21'10.4"S 44°51'43.8"W	4,7 KM
ARÇÃO	22	12°20'57.6"S 44°51'05.9"W	4,9 KM
CABECEIRA	24	12°20'18.0"S 44°51'43.6"W	3,0 KM
OLHO D'ÁGUA	7	12°14'25.0"S 44°49'05.1"W	16,0 KM
SÍTIO DA BARRIGUDA	40	12°15'20.3"S 44°50'20.8"W	12,0 KM
BARRIGUDA	23	12°16'29.7"S 44°52'22.7"W	5,5 KM
LAGOA DO ODILON	29	12°17'28.0"S 44°52'15.0"W	3,5 KM
TAMBURIL	12	12°18'16.8"S 44°51'45.7"W	1,5 KM
BARRA DO POÇÃO	8	12°17'39.2"S 44°51'44.7"W	2,6 KM
BOA VISTA	3	12°17'56.7"S 44°51'32.8"W	1,9 KM
FELIX PRETO	7	12°16'34.9"S 44°54'04.3"W	13,0 KM
VARGINHA	6	12°16'37.7"S 44°54'17.3"W	11,0 KM
ARDEIRA	2	12°16'09.9"S 44°53'15.7"W	7,7 KM
ASSENTAMENTO	29	12°14'48.5"S 44°40'59.9"W	23 KM
POÇÃO	27	12°16'33.0"S 44°45'03.4"W	13,6 KM
COCOS	4	12°17'39.0"S 44°50'28.0"W	5,5 KM
PONTA D'ÁGUA	3	12°18'50.4"S 44°49'39.2"W	4,8 KM
RIACHINHO	1	12°18'40.1"S 44°51'13.4"W	1,2 KM
ÁGUA BRANCA DO CALIXTO	5	12°19'30.6"S 44°39'36.3"W	30,5 KM
TOTAL	479		

Os técnicos também visitaram pontos de interesse ambiental indicados pelos moradores entrevistados como poços, pontos de captação, sumidouros, veredas e riachos intermitentes ou secos que pudessem exemplificar e tipificar a situação encontrada em cada comunidade. Aproximadamente foram realizados 500 contatos e algumas conversas ultrapassaram os questionamentos propostos pelo instrumento de pesquisa, gerando relatos ricos partilhados com toda a equipe durante a primeira reunião de alinhamento promovida pelo CONSID em sua sede. O resultado dessa reunião foi a elaboração do **Relatório sobre as percepções dos técnicos responsáveis pela aplicação dos questionários de pesquisa em cada comunidade que também compõe este documento.**

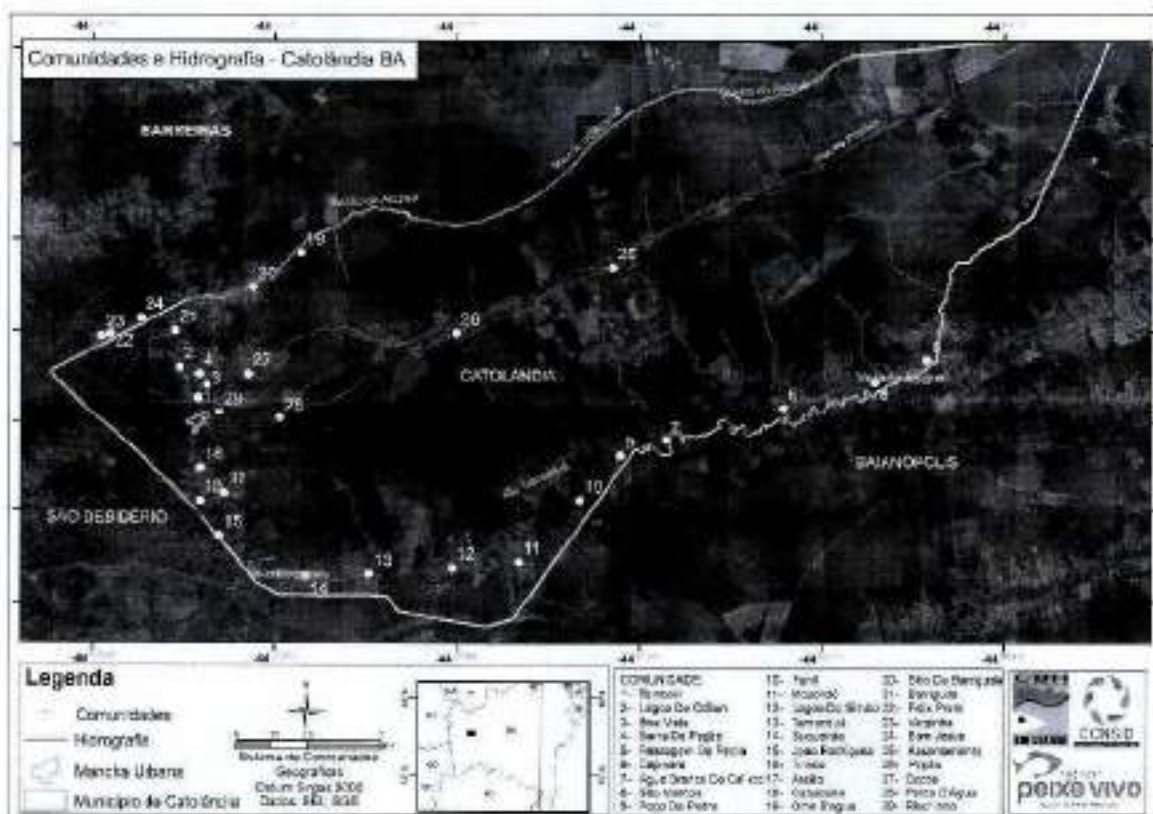


Figura 10: Mapa das visitas efetuadas nas comunidades rurais do município de Catolândia.



Figura 9 - Imagem da antiga área de inundação a montante da Barragem do Gil Machado.

4 METODOLOGIA UTILIZADA NA OBTENÇÃO DOS DADOS

Buscando atender o objetivo geral dessa pesquisa e desenvolver um diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades ribeirinhas da sub-bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte/Tamanduá no município de Catolândia foram aplicados questionários e praticadas extensivas oitivas junto aos usuários dos recursos hídricos ao longo dos riachos em cada uma das 29 comunidades rurais. Dessa forma, buscou-se caracterizar a situação da sub-bacia considerando dados já apresentados em estudos anteriores para delinear uma estimativa da disponibilidade hídrica no cenário atual. Além disso, este estudo ainda observou as sugestões para a sustentabilidade do Riacho do Boa Sorte na porção do município de Catolândia, bem como a análise do uso e ocupação do solo identificadas, a análise dos poços artesanais cadastrados e as impressões dos técnicos em campo.

Assim, a equipe do CONSID composta por dez técnicos foi a campo entre maio e junho de 2021 com diárias, veículos e combustível garantidos pela Agência Peixe Vivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Velho Chico e mesmo com atrasos e adiamentos provocados pelas medidas de prevenção adotadas pelos municípios da região por causa do Corona Vírus, os técnicos entrevistaram os moradores presentes em cada casa no momento da visita num período de mais ou menos 45 dias. Como indicado no Plano de Trabalho, as casas foram localizadas por mapas utilizados no software Avenza registrando os pontos geográficos e fotografias conforme aventado no Plano de Trabalho apresentado.



Figura 7: Dimensão da profundidade da Barragem do Gil sobre o Riacho de Poção, hoje seco.



Figura 8: Área para criação de peixes a jusante da Barragem do Gil Machado, na margem direita.



Tabela 1 – Descrição de pontos de interesse.

Ponto	Altitude	Latitude	Longitude	Descrição
136	577,59	-12,28514	-44,87063	Barramento denominado do Barramento
60	562,72	-12,26912	-44,87094	Barramento denominado Olhos D'água
59	558,29	-12,25548	-44,86567	Barramento denominado do Barramento
58	534,31	-12,23281	-44,87856	Barramento denominado do Barramento
57	522,98	-12,22038	-44,88765	Barramento denominado do Barramento
44	522,23	-12,21896	-44,89461	Barramento denominado Volta Grande
44	511,57	-12,22673	-44,90727	Barramento denominado da Mata
43	497,13	-12,22739	-44,92887	Barramento denominado Brejo Novo
62	459,22	-12,21072	-44,96871	Ribeirão Boa Sorte totalmente seco

Figura 6: Fac-simile da tabela de localização dos Barramentos no RFA 2016.

Embora até o momento não tenhamos dados para traçar a história ambiental ocorrida a montante do município de Catolândia, onde a grande maioria dos cursos de água que formam o Rio Boa Sorte tem sua origem na altura do município de Cristópolis, embora não existam estudos, relatos obtidos descrevem o início da escassez hídrica a partir da construção da BA-242 sentido Baianópolis. Na época, mesmo mantendo manilhas para que a água passasse para o outro lado da barragem criada pelo leito da estrada, isso comprometeu a água superficial do riacho conhecido como Poção. Esta situação tornou-se uma justificativa para que Sérgio Block construísse a primeira barragem que chamou de “passagem para o gado” nos anos 80, intensificando o barramento das águas que atravessavam o município de Catolândia. Na localidade de Toca do Lobo houve a construção de uma barragem na propriedade de Gil Machado para produção de peixes, que criou um lago de grandes proporções e literalmente afogou grande parte dos buritizais que vivificavam o riacho – Foto 2. Este fato foi relatado por inúmeros moradores que viveram o conflito gerado pela construção dessa barragem e que gerou denúncias aos órgãos ambientais, boletins de ocorrência e matérias jornalísticas. Além disso, definitivamente comprometeu seriamente todo o modo de vida e de produção das comunidades a jusante das barragens que antecederam inclusive a instalação da Comunidade de Assentamento. A instalação de tais barragens foi considerada, apesar de muitas controvérsias, um crime ambiental.

Outro aspecto a ser tratado é a manutenção das barragens. Segundo os moradores entrevistados, elas foram abandonadas com a chegada da água encanada da Embasa permitindo que a vegetação (taboa) e a areia de arrasto provocassem o assoreamento de tais recursos e sua obstrução em alguns casos quase por completo. Atualmente a Barragem do Gil, no riacho de Poção a montante das comunidades do Assentamento e Poção, está seca como mostra a figura 7 ilustrando a dimensão do seu impacto sobre as águas antes perenes e bastante profundas.

3. O IMPACTO DAS BARRAGENS NO CONFLITO NA SUB-BACIA DO RIO BOA SORTE

Embora a estratégia de construção de pequenas barragens tenha sido utilizada tradicionalmente com o propósito de elevar o nível da água do rio, de modo que seja capaz de escoar por canais adjacentes das barragens até as lavouras dos beneficiados, registra-se historicamente a má utilização dos recursos ambientais nas comunidades visitadas. Um exemplo é a degradação das áreas de APP (Área de Preservação Permanente) para a produção agrícola produzindo diversas culturas nas áreas de vereda ou mesmo nos leitos secos dos riachos que ainda apresentam umidade.

O relatório de diagnóstico emitido pelo INEMA ao CBHG em um histórico de denúncias ao CRA, atual INEMA, refere-se ao “impacto ambiental gravíssimo” causado pelo conjunto de 08 (oito) barramentos construídos em sequência. Estes barramentos afetaram de tal modo parte do leito do rio, que nesses trechos os riachos perenes tornaram-se intermitentes, embora a falta de água aconteça somente na estiagem das chuvas de maio a outubro. O relatório do Inema afirma:

“... há dois pontos a se considerar: 1 – os canais foram construídos artesanalmente com ausência de impermeabilização, dessa forma, grande parte da água derivada se perde no caminho, por infiltração ou por evaporação, sendo indispensável à derivação de uma enorme vazão, a fim de que chegue água de forma satisfatória no final do sistema; 2 – a soma das vazões retiradas pelos canais ao longo do rio resultou na completa ausência de água no seu leito a partir de um determinado trecho, sendo causa da degradação ambiental. (RFA 1827/2016-28460)”

Além do impacto relativo ao meio ambiente, existe o impacto econômico que como na comunidade de Canabrava localizada em Barreiras conhecida pela horticultura, convive já com sua produção comprometida e com o abandono de muitos produtores rurais de suas atividades. Em Catolândia estes efeitos são ainda mais marcantes. Apesar de um pequeno número de indivíduos da comunidade alegar ter necessidade da água do rio para seu abastecimento e se ressentir de falta de água principalmente para irrigação a maioria das comunidades tem um sistema de água potável operado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), conforme foi averiguado pelo INEMA (RFA 1827/2016-28460).

Para compreender mais profundamente a realidade dos moradores ribeirinhos da cidade de Catolândia utilizaremos as informações obtidas na aplicação do questionário, elaborado para captação de dados para o presente Diagnóstico socioambiental da sub-bacia do Rio Boa Sorte junto às comunidades rurais do município de Catolândia que claramente denunciam que a degradação desse recurso natural foi intensificada por vários fatores climáticos aliados as intervenções humanas nos últimos 30 anos.



aplicação dos questionários, o que demonstra a falta de atualização dos dados e que refletem na falta de responsabilidade das instituições que estão fazendo a perfuração de poços no município.

É possível inferir que o aquífero Bambuí está perdendo sua capacidade de fornecer água, porque ao observarmos apenas as informações dos poços de Lagoa do Simão (I), Poço de Pedra e Funil (também conhecida como Aroeira e Jacaré em sua porção mais próxima a Mozondó), os quais exploram água desse aquífero, os dados indicaram que o volume de água que está entrando no sistema é menor do que o volume de água que está saindo. As informações do SIAGAS afirmam que Poço de Pedra e Funil exploram água do aquífero Cárstico e os dados do poço de Lagoa do Simão (I) não indicam o tipo de aquífero encontrado.

De acordo com o SIAGAS, o poço de Lagoa do Simão (I) possui 50 metros de profundidade e os dados dos testes de bombeamento informam que no ano de 1983 o nível estático da água estava a 11,67 m de profundidade. O nível dinâmico, que é o rebaixamento da água do poço durante o teste de bombeamento, diminuía até a profundidade de 14,25 m e não há dados da vazão específica, que corresponde à capacidade de produção do poço. Assim, somente pela subtração do nível dinâmico do nível estático percebe-se que houve a diminuição de 2,58 m de água do aquífero que chegava até esse poço. Embora os dados existentes apontem para esse valor é provável que a diminuição seja superior ao valor calculado.

E de acordo com o SIAGAS, o poço de Funil possui 35 metros de profundidade e foi perfurado no ano de 1984. Não há informações sobre os testes de bombeamento, bem como dados referentes ao nível dinâmico, a vazão específica. O nível estático que consta nas informações do teste está a uma profundidade de 19,75 m e a vazão estabilizada desse poço corresponde à 8,8 m³/h. Não é possível calcular o rebaixamento do nível estático, mas o poço indica que há entrada de água à 22 m de profundidade e supõe-se que no mínimo o nível estático tem perdido 2,25 m de água no aquífero.

O maior diferencial de perda no nível estático é o de Poço de Pedra que foi perfurado no ano de 1983, com os testes de bombeamento aplicados apenas no ano de 1986. A cota altimétrica do poço corresponde a 668 m e o poço foi perfurado a 150 m de profundidade com nível estático à 17,7 m abaixo da superfície e o nível dinâmico rebaixando até o correspondente de 130 m. A vazão específica correspondente a capacidade de produção do poço era muito baixa 0,012 m³/h/m e os testes de vazão estabilizada representam 1,4 m³/h. A entrada de água desse poço estava à 105 m de profundidade. Se subtrair apenas o valor do nível estático da entrada de água do poço, há uma diminuição de 87,3 m de água. Não é possível dizer se este poço foi perfurado sobre uma cavidade na rocha, mas o que pode ser inferido é que houve esvaziamento dessa reserva.

Então, compreende-se que é necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto envolvendo o monitoramento e o cadastramento dos poços artesianos abertos ao longo do Rio Boa Sorte. Sabe-se que, por causa do preenchimento ou esvaziamento do subterrâneo, rios com essas características podem apresentar uma drástica redução da vazão na superfície, embora ainda existam no subterrâneo.

Essa informação é complexa e interfere na leitura das informações dos poços principalmente no nível estático que indica a profundidade do nível da água, podendo assim, indicar uma informação falsa a respeito do nível do aquífero que está sendo explorado; iv) um poço não tem descrição das rochas perfuradas no assentamento de Poço I; v) um poço indica a presença de estruturas cristalinas desconhecidas registradas no poço assentamento de Poço II; e vi) os dois poços do assentamento não tem vazão, o que também é um dado preocupante.

Com base nos dados dos poços de Catolândia, percebe-se que o aquífero do Bambuí é o maior provedor de água para os poços do município com registro no SIAGAS. De acordo com os entrevistados das Comunidades de São Marcos a João Rodrigues, há diversos sumidouros nessa região que são indícios do aquífero Cárstico, provavelmente esses sumidouros formam galerias nos subsolos que são preenchidas por água e que podem estar interligados por fraturas. Entretanto, não se pode negar a contribuição do Aquífero Urucuia para o abastecimento desse sistema, uma vez que, o ciclo da água funciona de forma aberta e não fechada. A maior profundidade das rochas do grupo Urucuia alcançadas pelos poços que perfuraram as duas geologias foi de 23 metros, base do Urucuia na cota de altimétrica de 622 metros, a exceção de João Rodrigues que penetrou 45 metros sem atingir a base do aquífero do grupo Urucuia e todos os poços que perfuraram a geologia do Bambuí não atingiram a base do seu aquífero.

Na década de 80 aconteceram as maiores quantidades de perfurações de poços (dezessete), mesmo período que se iniciam as reclamações de desaparecimento das nascentes, fervedouros e incapacidade de recarga das lagoas e sumidouros. As capacidades de vazão dos poços correspondentes a esse período somam junto o volume de vazão estabilizada de 214.152 m³/h. Antes disso, só havia o poço da sede (I) em 1973 e entre 1993 a 2006, seis poços tiveram perfuração registrada. Não existe dimensão real da quantidade de poços perfurados em todo o território da bacia do Rio Boa Sorte, uma vez que, apenas 4% dos entrevistados do município de Catolândia afirmaram ter poços particulares. Destes poços relatados, somente 2% disseram ter outorga, porém não podem ser identificados por meio do SIAGAS. Além disso, existe uma grande quantidade de poços que a embasa e a prefeitura gerenciam e que também não podem ser identificados através do SIAGAS. Na Comunidade de Assentamento foi perceptível a existência de muitos poços particulares, entretanto sua comprovação foi difícil devido à ausência de grande parte dos moradores nas casas no momento em que as entrevistas foram realizadas.

Os entrevistados que estão no médio alto curso do Rio Boa Sorte relatam que alguns poços tiveram sua vazão reduzida e outros foram interditados por absoluta falta de água. De acordo com os entrevistados de Lagoa do Simão, poço perfurado pela Prefeitura localizado na propriedade de um morador (Sr. Feliciano) teve uma redução de vazão para aproximadamente 4 m³/h e mesmo após o aprofundamento continua com pouca água e uma vazão ainda menor de 2,5 m³/h. Outra informação levantada em campo através dos questionários na comunidade de Funil (também conhecida como Aroeira e Jacaré em sua porção mais próxima a Mozondó) é que o poço comunitário está seco há 11 anos desde 2011. E que por isso, a comunidade de Funil recebe água do poço localizado na comunidade de Poço de Pedra. Considerando as informações descritas no SIAGAS, existe um poço na Comunidade de Lagoa do Simão (I) que foi abandonado em 1999 e um poço na Comunidade de Poço da Pedra que foi obstruído em 2006. Entretanto, as informações do SIAGAS não conferem com os relatos dos moradores durante a



Após observação das informações dos poços descritos no Anexo 1 – **Análise sobre os registros existentes de poços artesianos no município de Catolândia** pode-se remontar um perfil hidrico do município de Catolândia, que permite compreender a dinâmica do fluxo da água no subsolo e a contribuição dos aquíferos na perenidade das águas superficiais.

Os dados de perfuração dos poços, muitas vezes, apresentam inconsistência pela falta de informação ou atualização dos seus registros como os testes de bombeamento que não são atualizados com frequência no Sistema de Informação de Águas Subterrâneas - SIAGAS pelas instituições e empresas que perfuram e gerenciam os poços. Essa falta de registro e monitoramento tem impactado na forma de gerenciamento das águas subterrâneas dos aquíferos e dos lençóis freáticos, além de ser um dos agravantes responsáveis pelo extermínio dos riachos e rios. Isso porque, não há uma estimativa de quanto tem sido retirado de água do subsolo em relação à capacidade de recarga dos aquíferos. Dentro da Bacia do Rio Boa Sorte também não foi identificado um poço Piezômetro, o qual é utilizado para monitoramento do nível da água no aquífero, ou o poço de Monitoramento, que além de testar a qualidade da água também quantifica o volume de água do aquífero. De acordo com os entrevistados, a escassez de chuva é um dos principais fatores da falta de água na bacia e responsável pelo desaparecimento dos cursos fluviais. E 74% dos entrevistados relataram que houve alteração no regime de chuvas, o que levou a mudanças significativas em relação à falta de água da bacia.

Outro fator complexo no município de Catolândia é sua geomorfologia abaixo da superfície, formada de rochas calcárias com baixa porosidade, sumidouro e galerias. Para Travasso (2019), a geomorfologia do subsolo é tão complexa quanto a que se forma sobre a superfície, isso por que, as formas são condicionadas pelo tipo de material de origem, minerais, elementos químicos, a granulometria dos grãos, os índices pluviométricos, a temperatura, pressão atmosférica e tempo que esse material leva para se transformar em rocha. Tudo isso, irão influenciar na resistência e porosidade das rochas, e principalmente na sua capacidade de armazenar e transmitir água.

A bacia do Rio Boa Sorte está inserida no contexto da bacia do Rio Grande, as rochas do grupo Bambuí formaram aquífero Cárstico ou Fissural, enquanto as rochas do grupo Urucuaia formaram um tipo de aquífero poroso. Travassos (2019) diz que no aquífero Cárstico, a água preenche cavidades, fraturas nas rochas e depressões recobertas por sedimentos. A formação Lagoa do Jacaré e a formação Serra da Saudade são as duas unidades litoestatigráficas que foram identificadas na área do município de Catolândia e que dão embasamento à estrutura desse tipo de aquífero. As rochas do grupo Urucuaia de acordo com Gaspar (2006) formam um aquífero poroso, constituído em sua maioria de latossolos espessos. Nesse tipo de aquífero a água preenche os poros da rocha.

Nos dados de perfuração dos poços há um campo da geologia que descreve os tipos de estruturas geológicas à medida que o poço avança em profundidade. Por meio dessa descrição podemos identificar que: i) um poço perfurou a geologia do grupo Urucuaia e extrai água de seu aquífero em João Rodrigues (identificação do poço 2900013371); ii) vinte poços extraem água do aquífero pertencente as rochas do grupo Bambuí; iii) cinco poços perfuraram camadas de rochas pertencentes aos dois grupos Urucuaia e Bambuí, embora seja possível identificar o ponto de entrada da água, não há registros se a água é extraída dos dois aquíferos ou apenas de um.



Tabela 2 – Dados de poços existentes no município de Catolândia

Dados de Poços de Catolândia								
Número do Poço	Coordenada X	Coordenada Y	Localidade	Profundidade (m)	Vazão L (m ³ /h)	Sólidos Dissolvidos mg/l (ppm)	Período	T. Bombamento
200000798	44°48'28" W	12°15'5" S	Sítio da Barriguda	140	2,22	238	03/01/2008	03/01/2008
200000794	44°48'15" W	12°16'00" S	Poço de Boião	100	0,26	404	03/01/2008	03/01/2008
200000783	44°42'28" W	12°15'14" S	Poço	49	9,1	340	03/01/2008	Sem informação
200000946	44°42'6" W	12°14'20" S	Assentamento Poço	0	0	Sem informação	Sem informação	Sem informação
200000997	44°41'50" W	12°14'24" S	Assentamento Poço II	21	0	Sem informação	Sem informação	Sem informação
200000583	44°34'51" W	12°18'10" S	São Marcos	60	22,16	494	13/07/1983	15/09/1985
200000437	44°38'9" W	12°18'14" S	capivão	60	14,4	320	11/02/1983	Sem informação
200000270	44°39'25" W	12°18'24" S	Água Branca	38	26,30	300	16/07/1983	Sem informação
200000402	44°30'31" W	12°20'16" S	Sede II	120	0	Não informado	13/01/1981	Sem informação
200000422	44°31'48" W	12°19'12" S	sele IV	60	15,84	408	13/01/1981	23/03/1981
200000853	44°31'7" W	12°20'24" S	Olaria	36	23,07	176	18/07/1982	15/07/1982
200000802	44°35'24" W	12°19'37" S	Sede I	80,7	13,8	454	12/12/1979	14/12/1979
200000511	44°32'22" W	12°19'52" S	Sede I	63,5	0	Não informado	Não informado	Não informado
200000362	44°31'32" W	12°18'57" S	Sede V	50	14,4	302	20/04/1985	Não informado
200000850	44°44'2" W	12°21'10" S	Missionários	100	4,54	328	18/10/1983	Não informado
200000464	44°45'18" W	12°21'30" S	Laguna do Simão II	48	8,35	476	15/03/1987	15/03/1987
200000460	44°48'21" W	12°21'57" S	Rapareão	50	12,18	404	27/04/1984	04/03/1985
200000167	44°45'7" W	12°24'7" S	Laguna do Simão I	50	4,98	300	04/07/1983	14/03/1983 – Abandono: 1989
200000275	44°40'38" W	12°19'54" S	Tamanduá	60	21,68	393	24/08/1980	Sem informação
200000268	44°48'42" W	12°18'42" S	Água Branca II	33	7,08	184	22/07/1987	Sem informação
200000580	44°41'24" W	12°18'38" S	Funil/Arcebispo/Sacral	35	6,8	350	Sem informação	Sem informação
200000383	44°39' W	12°18'12" S	Poço de Pedra	150	1,4	168	08/11/1985	04/03/1986 – Obstruído 2000
200001505	44°40'44" W	12°18'55" S	Poço do Mito	130	14,34	408	03/01/2006	02/02/2008
200000468	44°30'42" W	12°21'3" S	Areião	48	4,1	500	23/07/1983	13/08/1989
200000662	44°31'14" W	12°22'00" S	Tinoca	34	14,73	353	11/08/1982	21/08/1982
200000732	44°38'34" W	12°19'55" S	Sarambala	80	14,4	393	19/06/1982	18/10/1983
200000382	44°31" W	12°22'26" S	Jolo Rodrigues	92	15,22	320	20/12/1998	02/01/2008
200000873	44°31'10" W	12°22'40" S	Jolo Rodrigues	45	1,02	448	18/12/1982	18/12/1982

Fonte: SIAFAS, 2021.



Cada poço possui uma coordenada específica que indica a sua localização, além dessa informação existe um número que o identifica, bem como a localidade na qual ele foi perfurado. São essas informações que permitem a espacialização dos dados no Sistema de Informação Geográfica – SIG (ArcGIS), para confecção dos mapas. Os poços possuem informações complementares que indicam suas características descritas nos campos: dados gerais, dados construtivos, geologia, dados hidrogeológicos, os testes de bombeamento e análise química da água. Os dados selecionados foram organizados para tentar inferir sobre a dinâmica dos níveis de água do subsolo. Embora nem todos os dados analisados estejam representados na planilha, partilhamos os dados organizados:

abandonado (Lagoa do Simão I) ou obstruído (Poço de Pedra). A capacidade de vazão desses poços, juntas correspondem a um quantitativo de 281.072 m³ de água por hora (m³/h).

A Figura 5 além de representar o registro e a vazão dos poços no município de Catolândia, oferece um modelo digital de elevação que representa a cota altimétrica do terreno, onde nos níveis mais baixos o valor é de 554,161 m e os mais altos correspondem à 802,275 m, a amplitude altimétrica corresponde 248.114 m de diferença das partes baixas para as partes altas. As redes de drenagem dos principais cursos fluviais da bacia do Rio Boa Sorte também estão sendo representados, além da localização das comunidades mapeadas no projeto.

A vazão é medida por meio da quantidade de água em metros cúbicos por hora (m³/h) que cada poço tem capacidade de jorrar. Os poços identificados tem amplitude de vazão estabilizada que varia de 0 à 31,680 m³/h. Para classificação da capacidade de vazão dos poços foi gerado uma equação no software ArcGIS que distribui conforme o intervalo de 6 m³/h contado a partir do valor 0 (valor inicial 0, de 0.001-6, 6.001-12, 12.001-18, 18.001-24, 24.001-30 e 31,680), gerando assim 7 intervalos.

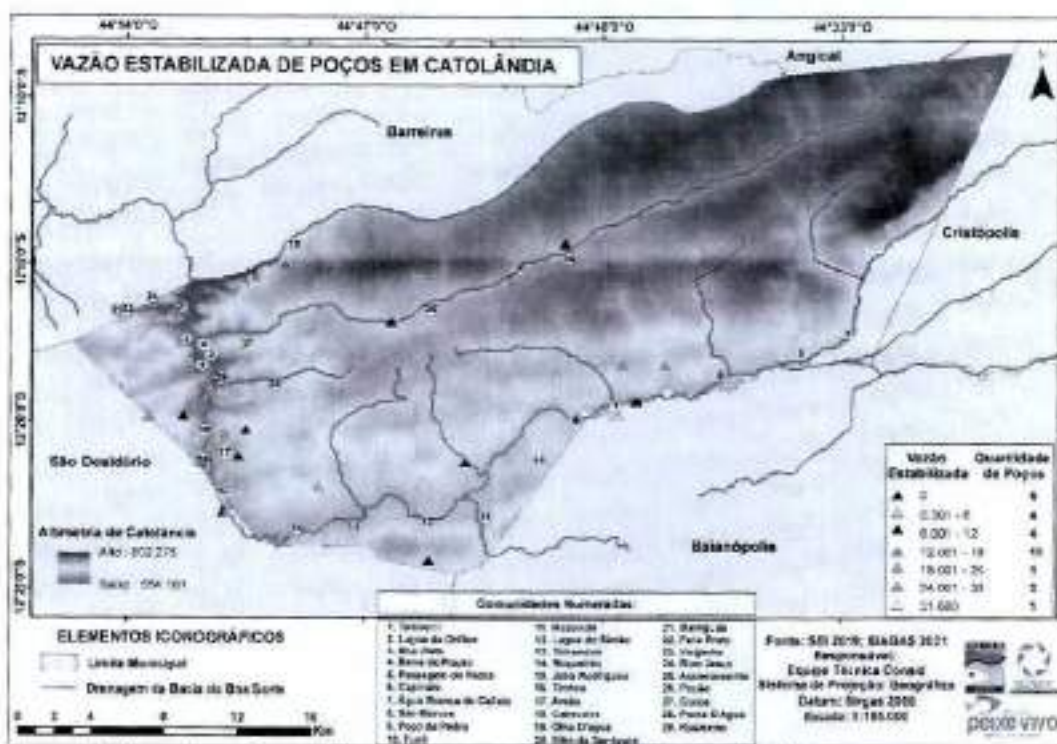


Figura 5: Mapa da vazão estabilizada dos poços do município de Catolândia.

O resultado da equação aponta que o número de poços que não tem vazão estabilizada (vazão 0) são cinco; os poços que tem vazão entre 0,001 e 6 m³/h também são cinco; os poços com vazão entre 6,001 e 12 m³/h são quatro; a maioria dos poços (dez poços) estão na média 12,001 à 18 m³/h; dois poços possuem vazão que variam de 18,001 à 24 m³/h; um poço possui vazão entre 24,001 à 30 m³/h; e um poço tem vazão superior à 30 m³/h.



Conforme moção nº38 (Brasil, 2006) foi criado um sistema de informações de água subterrâneas (SIAGAS), a partir da integração de vários sistemas (SIAGAS, SNIRH, SINIMA, SIGHIDRO, SNIS e SIPNRH). Esse sistema foi desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM no prelo, 2020, p.3) para auxiliar pesquisadores, planejadores e gestores no desenvolvimento de pesquisas e na aplicação de políticas públicas relacionadas com a gestão e o aproveitamento racional dos recursos hídricos subterrâneos. Composto por uma base de dados permanentemente ampliada com módulos capazes de realizar consulta, pesquisa, extração e geração de relatórios (construtivos, geológicos e hidrogeológicos), testes de bombeamento e análises químicas de diversos poços por todo o território nacional.

Por meio desse sistema foram levantadas informações dos poços do município de Catolândia para construção de um relatório que auxilie na leitura da realidade hídrica municipal. As informações dos poços utilizadas para construção dessa análise são: localização dos poços, data de perfuração, data de teste de vazão, nível estático, nível dinâmico, medição da vazão estabilizada, análise química e geologia. Além dessas informações, a equipe de técnicos do CONSID gerou um mapa altimétrico do município de Catolândia para permitir o cruzamento dos dados obtidos pelas consultas no SIAGAS facilitando a análise dos dados obtidos.

Através da descrição dos tipos de rochas da literatura de Reis (2011), do banco de dados do IBGE (2019), da descrição hidrogeológica do SIAGAS (2021) e das informações obtidas por meio dos questionários aplicados em campo, existem três tipos de aquíferos que perpassam o território de Catolândia: o aquífero poroso que está relacionado as rochas do grupo Urucuia, o aquífero cárstico e o aquífero fissural relacionados as rochas do grupo Bambuí.

Em algumas áreas de perfuração dos poços, os dados geológicos do IBGE (2019) e o catálogo geológico do SIAGAS entram em conflito de informações. A escala do IBGE (2019) provoca generalizações, enquanto o SIAGAS não apresenta informações detalhadas e às vezes nenhuma informação geológica da perfuração do poço. Para complementar a interpretação e aproximar ao máximo da realidade, foi gerado no ArcGIS um Modelo Digital de Elevação do município de Catolândia, para fazer uma leitura a partir da altimetria do terreno, baseada nos níveis dos oceanos. Além disso, os relatos dos entrevistados nas questões referentes ao uso da água também irão contribuir no diagnóstico dos poços do município.

No limite do município de Catolândia foram identificados 28 poços registrados no Sistema de Informação de Águas Subterrâneas - SIAGAS. As capacidades de abastecimento desses poços são variadas, sendo que a maioria possui baixa capacidade de vazão e alguns chegam a ter suas fontes zeradas. Os poços foram perfurados em sua maioria pela Geoser - Serviços Geológicos e Representações LTDA, pela Cerb - Companhia de Engenharia Hidrica e de Saneamento da Bahia, mesma instituição que registra e gerencia os poços na Bahia. Há também, poços que não possuem registro do perfurador. De acordo com os dados levantados no SIAGAS, no registro desses poços constam que em sua maioria tem finalidade de abastecimento urbano, sendo que um possui uso múltiplo e 7 poços têm campos não preenchidos ou zerados mesmo sendo para abastecimento urbano, indicando ter sido

nesse estudo uma análise sobre os poucos dados encontrados, O conteúdo completo deste estudo se encontra no Anexo 1 – **Análise sobre os registros existentes de poços artesanais no município de Catolândia.**

- Claramente os cursos d'água da sub-bacia não têm disponibilidade hídrica para atender todos os usuários (Relatório do CBHGRANDE, 2019).

- A sub-bacia tem o clima subúmido e há predominância da vegetação de cerrado (Atlas Hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, 2010).

- A bacia do Rio Boa Sorte no contexto da bacia do Rio Grande é formada pelas unidades litoestratigráficas Lagoa do Jacaré e Serra da Saudade, entre as unidades litoestratigráficas da bacia do Rio Grande que incluem ainda as unidades de Sete Lagoas, Três Marias e Serra de Santa Helena.

- Evidente e crescente o conflito pelo uso da água para irrigação, contribui para a falta de água para dessedentação animal em alguns pontos da bacia comprovados em todos os estudos realizados na sub-bacia do Riacho Boa Sorte.

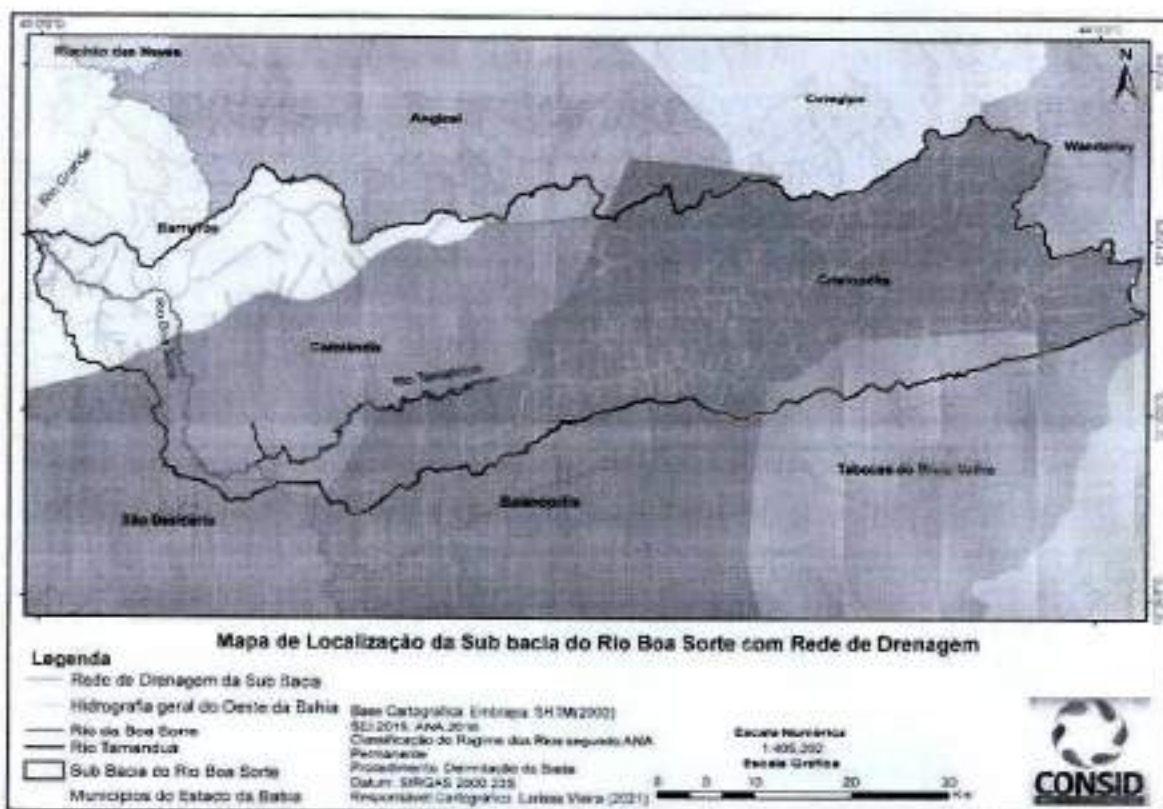


Figura 4: Localização da Sub-bacia do Rio Boa Sorte com Rede de Drenagem por município.

Fonte: Elaborado com base cartográfica EMBRAPA, SEI E ANA.

2.6 As águas subterrâneas através da análise dos registros existentes de poços artesanais de Catolândia.

ESCOLARIDADE ADULTA

0,265

0,461

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada - 2010

Atlas da Vulnerabilidade Social

Índices considerados altos e muito altos

	CATOLÂNDIA	BAHIA
IVS - Índice de vulnerabilidade Social	0,405	0,403
IVS Infra estrutura urbana	0,255	0,275
IVS Capital Humano	0,598	0,597
IVS Renda e Trabalho	0,516	0,623

Fontes: <http://www.ipea.gov.br>; <http://www.ibge.gov.br>

2.5 Caracterização da Sub-bacia Hidrográfica :

A Sub-bacia Hidrográfica do Riacho Boa Sorte tem uma área de 2.436 km² e possui as seguintes características:

- O rio principal da sub-bacia nasce no município de Cristópolis com o nome de Vereda Pederneiras ou Limoeiro, nas coordenadas geográficas 12°05'S de latitude e 44°03'O de longitude, que passa a se chamar Rio Tamanduá no município de Catolândia. O nome Rio Boa Sorte se dá depois da junção do Riacho Poções, desaguardo no Rio Grande, na cidade de Barreiras/BA, nas coordenadas geográficas 12°10'S de latitude e 45°01'O de longitude.

- O curso d'água principal tem 162 km de extensão.

- O rio é tributário do Rio Grande por sua margem direita.

- Na sub-bacia tem a existência de 01 (uma) estação pluviométrica e 01 (uma) estação fluviométrica, dado disponível no sistema de informações hidrológicas (HidroWeb).

- A vazão média da sub-bacia é de 0,36 m³s⁻¹, a precipitação média anual da sub-bacia é de 1.065,71 mm (Relatório do CBHGRANDE, 2019).

- A sub-bacia é formada por rochas calcárias no seu embasamento e sobreposta por sedimentos quartanários, abrangida pelos aquíferos Bambuí e Urucuia (Relatório do CBHGRANDE, 2019 – p.4).

- Municípios contidos na sub-bacia: Catolândia e Cristópolis em sua grande parte; Barreiras em sua proximidade a foz; e Angical, Baianópolis, São Desiderio e Tabocas do Brejo Velho em menores porções.

- O rio corre em direção geral SE-NO, recebendo seus principais afluentes pela margem direita: Riacho Poções, Riacho Arapuã e Riacho da Água Vermelha.

- Dispõe de um sistema com 08 (oito) barragens construídas em série na região do baixo Boa Sorte (Relatório de Fiscalização Ambiental do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, 2016).

- Não há pontos de amostragem para verificação da qualidade das águas dos rios da sub-bacia no Programa Monitora.

- Uma série de poços artesanais tem sido perfurados ao longo dos afluentes do Rio Boa Sorte com a escassez do recurso hídrico sem monitoria, estudo ou outorga, apresentamos



Até 2015 as informações da prefeitura segundo estudos para o PMSB de Catolândia afirmavam que foram instaladas 177 cisternas, beneficiando 177 famílias. Os moradores que possuem cisternas foram contemplados com programa “Água para Todos”, uma parceria da prefeitura com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). O programa contemplou vários municípios do Oeste Baiano. As comunidades contempladas foram: Lagoa do Odilon, PMSB/PRODUTO 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico 136 Barroão, Riachinho, Barriguda, Sítio, Cabeceira do Sítio, Vajinha, Félix Preto, Poção e Assentamento.

O plano de Saneamento de Catolândia trás uma série de dados que analisa as questões referentes aos quatro eixos do saneamento ambiental – abastecimento, drenagem, resíduos sólidos e saneamento básico e neste estudo nos ressentimos que o conhecimento da existência deste estudo só nos tenha chegado durante as reuniões de alinhamento com o CBH São Francisco e o CBH Rio Grande. Mas felizmente tais dados ficam a disposição para o encaminhamento da continuidade dos estudos solicitados para execução junto aos outros municípios a montante do município de Catolândia.

Quando apreciamos os dados sociais do município de Catolândia percebe-se claramente que os Índices de Vulnerabilidade Social - IVS são muito altos e dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDHM muito baixos. em comparação com os dados gerais do estado. Os dados foram processados há dez anos atrás, num momento histórico que segundo as informações coletadas no campo os corpos hídricos ainda apresentavam água corrente nos períodos de chuva e os grandes reservatórios naturais ainda mantinham sua balneabilidade. A cidade era um sonho possível então... e, em apenas uma geração, os impactos ambientais das intervenções humanas aliados aos aspectos de mudança climática ameaçam definitivamente o desenvolvimento sustentável do município recém criado.

Tabela 1 - Dados Socioeconômicos do município de Catolândia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010		
Catolândia		
Área Territorial		702,504 km² [2020]
População estimada		3.599 pessoas [2020]
Densidade demográfica		4,06 hab/km² [2010]
Escolarização 6 a 14 anos		98,4 % [2010]
IDHM		
Índice de desenvolvimento humano municipal		0,582 [2010]
Mortalidade infantil		40 óbitos p/ mil nascidos vivos [2019]
Receitas realizadas		15.604,84 R\$ (×1000) [2017]
Despesas empenhadas		14.348,64 R\$ (×1000) [2017]
PIB per capita		23.988,63 R\$ [2018]

Atlas de Desenvolvimento Humano - 2010			
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	Índices considerados baixo e muito baixos		
	CATOLÂNDIA		BAHIA
IDHM	0,582		0,66
RENDA	0,554		0,663
EDUCAÇÃO	0,452		0,555
FREQUENCIA	0,591		0,609

Saneamento de Catolândia de 2 Fevereiro/2015 que foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e financiada com recurso da cobrança pelo uso da água.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS (2011), o município de Catolândia/BA possui um índice de atendimento de rede de água que atinge 100% de sua população. Ainda de acordo com o diagnóstico do SNIS o município possui um total de 863 ligações ativas de abastecimento de água e um consumo médio per capita de água é de 163,1 l/hab.dia, valor um pouco acima da média do per capita de água brasileiro - 159,0 l/hab.dia.

Conforme Relatório Anual para informação ao consumidor produzido pela EMBASA (2011), a água que abastece o município provém do rio São Desidério, situação confirmada por nossa pesquisa lembrando que ainda são utilizadas águas de poço e água de cisterna.

Figura 31 – Manancial de Captação – Rio São Desidério



Fonte: GORENITZ, 2012 - imagens Google Earth 2008

Conforme o documento referido "Catolândia possui sistema de drenagem subterrânea. A inspeção de campo, realizada pela equipe do plano de saneamento encontrou uma infraestrutura muito limitada. Os pontos de lançamento do efluente das águas pluviais se dão em áreas livres públicas ou particulares, cursos d'água intermitentes, cursos d'água permanentes e em lagoas. Existem no perímetro urbano áreas de risco que não contam com infraestrutura de drenagem e que demandam drenagem especial", o que foi confirmado por nossa pesquisa.

Ainda segundo o documento referido "em Catolândia, como na imensa maioria dos municípios brasileiros, não existe um ente que cuide da drenagem, bem como falta cadastro e receita para operar o serviço. Seus custos são cobertos pelo IPTU. Não há menção no orçamento de uma rubrica para este serviço. O planejamento, implantação, operação e manutenção do sistema de águas pluviais são desenvolvidos pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, atuando ainda na área do saneamento básico com esgoto e resíduos sólidos. No município não existe Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para a obtenção do licenciamento ambiental de loteamentos no município não é exigido nenhum tipo de licença na implantação, visto que não é obrigatória a criação de dispositivos de drenagem quando se pavimentar uma via".



afloramentos de rochas metamórficas e ígneas na área dessa bacia. A bacia do Rio Boa Sorte está inserida no contexto da bacia do Rio Grande, nela os dados de perfuração dos poços de Catolândia também indicam haver indícios de estruturas cristalinas desconhecidas no município. O grupo Bambuí é composto de rochas carbonáticas, em sua maioria calcárias de fragmentação média à grosseira, pelitos e siltitos, dolomito e arenitos o que segundo as informações contidas no banco de dados do IBGE (2019) formam as unidades litoestratigráficas da Lagoa do Jacaré e Serra da Saudade, como demonstrado acima. O grupo Urucuia é composto de arenitos, arenitos conglomeráticos, rochas pelíticas e conglomerados, além de eluviões fluvio-eólicos com fragmentação fina à grosseira, laterita, silte e argila pertencentes a coberturas detritíticas lateríticas ferruginosas. As rochas do Grupo Bambuí formaram um tipo de aquífero Cárstico, em que a água preenche cavidades da rocha diluída. As rochas do grupo Urucuia formaram um aquífero poroso, nesse tipo de aquífero, a água preenche os poros da rocha.

Vale ressaltar que o grupo Urucuia é sobreposto ao grupo Bambuí e na medida em que o primeiro sofre com os agentes intempéricos da natureza que denudam a estrutura dessa formação, isso é a remoção de materiais rochosos do grupo Urucuia, as formações do grupo Bambuí vão se tornando expostas. Ao observar a geomorfologia do município é possível perceber que as formações do grupo Bambuí irão aflorar nas cotas altimétricas mais baixas. Os dados de perfuração dos poços, também podem comprovar a diferença na capacidade de armazenamento entre esses dois aquíferos. Isto porque, à medida que a perfuração dos poços aprofunda, as rochas calcárias e os argilitos vão sendo encontrados. Isso implica na capacidade de armazenamento do aquífero do grupo Urucuia, o qual deveria ser o reservatório de maior capacidade de acumulação, mas que devido a sua pouca espessura não tem capacidade de reter água o suficiente para desenvolver um modo de produção intensivo que garanta a sustentabilidade da vazão dos rios.

2.4 Dados sociais de Catolândia:

Catolândia é um município novo, recebeu o status de município pela lei estadual Nº1758 de 27 de julho de 1962 e foi desmembrada de Barreiras que fica a 56 km. É o menor município do estado da Bahia. Outros aspectos a serem analisados vem da área social compreendendo que os dados disponíveis nos sites oficiais datam de 2010. Copilamos na tabela abaixo os dados mais relevantes utilizados para a compreensão do grau de amadurecimento e viabilidade de um dado município brasileiro e nos deparamos com a situação descrita na tabela 1.

Catolândia segundo dados disponibilizados na internet no Instituto Água e Saneamento - <https://www.aguaesaneamento.org.br> - possui plano municipal de saneamento sem conselho ou fundo municipal de saneamento. Segundo esse site 66,31% da população é atendida com abastecimento de água e 1.205 habitantes não tem acesso à água. Não há informações disponíveis no SNIS sobre Esgotamento Sanitário; Resíduos Sólidos; Drenagem e Águas Pluviais.

Encontramos no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO = PRODUTO 2 Diagnóstico da Situação do

rochas metassedimentares deformadas e coberturas sedimentares cretáceas. Destaca-se também o sistema cárstico originário da Formação de São Desidério, no qual apresenta no percurso do Rio João Rodrigues a ocorrência de dolinas, sumidouros, cavernas, vales secos e nascentes, alinhadas através do maciço carbonático, esse rio é maioritariamente subterrâneo (GODINHO, PEREIRA 2013). Essas feições foram geradas através do intemperismo químico com a dissolução do calcário.

A geologia do município apresenta rochas dos tipos metamórfica e sedimentares da formação Urucua sobrepostas às rochas do grupo Bambuí, sendo elas: Ardósias, Arenitos finos e médios, Argilitos, Calcários, Depósitos Fluviais, Folhelhos, Margas e Siltitos (SEI 2012).

2.3 O subsolo de Catolândia /BA

Há ocorrência de latossolos, neossolos e luvisolos, solos moderadamente drenados e pouco férteis (SEI 2012). Em algumas áreas com cotas altimétricas elevadas é possível identificar a presença de solos ferruginosos (REIS 2014).

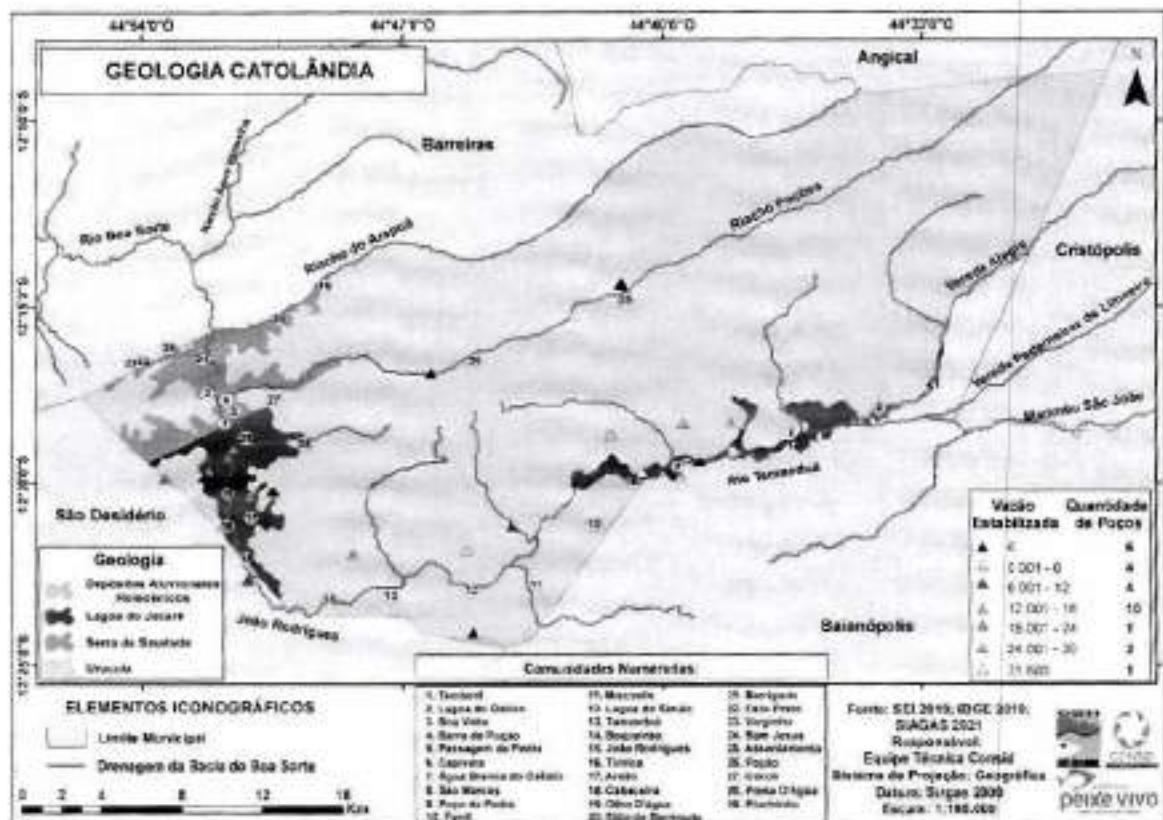


Figura 3: Mapa geológico do município de Catolândia.

A litologia do município de Catolândia é formada de rochas sedimentares pertencentes a dois grandes grupos, Bambuí e Urucua. De acordo com Reis (2011), as rochas sedimentares cobrem a maior parte das cimeiras da bacia do Rio Grande, mas podem haver formações e

se conectam, destacando uma vegetação em que no período seco há uma perda moderada de folhagem. Em algumas áreas com altimetria variando entre os 554 aos 700m identifica-se Floresta Estacional Decidual (Montana), caracterizada pela altitude e terrenos areníticos lixiviados. A vegetação é predominante caducifolia, perdendo mais de 50% das suas folhas no período de seca (IBGE, 2012).

Os usos do solo no território (Figura 3) se destacam a agricultura com culturas cíclicas, a produção em sua grande maioria é realizada em família e para subsistência, com plantio anuais e bianuais em que há o predomínio do plantio de feijão, cana-de-açúcar e mandioca. E a pecuária, onde a criação do gado é utilizada para a venda de leite em que se produz também o queijo, e o gado de corte para comercialização e subsistência alimentar. Há grandes áreas de pastos tanto para o uso próprio como também para o arrendamento.

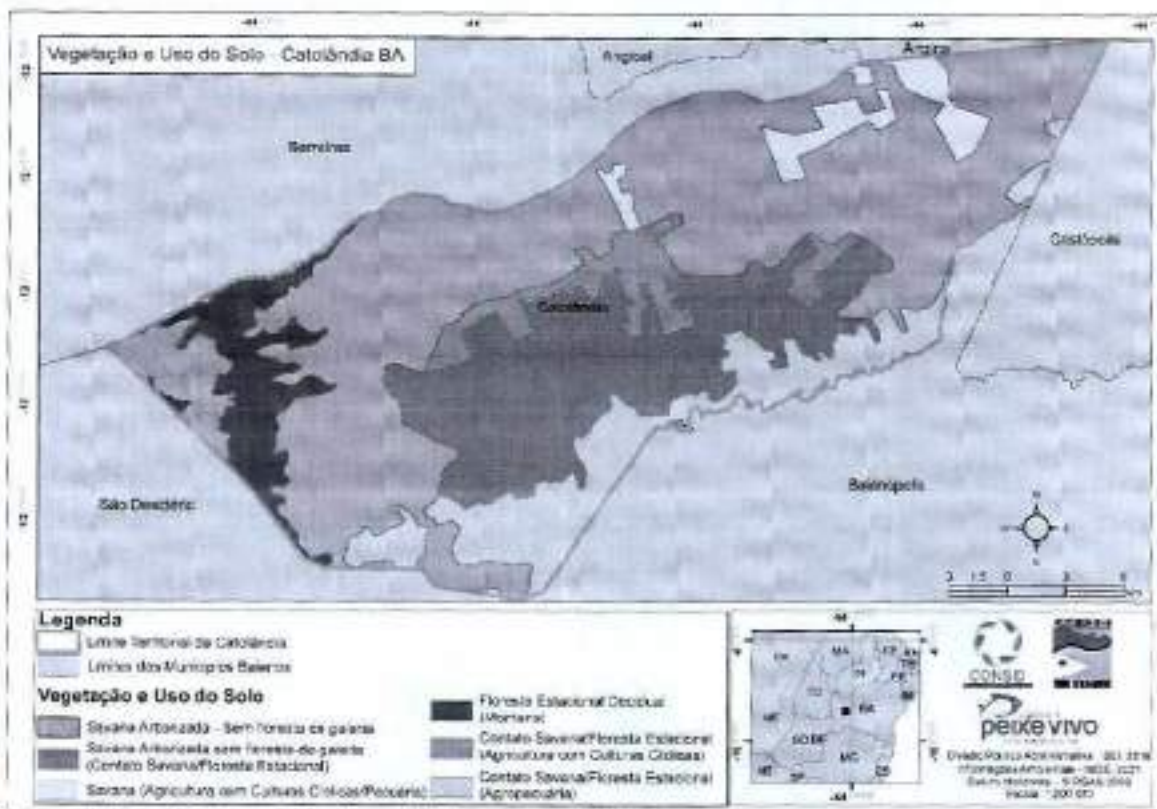


Figura 3: Mapa de Vegetação e Usos do Solo em Catolândia -BA.

Há ocorrência de latossolos, neossolos e luvisolos, solos moderadamente drenados e poucos férteis (SEI 2012). Em algumas áreas com cotas altimétricas elevadas é possível identificar a presença de solos ferruginosos (REIS 2014). Em áreas com solos intemperizados e arenosos observa-se a desenvolvimento de murundus, os quais tem sua origem ainda em debate na sociedade acadêmica, por suas duas teorias sendo, biótica através da concentração de termiteiros e fatores abióticos relacionados a geomorfologia local, mais precisamente através dos processos erosivos (SANTOS, et al 2014).

O município de Catolândia está inserido em quatro unidades geológicas, sendo elas: Formação da Mamona, Formação São Desidério, Grupo Urucuia, e Grupo Bambuí, com

2.2 Recursos Naturais

O município pertence ao Território de Identidade da Bacia do Rio Grande e está inserido a sub bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte pertencendo a região hidrográfica do Alto da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. Seus principais rios são: Rio Tamanduá, Riacho Poções, Riacho do Arapuá, Vereda Alegre e Rio João Rodrigues.

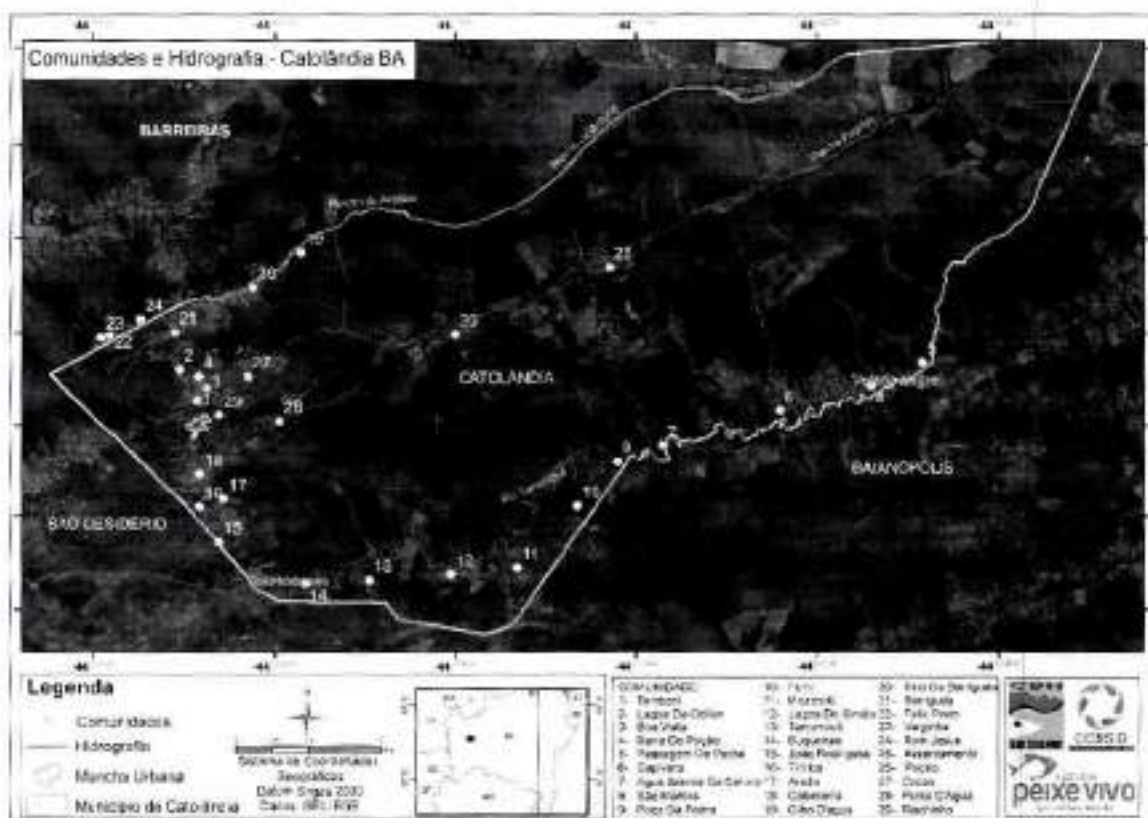


Figura 2: Comunidades e Hidrografia de Catolândia/BA.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, o clima predominante no município é úmido a subúmido, com moderada deficiência hídrica no inverno, megatérmico (EP>11400 mm), estação seca bem definida com chuvas de primavera e verão (SEI 2012). O mês que apresenta a maior média de precipitação é dezembro com 184 mm, sendo julho e agosto com as menores, de 2 mm. Os dados de temperatura apresentam a mínima de 17°C no mês de julho e máxima de 33°C no mês de setembro (CLIMA TEMPO, 2021).

O território de Catolândia está inserido no bioma Cerrado, podendo ser classificada em: Savana Arborizada – Sem floresta de galeria, um subgrupo que designa formações campestres, com fitofisionomias distintas de árvores que variam entre 2 a 7m de altura, seus galhos e troncos retorcidos e suscetíveis ao fogo anual, atrelados a essas características pode se destacar os processos de ocupação que influenciam diretamente na paisagem de uma vegetação pouco densa, destaca-se nesse subgrupo áreas de encaves e ecótonos, os quais identificam-se como: Contato Savana/Floresta Estacional, onde apresentam áreas distintas que

2. CARACTERIZAÇÃO DA SUB BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BOA SORTE EM CATOLÂNDIA/BA

2.1 Localização do Município de Catolândia:

O município de Catolândia está localizado na mesorregião do Extremo Oeste do estado da Bahia e microrregião de Barreiras, com uma distância de 866 km da capital Salvador. Sua localização cartográfica é representada pelo limite municipal da figura 1, com as coordenadas SIRGAS 2000 N -12.144083/ E -44.466052 e N -12.408840/ E -44.927269. Catolândia faz divisa com os municípios de Angical, Barreiras, Baianópolis, Cristópolis e São Desidério.

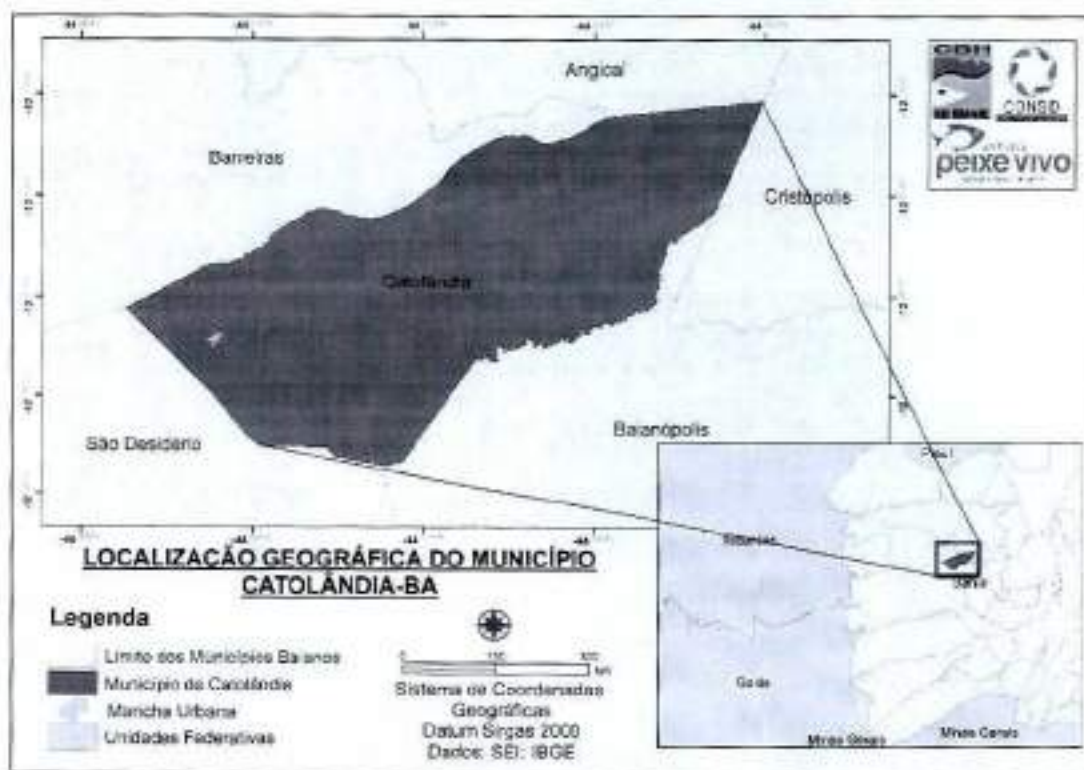


Figura1: Localização geográfica do município de Catolândia.

No último censo do IBGE em 2010, Catolândia apresentava 2.612 pessoas, sendo que foi constatado 967 pessoas em área urbana, 1.645 em área rural enquanto a população estimada para 2020 seria 3.599 pessoas. A área da unidade territorial possui uma extensão de 702,504 km² (IBGE 2020). O município é composto por 29 comunidades: Tamboril, Lagoa do Odilon, Boa Vista, Barra Do Poção, Passagem de Pedra, Capivara, Água Branca Do Calixto, São Marcos, Poço Da Pedra, Funil, Mozondó, Lagoa do Simão, Tamanduá, Buqueirão, João Rodrigues, Tiririca, Areão, Cabeceira, Olho D'água, Sitio da Barriguda, Barriguda, Felix Preto, Varginha, Bom Jesus, Assentamento, Poção, Cocos, Ponta D'Água, Riachinho (Figura 2).



Tanto as observações do Relatório Técnico do Conflito de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte executado pelo Município de Barreiras como o conjunto de informações oriundas das ações de monitoramento do rio pelo INEMA sugerem que a solução para atender a demanda de água na região, com foco em proporcionar o desenvolvimento econômico dos produtores rurais atingidos, só seria alcançada com a perenização do Rio Boa Sorte. Considerando que, segundo estes relatórios, mesmo que as ações até então indicadas possam proporcionar o reestabelecimento do fluxo normal no rio, ainda não existe a possibilidade de afirmar que o curso d'água possuirá disponibilidade para atender a todos os habitantes das comunidades no seu entorno, sem que mais estudos sejam realizados.

Registra-se que o diagnóstico socioambiental realizado na região do cinturão verde de Barreiras, próximo da foz do Riacho Boa Sorte no Rio Grande foi provocado por conflitos na região de CANABRAVA, polo de horticultura, e afirma que tal conflito não se dá por escassez hídrica para os usos prioritários (humano e dessedentação animal) e sim em garantir o acesso a água para irrigação de hortaliças e outras culturas. Este fato foi constatado pela diferença de disponibilidade a montante e a jusante das oito barragens consecutivas, construídos por diferentes órgãos públicos ou privados e deixadas sem manutenção adequada ao longo dos anos.

Tal estudo sugere ainda que os modelos de irrigação até agora identificados (canais, inundação e sulcos) precisam ser substituídos por metodologias mais eficientes, alertando que as ações de prevenção ambiental já referenciada pelo Ministério Público e pelos Órgãos Ambientais precisam ser executadas para que possam viabilizar a produção agropastoril e a existência sustentável das comunidades ribeirinhas naquele trecho do Rio.

Ao voltarmos nosso olhar para as comunidades atingidas brutalmente pela escassez hídrica no Riacho Boa Sorte no trecho que atravessa o município de Catolândia (praticamente 90% da população) observamos que a região está com sua produção agropecuária comprometida e que muitos moradores já abandonaram qualquer atividade econômica, mantendo apenas produções de subsistência. Os produtores entrevistados que ainda continuam produzindo utilizam poços tubulares públicos ou particulares, em sua maioria absoluta sem qualquer monitoria ou outorga. E os poucos produtores rurais beneficiados por pequenas quantidades de água superficial também a utilizam para dessedentação animal e/ou irrigação.

Infelizmente, constata-se que no município de Catolândia, as lagoas e os riachos perenes e/ou intermitentes secaram completamente. Os riachos perenes viraram intermitentes e os poucos cursos de água superficial que ainda resistem estão sofrendo com a diminuição constante de suas vazões, provavelmente com a redução da qualidade da água (até o momento não foram realizados estudos nesta direção) e estão literalmente desaparecendo.



1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo está embasado em outros deflagrados pelo conflito gerado através do uso dos recursos hídricos na sub bacia Hidrográfica do Rio Boa Sorte. Há um histórico de denúncias ao Centro de Recursos Ambientais (CRA), atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), desde os anos 1990 (o primeiro registro de denúncia data de 1996) e que se perpetuam até os dias de hoje apesar dos inúmeros desdobramentos e tentativas de resolução que vão desde notificações para proprietários públicos ou privados pelas barragens construídas (2016-004755/TEC/NOT-1061; 2016-004754/TEC/NOT-1061, 2016-010285/TEC/NOT 2326), multas (2016-010285/TEC/AIMU 0722) e Boletins de Ocorrência nas Delegacias de Polícia dos Municípios. Não tivemos acesso a todos os documentos gerados. Tais atitudes oficiais foram entremeadas por uma série de reuniões nas comunidades ribeirinhas com representantes dos órgãos municipais, estaduais e da comunidade sempre tentando esclarecer o conflito. Houve intervenções do Ministério Público da Bahia e seguindo orientação da Lei das Águas Nº 9.433 foram executadas reuniões para admissibilidade do conflito tanto a nível do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande quanto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o que terminou por possibilitar a produção do estudo ora apresentado.

O processo nº 2015- 009548/TEC/DEN1308 do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA indicou e encaminhou o caso para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBHGRANDE) para mediar o conflito na sub bacia. Visualizava-se naquele momento um conflito complexo que envolvia mais de 800 pessoas, que utilizam a água do Rio Boa Sorte para as atividades agropecuárias no município de Barreiras/BA. Identificou-se que o Rio possuía 08 barramentos que apresentam problemas estruturais e de funcionalidade. Além disso, a bacia apresentava diversos problemas hidroambientais, tais como: assoreamento, desmatamento de matas ciliares e encostas dos morros, além do uso inadequado da água em sistemas de irrigação pouco eficientes (sulcos e/ou inundação).

A Prefeitura Municipal de Barreiras (2018/2019) realizou um estudo de diagnóstico em seu território por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente e em parceria com a AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, que concorda como o Relatório de Fiscalização Ambiental (RFA - Nº0857/2016-27108) do INEMA - Instituto de Meio Ambiente da Bahia afirmando que o conflito pelo uso da água na Sub Bacia do Rio Boa Sorte/Tamanduá existe em grandes e impactantes dimensões. E que a "falta de informações da região à montante" da área investigada, ou seja, Barreiras, indicava também a necessidade de estudos junto ao município de Catolândia, que não possui na atual estrutura pública organizacional uma equipe técnica que pudesse realizar tal diagnóstico. Assim, buscando sanar esta carência técnica, o CBHGRANDE com recursos do Comitê de Bacia do Rio São Francisco estabeleceu um Convênio com o CONSID - Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia para a execução deste estudo.



6.2.5	Comunidade Lagoa do Odilon (2)	53
6.3	Braço do Riacho do Poção.....	54
6.3.1	Comunidade de Assentamento (25).....	55
6.3.2	Comunidade de Poção (26).....	55
6.3.3	Comunidade de Cocos (27)	57
6.3.4	Comunidade de Barra do Poção (4).....	57
6.4	Braço do Riacho do Felix Preto.....	58
6.4.1	Comunidades Varginha (23) e Félix Preto (22)	58
6.4.2	Comunidade Bom Jesus (24).....	58
6.5	Braço do Riacho Arapuã.....	59
6.5.1	Comunidade Olho d' Água (19)	59
6.5.2	Comunidade Barriguda (20)	60
7	CONCLUSÃO.....	62
8	RECOMENDAÇÕES:	65
9	REFERÊNCIAS.....	67
10	ANEXOS:.....	69
10.1	Anexo 1 - Relatório sobre registro de poços de Catolândia/BA.....	69



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DA SUB BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BOA SORTE EM CATOLÂNDIA/BA	6
2.1 Localização do Município de Catolândia.....	6
2.2 Recursos Naturais	7
2.3 O subsolo de Catolândia /BA.....	9
2.4 Dados sociais de Catolândia	10
2.5 Caracterização da Sub-bacia Hidrográfica.....	13
2.6 Águas subterrâneas através da análise dos registros existentes de poços artesianos de Catolândia	14
3. IMPACTO DAS BARRAGENS NO CONFLITO NA SUB-BACIA DO RIO BOA SORTE	22
4. METODOLOGIA UTILIZADA NA OBTENÇÃO DOS DADOS.....	25
5. RELATÓRIO QUANTITATIVO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS	28
6. PERCEPÇÕES DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA, COMUNIDADE A COMUNIDADE	36
6.1 Braço do Riacho Tamanduá.....	37
6.1.1 Comunidade de Passagem de Pedra (5).....	38
6.1.2 Comunidade de São Marcos (8).....	39
6.1.3 Comunidade de Capivara (6)	39
6.1.4 Comunidade Água Branca do Calixto e Água Branca do Arlindo (7)	41
6.1.5 Comunidade Poço da Pedra (9)	42
6.1.6 Comunidade Funil (10).....	42
6.1.7 Comunidade Mozondó (11).....	43
6.1.8 Comunidade do Lagoa do Simão (12)	46
6.1.9 Comunidade Tamanduá (13)	47
6.1.10 Comunidade Buqueirão (14).....	47
6.1.11 Comunidade João Rodrigues (XX).....	47
6.1.12 Comunidade Tiririca (16).....	49
6.1.13 Comunidade Areão (17) e Cabeceira (18)	50
6.2 Braço do Riachinho /Sem Nome	51
6.2.1 Comunidade do Ponta d'Água (28)	51
6.2.2 Comunidade Riachinho (29).....	52
6.2.3 Comunidade Boa Vista (3)	52
6.2.4 Comunidade Tamboril (1).....	53



EQUIPE:

Demósthene da Silva Junior
Presidente CBHG

Erika Ismerim Selxas
Secretária Executiva - CONSID

Indiria Tibolla Alexandre de Souza
Coordenadora Geral
Bióloga
Mestre em Ciências Biológicas

Berenice Lima Peres
Coordenadora de Campo
Especialista em Gestão Ambiental do Cerrado
MBA em Gestão de Pessoas e Marketing

Bruno Ricardo de Souza Laurindo
Técnico de campo
Bacharel em Direito

Elizabeth Moura dos Santos
Técnica de campo
Bacharel em Geografia

Fernanda Cristina Satelis Souza
Técnica de campo
Geóloga

Ramon Pessoa Souza
Técnico de campo
Bacharel em Humanidade e Acadêmico em Geografia

Vinicius Alcântara Rodrigues de Souza
Técnico de campo
Engenheiro Agrônomo

Glauciana Pereira de Araújo
Técnica de campo
Engenheira Agrônoma
Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

Natalie Maria Silveira Ribeiro
Técnica de campo
Engenheira Agrônoma

Katharyna Motta Medrado Farias
Técnica de campo
Engenheira Sanitarista e Ambiental
Mestranda em Ciências Ambientais



CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA - CONSID
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE - CBHG

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO BOA SORTE NO
TRECHO DO MUNICÍPIO DE CATOLÂNDIA/BA**

BARREIRAS - BA

JULHO DE 2021